

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação  
Mestrado Profissional em Educação e Docência - PROMESTRE

Vanessa Luísa Ferreira Guilherme

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) SOB O  
OLHAR DE DIFERENTES ATORES EM NOVA LIMA/MG: desafios, potencialidades e  
proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança  
sanitária para uma vida escolar saudável.**

Belo Horizonte  
2022

Vanessa Luísa Ferreira Guilherme

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) SOB O  
OLHAR DE DIFERENTES ATORES EM NOVA LIMA/MG: desafios, potencialidades e  
proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança  
sanitária para uma vida escolar saudável.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Eliano de Souza Martins Freitas.

Belo Horizonte

2022

G956p  
T

Guilherme, Vanessa Luísa Ferreira, 1983-  
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob o olhar de diferentes atores em Nova Lima/MG [manuscrito] : desafios, potencialidades e proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança sanitária para uma vida escolar saudável / Vanessa Luísa Ferreira Guilherme. - Belo Horizonte, 2022.  
229 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Eliano de Souza Martins Freitas.

Bibliografia: f. 178-189.

Apêndices: f. 188-211.

Anexos: f. 212-229.

1. Brasil -- [Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009] -- Avaliação -- Teses.
  2. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) -- Avaliação -- Teses.
  3. Educação -- Teses. 4. Merenda escolar -- Teses. 5. Educação do campo -- Teses.
  6. Agricultura familiar -- Aspectos educacionais -- Teses. 7. Vigilância sanitária -- Aspectos educacionais -- Teses. 8. Promoção da saúde -- Aspectos educacionais -- Teses. 9. Nova Lima (MG) -- Educação -- Teses.
- I. Título. II. Freitas, Eliano de Souza Martins, 1968-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.716

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) SOB O OLHAR DE DIFERENTES ATORES EM NOVA LIMA/MG: desafios, potencialidades e proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança sanitária para uma vida escolar saudável.**

**VANESSA LUÍSA FERREIRA GUILHERME**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Eliano de Souza Martins Freitas - Orientador  
UFMG

Prof(a). Alida Angélica Alves Leal  
Universidade Federal de Minas Gerais

MARCELO LOURES DOS SANTOS:83944397649  
Prof(a). Marcelo Loures dos Santos  
Universidade Federal de Ouro Preto

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que a gratidão é a maior oração que existe! Início com gratidão imensa à Deus, seres de Luz, Guias Espirituais, energia Divina e Universal pelos 5 elementos da saúde: física, mental, intelectual, emocional e espiritual que me possibilitaram chegar até aqui.

Aos meus pais João (*in memoriam*) e Raymunda pelo dom da vida, esta que tanto se esforçou para educar todos os filhos à quem dedico meu título de mestre!

Aos meus queridos irmãos: Vlamir, Viviane e Luciane pela paciência e apoio.

Ao meu esposo Hurlan sempre resignado com nossa rotina do dia a dia conciliada à minha dedicação na elaboração dessa dissertação, amo você.

À minha família, tias, primas, primos, sobrinha, afilhados, sogra, cunhada, amigos que sempre torceram por mim e tiveram paciência com minhas ausências.

Ao time de trabalho da Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Nova Lima, por possibilitar que nosso serviço seja um campo de experiências e pesquisa.

À Secretaria de Educação de Nova Lima e os sujeitos que fazem o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE funcionar representados por: equipe de nutrição; Conselho de Alimentação Escolar - CAE; diretoras; serventes; setor financeiro e outros.

Aos parceiros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER de Nova Lima por acompanhar e dar suporte técnico indiretamente ao PNAE e diretamente aos agricultores familiares locais para acessar essa política pública.

Aos agricultores familiares que participaram da pesquisa e representam o sujeito do campo, suas raízes campesinas que ilustram a teoria da Educação do Campo.

À equipe de Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais por mostrar possibilidades de diálogos com Agricultura Familiar.

Tatiane, Lucas, Maura, Lilian e Sabrina, gratidão pelas referências e ajudas constantes.

À linha de Pesquisa Educação do Campo turma de 2019, Igor, Francielle, Josyane, Daniele e Cilésia que foram mais que uma turma, uma família!

Agradeço ao professor Eliano, meu orientador, por acreditar nesse trabalho e a banca composta pela professora Álida e professor Marcelo, pelas ricas contribuições na pesquisa.

Às muitas pessoas que não foram mencionadas aqui, mas me acompanharam nessa trajetória, trazendo inspiração e contribuindo com a reconfiguração dos meus saberes gratidão a todos!

## RESUMO

A dissertação objetiva analisar como acontece a compra e venda dos produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Lima/Minas Gerais/Brasil. Essa pesquisa é desenvolvida com olhar nas possibilidades de inclusão produtiva e com segurança sanitária para uma vida escolar saudável, haja vista que um dos desafios para o agricultor familiar é o atendimento às exigências da legislação sanitária, que é primordial para o aumento e a qualificação da sua produção. Tal processo possibilita o acesso às políticas públicas desenvolvidas para esse segmento de produção, focalizando, principalmente, o acesso dos agricultores familiares ao mercado da alimentação escolar nos limites da Lei 11.947/2009, segundo a qual o mínimo de 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar deve ser empregado em gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar. Explicitou-se, assim, as características das ações da gestão municipal na compra dos produtos advindos da agricultura familiar para alimentação escolar, como também verifica se essa compra tem contemplado a aquisição de alimentos de agricultores familiares locais. A abordagem qualitativa teve como instrumento entrevistas semiestruturadas na abordagem compreensiva de Kaufmann (2013). Foram entrevistados os agentes sociais envolvidos no PNAE de Nova Lima, quais sejam: nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação; membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município; agricultores familiares de Nova Lima que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e estão mais próximos de conseguir participar das chamadas públicas do PNAE; representantes de Nova Lima da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG); representantes da Vigilância Sanitária Estadual através de fiscais sanitários e membros da Diretoria de Alimentos do Estado de Minas Gerais. Dados qualitativos e quantitativos de pesquisa foram colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, verificados com a Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004). O recorte da pesquisa documental se deu a partir de análises documentais relacionadas à vigência do PNAE de Nova Lima entre os anos de 2011 e 2019. A investigação também traz uma breve sinalização de algumas mudanças impostas pela pandemia da COVID-19 na aquisição de alimentos da agricultura familiar do PNAE, com a suspensão da alimentação escolar devido ao fechamento das escolas públicas durante a pandemia. O produto educativo apresentado é um infográfico, no qual vamos expor de forma resumida os principais desafios do PNAE e como desenvolver ações do programa mais focais e efetivas em relação aos problemas encontrados. Essa forma de divulgação da pesquisa possibilitará entender a relevância do levantamento das necessidades apresentadas pela comunidade envolvida, para identificar os reais problemas existentes e apontamentos que possam intervir de forma que permita a manutenção e melhor qualidade na execução do programa, principalmente na aquisição de produtos da agricultura familiar local. O infográfico possibilitará refletir nos resultados da pesquisa e propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar no mercado da alimentação escolar numa perspectiva municipal.

Palavras-chave: Educação do Campo, Agricultura Familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Vigilância Sanitária.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyse how the purchase and sale of family farming products for the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [National School Feeding Programme] is carried out in the municipality of Nova Lima/Minas Gerais/Brazil. This research has been developed with a view to the possibilities of productive inclusion with sanitary security for a healthy school life, given that one of the challenges for the family farmer is meeting the requirements of sanitary legislation, which is crucial for the increase and qualification of their production. This process allows access to public policies developed for this segment of production, focusing mainly on the access of family farmers to the school feeding market within the limits of Law 11,947/2009, according to which a minimum of 30% of the resources earmarked for purchase of school meals should be used in foodstuffs from family farming. Thus, the characteristics of the municipal management actions in the purchase of family farming products for school meals were made explicit. It was also verified whether this purchase has included the acquisition of food from local family farmers. The qualitative approach adopted used semi-structured interviews following the comprehensive approach of Kaufmann (2013) as instrument of data collection. Interviews were conducted with the social agents involved in the PNAE of Nova Lima, namely: nutritionists from the Municipal Department of Education; members of the municipality's Conselho de Alimentação Escolar (CAE) [School Feeding Council]; family farmers from Nova Lima who have the PRONAF (DAP) [Rural Producer Aptitude Declaration] and are closer to being able to participate in the PNAE public calls; representatives of the Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) [Technical Assistance and Rural Extension Company of Minas Gerais] who were from Nova Lima; representatives of the State Sanitary Surveillance through their sanitary inspectors and members of the Food Board of the State of Minas Gerais. Qualitative and quantitative research data were collected through semi-structured interviews and verified with the Content Analysis Technique proposed by Bardin (2004). Document selection for this research was based on document analyses related to the functioning of the PNAE of Nova Lima between 2011 and 2019. This investigation also provides a brief indication of some changes imposed by the COVID-19 pandemic in the PNAE acquisition of food from family farming, following the suspension of school meals due to the closing of public schools during the pandemic. The educational product presented is an infographic, in which we will briefly describe the main challenges of the PNAE and how to develop more focused and effective actions in this programme to face the problems encountered. This way of disseminating the research will make it possible to understand the relevance of the survey of needs presented by the community involved both to identify the real existing problems and for their remarks that can intervene in a way that allows for the maintenance and better quality in the execution of the programme, especially in the acquisition of products from the local family farming. The infographic will make it possible to think about the research results and propose alternatives for the strengthening of family farming in the school feeding market from a municipal perspective.

Keywords: Rural Education, Family Farming; Programa Nacional de Alimentação Escolar [National School Feeding Programme]; Sanitary Surveillance.

## RESUMEN

Esta tesis de maestría tiene como objetivo analizar cómo se realiza la compra y venta de productos de la agricultura familiar para el Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [Programa Nacional de Alimentación Escolar] en el municipio de Nova Lima/Minas Gerais/Brasil. Esta investigación se desarrolla con miras a las posibilidades de inclusión productiva con seguridad sanitaria para una vida escolar saludable, dado que uno de los desafíos para el agricultor familiar es cumplir con los requisitos de la legislación sanitaria, que es fundamental para el incremento y calificación de su producción. Este proceso permite el acceso a las políticas públicas desarrolladas para este segmento de producción, enfocándose principalmente en el acceso de los agricultores familiares al mercado de alimentación escolar dentro de los límites de la Ley 11.947 / 2009, según la cual un mínimo del 30% de los recursos destinados a la compra de las comidas escolares debe utilizarse en alimentos provenientes de la agricultura familiar. Así, se hicieron explícitas las características de las acciones de la gestión municipal en la compra de productos provenientes de la agricultura familiar para las comidas escolares, así como se verificó si esta compra ha contemplado la adquisición de alimentos de agricultores familiares locales. El abordaje cualitativo tuvo como instrumento entrevistas semiestructuradas según el abordaje comprensivo de Kaufmann (2013). Fueron entrevistados los agentes sociales involucrados en el PNAE de Nova Lima, a saber: nutricionistas de la Secretaría Municipal de Educación; miembros del Conselho de Alimentação Escolar (CAE) [Consejo de Alimentación Escolar] del municipio; agricultores familiares de Nova Lima que cuentan con la Declaração al PRONAF (DAP) [Declaración de Aptitud del Productor Rural] y están más cerca de poder participar en las convocatorias públicas del PNAE; representantes de Nova Lima de la Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) [Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural de Minas Gerais]; representantes de la Vigilancia Sanitaria de la provincia a través de sus inspectores sanitarios y miembros de la Junta de Alimentos de la Provincia de Minas Gerais. Los datos cualitativos y cuantitativos de investigación se recolectaron a través de entrevistas semiestructuradas y fueron verificados con la Técnica de Análisis de Contenido propuesta por Bardin (2004). La selección documental para esta investigación se basó en análisis documentales relacionados con la vigencia del PNAE de Nova Lima entre 2011 y 2019. La investigación también brinda un breve indicio de algunos cambios impuestos por la pandemia de COVID-19 en la adquisición de alimentos de la agricultura familiar del PNAE, tras la suspensión de las comidas escolares por el cierre de las escuelas públicas durante la pandemia. El producto educativo presentado es una infografía, en la que describiremos brevemente los principales desafíos del PNAE y cómo desarrollar acciones del programa que sean más enfocadas y efectivas para afrontar los problemas encontrados. Esta forma de difusión de la investigación permitirá comprender la relevancia del relevamiento de necesidades presentado por la comunidad involucrada para identificar los problemas reales existentes y por sus comentarios que pueden intervenir de manera que permita el mantenimiento y mejor calidad en la ejecución del programa, especialmente en la adquisición de productos de la agricultura familiar local. La infografía permitirá reflexionar sobre los resultados de la investigación y proponer alternativas para el fortalecimiento de la agricultura familiar en el mercado de alimentación escolar desde una perspectiva municipal.

Palabras clave: Educación Rural, Agricultura Familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar [Programa Nacional de Alimentación Escolar]; Vigilancia sanitaria.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 - Escolas Municipais beneficiadas pelo PNAE de Nova Lima .....  | 30  |
| Mapa 1 - Rede Municipal de Ensino de Nova Lima por Regionais .....   | 31  |
| Mapa 2 - Localização do Município de Nova Lima e Municípios vizinhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais..... | 36  |
| Figura 1 - Nova Lima antiga.....   | 37  |
| Quadro 2 – Componentes e seus níveis no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) ...  | 40  |
| Figura 2 - Passo a passo para compra direta da Agricultura Familiar .....  | 44  |
| Figura 3 - Diretrizes da RDC 49/2013.....  | 45  |
| Figura 4 - Cartaz referente ao Movimento “A Cultura Popular dos anos 60”.....  | 52  |
| Figura 5 - Movimentos Sociais que contribuíram na discussão da Educação do Campo .....   | 54  |
| Figura 6 - Agricultores familiares e camponeses de Nova Lima .....   | 55  |
| Figura 7 – Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais de 2014 .....  | 72  |
| Gráfico 1 – Situação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP’s) em Nova Lima.....  | 76  |
| Figura 8 – Trabalho de Nova Lima com participação de agricultores familiares locais .....  | 78  |
| Fotografia 1 – Chef de cozinha finalizando a salada de azedinha com feijão de corda .....  | 79  |
| Fotografia 2 - Alunos e horta familiar .....   | 80  |
| Fotografia 3 - produção dos Agricultores Familiares de Nova Lima com DAP .....   | 81  |
| Fotografia 4 - produção de agricultores familiares de Nova Lima com DAP.....   | 82  |
| Quadro 3 - Diretrizes do PNAE conforme Resolução nº26 de 2013.....   | 83  |
| Quadro 4 - Principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentam no PNAE .....  | 89  |
| Gráfico 2 - Valor total dos repasses anuais e valor parcial destinados a Agricultura Familiar (2011-2019) .....                    | 93  |
| Gráfico 3 - Percentual do valor total utilizado na compra de.....  | 94  |
| Figura 9 - Dificuldades apontadas quanto à entrega de gêneros da agricultura familiar.....   | 98  |
| Figura 10 - PNAE e Vigilância Sanitária durante a pandemia COVID 19 .....  | 100 |
| Quadro 5 – Entrevista Coletiva equipe EMATER/MG Nova Lima.....   | 111 |
| Quadro 6 – Entrevista coletiva equipe Nutrição PNAE Nova Lima .....  | 117 |
| Quadro 7 – Entrevista Coletiva Equipe Conselho de Alimentação Escolar/CAE Nova Lima....  | 128 |
| Quadro 8 – Entrevista Coletiva Agricultores Familiares com DAP - Nova Lima .....   | 140 |
| Quadro 9 – Entrevista coletiva Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais ..... | 153 |
| Figura 11- Pilares Básicos para implementação do PNAE no âmbito municipal .....  | 157 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Valor de repasse por aluno matriculado para execução do PNAE.....                            | 71 |
| Tabela 2 - Percentual do valor da produção da Agricultura Familiar, Brasil e Minas Gerais 2017<br>..... | 73 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APA Sul Área de Proteção Ambiental ao Sul  
CAE Conselho de Alimentação Escolar  
CECANE Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE)  
COEP – UFMG Comitê de Ética e Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais  
DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DHAA Direito Humano a Alimentação Adequada  
EAN Educação Alimentar e Nutricional  
EFAP Escola Família Agrícola Paulo Freire  
EMATER/MG Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural de Minas Gerais  
ESP/MG Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais  
FAE/UFMG Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais  
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz  
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
GIRACAMPO Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH Índice de Desenvolvimento Humano  
IFSULDEMINAS Instituto Federal Sul de Minas  
ISCED Instituto Superior de Ciência da Educação  
LOSAN Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
LOSAN Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MDS Ministério do Desenvolvimento Social  
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC Ministério da Educação  
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEA/UFOP Núcleo de Estudos de Agroecologia da Universidade Federal de Ouro Preto  
OCS Organização de Controle Social  
ONU Organização das Nações Unidas  
PAA Familiar Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar  
PAA Programa de Aquisição de Alimentos  
PANCs Plantas Alimentícias Não Convencionais  
PBSM Plano Brasil sem Miséria

PEAU Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana  
PIPSS Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária  
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNSAN Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
ProMAVS Programa de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde  
PROMESTRE Mestrado Profissional em Educação e Docência  
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSE Programa Saúde na Escola  
RDC Resolução da Diretoria Colegiada  
RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte  
SARS-CoV-2 ou COVID-19 Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2  
SES/MG Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais  
SESAN Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SIE Serviço de Inspeção Estadual  
SIF Serviço de Inspeção Federal  
SIM Serviço de Inspeção Municipal  
SNVS Sistema Nacional de Vigilância Sanitária  
SUS Sistema Único de Saúde  
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais  
Unicef Fundo das Nações Unidas para Infância  
UON Universidade 11 de Novembro de Cabinda/Angola/África  
VISA Vigilância Sanitária

## SUMÁRIO

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 1   | MEMORIAL: MOTIVAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....  | 15  |
| 2   | CAMINHOS PARA INTRODUÇÃO, METODOLOGIA, PRODUTO EDUCATIVO E TERRITÓRIO DE ESTUDO .....   | 18  |
| 2.1 | Introdução .....  | 18  |
| 2.2 | Percursos Metodológicos .....   | 21  |
| 2.3 | Construção do Produto Educativo .....   | 31  |
| 2.4 | Nova Lima – Minas Gerais: características do território em estudo .....   | 34  |
| 2.5 | Aspectos da Vigilância Sanitária no Brasil: Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária .....  | 38  |
| 2.6 | A Vigilância Sanitária de Nova Lima .....   | 46  |
| 3   | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL .....   | 49  |
| 3.1 | Diálogo entre conceitos do campesinato e agricultura familiar .....   | 56  |
| 3.2 | Debate acerca da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar no PNAE .....  | 61  |
| 3.3 | Interfases entre Agricultura Familiar urbana e agroecologia .....   | 64  |
| 4   | PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL .....   | 67  |
| 4.1 | O PNAE em foco: contextualizando seu avanço no Brasil .....   | 67  |
| 4.2 | A Agricultura Familiar em Minas Gerais e Nova Lima .....  | 72  |
| 4.3 | As interrelações entre o PNAE e a agricultura familiar .....  | 82  |
| 4.4 | Desafios na aproximação entre Agricultura Familiar e PNAE .....   | 85  |
| 4.5 | Avaliação e monitoramento das políticas públicas do PNAE .....  | 90  |
| 4.6 | As mudanças no PNAE, frente a pandemia do COVID 19: um olhar da Vigilância Sanitária .....  | 95  |
| 5   | A APROXIMAÇÃO DO PNAE COM OS ATORES SOCIAIS: reflexões sob olhar dos envolvidos .....   | 101 |
| 5.1 | Olhar da EMATER/MG sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima .....   | 106 |
| 5.2 | Olhar da equipe de nutrição sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima .....  | 111 |
| 5.3 | Olhar da equipe do CAE sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima .....   | 119 |
| 5.4 | Olhar dos agricultores familiares de Nova Lima com DAP sob o PNAE .....   | 129 |
| 5.5 | Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais: reflexões para alcance da agricultura familiar ..... | 141 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 156 |
|   | REFERÊNCIAS .....  | 180 |
|   | APENDICE A – Panorama de visitas da VISA, acompanhando CAE .....                               | 192 |
|   | APÊNDICE B – Termo de consentimento informado, livre e esclarecido .....                       | 199 |
|   | APÊNDICE C - Roteiro de entrevista compreensiva com EMATER/MG .....                            | 201 |
|   | APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Compreensiva com Nutricionistas.....                        | 202 |
|   | APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Compreensiva com CAE.....                                   | 203 |
|   | APÊNDICE F - Roteiro Entrevista Compreensiva com Agricultores Familiares.....                  | 204 |
|   | APÊNDICE G - Roteiro de Entrevista Vigilância Sanitária Estadual.....                          | 205 |
|   | APÊNDICE H - Produto Educativo Infográfico .....   | 206 |
|   | ANEXO A - Documento referente à Execução do PNAE .....   | 214 |
|   | ANEXO B - Ofício N <sup>o</sup> 62/2018/CECANE - Retificado .....                              | 216 |
|   | ANEXO C - Ofício-Circular n <sup>o</sup> 31/2018/Dapae/Cgpae/Dirae-FNDE.....                   | 220 |
|   | ANEXO D - CECANE/IFSULDEMINAS e Comunicado de monitoramento do PNAE.....                       | 221 |
|   | ANEXO E - A natureza das ações de Vigilância Sanitária e a sua relação com as escolas .....    | 222 |
|   | ANEXO F - Legislações aplicáveis que normatizam funcionamento de creches e escolas.....        | 225 |
|   | ANEXO G - Alguns requisitos técnicos verificados pela fiscalização sanitária nas escolas ..... | 228 |

## 1 MEMORIAL: MOTIVAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Tudo começou com um concurso provisório que saiu no município de Nova Lima, em Minas Gerais no ano de 2003 para fiscal sanitário. Particularmente, eu não sabia do que se tratava, que tipo de trabalho o fiscal realizava e quais as complexidades que o serviço exigia, mas fiz o concurso, pois a princípio precisava trabalhar. Fui aprovada e, desde então, trabalho como funcionária pública. O contato com o serviço público na esfera Municipal da Vigilância Sanitária (VISA) no município de Nova Lima, possibilitou minha posterior formação no curso Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG).

Posteriormente, durante o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), participei do projeto de extensão Conexão de Saberes, em 2009, na Escola Vicente Estevão, em Nova Lima. Embora não se trate de uma escola do campo, é uma escola municipal que fica distante do centro da cidade. Nesse período trabalhamos as profissões nas escolas e falei um pouco sobre a minha profissão de Fiscal Sanitário. A partir daí os projetos educativos foram crescendo e o amor à profissão aliado à educação foi aumentando. Um dos projetos foi o de *Fiscal Sanitário Mirim: experiência com o Programa Saúde na Escola no Município de Nova Lima/MG/Brasil*, em que a Vigilância Sanitária municipal insere atividade educativa de Fiscal Sanitário Mirim por um dia, no calendário do Programa Saúde na Escola - PSE.

Esse desejo de desenvolver atividades educativas sobre o trabalho do Fiscal Sanitário nas escolas culminou na especialização em Gestão de Vigilância Sanitária, pelo Instituto de Pesquisa Sírio Libanês, em que tive como projeto *Educação Sanitária na Escola: Uma experiência integradora*. Tratou-se de uma proposta de inserir a Vigilância Sanitária no Programa Saúde na Escola (PSE), trabalhando educação e saúde nas escolas.

Tive a oportunidade de representar a Vigilância Sanitária no curso de formação de atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ministrado pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), do Instituto Federal Sul de Minas (IFSULDEMINAS). Essa experiência foi imprescindível para reconhecer a participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar, e perceber que esse público, assim como as Escolas que tem 30% dos recursos do PNAE para compra de gêneros

alimentícios diretamente da agricultura familiar, demandam orientações sobre os requisitos sanitários necessários para elaborar e avaliar produtos alimentícios da agricultura familiar.

Na experiência mencionada, o CECANE informou que muitas prefeituras não atendem o que a legislação estabelece, e quando atende muitas delas não executam o programa como deveriam, não priorizando a agricultura familiar local. Percebi, por meio de revisões bibliográficas, que pesquisar sobre a aplicação do PNAE não é um assunto inédito, porém para a região, e em particular para o município pesquisado, este estudo pode evidenciar um cenário muitas vezes ignorado pelas autoridades e pela população como um todo, além de amplificar a voz desses grupos de agricultores familiares locais.

Em particular, a escolha do tema como objeto de estudo ocorreu a partir de inspeções sanitárias que realizei, logo após o curso do CECANE. Algumas vezes perguntei e questionei sobre a rotulagem de determinados produtos alimentícios às cantineiras (alimentos minimamente processados de origem vegetal com rotulagem incompleta). Lembro que as cantineiras informaram sobre a compra da merenda escolar, que se tratava de alimentos da agricultura familiar, porém, percebi que nenhum alimento fornecido na merenda escolar era proveniente da agricultura familiar do município, tão pouco da região.

Passei a refletir sobre essas experiências profissionais vividas que me impulsionaram a desenvolver este projeto de pesquisa em nível de mestrado.

O relato de experiência pessoal vivido possibilitou perceber a necessidade de investigar: como o município de Nova Lima se encontra em relação ao cumprimento da lei do PNAE, quanto à aquisição de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar? Qual a perspectiva para participação de agricultores familiares locais?

Percebe-se então a necessidade de compreender o funcionamento do PNAE de Nova Lima, os pontos fortes e fracos na aquisição de alimentos da agricultura familiar, buscando por meio da análise do mesmo, apresentar indicadores e sugerir ações que possam fortalecer e regularizar o cumprimento da lei e motivar aquisição de alimentos especialmente da agricultura familiar local, com a possibilidade de comercializar sua produção na alimentação escolar, sendo uma forma de reforçarmos a importância do consumo de alimentos saudáveis, respeitando a cultura alimentar, a vocação agrícola da região, a produção de alimentos próximos de quem vai consumir (diminuindo o desperdício e as perdas pelo transporte a longas distâncias), respeitando o meio ambiente e valorizando a categoria que produz o alimento que desejamos que os estudantes tenham acesso todos os dias.



Escolhi a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), pois tive a oportunidade, no curso de Arquivologia, de ser bolsista do projeto de *"Implantação do Laboratório de Ensino e Pesquisa e da Linha de Pesquisa Psicologia, Psicanálise e Educação na Universidade 11 de Novembro/Angola"* em parceria com a FAE, quando pude estudar um semestre no Instituto Superior de Ciência da Educação (ISCED) na Universidade 11 de Novembro (UON) de Cabinda/Angola/África e trabalhar temáticas da psicologia, educação e saúde. Também fiz disciplinas isoladas do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE). Esses contatos com a FAE/UFMG foram fundamentais para perceber a importância da educação envolvendo pesquisas e atividades de saúde e educação nas escolas.

Estou no Mestrado Profissional em Educação e Docência, por acreditar que ele constituirá em uma poderosa ferramenta para o meu aperfeiçoamento nas práticas de saúde, incluindo a promoção de saúde e suas bases cidadania e ambiente, uma vez que o mestrado promoverá minha integração entre universidade, minha prática profissional nos serviços de promoção e prevenção à saúde na sociedade, me oferecendo aprendizado teórico-metodológico que me tornará capaz de analisar de forma sistemática a realidade, conhecer meu cotidiano de trabalho e suas práticas e nele intervir de modo fundamentado e integrado entre trabalho, ensino e pesquisa.

Creio que esse mestrado vai propiciar a instrumentalização com conhecimentos e técnicas científicas, desenvolvimento de diálogos multidisciplinares com atores da saúde, educação e sociedade, propiciando minha qualificação para lidar com problemas de educação em saúde em uma perspectiva científica mais elaborada.

## **2 CAMINHOS PARA INTRODUÇÃO, METODOLOGIA, PRODUTO EDUCATIVO E TERRITÓRIO DE ESTUDO**

### **2.1 Introdução**

Este capítulo apresenta como a dissertação está sendo construída, como elaboro suas partes e a partir de qual lugar elas são edificadas. Dessa forma, optei por eleger um espaço maior para discutir as opções eleitas para a apresentação dos dados, como também ter um espaço apropriado para apresentar os sujeitos cujas falas e vivências fazem parte desse trabalho. A dissertação tem como objetivo geral analisar, como acontece a compra e venda dos produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conhecido como merenda escolar, no município de Nova Lima. Focaliza principalmente o acesso dos agricultores familiares ao mercado da alimentação escolar nos limites da Lei 11.947/2009, segundo a qual o mínimo de 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar deve ser empregado em gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar.

Os objetivos específicos são:

1. Verificar como os atores sociais do PNAE<sup>1</sup> do Município de Nova Lima se envolvem com o PNAE;
2. Caracterizar a ação da gestão municipal na compra de alimentos advindos da agricultura familiar;
3. Verificar os desafios da vigilância sanitária para o alcance do produtor da agricultura familiar, ao que se refere ao conhecimento e atendimento à legislação sanitária para a legalização dos seus produtos de origem vegetal;
4. Compreender as repercussões do PNAE em Nova Lima quanto ao cumprimento da legislação no que diz respeito aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar;
5. Refletir nos resultados da pesquisa e propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar, no mercado da alimentação escolar, numa perspectiva municipal.

---

<sup>1</sup> O PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar, entre outros. (BRASILIA, 2015, p. 9)

No processo de persecução dos objetivos, uma indagação serviu como orientação para a pesquisa e, também, como reflexão problematizadora: como, no município de Nova Lima/MG, acontece a inclusão dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE? Dela, deriva outra indagação não menos importante: caso essa inclusão não aconteça, como os agricultores familiares do município poderão conquistá-la?

O município de Nova Lima dista 24 km de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, e foi eleito como campo de pesquisa por agregar duas questões importantes para o objeto de estudo: a) Ser o território de trabalho da pesquisadora, que faz parte de inspeções sanitárias nas escolas municipais, em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar/CAE; b) Elaborar como produto educativo, um breve diagnóstico do PNAE, com olhar da Vigilância Sanitária de Nova Lima/MG, observando como funciona a aquisição e fornecimento de alimentos de origem vegetal, através de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e possibilidades orientações sanitárias nas produções de alimentos de origem vegetal minimamente processados de agricultores familiares locais.

As condições acima, motivaram o propósito de analisar a ação daquele município, tendo em vista o cumprimento da Lei 11.947/2009, como também para verificar se os agricultores conseguem alcançar o mercado gerado pelo PNAE. Desse modo, pressupõe ser possível identificar como é a relação entre agricultores familiares, gerência da alimentação escolar, diretores escolares e representantes institucionais do município.

A relevância do trabalho consiste em evidenciar esses processos em um período de intenso incentivo da sociedade para o desenvolvimento sustentável que preza pela compra pública dos governos locais como vetores para a melhoria de vida dos pequenos produtores. Desde 2003, ações preconizadas pelo PNAE apresentam um conjunto de políticas públicas brasileiras visando a autonomia e desenvolvimento do pequeno produtor rural. Essa demanda reflete uma tendência de ampliar o diálogo com a sociedade, na valorização dos produtos com certificado de origem e as práticas tradicionais de manejo no campo conforme percebemos na experiência do Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo do Território dos Inconfidentes (GIRACAMPO)<sup>2</sup> que vem acompanhando as escolas estaduais e municipais da

---

<sup>2</sup> Segundo Santos (2020) neste período o Grupo GIRACAMPO vem estabelecendo parcerias com outros grupos de pesquisa como o Núcleo de Estudos de Agroecologia da Universidade Federal de Ouro Preto (NEA/UFOP) e instituições que trabalham com a Educação do Campo na região, como a Escola Família Agrícola - EFA Paulo Freire.

rede pública de ensino na implementação das Diretrizes da Educação do Campo no Território dos Inconfidentes em que

as atividades do Giracampo junto às escolas do campo revelaram que a maioria das escolas do campo do Território dos Inconfidentes não conseguem comprar sequer os 30% da compra institucional da Agricultura Familiar, como exige o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Não obstante, alguns municípios, como Barra Longa e Guaraciaba, com medidas simples conseguiam elevar a compra institucional dos produtos da Agricultura Familiar para acima de 80%. Diante desse cenário, no dia 25 de outubro de 2019, realizou-se na Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP), localizada na Comunidade de Boa Cama, no município de Acaiaca, em Minas Gerais, o “Encontro Regional de Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada”. O principal objetivo do encontro foi realizar uma caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apontando as experiências em desenvolvimento, ações realizadas e os desafios para a sua efetivação no Território dos Inconfidentes. (SANTOS,2020, p.4)

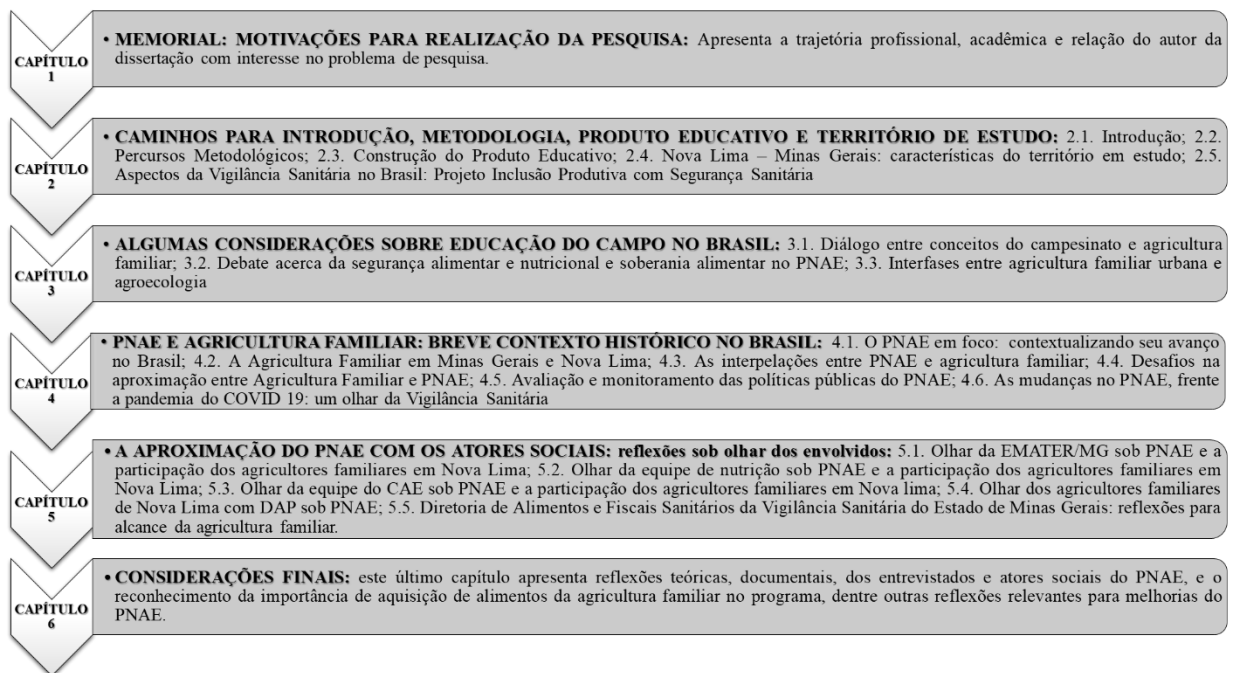
Esses diálogos e experiências tornam-se ainda mais necessários e sensíveis quando se problematiza a função do PNAE na sociedade brasileira, sendo de relevância mostrar trabalhos como o grupo de pesquisa GIRACAMPO em Minas Gerais, e o desenvolvimento desta dissertação do PROMESTRE, como possibilidades de melhoria do PNAE e aproximação da aquisição de alimentos dos agricultores familiares locais. Ao longo da pesquisa veremos que o PNAE não é apenas a maior política pública de alimentação escolar do mundo, sendo também um projeto social que envolve a formação de hábitos alimentares de milhões de brasileiros.

Trata-se de um breve panorama da urgência de problematizar tais questões para a população brasileira, em especial as políticas públicas municipais locais que permeiam o PNAE de todo país. Nesse estudo, optou-se por investigar um município da região metropolitana de Belo Horizonte, em que os poucos agricultores locais e regionais existentes, travam uma luta pela sobrevivência, a partir do fruto do seu trabalho no campo.

A pesquisa se torna intrigante, quando é visto a partir da perspectiva de uma pesquisa nascida na linha de Educação do Campo do PROMESTRE/FAE/UFMG, dialogando com perspectivas de saúde pública e educação em saúde. Nesse sentido as vivências multidisciplinares, encontradas nas teorias estudadas, nas vivências profissionais e acadêmicas de todos os sujeitos envolvidos durante o mestrado ajudam a dar a tônica da pesquisa.

Essa dinâmica investigativa, fortalece as proposições que prezam a alimentação escolar e sua qualidade como uma luta também de todos os atores sociais envolvidos no PNAE, que possuem desafios para execução plena do programa, sendo assim, para o PNAE ter êxito na inclusão dos agricultores familiares é preciso criar ações de fortalecimento no diálogo e confiança entre os sujeitos envolvidos no programa.

## A dissertação está estruturada da seguinte maneira



Fonte: elaborada pela autora. 2022

## 2.2 Percursos Metodológicos

No campo da Educação, estruturar as reflexões de pesquisa implica, a priori, saber que se trata de uma área com diferentes saberes, que implica uma abordagem sobre a necessidade de adoção de olhares distintos das diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de uma melhor compreensão da realidade que envolve o objeto de estudo.

Nessa perspectiva, a Entrevista Compreensiva assume o papel de não apenas subsidiar elementos para analisar, mas também de compreender os fenômenos. Durante todo o processo, a relação entre sujeito e objeto requer o reconhecimento de interações que emergem no percurso de construção do conhecimento, o que por sua vez pode ocorrer, à medida que nos propomos a aprofundar a análise por meio do diálogo consoante com os sujeitos/atores/autores.

Para construção do cenário metodológico desta pesquisa, o desafio é compreender a pesquisa de campo como construtora do processo de investigação, de modo a não se resumir em verificação teórica, mas num caminho que possa nascer novas indagações envolvendo os atores sociais presentes no PNAE de Nova Lima.

Dentre as abordagens metodológicas para elaboração da dissertação, teremos a Entrevista Compreensiva<sup>3</sup> que se fundamenta na análise compreensiva da fala. A investigação, conforme esta proposta metodológica, apoia-se na linha weberiana, em que a explicação sociológica, busca a compreensão do sentido da ação humana, sendo o objetivo principal do método de Kaufmann (2013) é a produção de teoria que ajudou a direcionar o trabalho de campo, pois, para ele, o campo de pesquisa precisa ser o nascedouro de práticas científicas. O autor evoca a ideia do pesquisador como um “artesão intelectual”, retomando a expressão de Wright Mills, “sendo aquele que sabe dominar e personalizar os instrumentos que são o método e a teoria, num projeto concreto de pesquisa” (KAUFMANN, 2013, p. 33). Sendo assim, o autor organiza sua discussão a partir da concepção de que

o processo compreensivo apoia-se na convicção de que os homens não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtores ativos do social, portanto depositários de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos; ele começa, portanto, pela entropia. O trabalho sociológico não se limita, entretanto, a esta fase. Ele consiste, ao contrário, na capacidade de interpretar e de explicar a partir dos dados recolhidos. A compreensão da pessoa é apenas um instrumento, o objetivo do sociólogo é a explicação compreensiva do social (KAUFMANN, 2013, p. 47).

Kaufmann (2013) defende a importância da flexibilização das técnicas de pesquisa, incentivando os leitores a que, depois de apreender sua lógica, esqueçam-na e empreendam sua própria forma de ver e executar a pesquisa, sem deixar de levar em consideração a preocupação de realizar um trabalho com consistência teórica e técnica. O autor advoga pela paixão que se deve ter pelo trabalho de pesquisa, celebrando a experiência dos sujeitos como única em cada trabalho de campo. Por isso, deve ser construído junto com os participantes, ouvindo-os atentamente, interagindo de forma cortês e compreendendo que não existe uma pretensa neutralidade do pesquisador, pois tanto ele quanto os outros vão ser afetados pelo trabalho de pesquisa.

Por essa razão, o autor eleva a entrevista a um patamar de destaque para a pesquisa social, enaltecendo e defendendo a relação dialógica com os participantes e a interação plena do pesquisador com o ambiente de pesquisa. Nessas circunstâncias, o evento da entrevista também é uma fonte importante dos dados, levando em consideração suas nuances e suas vicissitudes. Importante seguir a recomendação de Kaufman (2013) quanto observar atentamente a interação dos entrevistados pode despertar nos pesquisadores o prazer pelo processo investigativo.

---

<sup>3</sup> Desenvolvida pelo sociólogo francês Jean-Claude Kaufmann (KAUFMANN, 2013), propõe um processo inverso nos modos de construção do objeto de estudo.

Assim, programamos entrevistar os agentes sociais envolvidos no PNAE de Nova Lima, quais sejam: nutricionistas da Secretaria de Educação de Nova Lima; membros do Conselho de Alimentação Escolar do município; agricultores familiares de Nova Lima, que possuem a Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e estão mais próximos de conseguir participar das chamadas públicas do PNAE; funcionário de serviço municipal ou estadual de fomento agrícola e extensão rural (entrevista com Entidades Articuladoras representada por membros da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Nova Lima); representantes da Vigilância Sanitária Estadual através de fiscais sanitários e equipe da Diretoria de Alimentos do Estado de Minas Gerais. É importante destacar que sindicatos e Cooperativas que contemplem o nosso sujeito de pesquisa não existem no município, por isso, seus membros não serão entrevistados. O número final de entrevistas será proporcionado pela saturação de dados<sup>4</sup>. Como a pesquisa tem uma perspectiva compreensiva, ou seja, compreender a problemática da realidade na qual ela se insere, os sujeitos participaram da pesquisa a partir da sua disponibilidade e intenção em colaborar.

Em relação ao levantamento e análise dos dados, foram colhidos através de roteiros de entrevista semiestruturada, transcritos e analisados com a Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004), que consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados ao conteúdo de discursos diversificados, sendo a discussão dos resultados agrupados em categorias temáticas e indicadores, além de serem embasados na literatura de referência ao tema, essa forma

Os dados já coletados foram lidos, sendo que foi feita uma análise de conteúdo categorial (Bardin, 1977). A análise de conteúdo refere-se a um conjunto de técnicas analíticas de dados qualitativos, podendo ser compreendida como “um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.” (Bardin, 1977, pp. 30-31). Tal uso esteve associado ao intuito mais amplo de evidenciar assuntos e temáticas mais relevantes presentes nas respostas dos estudantes. Proporcionou identificar grandes tendências presentes no material analisado, revelando sentidos e significados a elas associados. (BARDIN, 1977, p. 30-31 *apud* LEAL; RIBEIRO, 2020, p.10)

---

<sup>4</sup> É quando os dados começam a se repetir nos discursos e não necessitam entrevistas com mais agentes de uma mesma categoria para conseguir entender o que se busca. Pois, “[...] no início eles são muitos nebulosos e incessantemente questionados por novas observações. Em seguida, eles se tornam mais nítidos e estabilizam-se, vindo os fatos a confirmar as grandes linhas e tornando mais precisos pontos de detalhes; até o momento onde é possível considerar que há saturação: os últimos dados recolhidos não trazem mais nada, ou quase nada. Nesse estágio, o pesquisador já provou por ele mesmo a validade dos resultados, graças a tal instrumento interno” (KAUFMANN, 2013, p. 54).

As categorias e indicadores foram citados durante a análise do texto das entrevistas que estão detalhadas no capítulo 5 que vai apresentar *A APROXIMAÇÃO DO PNAE COM OS ATORES SOCIAIS: reflexões sob olhar dos envolvidos*. Utilizou-se algumas falas representativas para ilustrar o agrupamento total de cada categoria com seus respectivos indicadores, os quais foram organizados no capítulo 5. Os discursos foram identificados com número das entrevistas (E1, E2...E10), categoria referente aos objetivos específicos da entrevista. Foi citado somente nome do grupo à qual pertence cada ator social do PNAE, para se manter o sigilo de nome dos/as participantes. No entanto através do nome dos representantes das unidades executoras do PNAE, foi possível clarificar a partir de qual lugar social os/as entrevistados/as estavam falando.

Quanto ao formato do evento, a proposta inicial era de realização de entrevistas individuais, porém, ao estabelecer contato com as pesquisas de Kramer (2007) optou-se por conceber a entrevista coletiva como um dispositivo metodológico em consonância com a perspectiva dialógica que deu suporte à investigação. E também prezando a segurança de todos os participantes no contexto da pandemia, seria mais prático a organização de atores sociais/representantes com funções comuns na atuação e execução do programa e convidados a participar de uma discussão que gira em torno de um tema ou de temas comuns aos participantes e escolhidos previamente pelo pesquisador, dessa forma

Este tipo de entrevista é concebido frequentemente no senso comum como um evento midiático em que jornalistas são convidados a ouvir e fazer perguntas para um ou mais entrevistados, ou seja, há vários entrevistadores direcionando perguntas a um número reduzido de entrevistados. É a chamada coletiva de imprensa. Entretanto, nas pesquisas acadêmicas, tem-se observado o uso da entrevista coletiva (EC) como dispositivo metodológico tomando outros contornos. Enquanto na coletiva de imprensa o(s) entrevistado(s) limita(m)- se a responder o que é inquirido por vários entrevistadores, na EC sob a perspectiva de Kramer (2007), é possível notar que há apenas um entrevistador – o pesquisador – realizando perguntas a diferentes entrevistados no mesmo evento. (KRAMER, 2007 *apud* FERNANDES, 2014, p. 10)

Outros quesitos serão incorporados a partir da análise dos documentos na pesquisa quantitativa. Inicialmente, faremos uma pesquisa de campo que se caracteriza, segundo Fonseca (2002), pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

Para compreender a situação do PNAE no município de Nova Lima, e sua relação com os agricultores familiares e as escolas municipais, conforme legislação vigente, inicialmente realizaremos uma pesquisa documental que

trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já



elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

No entanto, o recorte da pesquisa documental será a análise dos dados documentais relacionados à vigência do PNAE no município de Nova Lima entre os anos de 2011 a 2019, para caracterizar o programa no município, identificar seus atores sociais e participação na realidade municipal e verificar o cumprimento da lei do PNAE em relação a inclusão de alimentos da agricultura familiar. Nesse tipo de coleta de dados analisaremos documentos oficiais, contratos, tabelas estatísticas, manuais internos de procedimentos referentes as chamadas públicas nesse intervalo de tempo do PNAE. Além de nos possibilitar um breve panorama em relação a implementação do PNAE em Nova Lima até os dias atuais, nessa investigação histórica, poderemos descrever/comparar a prestação de contas em relação ao cumprimento da lei do PNAE desde sua mudança em 2009 até os dias atuais, estabelecendo as características e tendências em Nova Lima.

Os instrumentos de apoio tecnológico utilizados para o levantamento de dados será: gravador de voz digital, máquina digital para os registros gráficos (foto, vídeo), notebook, plataformas virtuais para as entrevistas semiestruturadas online (Microsoft TEAMS conta empresarial da UFMG). Assim como também materiais de escritório e outros elementos que facilitaram a compreensão da informação necessária, permitindo de forma objetiva a construção de um modelo de análise visando a estruturação desta pesquisa

Para a realização da construção do produto educativo a dissertação conta com marcos da pesquisa-ação inspirados em Thiollent (2006). A compreensão da realidade a ser pesquisada parte do conhecimento mútuo entre os atores envolvidos – pesquisadores e atores locais. Este método de pesquisa compreende que a sistematização e a análise das informações se fazem mediante o diálogo contínuo com os atores locais envolvidos na pesquisa. Sendo assim, além da participação dos sujeitos envolvidos da agricultura familiar e PNAE, “supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional e técnica que busca facilitar o encontro de soluções a problemas reais e complexos permitindo a reflexão aprofundada sobre os condicionantes sociais que os envolvem”. (THIOLLENT, 2011, p.48)

A pesquisa-ação é definida por Thiollent (2011) como uma estratégia metodológica da pesquisa social com base empírica, estreitamente associada a uma ação ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, o diagnóstico da situação do PNAE deve ser construído com dados oriundos da participação efetiva das pessoas que atuam no local de estudo, não ficando somente nas “mãos” dos profissionais que o elaboram. Todos os atores devem ser ouvidos e constroem juntos melhorias na execução do PNAE.

As metodologias e estratégias utilizadas nesta dissertação, inspiram-se na educação dialógica e participativa da concepção de educação desenvolvida por Paulo Freire, de pedagogia crítica, voltada para a formação de consciência política e transformação da realidade. Assim, como o condutor da elaboração do produto educativo, será uma pesquisadora da Vigilância Sanitária, esse trabalho também possui características metodológicas da educação popular na saúde, que parte da busca de diálogo e troca de conhecimentos, de forma a superar a relação vertical entre profissionais de saúde e usuários do campo e da cidade. A busca pela integração e interação entre as diferentes áreas de conhecimento está expressa, nessas experiências, na abordagem de temas relacionados à vigilância sanitária e educação do campo.

✓ Participantes da pesquisa: entrevista compreensiva com os envolvidos no PNAE

Ante a opção de trabalhar a perspectiva compreensiva e, assim, incluir os participantes/sujeitos como coautores no processo, nessa seção do texto apresento os participantes, cujas falas foram utilizadas para ajudar a compreender como eles se envolvem na execução do PNAE, identificando desafios e possibilitando refletir nas melhorias. O Roteiro de entrevistas foi enviado previamente para o e-mail de todos os participantes das entrevistas. Os mesmos ficaram à vontade para sugerir, acrescentar e modificar perguntas, todas elaboradas mediante a realidade dos entrevistados, que são atores sociais do PNAE e pertencem a diferentes unidades executoras do programa. Foi muito agradável essa abertura, pois possibilitou melhorar o roteiro e sugestões de novas perguntas que iriam enriquecer a realidade do tema a ser abordado.

Foram entrevistadas coletivamente pessoas que pudessem representar cada uma das categorias, divididas da seguinte forma:

1) agentes institucionais, que são as pessoas públicas que se envolvem com a temática, como: técnicos de Nova Lima representantes da EMATER/MG;

2) agentes educacionais: representantes das escolas do município que efetuaram compras da agricultura familiar; e que participam diretamente ou indiretamente do processo (CAE, nutricionistas e similares);

3) agentes da agricultura familiar: agricultores e agricultoras que possuem DAP no município e pretendem participar de chamadas públicas do PNAE para comercializar seus produtos na merenda escolar do município;

4) Participantes da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, membros da Diretoria de alimentos que trabalham com a legislação de alimentos minimamente processados de origem vegetal.

Todos os participantes apresentados na entrevista coletiva são identificados com nome E (entrevista) 1 ao 10, que é referente a fala e número da questão a qual se trata. Dessa forma serão identificados como E1, E2, E3....até E10 que é o número máximo de questões referente aos roteiros de entrevistas). Essa metodologia foi adotada para que a identidade dos participantes da entrevista coletiva possa ser preservada, conforme estabelecido no código de ética estabelecido na pesquisa e seguidos a critérios recomendados pelo Comitê de Ética e Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP – UFMG). Na categoria agentes institucionais, as falas ilustrativas na entrevista coletiva são:

a) Dois representantes da EMATER/MG em Nova Lima, que são técnicos que orientam os agricultores familiares da região. Dividem suas atividades diárias entre orientação aos agricultores familiares que tem Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, regularização aos agricultores que não tem e estão em processo de regularização, realiza trabalhos junto aos agricultores familiares locais. Acreditam que o PNAE pode mudar a vida dos assentados e agricultores familiares, aposta no diálogo entre PNAE e agricultores como meio para essa vitória.

b) Sete representantes da equipe de nutrição responsável pelo atendimento ao PNAE nas Escolas do Município de Nova Lima. A equipe assume as tarefas em relação a tudo que envolva a alimentação escolar do município e foram realizadas entrevistas para entender toda a trama que envolve esse assunto. Equipe sempre atenciosa e solícita, para dialogar sobre o PNAE de Nova Lima.

c) Cinco representantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da gestão atual, entre elas professores, sociedade civil (pais de alunos), cantineiras. Cada representante possui papel importante no CAE, como secretária, conselheiro, presidente, colaborador e ajudante. Foram solícitas e disponíveis.

d) Dois representantes da Agricultura Familiar de Nova Lima que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>5</sup> para pessoa física. No momento da pesquisa, existiam outros agricultores familiares em processo de regularização da DAP, mas somente dois possuíam DAP. Optamos por selecionar os agricultores que conseguiram DAP, para compreender os processos até aquisição DAP, bem como abertura de novas possibilidades após a regularização documental.

e) Três representantes da Vigilância Sanitária Estadual da Diretoria de alimentos do Estado de Minas Gerais, sendo: a Diretora Sanitária de Alimentos, o Fiscal Sanitário do Núcleo Regional Vigilância Sanitária e a referência técnica da Diretoria de Alimentos do Estado de Minas Gerais. Eles foram convidados, pois reconhecemos os mesmos como parceiros da Vigilância Sanitária Municipal de Nova Lima e potenciais referências que vão nos auxiliar futuramente na fiscalização de alimentos minimamente processados de origem vegetal. Cinco ouvintes representantes da Vigilância Sanitária do Município de Nova Lima.

A principal preocupação antes de começar a entrevistar os atores sociais envolvidos direta e indiretamente no PNAE para realizar as entrevistas era conseguir colocar em prática tudo o que fora estudado e planejado, lembrando, entretanto, que a entrevista é um processo flexível e que era necessário estar aberta para as mudanças, inclusive para improvisar.

De acordo com esses princípios, era necessário ter uma escuta qualificada, sempre demonstrando interesse, atenção e respeito pelas palavras que são pronunciadas. Assim, os momentos de reflexão e concentração antes da realização do momento de conversa / entrevista foram cruciais para apreender os detalhes de cada diálogo. Isso se torna ainda mais necessário quando estamos falando de alimentação e alimentação escolar.

Como já havia feito algum contato com os participantes da EMATER/MG de Nova Lima, antes da entrevista, no dia de sua realização a interação fluiu mais naturalmente. Começávamos sempre com um assunto trivial, e a conversa se estendeu para mais de 1 hora, mesmo estando online e com as limitações dos recursos disponíveis para realização da teleconferência, devido ao estado de Pandemia – COVID 19<sup>6</sup>, que não nos possibilitou o encontro pessoalmente.

---

<sup>5</sup> Os agricultores familiares podem participar de forma individual ou organizados em grupos informais – com a DAP física –, ou por meio de suas organizações formais (associações e cooperativas) – com a DAP jurídica. O agricultor familiar é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Este documento é o instrumento de identificação do agricultor familiar, utilizado para o acesso às políticas públicas. A DAP pode ser de pessoa física, destinada a identificar o produtor individual e sua família, ou jurídica. A DAP jurídica é o instrumento que identifica as formas associativas dos agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas devidamente formalizadas. (BRASÍLIA, 2016, p.8)

<sup>6</sup> SARS-CoV-2: vírus da família dos corona vírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo corona vírus”. (FNDE, 2021)

Geralmente, após esse contato inicial, indagávamos que a entrevista seria gravada, anunciávamos que eles não se preocupassem com a gravação, pois, na realidade, era apenas um instrumento de trabalho, porque não seria possível acompanhar manualmente todas as valiosas informações que estavam sendo fornecidas. Todos os participantes já tinham concordado em dar a entrevista e estavam cientes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado por Comitê de Ética/COEP/UFMG, ao qual o projeto de dissertação foi submetido, conforme apresentado no APÊNDICE B.

Avisávamos também que, mesmo assim, copiaríamos e gravaríamos, para resguardar-nos de qualquer problema; caso a gravação deixasse de funcionar, não iríamos perder a prosa. Dito isso, começava então, de forma natural, a condução do diálogo. Nenhuma pergunta era fechada. Na realidade, preparávamos a conversa em torno de temas que podiam ajudar a responder nossas questões de pesquisa, e as conduzíamos de forma fluida. Nesse contexto, Kaufmann defende que “o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado. Durante a análise de conteúdo, a interpretação do material não é evitada, mas, ao contrário, constitui elemento decisivo” (KAUFMANN, 2013, p 40).

Durante a condução do processo, foi de suma importância deixar claro que o participante da pesquisa poderia finalizá-lo ao seu tempo. Assim, sempre com muita paciência, tentava colocar, aos poucos, os temas na conversa; quando sentia que estes estavam contemplados, deixava os entrevistados falar à vontade. Após esse processo, começava a anunciar que tudo estava ótimo e que as informações, tão valiosas de cada um, ajudariam a dirimir as dúvidas, e que, se o (a) participante desejasse, poderia finalizar a entrevista, apesar de estar gostando muito da conversa. Sempre tinha o cuidado de deixá-los à vontade e nunca realizava as entrevistas com o tempo cronometrado e com compromissos agendados depois dessa atividade.

O pesquisador precisa estar disponível para o participante e respeitar sempre a sua decisão de parar ou prosseguir, sempre com cuidado de conduzir a conversa de forma que consiga contemplar seus objetivos, sem desrespeitar os participantes da pesquisa. Todos esses detalhes são importantes de serem mencionados, para que seja possível apreender a natureza do processo em detalhes. Com esses agentes, a condução das entrevistas para alcançar as respostas para minhas inquietações tinha que ser minuciosamente planejada e clara para todos os envolvidos.

Assim, em consonância com a teoria de Kaufmann (2013), tanto o conteúdo das entrevistas como os processos para sua realização são considerados achados na pesquisa. Desde

os discursos dos sujeitos aos detalhes gestuais foram partes importantes para a construção dos argumentos sobre o objeto investigado.

É importante destacar que o Município de Nova Lima possui escolas estaduais e Municipais, mas a pesquisa faz um recorte observando a relação do PNAE com as escolas Municipais, haja vista a facilidade de comunicação do PNAE Municipal e a intenção de mobilizar os atores sociais do PNAE no município a interagir e fornecer alimentos da agricultura familiar nas escolas municipais locais. Ao todo são 29 escolas municipais beneficiadas pelo PNAE de Nova Lima que podem ser observadas na Tabela 1 a seguir

**Quadro 1 - Escolas Municipais beneficiadas pelo PNAE de Nova Lima**

| Regional Sede     |   |  |
|-------------------|---|--|
| 1                 | Escola Ana Nascimento de Souza de Educação Especial | Rua Poços de Caldas, nº 285 – Bairro Campo do Pires  |
| 2                 | Escola Municipal "Aurea Lima Taveira" (matriz)      | Rua José Agostinho, nº 2335 – Oswaldo Barbosa Penna  |
| 3                 | Escola Municipal "Aurea Lima Taveira" (anexo)       | Rua José Agostinho, nº. 2335 – Oswaldo Barbosa Penna                                       |
| 4                 | Escola Municipal "Cristiano Machado"                | Rua Madre Tereza, nº 391 – Bairro Centro   |
| 5                 | Escola Municipal "David Finlay"                     | Rodovia MG 437, s/n – Bairro do Galo   |
| 6                 | Escola Municipal "Dona Antonieta Dias de Souza"     | Rua Curitiba, nº 23 – Bairro Bom Jardim  |
| 7                 | Escola Municipal "Emília de Lima"                   | Rua Abolição, nº 88 – Bairro Centro  |
| 8                 | Escola Municipal "José Brasil Dias"                 | Rua Emanuel, nº145 – Bairro Vale da Esperança  |
| 9                 | Escola Municipal "José Francisco da Silva"          | Avenida Esmeraldas, nº 59 – Bairro Barra do Céu (Cruzeiro)                                 |
| 10                | Escola Municipal "Harold Jones"                     | Rua Dr. Lunds, nº 529 – Bairro Vila Aparecida (José de Almeida)                            |
| 11                | Escola Municipal "Florie Wanderley Dias"            | Rua Princesa Isabel, nº 120 – Bairro Vila São José (Dois Coqueiros)                        |
| 12                | Escola Municipal "George Chalmers"                  | Rua Rosa Tofanelli Othero, s/n – Bairro Retiro   |
| 13                | Escola Municipal "Martha Drummond Fonseca" (NEEC)   | Rua 32, nº 36 – Bairro Oswaldo Barbosa Penna   |
| 14                | Escola Municipal "Vera Wanderley Dias"              | Rua José Joaquim de Souza, nº 80 – Bairro Mingu  |
| 15                | Escola Municipal "Carlos Henrique Róscoe"           | Rua Francisco Rocha, nº 20 – Bairro Retiro   |
| 16                | Creche "Lar da Esperança"                           | Rua Paraná, nº 532 – Bairro Cristais   |
| 17                | Creche "Menino Jesus"                               | Rua: Professor Aldo Zanini, nº 440, Bairro Quintas   |
| 18                | CEI "Nancy Romani Duarte"                           | Rua quatorze, nº 65 – Bairro Oswaldo Barbosa Pena  |
| Regional Noroeste |   |  |
| 19                | Escola Municipal "Benvinda Pinto Rocha"             | Rua Caledônia, nº 506 – Bairro Jardim Canadá   |
| 20                | Escola Municipal "Professor Cássio Magnani"         | Avenida Montreal, nº 311 – Bairro Jardim Canadá  |
| 21                | Escola Municipal "César Rodrigues"                  | Alameda das Rosas, s/nº – Bairro Retiro do Rodeador (Miguelão)                             |
| 22                | Escola Municipal "Rubem Costa Lima"                 | Rua Dona Maria da Glória, nº 580 – Bairro Distrito de Sebastião das Águas Claras (Macacos) |
| 23                | Escola Municipal "Urcino do Nascimento"             | Avenida dos Bancários, nº 31 - Balneário Água Limpa  |
| 24                | CEI "Maria da Conceição Taveira Corrêa"             | Avenida Alasca, nº 720 – Bairro Jardim Canadá  |
| Regional Nordeste |   |  |
| 25                | Escola Municipal "Dalva Cifuentes"                  | Rua São Pedro, nº 208 – Bairro Honório Bicalho   |
| 26                | Escola Municipal "Dulce Santos Jones"               | Rua Sete, nº 40 – Bairro Santa Rita  |
| 27                | Escola Municipal "Vicente Estêvão dos Santos"       | Rua José de Oliveira, nº 1320 – Bairro Bela Fama (Alto do Gaia)                            |
| 28                | CEI "Maria de Lourdes Scoralick Serretti"           | Rua José Félix dos Santos, nº 83 – Bairro Bela Fama  |
| 29                | CEI "Nize da Conceição Silva Ribeiro"               | Rua Santiago, nº 35 – Bairro Honório Bicalho   |

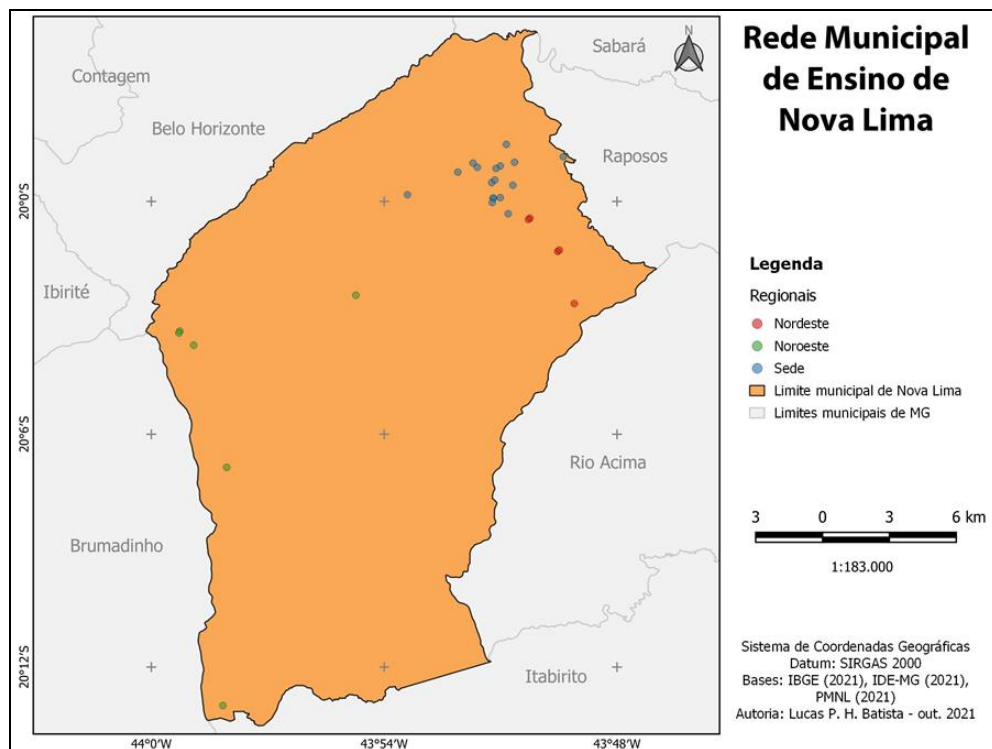
Fonte: dados municipais fornecidos e adaptados pelo autor (2019)

Embora o percurso metodológico não aborde entrevista em escolas específicas, todos os atores sociais mencionados anteriormente e que participaram da entrevista, contribuem direta e indiretamente na execução do PNAE, o que impacta diretamente no desenvolvimento das ações alimentares dessas 29 escolas. As escolas do Município de Nova Lima, foram separadas por três regionais, sendo elas: Regional Sede: estão localizadas as escolas em bairros próximas à Sede/Centro da cidade; Regional Noroeste, engloba bairros localizados geograficamente na

região noroeste do município e Regional Nordeste, localizado à Nordeste da Cidade, engloba as escolas pertencentes aos bairros próximos desta regional. Entendendo o contexto, facilidades e desafios dos atores sociais do PNAE, podemos pensar em novas possibilidades do programa melhorar a incorporação de elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos dessas escolas públicas municipais de Nova Lima e estimular a agricultura familiar local.

Segue abaixo a sinalização cartográfica dessas escolas no mapa 1 de Nova Lima e suas regionais, para melhor visualização e estudos futuros, ilustração e monitoramento do programa pelo município.

**Mapa 1 - Rede Municipal de Ensino de Nova Lima por Regionais**



Fonte: modificado de Batista (2021 adaptado de bases IBGE; IDE-MG, 2021)

### 2.3 Construção do Produto Educativo

Para planejar e direcionar as ações do PNAE a pesquisa se propõe conhecer a realidade, a dinâmica e os riscos que a população/comunidade está inserida e também a forma como estão organizados os serviços e as rotinas de todos os atores envolvidos na execução do programa.

Pretende-se identificar os desafios do PNAE, que por sua vez fundamenta o planejamento estratégico situacional que permite desenvolver ações do programa mais focais e efetivas em relação aos problemas encontrados. Com isto, será possível entender a relevância na realização do levantamento das necessidades apresentada pela comunidade envolvida, para identificar os reais problemas existentes e apontamentos que possam intervir de forma que permita a manutenção e melhor qualidade na execução do programa, principalmente na aquisição de produtos da agricultura familiar local e regional.

Para apresentar brevemente o resultado da pesquisa a todos os envolvidos no PNAE, pretende-se usar a infografia, que diferentemente de outros recursos gráficos como a fotografia e a ilustração, é uma forma dinâmica que a televisão, revistas e jornais utilizam para apresentar os conteúdos complexos a pessoas que levam muito tempo para ler. É um recurso didático moderno que auxilia o conhecimento de novos conceitos e conteúdos. São esquemas, muitas vezes, simples e fáceis de estudar, assim como a fotografia

os infográficos estão no primeiro nível de leitura de qualquer meio impresso. Isso significa que eles são, geralmente, a exemplo das 3 fotos e dos títulos, a porta de entrada para os textos. Os infográficos, que visam informar aliando texto e imagem, destacam-se por atingir um maior número de leitores e apresentam-se como um dos principais recursos da comunicação na mídia impressa (MÓDOLO, 2008, p.5)

Dessa forma, a infografia torna-se um recurso gráfico que integra uma imagem a um determinado texto, explicando um estipulado assunto, para públicos diversos e específicos. Os infográficos são muito usados em livros didáticos, cartilhas e manuais, presentes em revistas, jornais, sites e mídias. Também encontramos em folhetos na política e cultura, na televisão como gráficos animados sendo uma forma de representar informações técnicas como números, mecanismos e/ou estatísticas, que devem ser sobretudo atrativos transmitidos ao leitor em pouco tempo e espaço.

Os infográficos utilizam das linguagens verbal e não verbal organizadamente, através de quadros intertextuais de diferentes aspectos, mas com maior potencial informativo. Instrumento muito usado para descrever processos, será um produto educativo desta investigação, assim todos os sujeitos do PNAE serão contemplados, e terão acesso ao conteúdo da pesquisa, a elaboração de um infográfico físico ou digital utilizará imagem e escrita para informar questões importantes da pesquisa. Para a infografia ser explorada ao máximo, se faz necessário uma alfabetização visual. A comunicação, tanto textual como visual, se encontra presente no processo



educativo, sendo uma peça informativa, facilitando a compreensão dos acontecimentos por todos os sujeitos de pesquisa.

Sendo assim, se faz necessário uma alfabetização visual que permitirá que a infografia seja explorada ao seu máximo tanto para o viés comunicativo quanto o educativo, já que a mesma ampliará a sua capacidade informativa. Em relação a este aspecto, a relevância da comunicação, da linguagem textual e visual se encontra presente no processo educativo (BEZERRA, 2010, p.18).

Enfim, podemos considerar que a comunicação é uma tarefa árdua, pois a interpretação da informação depende do contexto. Entendemos a infografia como um recurso de forma comunicativa, como um produto educativo a ser elaborado para apresentar os principais resultados do diagnóstico dessa pesquisa. Para planejar e direcionar as ações do PNAE é necessário conhecer a realidade, a dinâmica e os riscos que a população/comunidade está inserida e também a forma como estão organizados os serviços e as rotinas de todos os atores envolvidos na execução do programa.

Pretende-se com o infográfico, apresentar de forma resumida os principais desafios do PNAE, que por sua vez permite desenvolver ações do programa mais focais e efetivas em relação aos problemas encontrados. Com isto, será possível entender a relevância na realização do levantamento das necessidades apresentada pela comunidade envolvida, para identificar os reais problemas existentes e apontamentos que possam intervir de forma que permita a manutenção e melhor qualidade na execução do programa, principalmente na aquisição de produtos da agricultura familiar local e regional.

Terão acesso a apresentação dos resultados através do infográfico: os agricultores familiares locais, membros do CAE, nutricionistas, representantes das 29 escolas (nutricionistas e coordenadores de serventes escolar) incluindo escolas municipais e creches; representantes de Nova Lima da EMATER/MG; membros da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde através da Vigilância Sanitária Municipal e Vigilância Sanitária Estadual representada pelos fiscais sanitários e equipe técnica da Diretoria de Alimentos do Estado de Minas Gerais.

Através do primeiro momento de investigação e a análise dos dados, faremos uma apresentação geral na defesa desta dissertação que contemplará todos os sujeitos do PNAE mencionados. O breve relatório de pesquisa será apresentado em forma de infográfico e poderá ser disponibilizado em reunião de teleconferência para apresentação e em PDF no site do município de Nova Lima e ser divulgado para representantes do Centro Colaborador de

Alimentação e Nutrição Escolar - CECANE do Instituto Federal Sul de Minas - IFSULDEMINAS, para divulgação em municípios mineiros do campo e da cidade que possuem PNAE. O infográfico em forma de cartilha simples estará disponível também para impressão.

O novo formato da Educação e Saúde, na representação deste infográfico, pela primeira vez contará com a participação da Vigilância Sanitária em exposições dialogadas entre PNAE e agricultores familiares, visando uma metodologia interativa e colaborativa, permitindo o compartilhamento de ideias e experiências e a formação de uma rede de práticas e de aprendizagem, ou seja, a construção de uma comunidade de aprendizagem.

#### **2.4 Nova Lima – Minas Gerais: características do território em estudo**

O município de Nova Lima encontra-se situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a, aproximadamente, 22Km da capital mineira. Segundo dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2017), a cidade possui um total de 91.257 habitantes, sendo que 97,82% desta população, vive na área urbana do município, tendo densidade populacional de 212,99 habitantes por Km<sup>2</sup> em uma área de aproximados 428.45 Km<sup>2</sup>. Segundo Peixoto (2005) em relação à área rural, o município de Nova Lima encontra-se no processo de expansão urbana, que se faz mediante a incorporação de novas áreas no entorno imediato das zonas urbanas ou de forma fragmentada no espaço rural, a regulação urbana e ambiental implementada pelo Estado, conforme percebemos

O processo de expansão urbana no município de Nova Lima é determinado por uma estrutura fundiária concentrada, onde porção significativa de terras disponíveis é de propriedade de empresas mineradoras. Esse fato justificou um certo controle da expansão metropolitana na região e a “relativa” proteção de seus significativos recursos ambientais, em que pese a intensa atividade mineraria relacionada a extração de minério de ferro. (PEIXOTO, 2005, p.6)

Nova Lima, está situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em sua porção sul, conforme Peixoto (2005) destaca está localizado em um dos principais eixos de expansão metropolitana – o eixo sul, convive ao mesmo tempo com as limitações de seu meio físico a ocupação urbana - altas declividades , as características geológicas e geomorfológicas e a uma cobertura vegetal representativa de importantes formações florestais; as restrições impostas a sua

ocupação pelo fato de se localizar no interior da APA –Sul<sup>7</sup>, uma unidade de conservação de uso sustentável, a existência em seu território de importantes áreas de proteção de mananciais de abastecimento de água da Região Metropolitana, a concentração da propriedade da terra disponível para a expansão urbana nas mãos de grandes empresas mineradoras.

O padrão de ocupação que se desenvolveu na porção leste da Região Metropolitana de Belo Horizonte -RMBH, ao qual Nova Lima pertence tem como eixo principal de acesso à rodovia MG-020 e BR-040, sentido BH –Rio de Janeiro. Segundo Peixoto (2005) desde a década de 1950 a característica física dessa região começa a se configurar um padrão diferenciado de ocupação, voltado especialmente para os extratos populacionais de renda média e alta. Essa expansão vive momentos diferenciados no tempo e espaço. Nessa década, se destaca a oferta de lotes para segunda residência, oferta que se consolida nas décadas de 70 e 80, na forma de loteamentos fechados e condomínios horizontais, que mesmo sendo autônomos, se inserem numa região fisicamente determinada e, portanto, não há como evitar relações de conflito ou parcerias com o governo local e o entorno, assim

No caso de Nova Lima, essa colocação é particularmente pertinente. A proliferação de condomínios fechados marca o território municipal, particularmente ao longo do eixo das rodovias que atravessam seu território. Os condomínios indicam, segundo Andrade (2002), mudanças nas relações espaciais e na determinação dos espaços públicos em seu interior, com a crescente perda da cidade como o espaço da convivência e da sociabilidade. (ANDRADE, 2002 *apud* PEIXOTO, 2005, p. 8)

A ausência do planejamento metropolitano permite essa postura e é nesse sentido outro fator limitador para a implementação de uma política urbana comprometida com a sustentabilidade ambiental. No caso de Nova Lima, por exemplo, o Plano Diretor não foi até o momento aprovado e as decisões relacionadas a expansão urbana tem como referência um conjunto de leis que trata de forma fragmentada da questão ambiental e urbana. Essa omissão vem de governos antigos e infelizmente ainda se mantem no governo atual. Peixoto (2005) destaca ser uma tendência consensual, na medida em que não ter um Plano Diretor atual e aprovado, permite uma maior flexibilidade no processo decisório, o que interessa ao Governo local e ao mercado. Mesmo aparentando não ser essa a política urbana do governo local, ela não deixa de ser uma política, construída com a forte intenção de favorecer reprodução do capital, que segundo Peixoto (2005) é um traço marcante no Estado brasileiro.

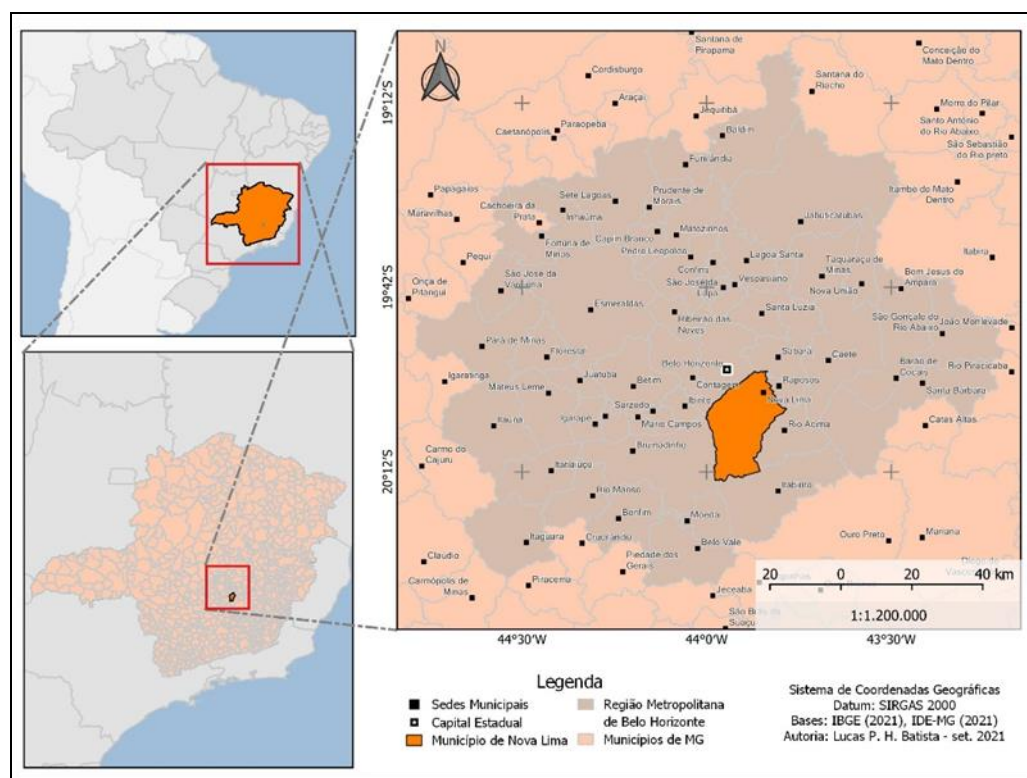
---

<sup>7</sup> A Área de Proteção Ambiental ao Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul RMBH), é uma Unidade de Conservação, do grupo de Unidade de Uso Sustentável, criada em 26 de julho de 2001, através da Lei Estadual nº 13.960, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). (PEIXOTO, 2005)

Esse trabalho não vai debruçar nessa problemática, pois seria necessária outra pesquisa. No entanto merece ser destacada e convidar o município a refletir nessa questão emergencial, que impacta na vida da população novalimense, em especial, todos aqueles que se encontram em áreas de expansão urbana, como por exemplo os agricultores familiares que são sujeitos em destaque desta pesquisa.

No mapa 2 a seguir, é possível verificar, parte do município que faz limites com os demais municípios que pertencem à RMBH: Sabará, Raposos, Rio Acima, Itabirito, Brumadinho e Belo Horizonte.

**Mapa 2 - Localização do Município de Nova Lima e Municípios vizinhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais**



Fonte: Batista, L, 2021 adaptado IBGE e IDE-MG

A história de Nova Lima tem início nos anos de 1700, quando foram descobertos ouro na margem do Rio das Velhas. Tal descoberta acabou por atrair mineradores portugueses e paulistas e, em 1720, o então arraial Campos de Congonhas já possuía um considerável número de habitantes. O historiador Elmo Gomes (2012) explica que esta primeira denominação à cidade de Nova Lima, foi dada pelos bandeirantes por volta de 1700, época em que supostamente iniciou-

se a formação do Arraial. Etimologicamente, Gomes (2012) explica que *Campo é terreno sem mato, com ou sem árvores esparsas. Congonha é denominação de origem tupi-guarani, e que dizer o que sustenta, o que alimenta*. Com a expansão das faisqueiras<sup>8</sup>, a localidade passou a ser designada como Congonhas de Minas de Ouro até que, segundo Santana (2002).

A lei Provincial nº 50 de 8 de abril de 1836 criou o Distrito, subordinado ao município de Sabará. A emancipação do município dá-se através do Decreto nº 361 de 5 de fevereiro de 1891, tendo a localidade recebido o nome de Vila Nova Lima, em homenagem a Augusto de Lima, poeta, historiador e político, governou o Estado no período republicano. A comarca foi criada em 1938 desligando-se de Sabará. Em 1923 a denominação foi oficialmente simplificada para Nova Lima. (SANTANA, 2002, p.11).

Segundo o historiador Elmo Gomes (2012) não possuindo meios de aprofundar a exploração, a população mineradora foi, aos poucos, a partir da segunda metade do século XVIII, abandonando as minas e passando a se dedicar mais intensamente a outras atividades econômicas, como a agricultura e o comércio, acentuando a decadência da produção aurífera, com processos de mineração bastante primitivos e trabalhosos. A figura 1, apresenta uma foto antiga da Cidade de Nova Lima, referente a Morro Velho em 1868.

**Figura 1 - Nova Lima antiga**



Fonte: adaptado de GOMES, 2012.

Santana (2002) aponta que, até pouco tempo, a principal atividade do município era a mineração da empresa denominada Mineração Morro Velho S. A., cuja história é responsável pela evolução urbana no município de Nova Lima e por uma porcentagem considerável da produção aurífera do Brasil, atualmente controlada pelo grupo Anglo Gold South América. Para Gomes (2012), não há como separar a história de Nova Lima da história da Mina de Morro Velho, devido ao impacto da exploração do ouro nas terras do município.

<sup>8</sup> Aquela que procura nas minas faísca de ouro.

O município de Nova Lima acabou por ficar à margem do grande desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial, Betim e Contagem ainda que considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de Nova Lima, seja um dos melhores da supramencionada região (FREITAS; ANGELO, 2013). A sua realidade econômico-social vem apresentando expressiva evolução dado, principalmente, à presença de grandes instituições, representativas em suas respectivas áreas, tais como o Grupo Fiat<sup>9</sup>, o Instituto Izabela Hendrix, a Fundação Torino, a Faculdade Milton Campos, o Centro Internacional de Tecnologia e Gestão da Fundação Dom Cabral, a Escola Técnica de Formação Gerencial - SEBRAE Nova Lima, dentre outros. Na área hospitalar, existe o Biocor Instituto, o Hospital Vila da Serra e o Hospital de Olhos Ricardo Guimarães. Destaca-se ainda aqui, a importante presença de empreendimentos no campo imobiliário, tais como o condomínio residencial Alphaville Lagoa dos Ingleses e a Companhia Vale, segunda maior produtora e exploradora de minério de ferro no Brasil.

Segundo Veiga e Euclides (2007), é notável uma estratégia sócio territorial de elitização do município, visto a permissão da continuação do processo de parcelamento para loteamentos fechados de alto padrão. De acordo com Pinto *et al* (2012), a partir da década de 70, Nova Lima experimentou um expressivo desenvolvimento e uma clara expansão urbana. O comércio foi potencializado e algumas indústrias se instalaram na cidade como resposta a este crescimento urbano. A Prefeitura começou a expandir suas funções e, por conseguinte, acabou tornando-se uma estrutura organizacional maior. Nos dias atuais, além da produção de minério de ferro, o campo imobiliário continua a ser um forte atrativo para investimentos.

## **2.5 Aspectos da Vigilância Sanitária no Brasil: Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária**

De acordo com Geraldo Lucchese (2001), no Brasil, a saúde é um direito social, inscrito na Constituição Federal de 1988, que também instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como meio de concretizar esse direito. Para regulamentar a estrutura e o funcionamento do SUS foi aprovada a Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização e o

---

<sup>9</sup> A Fabbrica Italiana Automobili Torino (FIAT) é uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo, com sede mundial na cidade de Turim, norte da Itália.

funcionamento dos serviços correspondentes. Essa Lei afirma, em seu art. 6º, que estão incluídas, no campo de atuação do SUS, a vigilância epidemiológica, a vigilância sanitária, a saúde do trabalhador e a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Assim, para Lucchese

O SUS tem como diretrizes principais a descentralização, a integralidade do atendimento com prioridade à prevenção, e a participação da comunidade. A atividade de vigilância sanitária, portanto, não somente faz parte das competências do SUS como tem caráter prioritário, por sua natureza essencialmente preventiva. (LUCCHESE, 2001, p. 01).

Por sua vez, Moraes (2001, p.45) entende que a vigilância sanitária teve definido o seu caráter preventivo e de intervenção nos problemas sanitários na Lei Orgânica da Saúde, o § 1º do artigo 6º a Lei Federal nº 8080/90 que

Entende-se por Vigilância Sanitária um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos da produção ao consumo; e II- o consumo da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. (MORAES, 2001, p. 45)

Neste contexto, Moraes (2001) afirma que o campo de atuação da vigilância sanitária é vasto, podendo-se destacar, dentre algumas atividades, em seu aspecto de poder de polícia, de fiscalização, concessão de licença de funcionamento para estabelecimentos industriais, e outros serviços. Ressalta o notável papel educacional que a Vigilância Sanitária exerce perante a sociedade como, quando coordena programas de monitoramento de alimentos, prevenção e erradicação de doenças, dentre outras. Alguns estudiosos atribuem, ainda, uma terceira característica à atividade de vigilância sanitária, que é a da sua função normatizadora.

Na competência constitucional das ações de vigilância sanitária, existe três esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. No que tange à legislação Moraes (2001) destaca a proteção e defesa da saúde (na qual está inserida também a matéria de vigilância sanitária), esta é concorrente entre as entidades federativas, o que significa dizer que as atuações deverão ser 12 simultâneas e harmônicas entre si, estabelecendo o texto constitucional que caberá: à União legislar sobre normas gerais, ao Estado suplementar essas normas no que couber, assim como suprir omissões legislativas federais e, finalmente, ao Município legislar sobre os assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual pertinente à saúde, naquilo que o interesse local exigir.

Lucchese (2001) vai detalhar as principais unidades componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) descritas anteriormente, explicando os níveis Federal, Estadual e Municipal conforme tabela abaixo

**Quadro 2 – Componentes e seus níveis no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS)**

| <b>Níveis</b>          | <b>Componentes do SNVS</b>  |
|------------------------|---|
| <b>Federal</b>         | Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), vinculado administrativamente à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e tecnicamente à ANVISA   |
| <b>Nível Estadual</b>  | os 27 órgãos de vigilância sanitária das secretarias estaduais de saúde, que também contam com o suporte de um laboratório central em cada Unidade da Federação, com grandes diferenças de capacidade analítica; em sua maioria, atendem também à demanda por exames clínicos |
| <b>Nível Municipal</b> | os serviços de vigilância sanitária dos 5.543 municípios, que variam muito em termos de estrutura, recursos e capacidade operativa.   |

Fonte: adaptado de Lucchese, 2021

Por fim, Costa (2009) relembra que a gestão da vigilância sanitária, em qualquer esfera de governo, sempre se reveste de grande complexidade; requer profissionais qualificados e de distintas formações, informação atualizada, infraestrutura capacitada, inclusive laboratorial e com acesso ao conhecimento atualizado, e recursos de poder político. A regulação sanitária sobre o mercado, cujos agentes concentram significativas parcelas de poder, representa um desafio, igualmente significativo quando se reporta à regulação sanitária do próprio Estado, em especial no que se refere aos serviços públicos.

Um exemplo recente de regulação é o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União em, 29 de junho de 2011, tem o importante papel de regular a estrutura organizativa do SUS, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, dentre outros aspectos, tão necessários à sua consolidação e melhoria permanente. Assim, o decreto vem regulamentar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.

No ano 2011, o Plano Brasil sem Miséria (PBSM) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi lançado com o objetivo de superar a situação de pobreza e extrema pobreza em todo território nacional. Uma de suas estratégias, o eixo “inclusão



produtiva”, pretendeu, a partir de diversas ações, aumentar a capacidade e a oportunidade de trabalho e de geração de renda entre as famílias mais pobres no meio urbano e no rural. Neste cenário, a Anvisa assumiu o compromisso de se integrar às ações do PBSM fixando o termo Segurança Sanitária ao eixo de Inclusão Produtiva e lançou em 2011 o Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (PIPSS).

O projeto visava apoiar as ações de desenvolvimento socioeconômico no país tendo como princípio amparar categorias de empreendimentos que não eram abordadas pelo SNVS a fim de formalizar suas atividades econômicas e incluí-los com segurança sanitária no mercado formal. São eles: microempreendedores individuais (MEI); trabalhadores autônomos com até um empregado contratado; agricultores familiares (AF); pessoas que praticam atividades no meio rural e utilizam predominantemente mão de obra da própria família; e os empreendedores econômicos solidários (EES), organizações de caráter associativo. (HUNGER; PEPE, REIS,2020, p.63)

O primeiro instrumento normativo que se desdobrou do PIPSS e dispôs sobre a regularização para o exercício de atividades de interesse sanitário dos empreendimentos apresentados anteriormente, foi a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 49, de 31 de outubro de 2013. Entre seus princípios está a necessidade de uma abordagem orientadora da vigilância sanitária com respeito aos costumes da produção em pequena escala, ou seja, adequar as exigências sanitárias sem se sobrepor aos conhecimentos artesanais/tradicionais realizadas pelos pequenos produtores. Assim, com a adoção do estímulo à regularização como política de governo, materializada na RDC n. 49/13, pela primeira vez, a ANVISA estabeleceu uma normativa voltada especificamente para este público, visando facilitar a sua formalização por meio da racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos para regularização sanitária. Segundo Oliveira; Pinheiro; Santos (2021) destaca que é a primeira vez que uma norma sanitária reconheceu a necessidade de proteger a produção artesanal a fim de preservar costumes e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Outro importante estímulo à regularização dos pequenos produtores foi a política de governo estadual de Minas Gerais, que publicou a Resolução da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), nº. 6.362, de 8 de agosto de 2018, classificação de risco e considerando o processo artesanal e sua revisão posterior a Resolução SES/MG nº. 7.426, de 25 de fevereiro de 2021 vem revisando a 6362 e estabelecendo regras para o licenciamento sanitário. Essas resoluções estabelecem procedimentos para o licenciamento sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que exercem atividades de baixo risco sanitário na área de Alimentos e levam em consideração as avaliações de risco nas inspeções sanitárias e nos processos de licenciamento da produção em

pequena escala e, principalmente, da produção artesanal. Portanto, tais resoluções e decretos são exemplos de que as diretrizes do programa de fortalecimento da Vigilância em Saúde<sup>10</sup>, objetivava a descentralização das ações de Vigilância em Saúde, organizada mais próximo possível do usuário, ou seja, nos municípios. Nesse contexto, cabe ressaltar que o município de Nova Lima, aderiu em 2013, ao elenco 01 <sup>11</sup>do Programa de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde – ProMAVS<sup>12</sup>, com a preocupação em reestruturar o setor para cumprir as pactuações do programa.

É imprescindível apresentar brevemente a Vigilância Sanitária nesta dissertação, haja vista, que a pesquisa está a luz do olhar de profissional e pesquisador com atuação efetiva na área dialogando com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando contribuir na oferta da alimentação escolar qualificada que pode ser possibilitada com a integração e incentivo da agricultura familiar e seus empreendimentos, que passam a ter neste programa o fomento à produção, bem como um novo canal de comercialização institucional. Segundo Silva e Murta (2020) com relação ao histórico da alimentação escolar no Brasil, a legislação sanitária por muitos anos manteve a agricultura familiar marginalizada em detrimento dos produtos industrializados/processados, favorecendo o setor privado (indústria) na compra de alimentos para os escolares, sendo assim

Na atualidade, buscando promover a inclusão produtiva com segurança sanitária, foi lançada a Resolução/RDC nº49/2013, na qual o objetivo foi dispor de um instrumento normativo para o licenciamento de sistemas produtivos do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário (BRASIL, 2013). Para os agricultores familiares que produzem e comercializam ao

---

<sup>10</sup> A Vigilância em Saúde é responsável por atividades de detecção, prevenção e controle de agravos à saúde individual e coletiva, em diversas áreas – sanitária, epidemiológica, ambiental, saúde do trabalhador, imunização e infraestrutura. Nos últimos anos, a organização dos serviços de saúde segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a descentralização, levou a uma valorização dos serviços destinados à saúde da comunidade, dentre eles os de vigilância.

<sup>11</sup> No manual Instrutivo para Execução e Avaliação das Ações em Vigilância em Saúde de 2012, entende-se como elenco 01 da Vigilância Sanitária as ações de: realizar inspeção sanitária nos estabelecimentos de elenco 01, realizar investigação de surtos relacionados a alimentos, Identificar riscos e situações de riscos relacionados a produtos e serviços sujeitos a controle sanitário existentes no município, Realizar ações de informação, educação e comunicação em Vigilância Sanitária, Atender e acolher notificações, denúncias e reclamações relacionadas ao risco em Vigilância Sanitária.

<sup>12</sup> Atualmente, em Minas Gerais existe o Programa de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde - ProMAVS que é uma reformulação do antigo Projeto de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (PFVS), criado em 2012, com objetivo de dar continuidade na implementação de um sistema regionalizado de vigilância em saúde, visando efetivar a descentralização das ações da área para todos os municípios mineiros. A legislação do ProMAVS é RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5.484, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016. Estabelece normas gerais para participação, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

PNAE por meio de agroindústrias ou empreendimento familiares rurais ou econômicos solidários, é preciso se ater as obrigatoriedades da Resolução/RDC nº49/2013, que versará sobre os requisitos para a habilitação sanitária dos sistemas produtivos. (SILVA; MURTA, 2020, p. 2)

Percebemos que o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar se deu efetivamente quando a Lei nº 11.947 de 2009 determinou em seu art.14º que do total dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, ao menos 30% (trinta por cento) deveriam ser destinados na compra direta de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (cooperativas e/ou associações), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar que a reestruturação do PNAE por meio da Lei nº 11.947/2009 garantiu aos agricultores familiares “uma via de acesso a mercados institucionais, oferecendo-lhes oportunidade de comercialização” (SANTOS, 2017, p. 51) ao passo que também promoveu mudanças em como a alimentação passou a ser tratada no âmbito educacional, ou seja, alimentação enquanto algo que ultrapassa os limites do valor nutricional e da saúde, considerando também a dimensão cultural e social. No entanto a Resolução/RDC nº49/2013 foi além ao tratar da inclusão produtiva com segurança sanitária dos sistemas produtivos no âmbito do programa. É o que os autores Wagner e Gehlen (2015 *apud* Silva; Murta, 2020) consideram como uma série de pré-requisitos estabelecidos no âmbito do PNAE na qual podemos incluir a certificação de inspeção sanitária, dessa forma

essa característica sofisticada sua operacionalização e demonstra que é necessário um conjunto de prerrogativas e de provimentos para a efetivação do acesso ao mercado da alimentação escolar. Além da burocracia, o processo de compra e venda dos produtos da agricultura familiar no âmbito de mercados institucionais é complexo por envolver diversos tipos de ações relacionadas à potencialização da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos no município (WAGNER & GEHLEN, 2015, p. 50 *apud* SILVA; MURTA, 2020, p. 3).

No PNAE, a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar cumpre um total de 10 etapas, conforme descrito no Manual Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015, que apresenta o passo a passo para compra direta de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, totalizando 10 passos conforme figura 2 a seguir

**Figura 2 - Passo a passo para compra direta da Agricultura Familiar**



Fonte: FNDE, 2016

Observando a literatura sobre Vigilância Sanitária mencionada e a figura 2, identifica-se o marco sanitário, no 8º passo que consiste na amostra de qualidade, ou seja, a Chamada Pública poderá prever a apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos junto à agricultura familiar e empreendimentos. Este passo é indicado apenas para produtos que dependam de habilitação sanitária nos termos da Resolução/RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. A legislação destaca que produtos de origem vegetal in natura não necessitam de inspeção, mas caso estes produtos de origem vegetal venham a passar por algum tipo de processamento (a exemplo da farinha de mandioca, doce de fruta processado por agricultores, temperos prontos, etc.) devem ser inspecionados e autorizados pelo órgão competente.

Já os produtos de origem animal (ovos, mel, leite, etc.), necessitam obrigatoriamente de inspeção sanitária das seguintes instâncias: “Serviço de Inspeção Municipal – SIM (permite a comercialização em âmbito municipal); Serviço de Inspeção Estadual – SIE (permite a comercialização em âmbito estadual); e Serviço de Inspeção Federal – SIF (permite a comercialização em todo território nacional)” (FNDE, 2016 *apud* Silva; Murta, 2020, p. 3).

Dessa forma a regulamentação sanitária dos sistemas produtivos ainda tem sido desafiadora para a participação dos agricultores familiares no PNAE. Ao passo que o marco regulatório mencionado por Silva e Murta (2020) reafirma o compromisso com a oferta qualificada dos alimentos para os escolares, tornando-se empecilho para que alguns agricultores possam

comercializar produtos como corante, temperos, ovos, etc., ou até mesmo, possibilitar o ingresso de outros agricultores no programa.

Apesar de ser dito como fator de dificuldades para alguns, o objetivo do marco regulatório sanitário foi desburocratizar a produção e comercialização de tais produtos que necessitam de processamento e que são considerados como de baixo risco (art. 7º da Resolução/RDC nº49/2013), a exemplo da produção artesanal de doces de frutas, farinhas, temperos, etc., pois, anterior a esta regulamentação, todos os sistemas de produção de alimentos eram submetidos a legislações mais rígidas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ainda que se configurassem como de baixo risco. Neste sentido, a Resolução/RDC nº49/2013 traz em seu art. 5º as seguintes diretrizes conforme figura 3 abaixo

**Figura 3 - Diretrizes da RDC 49/2013**



Fonte: adaptado de Brasil, 2013 *apud* Silva; Murta, 2020.

Além das diretrizes da RDC 49/2013 apresentadas na figura 3, outros avanços do marco sanitário que visam desburocratizar o processo de habilitação podem ser verificados no art.12º da mesma resolução, que diz que os órgãos de vigilância sanitária poderão regularizar atividades instaladas em: “I- área desprovida de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; II - residência; III - locais onde são realizadas as atividades produtivas dos empreendimentos” (BRASIL, 2013). Esse artigo apresenta um grande avanço ao levarmos em consideração que

muitos sistemas produtivos da agricultura familiar pertencem a comunidades assentadas da reforma agrária ou acampadas, também em terras não documentadas, em quitais das casas como ocorre em Nova Lima, em que as agroindústrias familiares são instaladas no próprio terreiro das residências.

Concluimos que a Resolução/RDC nº49/2013 tratou de harmonizar os procedimentos de inclusão produtiva com segurança sanitária dos alimentos comercializados pelos agricultores familiares para o PNAE, garantindo aos escolares uma alimentação segura e qualificada. Silva e Murta (2020) destaca que as adequações sanitárias são entendidas como fator de dificuldades para o acesso e comercialização de alguns agricultores, fazendo com que estes não participem ou encerrem a participação no programa e alegam que muitas das vezes as exigências para adequação dos sistemas produtivos são custosas financeiramente. Por outro lado, ressaltaram que as adequações contribuem na confiabilidade dos alimentos destinados ao consumo dos escolares no município. Em Nova Lima ainda deverá se discutir o futuro das inspeções de alimentos processados pelos agricultores familiares locais, discussão apropriada para outro trabalho no futuro, mas importante reflexão para os fiscais locais desde agora. Por isso, a Vigilância Sanitária Estadual, foi convidada para participar da entrevista deste trabalho, e começar uma discussão em conjunto.

## **2.6 A Vigilância Sanitária de Nova Lima**

A Divisão de Vigilância Sanitária do Município de Nova Lima está subordinada à Secretaria de Saúde Municipal e ao Departamento de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Atualmente os trabalhos e documentos que compõe o arquivo do setor são principalmente por atos de assentamento<sup>13</sup>, uma das categorias documentais identificadas por Bellotto (2006) tendo em vista o número crescente de fichas de cadastro dos estabelecimentos vistoriados; o número de produção de Auto Termos que podem ser de: inspeção, notificação, auto de apreensão e depósito, fichas de reclamações; os Termos de Coleta de Amostras (alimentos e medicamentos); circulares internas e externas com assuntos diversos, roteiros de inspeção por tipo de estabelecimento e ficha de produção semanal e mensal dos fiscais sanitários.

---

<sup>13</sup> Segundo os autores do Manual Documentação e arquivo de Manuel Vázquez de 1983, citado por Bellotto em 2006, os atos de assentamento: são os configurados por registro, consubstanciando assentamento sobre fatos ou ocorrências, como atas, termos, apostilas, autos de infração.

Entre os usuários presentes no setor de Vigilância Sanitária, encontram-se fiscais sanitários de nível médio e superior, auxiliares administrativos, coordenador (Fiscal de Carreira e Professor de Escola Pública) e atendimento externo (cidadãos comuns ou donos de estabelecimentos de interesse à saúde e estabelecimentos de saúde) que eventualmente comparecem ao setor para fazer reclamação, dúvidas ou solicitações afins.

Não se sabe a data de criação da Divisão de Vigilância Sanitária, embora algumas ações de fiscalização sanitária estejam previstas e legitimadas desde o ano de 1977 com a Lei 849 de 20 de dezembro de 1977, que institui o Código de Posturas de Nova Lima e dá outras providências. De acordo com o Código de Saúde do Município de Nova Lima, lei 1448/95, Vigilância Sanitária (VISA) é “um conjunto de ações que visam eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da circulação de bens e prestação de serviços de interesse à saúde”.

O Município de Nova Lima possui aproximadamente 1700 estabelecimentos passíveis de fiscalização pela Vigilância Sanitária. Para a atuação dos fiscais sanitários, a cidade foi dividida em oito áreas com base no número de habitantes (em torno de 10.000 habitantes/área). Em cada área atuam determinados fiscais sanitários, em dupla ou individualmente, dependendo da demanda da vistoria em questão. Durante o ano, portanto, são realizadas: denúncias; primeiras vistorias para liberação de alvará sanitário e vistorias de rotina em estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde. As renovações sanitárias, vistorias anuais feitas em estabelecimentos de saúde ou interesse à saúde são realizadas anualmente, utilizando-se um roteiro de inspeção com informações específicas do comércio, lavrando-se um termo de inspeção.

A inspeção sanitária faz parte das ações pactuadas entre Vigilância Sanitária estadual e Vigilância Sanitária Municipal e permite a possibilidade de inferir a realidade *in loco*, identificar fontes potenciais de danos à saúde, com informações dos sistemas de monitoramento, numa estratégia de proteção ao cidadão.

O Contato inicial entre Vigilância Sanitária e Programa Nacional de Alimentação Escolar de Nova Lima, se deu a partir de uma demanda municipal da participação efetiva da Vigilância Sanitária, em vistorias nas Escolas com a Equipe do Conselho de Alimentação Escolar por meio dos seguintes documentos iniciais (ver APENDICE A – Panorama de visitas da VISA, acompanhando CAE). Também apresentamos o no ANEXO E a natureza das ações de Vigilância Sanitária e a sua relação com as escolas.

Para gerenciar os riscos sanitários, é necessário conhecer as legislações aplicáveis e suas especificidades, na concretização da garantia de que os serviços de interesse da saúde atendam

exigências legais e regulamentares sobre construção, instalações, equipamentos, sistemas de saneamento, eliminação de resíduos, normas técnicas e organização dos serviços. Para que essas demandas sejam efetivadas, pauta-se nas inúmeras legislações existentes, sendo possível combiná-las objetivando que a lei de menor grau não contradiga às de maior grau priorizando a assistência a indivíduos e medidas de interesse coletivo.

Mesmo que não exista uma legislação federal ou estadual que normatize um determinado ramo de atividade, o município é capaz de legislar sobre o assunto, não sendo, no entanto, contra às normas já existentes. No ANEXO F conheceremos legislações que normatizam o funcionamento das creches e escolas e indicação de alguns manuais de interesse ao segmento.

Fala-se muito em alimento seguro e alimentação saudável no PNAE, como garantir uma merenda escolar segura? Se tratando de um alimento seguro, só afirmamos quando sabemos se foram aplicadas, na manipulação, técnicas adequadas que visam garantir a inocuidade do alimento, pois uma vez contaminado o alimento deixa de ser seguro e saudável. Crianças e idosos são grupos considerados de risco por possuir um sistema imunológico frágil e a atenção passa a ser redobrada na hora da aquisição, preparo e armazenamento do alimento, tudo para garantir que ele seja saudável e seguro para o consumo. Produtos químicos, pedaços de madeira, plástico, fios de cabelo, pelos de animais podem contaminar os alimentos e deixá-los impróprios para o consumo e também os microrganismos, os quais não conseguimos visualizar a olho nu, ainda podem colonizar os alimentos e dependendo da espécie liberar toxina. Muitas das vezes os alimentos são contaminados por bactérias patogênicas que não alteram o sabor dos alimentos, diferente das bactérias deteriorantes e de alguns fungos que alteram as características organolépticas, o que dificulta o consumo destes alimentos haja vista que ninguém comerá um alimento com gosto, aspecto ou cheiro desagradável. Os parasitas, fungos, protozoários e vírus também podem ser veiculados pelos alimentos.

Dessa forma, quando se trata do controle de qualidade dos produtos destinados a alimentação escolar, cabe a Vigilância Sanitária o papel de fiscalizar, avaliar e intervir nos processos de fabricação e de distribuição dos alimentos na escola, principalmente, aqueles fornecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, produzidos em ambientes residenciais, ou em pequenos empreendimentos rurais. Ao longo das entrevistas, fiscais sanitários e referência da Diretoria de Alimentos da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, representando a Vigilância Sanitária/Diretoria de Alimentos, serão ouvidos, e na análise das entrevistas, abordaremos as legislações atuais que dialogam com estes produtores rurais. No



ANEXO G poderemos ter acesso à alguns requisitos técnicos verificados pela fiscalização sanitária nas escolas.

### **3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL**

A pesquisa se preocupa em apresentar algumas considerações históricas da educação do campo no Brasil, no sentido de compreender que as lutas dos sujeitos por educação, as conquistas ao longo do tempo e em determinados períodos históricos foram determinantes para que a Educação do Campo possa ser reconhecida no cenário atual. Essa revisão nos permitirá compreender a luta, desafios e conquistas do povo camponês, agricultor familiar e outros representantes do campo.

Ao se estudar a educação do campo, Ferreira; Brandão (2011) ressaltam que a temática “Educação do Campo” deixa claro o descaso e a forma com que os governantes e a elite brasileira historicamente trataram a educação voltada ao campo denominada como “educação rural”. Os autores salientam que mesmo quando se formularam políticas ou ações para a educação do meio rural, estas ações seguiram o modelo de educação pensado para a cidade com: mesmo material didático, mesmos programas, livros, professores.

Ao longo da história, verifica-se iniciativas que buscavam o rompimento com a ordem política instituída e estas incluíam a educação como estratégia de luta. Paludo (2001) afirma que apesar dos estudos e debates na literatura, sobre a concepção de Educação Popular, fixar-se mais intensamente nos anos de 1960/70 e parte dos anos 1980, encontram-se aspectos referentes à emergência desta concepção desde antes da Proclamação da República, no âmbito das lutas pela libertação dos escravos e na prática do movimento socialista, que inspirava o movimento operário que começava a se construir na época. No período de 1889 até 1930, o Brasil passa por um período de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. O desenvolvimento do setor de transportes, a instalação das primeiras fábricas e o crescimento do setor comercial transferiram para os centros urbanos os conflitos sociais, que até então se concentravam no campo, assim

nas práticas educativas dos socialistas, dos libertários e dos comunistas pode-se observar uma leitura crítica da realidade, uma compreensão da educação inserida no contexto sócio-político e a compreensão da importância do papel da educação para a formação humana. Tais norteamentos pautam as discussões e as concepções da educação do campo sobre as quais se debruçam os estudiosos e a sociedade de hoje. Na Primeira República, a concepção pedagógica tradicional sufocou a consolidação da

concepção pedagógica socialista e da libertária e se assistiu o advento da concepção pedagógica da Escola Nova. Através do Manifesto da Escola Nova assinado por diversos intelectuais da época, levantou-se pela primeira vez questões sobre a educação. (PALUDO, 2001, p. 86)

Esse período foi marcado pela urbanização e industrialização, além de crises econômicas, o que elevou o trânsito de muitos indivíduos do campo para a cidade. A educação descrita nesse contexto, seria oferecida para as populações do campo. Segundo Breitenbach (2011), embora com arsenal teórico pautado na ideologia assistencialista, oligárquica e empresarial fabril, o próprio manifesto da Escola Nova refere ser “preciso, para reagir contra esses males, já tão lucidamente apontados, por em via de solução o problema educacional das massas rurais” (MEC, 2010, p. 52).

As ações resultaram em políticas educacionais no contexto do ensino profissional, no qual se configurou a Educação Rural e Agrícola. A década de 1930 ficou conhecida na história do país como a passagem de um modelo oligárquico para um modelo industrial. Fernandes (2012) ressalta

O período datado de 1930 a 1936 ficou caracterizado pela transição de uma sociedade oligárquica para urbana industrial. Essa mudança refletiu profundamente no sistema educacional do país que voltava todos os esforços para acompanhar o momento, inclusive o campo, que também entrava na lógica da modernização e implantava os novos conhecimentos por meio das Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural. As primeiras noções para uma política educacional no país surgem a partir da Constituição de 1934, que estabelecia a necessidade de criação de um Plano Nacional de Educação que fiscalizasse as atividades de ensino em todo o Brasil. (FERNANDES, 2012, p. 62)

Nota-se que a proposta dessas políticas, tinha como objetivo proporcionar uma educação, para o meio rural brasileiro, no sentido de impedir a migração e fixar o homem no campo. Fernandes (2012) lembra que, apesar de uma intensa articulação dos movimentos políticos da época o ruralismo pedagógico não resolveu o problema da educação no meio rural, já que surgiu sem nenhuma proposta nova para as pessoas do campo e não pretendeu despertar o homem do campo para sua condição social excludente.

Fernandes (2012) ressalta que na década de 1950 programas foram criados para preparar técnicos destinados à educação de base rural e a melhoria de vida dos agricultores como a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural. Já na década de 1960, o autor ressalta que com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, ficou comprovada a marginalidade da Educação do Campo, uma vez que foi delegada aos municípios a estruturação da escola fundamental rural. No mesmo período, organizou-se os Centros

Populares de Cultura e o Movimento Educacional de Base, ligados a partidos de esquerda e com sustentação ideológica no trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos e ação pastoral de bispos da Igreja Católica. Foram desenvolvidos grupos de Alfabetização de Adultos e Educação Popular.

Para Souza (2006) nas décadas de 1950 e 1960 era possível observar, no meio rural, um contexto de emergência de movimentos sociais rurais, a exemplo dos boias-frias, movimentos de luta pela permanência na terra e contra a expropriação. Esses fatores culminaram no apelo pela reforma agrária e o surgimento de vários movimentos sociais que reivindicavam estas mudanças levaram o governo a realizar reformas de base. Fernandes (2012) mostra que o movimento

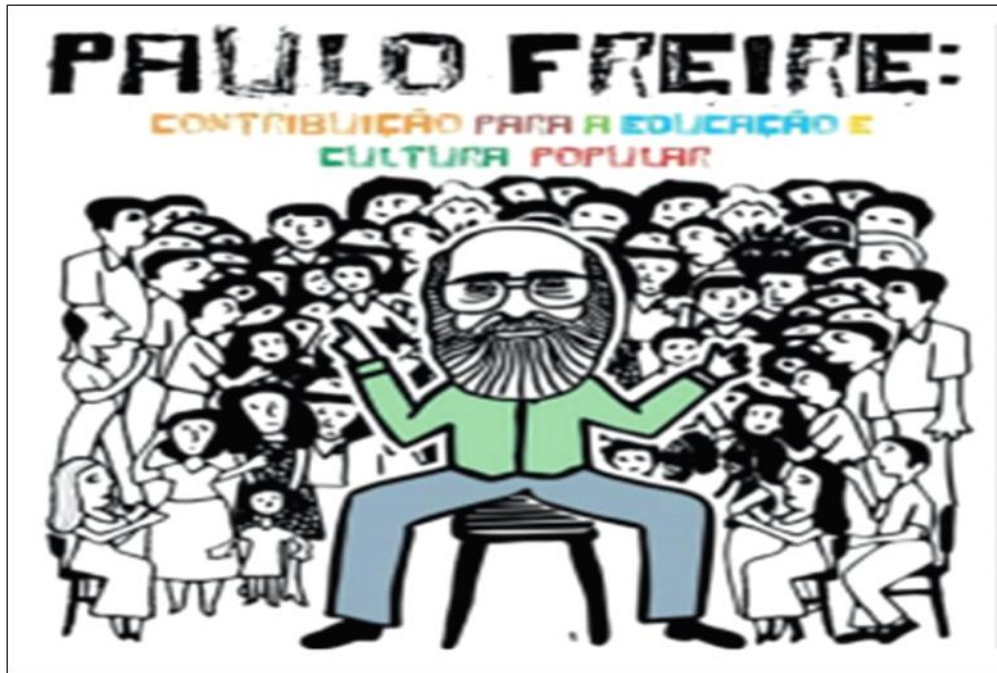
existia um forte antagonismo entre as classes, com greves, ocupações, reivindicações e um forte clamor por parte dos camponeses pela realização da Reforma Agrária. Para acalmar os anseios do povo o presidente João Goulart, em 1961, anuncia suas reformas de base, dentre elas, a Reforma Agrária. O governo absorveria terras improdutivas dos latifundiários e distribuiria aos camponeses (MORISSAWA, 2001). Para o então Presidente da República, a Reforma Agrária era necessária à vida social e econômica para que o país pudesse progredir sua indústria e para o bem-estar de seu povo (STÉDILE, 2005, p. 105). Essa ideia retrata a fixação dos governos pelo crescimento da indústria e, conseqüentemente, de um modelo de desenvolvimento para o país. (FERNANDES, 2012, p. 63).

Neste contexto de disputa da direção do desenvolvimento brasileiro emerge uma onda identitária, que na visão de Paludo (2006), mais tarde derivaria numa concepção diferenciada de educação do povo, conhecida como “a cultura popular dos anos 60<sup>14</sup>”, destacando-se o importante papel desenvolvido por Paulo Freire em sua formulação.

---

<sup>14</sup> A figura 4 apresenta o cartaz do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife em Pernambuco, tendo Paulo Freire como seu maior representante. Resistência em Arquivo, 2014. Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.files.wordpress.com/2014/02/paulo-freire-e-a-educac3a7c3a3o-popular.jpg>>. Acesso em: 14mai 2019.

Figura 4 - Cartaz referente ao Movimento “A Cultura Popular dos anos 60”



Fonte: adaptado de Resistência em Arquivo, 2014

Em 1963, Paulo Freire se torna presidente da Comissão Nacional Popular do Ministério da Educação (MEC), no governo de João Goulart. Nesse momento suas ideias passam a ter uma maior divulgação, em nível nacional, principalmente quando assumiu a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos.

A partir da década de 1970, a intenção do desenvolvimento com base na indústria permanece e o analfabetismo se apresenta como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país. Neste sentido, Souza (2006) mostra que o Governo da época criou projetos especiais para combater os altos índices de analfabetismo que assolavam o país. Entre eles podemos citar o EDURURAL, que veio a funcionar na década de 1980, para melhorar a educação no meio rural e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967. O principal objetivo do MOBRAL era erradicar o analfabetismo no campo e na cidade.

No entanto o EDURURAL e o MOBRAL não conseguiram acabar com o analfabetismo no país. A Lei 5.692/71, em seu artigo 11, preconizava que o ensino na zona rural deveria ser adaptado ao calendário agrícola. Portanto, a escola poderia organizar seu calendário com previsão de férias na época do plantio e da colheita. De acordo com Andrade (1993), essas medidas não mudaram, efetivamente, a realidade do ensino rural. Ainda na década de 1970, a lógica de que os agricultores são atrasados em relação aos sujeitos da cidade permanece como

uma preposição ideológica e a saída para a adequação à modernização continua sendo a educação.

Os anos 1980 apresenta um cenário de abertura política em contexto de discurso democrático aclamado por diferentes forças sociais e políticas, com retomada de consciência dos direitos, do reconhecimento que a relação entre educação e o protagonismo das classes populares se faz por intermédio da constituição dos movimentos sociais e sua participação efetiva na política e na construção de um novo projeto de sociedade. Assim, Arroyo (1955) ressalta que a retomada do processo democrático brasileiro, a escola passa a ser compreendida como um campo de luta que pode contribuir para a superação das contradições sociais.

Sabe-se que o campo brasileiro é marcado por sujeitos históricos que estão em constantes lutas, cuja essência é a classe social e as disputas em torno da propriedade da terra, do ponto de vista, da acumulação da riqueza, de um lado, e da terra como lugar de moradia e trabalho, de outro lado. A Educação do Campo nesse contexto segundo Bonamigo (2014)

Visa à elaboração de proposta pedagógica, política e de inserção econômica e social dos povos que vivem no e do campo. É preciso considerar a sua especificidade na medida em que o campo carrega consigo traços singulares e significativos em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Decorre daí a necessidade de se elaborar uma proposta educativa vinculada a esta especificidade, sem perder de vista o seu caráter geral e universalizante. É importante destacar que a partir das duas últimas décadas, por meio das ações dos movimentos sociais do campo, está sendo construída uma proposta de educação e de escola capaz de contemplar a realidade singular das populações camponesas, pressionando por novas políticas educacionais para que esta realidade se altere. (BONAMIGO, 2014, p. 2)

Os movimentos sociais do campo lutam por manter estes sujeitos em seus territórios de origem: o campo. No contexto das demandas da sociedade civil, a Reforma Agrária continua a ser uma das grandes questões vinculadas às desigualdades sociais. Dentre a diversidade de movimentos sociais, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para dar continuidade às lutas que se travam pela terra no país.

Além do MST, Silva (2006), abaixo a Figura 5 ilustra alguns Movimentos Sociais que contribuíram na discussão da Educação do Campo que foram os seguintes: Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), Coordenação Nacional dos Quilombolas (COMAQ), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento de Agricultores e Trabalhadores Rurais (MATR), Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimentos Indígenas, Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), esses movimentos tiveram pautas próprias, dentre elas a educação.

A Educação do Campo emerge como uma necessidade para a legitimação das pautas camponesas.

**Figura 5 - Movimentos Sociais que contribuíram na discussão da Educação do Campo**



Fonte: adaptado de NTE/UFSM apud Viero e Medeiros (2019)

O movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deva ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta, para poderem continuar existindo enquanto camponeses e para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas, a partir do trabalho na terra. A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Caldart (2012) lembra que suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica, assim

exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro. —Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia. —A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta. (CALDART, 2012, p. 262)

Refletindo nos percursos teóricos explanados, podemos dizer que o debate da Educação do Campo no paradigma da questão agrária tem como elemento central o interesse diferenciado entre classes sociais. Dessa forma, segundo Camacho (2012)

Estes interesses definem diferentes projetos para o campo. Estes projetos são representados pelo agronegócio de um lado e pelo projeto camponês de Educação do Campo do outro. Tendo em vista que são propostas antagônicas, vão resultar em interesses político-pedagógicos distintos. Enquanto a educação para o campo, vista sob a ótica do agronegócio tem a intencionalidade de formar sujeitos que sejam funcionais à reprodução do capital, buscando inculcar ideologias dominantes, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes. Em oposição, a educação do campo busca formar indivíduos não fragmentados na sua totalidade e que possam compreender as relações humanas tanto na sua diversidade cultural como nas desigualdades sociais, econômicas e políticas geradas pelo capital. Portanto, um projeto de educação que objetive atender aos setores camponeses ou a qualquer outro projeto de sociedade que busque superar as relações capitalistas, não pode ser pensado a partir da ótica do agronegócio. (CAMACHO, 2012, p.4)

A partir do que foi visto neste percurso teórico em relação à educação do campo, podemos afirmar que um dos seus objetivos é desenvolver ou trabalhar com uma pedagogia que priorize os sujeitos do campo, que são: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, sem-terra; ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores camponeses, dentre outros.

**Figura 6 - Agricultores familiares e camponeses de Nova Lima**



Fonte: adaptado de fotos agricultores familiares com DAP de Nova Lima, 2021

A figura 6 ilustra o cerne desta pesquisa, que tem também como sujeitos agricultores familiares e camponeses. A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que trabalham na terra. Nesta nuance, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem da terra.

Neste sentido, para que possamos entender o contexto e a origem da educação do campo, se faz necessário considerar que em cada momento da história do Brasil, desde a colonização até os dias atuais, vários acontecimentos marcaram de forma decisiva a trajetória da educação do

campo, que muitas vezes atendeu às necessidades de cada acontecimento histórico ou períodos importantes ligados às demandas agrícolas, ao processo de produção e de industrialização de cada época do país. Estas características estão profundamente ligadas à trajetória de lutas e conquistas da Educação do Campo.

Esta dissertação interage com o projeto de educação que objetiva atender e dialogar com setores camponeses (agricultura familiar), dentro do paradigma da Educação do Campo que compreende igualmente a relação campo-cidade como um processo de interdependência, que possui contradições profundas e que, portanto, a busca de soluções para suas questões deve acontecer por meio da organização dos movimentos socio territoriais desses dois espaços. O agricultor familiar esteja ele no campo ou na cidade, tem uma relação particular com a terra, de cuidado e proteção, pois é sua maior fonte de renda, trabalho e moradia.

### **3.1 Diálogo entre conceitos do campesinato e agricultura familiar**

Nessa pesquisa não se pretende buscar a definição e a diferença entre agricultura familiar e campesinato, pois levando em consideração termos históricos, ainda é complexo distinguir agricultor familiar e camponês. Intenciona-se neste capítulo apresentar brevemente algumas diferenças históricas dos termos camponês e agricultura familiar, e seus pontos de aproximação neste trabalho, dentro da perspectiva teórica da Educação do Campo.

Para alguns estudiosos, o termo agricultura familiar, reflete uma tentativa política de negar o poder desse segmento, nesse sentido alegam que “aceitar a expressão de agricultor familiar e não mais de camponês teria sido apenas uma estratégia política enfraquecendo a identidade política e ideológica desse segmento que persiste” (LIMA; FIGUEIREDO, 2006, p.29.).

Estudiosos da Educação do Campo, da agricultura e do mundo rural acabam optando por abordagens teóricas diferentes, alguns destacam as facetas econômicas, com objetivo de entender de que forma as unidades familiares lidam com a terra, trabalho e capital, para assim discutir o significado econômico e a contribuição produtiva que as formas familiares proporcionam para a sociedade.

Contudo, de acordo com Schneider (2005) também há quem coloque em segundo plano as questões econômicas e faça uma abordagem destacando dos aspectos culturais, políticos e identitários que caracterizam esses grupos e indivíduos, porém para este mesmo autor “a conceituação relativa à agricultura familiar abrange uma diversidade de formas de fazer



agricultura e deixa em aberto várias formas de entendê-la e conseqüentemente de não reconhecer o conceito”. (SCHNEIDER, p. 1999, p.45.)

Schneider (1999) demonstra que essas mudanças conceituais foram transformadoras, influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para o segmento, como a reforma agrária, crédito e políticas públicas. A partir de todo esse movimento o termo passou a ser utilizado no fim do século XX e nesse contexto

foi adotado por organismos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), ONU (Organização das Nações Unidas), Banco Mundial entre outros, colocando o pequeno produtor rural em novo patamar, pois com o aceite dessa denominação por instituições como essas coloca a agricultura familiar em posição institucional (SCHNEIDER 1999, p. 68)

Como foi possível perceber, apesar de todo debate conflituoso que segue por diversas correntes teóricas, não se encontrou o consenso. Porém, sob a visão do poder público, o termo agricultura familiar é considerado totalmente legítimo e foi adotado prontamente. Para ser mais específica, Schneider (2005) ressalta que a agricultura familiar tem que atender alguns pré-requisitos, reduzindo-se a classificar o pequeno produtor rural.

Dialogando com esse discurso, percebe-se na Lei 12.326, de 24 de julho de 2006, que para o produtor ser considerado familiar ele deve apresentar as seguintes características: “a área do estabelecimento rural não pode exceder quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e o estabelecimento dirigido pela família”.

Percebemos que os autores sobre o assunto nos oferecem uma diversidade de teorias, seus principais conflitos teóricos e debates sobre a influência que esse conceito exerce nos dias de hoje. A discussão é complexa e foi descrita de forma breve, recordando a essência da denominação agricultor familiar e o passado camponês deste sujeito de pesquisa.

Wanderley (2003) argumenta, que apesar de uma nova denominação e discussão sobre a adoção desse conceito, o agricultor familiar não é uma figura nova na sociedade, pois ele acredita que não é possível romper com seu passado camponês. Nas palavras do autor, os agricultores familiares carregam sua tradição de trabalhar em família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida que leva, contudo teve que adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em uma sociedade moderna e em transformação.

Segundo Abramovay (1998), agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que entre si se unem por laços de sangue ou de casamento. A situação da agricultura familiar no Brasil é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente por acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. Dessa forma, Lamarche (1997) disserta que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”. (LAMARCHE, 1997, p.184).

Segundo Nesse sentido Wanderley (2015) apresenta a representação socialmente construída da agricultura brasileira e a associa a grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sob a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico<sup>15</sup>. A autora afirma que esta representação é fruto de uma “amnésia social” (MOTTA e ZARTH, 2008) que marcou, desde suas origens, a história do campesinato no Brasil, e que nega o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade, referenciando que

o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, p. 18 ,2008/2009)<sup>16</sup>.

Refletindo nesta citação percebe-se no campesinato uma forma social de produção cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, desde os objetivos da atividade produtiva voltados para as necessidades da família, ao modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. Dessa forma, no campesinato do Brasil é preciso considerar que a agricultura brasileira, na qual ele está historicamente inserido e dialogando com este conceito de campesinato, lembrando Wanderley (2015) corresponde, uma forma de viver e de

---

<sup>15</sup>Maria de Nazareth Baudel Wanderley é Professora aposentada da Unicamp. Professora colaboradora do PPGS/UFPE. Bolsista do CNPq e a primeira parte deste artigo foi publicada na China e na Inglaterra, como capítulo de um livro sobre as mudanças sociais nos países Brics (WANDERLEY, 2011, 2013).

<sup>16</sup>Segundo Wanderley (2015) a Coleção História Social do Campesinato, composta, até o presente momento, de nove livros publicados entre 2008 e 2010, dedica-se ao estudo das diversas dimensões do campesinato. Essa passagem citada é da Apresentação Geral, assinada pelos membros do Conselho Editorial da Coleção e se encontra em todos os seus volumes.

trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir possui seu modo de vida e cultura.

A compreensão do que seja o campesinato no Brasil continua a ser um amplo debate e que envolve, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais<sup>17</sup>. Neste sentido, o campesinato se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados.

Por outro lado, a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi perseguido, como subversivo, pelos governos militares do Brasil de 1964, assim

A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou nesse período, que fossem adotadas oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo. Nos anos 1990 a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio Estado ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores (Pronaf<sup>18</sup>) cuja atividade estivesse organizada pela e para a família. (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p.25)

Podemos perceber que o conteúdo histórico-político “pejorativo” que a palavra “camponês” inspirava na época diminuía, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, como agricultores familiares nesta pesquisa em questão.

Refletindo nas observações teóricas citadas, grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam no Brasil com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir o progresso da agricultura brasileira. Dessa forma todas as críticas portam em si uma ideia central e dominante que é a de preservar uma certa categoria social e produtiva na agricultura: o camponês, o pequeno agricultor/produtor ou, ainda, o agricultor familiar e, por conseguinte, a necessidade de reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria (ALMEIDA, 1999, p. 58).

<sup>17</sup> Está em questão o lugar social destes agricultores, que se expressa por meio do significado que se atribui às categorias “campesinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio”. No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social (WANDERLEY, 2015)

<sup>18</sup> A respeito do Pronaf, Maria José Carneiro considera que a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores. Tal tentativa de ruptura é intencional e explícita no próprio texto do Pronaf, quando ele chama a si o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil sem os vícios do passado (CARNEIRO, 1997, p. 70).

Diante dos argumentos expostos, torna-se importante perceber que, a existência de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função do patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, constituídos pelos laços familiares e de vizinhança, tornam-se característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias<sup>19</sup>, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes.

Este capítulo, apresenta os conceitos de camponês da perspectiva da Educação do Campo como mola propulsora da permanência e o desenvolvimento dessa prática aliada ao homem do campo, reforçando a evolução histórica do termo camponês e sua correspondência com conceitos teóricos da agricultura familiar.

Partindo da realidade do município de Nova Lima, precisamos refletir sobre a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre a educação do agricultor familiar, bem como fazer reflexões sobre a urgência da implementação e fortalecimento de políticas públicas ligadas ao camponês, agricultor familiar, estando este sujeito no campo ou na cidade, como modo de atender a realidade das famílias que vivem e trabalham com a utilização da terra na agricultura familiar, fator que impõe a necessidade de Educação do Campo voltada para esse sujeito de pesquisa.

Se por um lado as políticas públicas como a da merenda escolar estimulam a produção de alimentos saudáveis, gera renda para as famílias agrícolas e acesso aos alimentos de qualidade nas escolas, precisamos aprimorar e ampliar os diálogos com esses sujeitos da Educação do Campo como modo de assegurar vida plena, cidadania e acesso ao saber àquelas pessoas que aí vivem. Não entendemos que o acesso à Educação do Campo seja um favor do estado, ou como algo que necessariamente vai acontecer de modo automático, e sim, como um resultado de luta e conquistas pela Educação do Campo e seus sujeitos.

---

<sup>19</sup>A respeito das heterogeneidades existentes no espaço campesino brasileiro no que diz respeito à oferta educacional desses sujeitos, é importante distinguir educação do campo de educação rural. Sobre essas concepções, Antunes-Rocha (2014) afirma que a educação do campo se afasta, pois da educação rural, no sentido de que tem como bandeira de luta a emancipação, a resistência das populações campesinas, o oferecimento do direito, da opção de escolha do próprio destino: seja permanecendo no campo, tirando dele seu sustento, seja buscando na cidade a realização, a concretização dos seus planos. O que importa é que seja uma decisão e não uma imposição (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 20)

### 3.2 Debate acerca da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar no PNAE

Implementado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), caracteriza-se como uma das políticas públicas mais antigas na área de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Segundo Peixinho (2013) ainda é o maior programa, mais abrangente e duradouro na área de alimentação escolar do mundo. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o PNAE tem como objetivo principal

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis do alunado, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009a, p. 18).

O PNAE é responsável pela alimentação escolar dos alunos da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. Durante todo o período letivo, o programa deve suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias, quando ofertada uma refeição e 30% das necessidades nutricionais diárias quando ofertada duas ou mais refeições. Além disso, quando o aluno estiver matriculado no Programa Mais Educação ou em tempo integral a escola deverá suprir no mínimo 70% das necessidades nutricionais diárias do alunado (BRASIL, 2013).

Segundo Peixinho (et al, 2011) o PNAE sofreu diversas modificações ao longo do tempo, sendo assim, no contexto histórico da criação da política de alimentação escolar, o Brasil passava por um momento de grande insegurança alimentar e nutricional o que fez o desenho do programa ter um caráter puramente assistencialista, cujo intuito maior era sanar a fome dos alunos. O programa é pautado pelo Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), na medida em que é universal e contínuo, podendo assegurar uma alimentação saudável e adequada a todas as etapas da educação básica, durante os 200 dias letivos. A Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 11346 de 2006 descreve no artigo 2º e 3º

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população  
Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006. p. 24)

Assinada em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos por sua vez, embora não seja um documento com força de Lei foi adotado como base para a formulação de outros acordos, com a ideia de que cabe ao Estado— respeitar,— proteger e zelar pela capacidade dos indivíduos, família ou comunidades de produzir sua própria alimentação e/ou de obter a renda monetária suficiente para adquirir alimentos adequados.

Nota-se a importância e o direito dos seres humanos à alimentação adequada e saudável que de acordo com Belik (2003), originou o conceito de segurança alimentar<sup>20</sup> e envolve a qualidade dos alimentos, uma vez que, a alimentação disponível para população não deve estar sujeita a contaminações, problemas de apodrecimento ou prazo fora da validade, pois a qualidade dos alimentos diz respeito à possibilidade da população consumir alimentos de forma digna e que sigam as normas de segurança alimentar e de higiene.

Em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação foi apontado pela *Via Campesina* o conceito de Soberania Alimentar como uma nova forma de pensar. Considerava que um povo para ser livre, precisava ser soberano e que essa soberania passava diretamente pelo viés da alimentação. O conceito foi ganhando contornos e em 2011 ganhou sua última definição, sendo assim

O direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada produzida através de métodos sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares. Desenvolver um modelo de produção agrícola sustentável, que favorece as comunidades e seu ambiente. A Soberania Alimentar coloca as aspirações, necessidades e estilos de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas alimentares e políticas alimentares à frente das demandas dos mercados e corporações (LA VIA CAMPESINA, 2015 *apud* COCA, 2016, p. 11)

Esse conceito destaca a importância da autonomia alimentar dos povos, respeitando a cultura e hábitos de cada país, lembrando Maluf (2000) também está associado à geração de emprego e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado exterior. Refletindo sobre as abordagens teóricas, é possível traçar um contraponto entre soberania e segurança alimentar, pois o tema da soberania alimentar é novo e aparece colocado na pauta da sociedade, a partir de uma discussão sobre o que nós temos de um conceito anterior que é o da segurança alimentar.

<sup>20</sup> Outro aspecto importante que trata— da regularidade do acesso aos alimentos, diferente de disponibilidade de alimentos, ou seja, os alimentos estão disponíveis, porém muitas populações pobres não têm acesso a— eles, em função de— diferentes motivos como falta de recursos, conflitos internos, monopólio entre outros (BELIK, 2003).

O conceito de segurança alimentar foi apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1970, como uma promessa de que a mudança técnica na agricultura iria resolver o problema da fome do planeta e também do campo. Mas essa promessa não se cumpriu. A segurança alimentar embalada no contexto da Revolução Verde<sup>21</sup> provocou: expropriação do campesinato, aumento dos famintos do planeta, utilização excessiva de venenos/agrotóxicos dentre outras situações.

O conceito de soberania alimentar é muito mais complexo, pois trata do problema da produção, consumo e comercialização de alimentos dentro de uma cadeia que não exclui os camponeses. Então o conceito de soberania alimentar tem um apelo da diferença de pensar na produção de alimentos como a consequência de modos de vida locais de determinada comunidade e suas tradições e culturas locais e regionais.

Dessa forma, promover a segurança alimentar e nutricional sustentável pensando neste conceito da Soberania Alimentar, nesta perspectiva, deve ser uma responsabilidade coletiva partilhada entre os setores público e privado, resultando na articulação de políticas, programas e ações capazes de garantir a realização do direito humano à alimentação para todos.

A partir disso, esta dissertação se preocupa com o diálogo amplo entre os conceitos de segurança e soberania alimentar no Programa de Alimentação Escolar, haja vista que o PNAE nessa abordagem, pode ser considerado um espaço ou instrumento pedagógico, pois além de um programa fornecedor de alimentos, constitui um potencial espaço educativo eficiente para estimular a integração de temas relativos à nutrição, saúde e trabalhador da agricultura camponesa.

Entende-se nessa pesquisa, que a gestão do PNAE, quando cumpre ou vai além da aquisição mínima dos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares, tende a promover benefícios, dentre eles: regularização do mercado do agricultor familiar local e regional; transferência de renda para outros setores; vantagens em princípios ambientais, já que o

---

<sup>21</sup> A Revolução Verde surgiu nos meados de 1940, com a promessa de erradicar a fome no mundo. O novo modelo tecnológico de produção agrícola, patrocinado pelas fundações Ford e Rockefeller, transformou a realidade do campo (ALBERGONI e PELAEZ, 2007). O uso de agrotóxicos, fertilizantes e sementes melhoradas e a mecanização das atividades trouxe lucro para alguns agricultores, mas também pobreza para os camponeses (aqueles que não foram expulsos de suas terras, acumularam dívidas devido ao alto preço de aquisição dos pacotes tecnológicos e precisaram vender suas propriedades – e diversos impactos para o meio ambiente) a partir da década de 1960, constatou-se que os fertilizantes e agrotóxicos poluíam a natureza e apresentavam riscos para a saúde dos trabalhadores (ALBERGONI e PELAEZ, 2007). Apesar disso, o modelo tecnológico de produção agrícola, ocasionado pela Revolução Verde, se tornou o “modelo de sucesso” no campo, replicado em diversos locais até os dias de hoje. Por conta disso, a agricultura familiar é rebaixada a um papel secundário e perde prestígio e espaço no meio agrícola.

agricultor familiar busca relação harmoniosa com a terra, alicerçada em princípios que estabelecem relação harmoniosa entre homem e meio ambiente.

Por fim, Bosquilia; Pipitone (2019) enfatizam que a aquisição de alimentos da agricultura familiar se mostra como boa alternativa para produção de alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos e diminuição dos danos do solo, causados por processos de irrigação de monocultura, entre outras práticas sustentáveis de produção.

De certa forma, os aspectos mencionados impulsionam um desenvolvimento mais adequado do PNAE frente às demandas de produção e alimentos, pois ao se pensar em esgotamento de recursos, agressão ao meio ambiente, pobreza no campo e outros agravantes, o programa pode se tornar comprometido com debate e combate dessas questões.

No entanto o PNAE é um programa complexo, com interferências externas e internas, que pode facilitar ou dificultar a definição de objetivos comuns dos atores sociais envolvidos. Dessa forma, este trabalho preocupa-se em observar e trazer apontamentos em relação aos atores envolvidos no gerenciamento e operacionalização do programa, pois apesar de suas dificuldades, ele pode ser melhorado e se tornar mais adequado para atender à realidade do município, dos agricultores familiares e de toda comunidade escolar envolvida.

### **3.3 Interfases entre Agricultura Familiar urbana e agroecologia**

O recorde dessa pesquisa se dá no município de Nova Lima, que possui área de expansão urbana, conforme veremos ao longo do trabalho. É importante destacar que nessas áreas encontram-se os agricultores familiares locais e potenciais participantes das chamadas públicas do PNAE. Dessa forma, a possibilidade do uso da terra urbana para agricultura resgata debates das relações dicotômicas modernas, como ambiente construído-ambiente natural e cidade-campo. Segundo a revisão bibliográfica de Coutinho (2010) a relação cidade-campo vem mudando e precisa ser reelaborada, dessa forma ela relembra Monte-Mór (1994, p.173)

de fato, já na década de 70 o quadro começava a se inverter em relação ao processo intensamente dicotômico que caracterizava as décadas anteriores. A substituição de importações, vista da ótica de um tecido urbano industrial que se implantava nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial produziu, segundo olhares dos países industrializados, ‘cidades de camponeses’ (Roberts, 1978)<sup>22</sup>. Ali, práticas

---

<sup>22</sup> ROBERTS, B. (1978). 1967. *Cities of peasants – the political of urbanization in the third world: Edward Arnold*. 1978.



identificadas como rurais se superpunham à economia urbana-industrial em formação: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio dominando relações; e controles sociais; relações de produção pré-industrial coexistindo com relação (sub)assalariadas marcando uma inserção particular na economia urbana (apud COUTINHO, 2010, p. 15).

A autora ressalta que na década de 1970 o êxodo rural significou o deslocamento de camponeses e outros trabalhadores rurais para as cidades, produzindo “cidades de camponeses”. Atualmente a urbanização é que se estende para além dos limites da cidade superpondo-se aos espaços rurais e, eventualmente, aumentando os espaços vazios no interior das cidades. Segundo Singer (1979) a chamada expansão urbana dá-se sobre as glebas rurais podendo ser algumas de uso agrícola, o que deve ser considerado em seu aspecto ambiental e de abastecimento das cidades. Assim, as práticas agrícolas interagem com as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do urbano, mas ainda não são reconhecidas pelo planejamento urbano formal, como relembra Crispim Moreira (2008), que faz referência a agricultura urbana como sendo meio de sobrevivência tanto dos “camponeses desterrados” quanto dos “operários pobres”. O referencial teórico relembra as famílias de trabalhadores nas metrópoles, diante da cidade que tudo lhes nega, tramam processos, traçam novos caminhos, reinventam caminhos e fazem da agricultura um modo de vida.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coube promover e consolidar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) através de ações descentralizadas e articuladoras das três esferas de governos entre si e com as ações da sociedade civil, assim, o Programa de Agricultura Urbana, conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional/LOSAN (2006), também é uma ação da SESAN/MDS e tem como objetivo

... intervir no abastecimento social, de forma a integrar as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares. Contribui na construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e no escoamento da produção de famílias agricultoras, processadoras e que comercializam seus produtos nas regiões metropolitanas (COUTINHO, 2010, p. 56)

Sendo assim, reconhecemos a agricultura familiar urbana no município de Nova Lima, a presença de produtos agroalimentares que fabricam e comercializam alimentos para si e comunidade local. Quanto ao reconhecimento e legitimação da agricultura urbana, o estado de Minas Gerais foi considerado adiantado. A criação da Política Estadual de Apoio à Agricultura

Urbana (PEAU), através da Lei n. 15.973/2006 de 12 de janeiro de 2006, é expressão disso, sendo assim, na mencionada lei, a agricultura urbana é definida como

o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano que ocorrem nas áreas urbanas e suburbanas de cidades, distritos, vilas e aglomerados. A lei define os objetivos, os instrumentos e como deve ser a gestão da política de apoio à agricultura urbana. Alguns de seus objetivos são: ampliar as condições de acesso à alimentação, gerar emprego e renda; estimular práticas alimentares saudáveis; aprimorar programas alimentares institucionais; promover trabalhos da economia popular solidária; estimular práticas de cultivo, criação e beneficiamento pautadas nos princípios da agroecologia; estimular a cessão de uso de imóveis particulares para o desenvolvimento de programas de combate à fome e à exclusão social e aproveitar os imóveis públicos não-utilizados ou subutilizados; e realizar diagnósticos urbanos. (COUTINHO, 2010, p. 60)

Nos debates sobre agricultura urbana, e nas falas dos agricultores familiares locais entrevistados do Município de Nova Lima o tema da agroecologia encontra-se presente. Utilizaremos o conceito descrito no Guia do Cursista em Educação do Campo e Soberania Alimentar, que integra o material didático das atividades de formação do projeto de extensão Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada de Professores da rede pública do Território dos Inconfidentes, dessa forma, segundo Santos (2020) Agroecologia pode ser compreendida como

o manejo ecológico de agroecossistemas, através de formas de ação social coletiva, participativa, desde a produção de alimentos até a circulação alternativa de seus produtos, estabelecendo relações entre produção e consumo capazes de encarar a atual crise ambiental, social e econômica. Conforme alerta Caporal & Azevedo (2011) é importante não confundir Agroecologia com algum tipo de agricultura alternativa. A Agroecologia deve ser compreendida numa dimensão integral onde as variáveis sociais ocupam papel muito relevante. Além de buscar sistemas de produção ecologicamente equilibrados, a Agroecologia busca igualmente uma ecologia de saberes. Desta forma, integra os saberes tradicionais dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento de modelos mais sustentáveis de ocupação, a partir de abordagem transdisciplinar e holística. (SANTOS, 2020, p. 7)

Ao desenvolver essa pesquisa e aproximar do sujeito social do PNAE, o agricultor familiar, percebe-se que a relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção. Ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Nas revisões bibliográficas e no próprio relato de experiência da entrevista compreensiva dos agricultores familiares locais de Nova Lima, foi no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação (valores simbólicos). Nestes sistemas de organização familiar, “a natureza, a ecologia não

representam somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e sua família.

## **4 PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL**

### **4.1 O PNAE em foco: contextualizando seu avanço no Brasil**

Destacando-se como uma das políticas públicas mais antigas do Brasil, o PNAE, com sete décadas de existência, passou por inúmeras mudanças. A década de 1930 marca os primórdios de seu estabelecimento no Brasil. O país passava por uma efervescência social de (re)invenção de ideias e práticas sociais, da economia à medicina, e pensando na política de enfrentamento da questão da fome e da desnutrição<sup>23</sup>.

Nesse período, a fome e a desnutrição são reconhecidas como um problema social que impede o despontar do Brasil como uma grande nação. Surgem alguns movimentos sociais de alguns médicos, incluindo Josué de Castro, que ao realizar o primeiro inquérito alimentar da população brasileira no Recife, constata as dificuldades de alimentação do povo e uma possível “ingerência” na aquisição de gêneros alimentícios. Com isso, houve diversas campanhas no país para combater tanto a desnutrição como também os ditos “hábitos ruins” dos brasileiros. Segundo Santos (2016) nessa conjuntura que despontam os estudos sobre nutrição, gestados na produção brasileira, a partir de

uma perspectiva desenvolvimentista, nacionalista e higienista, assentando suas ideias na constituição de trabalhadores fortes para o tão almejado desenvolvimento econômico e na proliferação de práticas alimentares que pudessem ajudar a modelar o comportamento desse “novo brasileiro”. Essas práticas coincidiam com a intenção de formação de uma classe operária que pudesse ter sua mão de obra absorvida para a iniciante industrialização brasileira. (SANTOS, 2016, p.36.)

Junto a estes movimentos, a política populista brasileira da época discursava que a merenda escolar, como era conhecida, e a sua oferta na escola estavam estritamente relacionadas com o desempenho escolar dos estudantes. O fracasso da classe trabalhadora na escola era explicado em uma vertente médica e como consequência da falta de comida ou da má

---

<sup>23</sup> Considerando as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no país, observa-se a emergência do processo simultâneo da criação da prática profissional em nutrição e da instituição da política social de alimentação e nutrição (SOBRAL; COSTA, 2008).

alimentação. Junto a estes movimentos, a política populista brasileira da época discursava que a merenda escolar, como era conhecida, e a sua oferta na escola estavam estritamente relacionadas com o desempenho escolar dos estudantes. O fracasso da classe trabalhadora na escola era explicado em uma vertente médica e como consequência da falta de comida ou da má alimentação. Nesse contexto, Bezerra (2002) destaca as ideias higienistas e eugênicas da época, em que a nutrição das crianças era vista como uma possibilidade de inculcar novos hábitos alimentares no povo brasileiro e, ao mesmo tempo, adstrar mudanças sociais a partir da modelação dos comportamentos. Na década de 1950, a partir de um conjunto de práticas sociais esporádicas pelo Brasil, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar. Desse plano original, apenas o programa de alimentação escolar sobreviveu, contando com o apoio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), hoje denominado Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef).

Em março de 1955 foi assinado o Decreto nº 37.106, criando a campanha da Merenda Escolar (ME). Segundo Chaves; Brito (2006) o nome dessa campanha foi se modificando até que, em 1979 foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Implantado em 1955, o programa se propõe a garantir a alimentação escolar dos alunos de toda educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), o gerenciamento ocorre “pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem como objetivo a transferência de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinados a preencher, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos”. (FNDE, 2007, p.24).\_Esse pressuposto se baseava na ideia social de que a alimentação ofertada pelo Estado era algum tipo de cortesia e, por isso, deveria ser aceita como era apresentada, gerando na população o sentimento de gratidão que impedia o desvelar do valor social, cultural, econômico e político que a alimentação escolar impregnava nos seus usuários e na comunidade como um todo.

A Campanha Nacional de Merenda Escolar, como era conhecido o PNAE, passou de uma gestão centralizada em que se distribuíam os produtos industrializados a partir do Distrito Federal para contemporaneamente uma gestão descentralizada, delegando para municípios e Estados a organização, controle e distribuição da alimentação escolar, apesar de o financiamento continuar sendo responsabilidade do Governo Federal. Na maioria dos Estados brasileiros, o repasse do governo federal é a única fonte de recursos, pois é comum não ser acrescido a

contrapartida devida pelos estados e municípios, mesmo que essas ações estejam previstas na Constituição Federal.

Com a reedição da medida provisória<sup>24</sup> nº 1784 de 1998 o PNAE passa a contar com atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos, representantes do poder executivo, sendo o CAE órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para execução do programa.

Outro avanço para o PNAE, foi a medida provisória nº 2178 de 2001 que destaca o respeito aos hábitos alimentares de cada localidade sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos e a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal, sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos locais contribuindo para o desenvolvimento da economia local.

Em 2006 começa a ser exigida a presença de um nutricionista como responsável técnico pelo programa e a presença desse profissional em todas as Entidades Executoras, permitindo uma melhoria significativa na qualidade do PNAE, visando alcançar seus objetivos.

Outro fator que merece destaque foi o estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior culminando em 2006 na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que são unidades de referência e apoio, constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Com a implementação da Lei 11947/2009 criou-se um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. No artigo 14 dessa Lei no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados ao FNDE aos estados e municípios para compra de alimentos para o PNAE, deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Sendo assim, o artigo 14 se apresenta de forma mais incisiva, estabelecendo porcentagem mínima de aplicação obrigatória quanto aos recursos repassados pelo FNDE aos entes da federação que executam ações de alimentação escolar. Ademais, o artigo 3º, da Lei 11947, expressa a intenção do PNAE em contribuir para o desenvolvimento local, na medida que sugere que se priorize as compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar em âmbito local. Turpin (2009) destaca que o programa ganhou reconhecimento internacional, servindo até de

---

<sup>24</sup> Medidas provisórias encontradas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.

modelo para outros países do mundo, devido a sua estrutura em termos de legislação e planejamento, que movimenta um alto volume de recursos. A evolução do PNAE ao longo dos anos é visível quando salta de R\$ 0,590 bilhões em 1995 para R\$ 4,15 bilhões de recursos financeiros repassados pelo FNDE em 2017, atendendo 41 milhões de estudantes da Educação Básica.

É possível observar que o programa sofreu várias modificações na sua execução. Segundo o FNDE (2018) houve a descentralização dos recursos para sua execução, instituída por meio da Lei nº 8.913, de 1994, por meio da celebração de convênios com os municípios e envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

Com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998, houve uma consolidação da gestão descentralizada, uma nova modalidade de repasse de recursos financeiros do governo federal, através de transferências automáticas aos municípios e estados do país sem a necessidade de convênios, sendo o FNDE o responsável pelo gerenciamento e repasse dos recursos. Assim, a utilização dos recursos do FNDE para a alimentação escolar ficou sob responsabilidade das Entidades Executoras (Secretarias de Educação, escolas que tivessem verba descentralizada).

Segundo Belik e Souza (2009), neste modelo descentralizado as prefeituras podem ser agentes promotores da associação entre alimentação escolar e desenvolvimento local, estimulando associativismo e a pequena produção agropecuária. Belik e Chaim (2009) lembram que a administração descentralizada permitiu uma racionalização da logística e dos custos de distribuição dos produtos, viabilizando a oferta de alimentação escolar, de acordo com os hábitos da população, em diferentes localidades do país.

Atualmente, o governo repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros, de caráter suplementar, efetuados em 10 parcelas mensais iniciando em fevereiro e terminando em novembro de cada ano letivo, para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino, os valores repassados pela União, por dia letivo, para cada aluno, são diferenciados, sendo definidos de acordo com a etapa e modalidade de ensino, conforme apresentado na Tabela 1 a seguir

**Tabela 1 - Valor de repasse por aluno matriculado para execução do PNAE**

| <b>Modalidade</b>   | <b>Valor/Dia</b> |
|---|------------------|
| Creches   | R\$ 1,07         |
| Pré-escola  | R\$ 0,53         |
| Escola indígenas e quilombolas  | R\$ 0,64         |
| Ensino fundamental e médio  | R\$ 0,36         |
| Educação de Jovens e Adultos  | R\$ 0,32         |
| Ensino integral   | R\$ 1,07         |
| Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral          | R\$ 2,00         |
| Alunos que frequentam o atendimento Educacional Especializado/contraturno | R\$ 0,53         |

Fonte: adaptado de FNDE, 2020

Em 2020, o PNAE completou sessenta e quatro anos com alguns avanços e persistências em práticas infrutíferas para a alimentação dos escolares. No entanto, a Lei nº 11.947/2009 componente fundamental ao fomento à agricultura familiar, para atender ao critério de compra mínima de 30% de alimentos da agricultura familiar não é suficiente. Lembrando Santos (2020) são necessárias ações complementares, principalmente, em termos de assistência técnica, treinamentos em termos de gerenciamento e capacidade de produção e alinhamento entre os atores sociais para que os alimentos atendam às exigências. Há, ainda, desafios de ordem burocrática na emissão de documentos e no atendimento a requisitos da legislação higiênico-sanitária.

Aliada a tudo isso, ainda persiste a falta de vontade política para efetivar a compra pública dos alimentos nas comunidades locais e com isso aproximar produtores e consumidores viabilizando um desenvolvimento econômico sustentável para os brasileiros. Para se ter uma ideia desse potencial, em 2015 o programa movimentou mais de três milhões de reais atendendo a quarenta e dois milhões de estudantes. Com isso, o PNAE representa uma das maiores apostas na compra pública de qualidade que pode beneficiar o produtor local (FNDE, 2015, p. 32)

É oportuno destacar que a participação da agricultura familiar em uma política pública como o PNAE viabiliza não apenas a propagação do interesse pelo Programa nas várias áreas do conhecimento, mas, também, opções de diálogo entre as diversas áreas, como Educação do Campo, agricultura familiar, Vigilância Sanitária e por esse trajeto que o tema dialoga com diversos atores sociais dessa política pública. O PNAE comporta estudos e também desafios, considerando que se encontra reunindo o consumo de alimentos no sistema educacional como

política pública a sistemas de produção, distribuição e comercialização de produtos da agricultura familiar. Esse ponto merece destaque para justificar a escolha de estudar as repercussões do Programa Nacional de Alimentação Escolar com os agricultores familiares, fazendo recorte no município de Nova Lima em Minas Gerais.

#### 4.2 A Agricultura Familiar em Minas Gerais e Nova Lima

O último Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostrou que o aumento tanto do número de estabelecimentos quanto da área da produção pela agricultura familiar, em Minas Gerais, foi superior ao ocorrido em todo o Brasil, quando fazemos a comparação com o Censo de 2006. Isso pode ser atribuído menos à expansão da fronteira agrícola, e mais ao aumento da eficiência das ferramentas tecnológicas que propiciaram um melhor aproveitamento dos territórios. Em Minas foram recenseados 607.557 estabelecimentos (maior número no histórico dos censos), totalizando uma área de 38.168.688 ha. O último perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais realizado foi de 2014, conforme figura 7 a seguir.

Figura 7 – Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais de 2014



Fonte: adaptado de Minas Gerais, 2014



No Estado mais da metade dos produtores rurais (53%) declararam idade superior a 55 anos e 27,5% possuíam mais de 65 anos. Merecem destaque alguns produtos em que Minas Gerais foi o maior produtor nacional: café (61%), leite (29%), batata (35%); alho (42%); morango (64%) e cenoura (65%). No Censo 2017 também foi confirmado que Minas possui a maior área de florestas plantadas do país, correspondendo a 23% da área nacional. Abaixo, percebe-se na Tabela 2, alguns itens em que a Agricultura familiar possui relevância na produção nacional e do Estado de Minas Gerais.

**Tabela 2 - Percentual do valor da produção da Agricultura Familiar, Brasil e Minas Gerais 2017**

| Atividade                 | Percentual no Valor da Produção |              |
|---------------------------|---------------------------------|--------------|
|                           | Brasil                          | Minas Gerais |
| Horticultura              | 60,06%                          | 55,89%       |
| Extracção Vegetal         | 75,13%                          | 75,71%       |
| Produção Mandioca         | 69,56%                          | 68,42%       |
| Produção de Leite de vaca | 64,17%                          | 49,78%       |
| Produção de Café          | 38,31%                          | 35,05%       |

Fonte: adaptado de FAEMG/SENAR, 2019

Observando os dados apresentados na tabela 2, a agricultura familiar manteve sua relevância, respondendo por 23% do valor da produção da agropecuária no Brasil e quase 25% em Minas Gerais. A força do segmento alcança 75,71% do valor da extração vegetal<sup>25</sup> em Minas, e 75,13% no Brasil. Assim a agricultura familiar representa para o país e, em particular, para o estado de Minas Gerais, importância incontestável para a produção de alimentos, representando hoje a maioria da população que vive e trabalha no campo. Segundo o Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o potencial desse segmento pode ser medido pela expressiva quantidade de estabelecimentos rurais existentes: dos 607.557 estabelecimentos rurais de Minas Gerais, 72,72%, ou 441.829, são da agricultura familiar. E, do montante de 1.836.353 pessoas ocupadas na agropecuária, 59,02%, ou 1.083.824, pertencem ao setor (IBGE, 2017). Porém dados do relatório de atividades 2018, elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), ressaltam que os agricultores familiares e suas organizações enfrentam vários desafios relacionados à gestão e

<sup>25</sup> Segundo IBGE (2017) a coleta de frutos e raízes constitui uma das mais primitivas maneiras de extração dos meios de subsistência do homem. No entanto, essa atividade, chamada de extrativismo vegetal, ainda é praticada. Corresponde à coleta de produtos retirados da natureza.

comercialização da sua produção. Destes desafios, a EMATER-MG (2018) menciona o atendimento às exigências legais, as boas práticas de produção e de fabricação, organização e gestão que contribuem para que grande parte da agricultura familiar permaneça restrita aos mercados informais.

De acordo com a definição legal, instituída por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, regulamentada pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, alterado pelo Decreto 10.688, de 26 de abril de 2021, e por portarias ministeriais complementares, o agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural no Brasil é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos

I - Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II - utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento; III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL,2021)

O Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) deu atenção especial à agricultura familiar, fornecendo estatísticas oficiais sobre esse segmento. Sua realização evidencia o reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social da agricultura familiar como fonte geradora de ocupação, renda e alimento para o país.

Desse modo, o censo 2017 mostra que em Minas Gerais, semelhante ao que ocorreu no Brasil, houve queda na proporção de estabelecimentos com Agricultura Familiar, passando de 79% (2006), para 73% (2017). Uma possível explicação para esse movimento é que um dos quesitos utilizados para considerar o estabelecimento como de Agricultura familiar é que pelo menos metade da renda familiar deve ser proveniente das atividades econômicas do estabelecimento. Diante do envelhecimento do produtor, muitos passaram a receber benefícios (aposentadorias, pensões), ou algum membro da família começou a ter renda fora do estabelecimento, o que superou a renda obtida nas atividades do estabelecimento agropecuário. Logo, esse deixou de ser enquadrado como agricultor familiar. Ainda assim, a Agricultura Familiar correspondeu a quase 23% do valor da produção da agropecuária no Brasil e quase 25% em Minas Gerais.

De acordo com Antônio Carlos Florido, gerente técnico do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a saída das pessoas do campo, em busca de emprego, foi responsável pela redução das propriedades de agricultores familiares, também. Florido avalia que

Dez anos depois (da Lei 11.326), a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora. Diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei. (CENSO AGROPECUÁRIO IBGE, 2017).

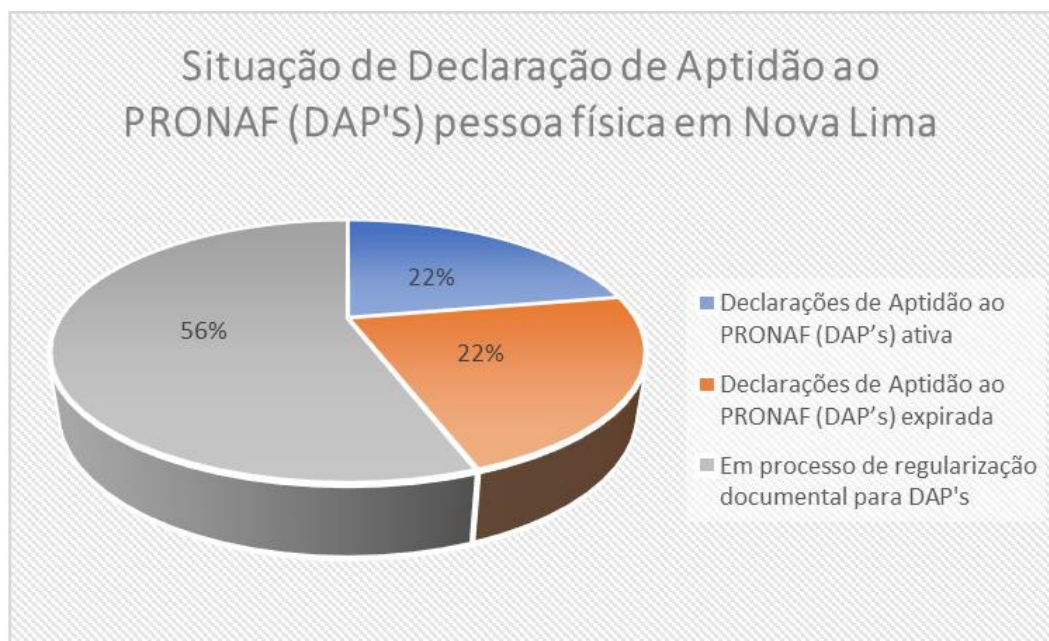
Segundo o Relatório de atividades da EMATER-MG (2019) a agricultura familiar, desenvolvem-se atividades agrícolas e não agrícolas, que têm papel de destaque no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Em Minas Gerais, parte importante da comercialização da produção agrícola é de alimentos in natura. Os agricultores familiares e as suas organizações enfrentam desafios relacionados à comercialização da sua produção, tais como: organização, gestão, atendimento às exigências legais, boas práticas de produção e de fabricação. Esses desafios fazem com que grande parte da agricultura familiar permaneça restrita aos mercados informais.

Diante deste cenário, a atuação da EMATER–MG é de grande importância para a superação desses desafios, investindo em ações com foco no mercado, a exemplo da atuação da Empresa no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PAA Familiar (Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e em outras políticas públicas ligadas à agroindústria e à comercialização. Em função das exigências legais de formalização do negócio, próprias do mercado institucional público, essas políticas possibilitam a profissionalização dos agricultores e de suas organizações. Ao todo, mais de 66 mil agricultores familiares foram beneficiados com o trabalho da EMATER–MG na área de comercialização e gestão em 2019. A maioria formada por agricultores familiares. Além disso, 1.477 organizações de produtores também estiveram envolvidas nos trabalhos da Empresa.

Em Nova Lima, município em que ocorre o recorte da pesquisa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com os agricultores familiares locais, percebe-se que a agricultura familiar não é predominante na cidade, em função da predominância das atividades mineradoras e, também, imobiliárias

No entanto, segundo a EMATER/MG (seção Nova Lima), no município existem agricultores familiares, embora não exista mapeamento de todos. A EMATER Nova Lima salienta que atualmente há 2 (dois) agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e mais cinco em processo de regularização documental para atendimento às exigências legais. Esses agricultores produzem alimentos *in natura*<sup>26</sup>, mas não produzem alimentos minimamente processados<sup>27</sup> de origem vegetal. No gráfico a seguir<sup>28</sup>, percebemos a situação das DAP's em Nova Lima referente à Agricultores Familiares vinculados à pessoa física, haja vista que pessoa jurídica tem somente a Cooperativa Nacional de Apicultura, mas como é referente a alimentos de origem animal (não objeto desta pesquisa) não entraremos em detalhe. No gráfico 1 conseguimos visualizar a situação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de pessoa física em Nova Lima.

**Gráfico 1 – Situação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP's) em Nova Lima**



Fonte: Elaboração própria. Dados do extrato de DAP pessoa física e jurídica por Município. Casa Civil, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), 2021.

<sup>26</sup> Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza.

<sup>27</sup> Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos à limpeza, remoção de partes não comestíveis ou não desejadas, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, fermentação e outros processos que não adicionam sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original. (MENEGASSI; ALMEIDA; OLIMPIO; BRUNHARO; LANGA, 2018)

<sup>28</sup> Extrato de DAP pessoa física e jurídica por Município. Casa Civil, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP?Token=dGlwbz1KdXJpZGljYQ==>. Acesso em: 03 mai.2021.

O recorte da pesquisa foi verificar a aquisição do PNAE, quanto alimentos da agricultura familiar local, sabe-se que a produção atual da agricultura familiar segundo a EMATER de Nova Lima é preponderantemente alimentos *in natura*, mas ressaltamos o monitoramento de alimentos minimamente processados de origem vegetal, pois compete a Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, vistoriar e emitir alvará sanitário os agricultores familiares que produzem este tipo de alimento. A EMATER salienta que o município de Nova Lima possui agricultores familiares que produzem alimentos minimamente processados de origem vegetal, mas não comercializa atualmente e no futuro, quando começar essa comercialização, caberá também a Vigilância Sanitária regularizar esta atividade.

Nova Lima foi contemplada na 3ª Jornada de Educação Alimentar e Nutricional - EAN, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE sendo mencionada na edição dos Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II de 2019. Diante deste cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta a oferta de cardápios balanceados, bem como oferece a possibilidade de mostrar aos estudantes maneiras diferentes de adquirir hábitos alimentares, conforme figura 8 a seguir

Figura 8 – Trabalho de Nova Lima com participação de agricultores familiares locais



Fonte: adaptado Brasília. Ministério da Educação. Jornada de Educação Alimentar e Nutricional. Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II 2019. 2020.

Entretanto, faz-se necessário influenciar toda a comunidade escolar a fim de evitar o consumo de produtos alimentícios ultra processados em âmbito escolar e domiciliar. Na figura 8 verificamos a ilustração que faz a referência do Município de Nova Lima na 2 edição do Livro disponível no site do FNDE, referente a Jornada EAN: melhores relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental – 2 Edição, com livro disponível para download no site do FNDE. O projeto foi uma ferramenta importante para estimular a adesão à alimentação escolar por parte dos alunos, visto que o foco é a redução dos lanches ultra processados que as famílias enviam para serem consumidos na escola e a redução do desperdício de alimentos. O título da ação, o qual foi dividido em dupla jornada: “Se é comida do bem, faz bem!” e “Movimente-se”. Os trabalhos contaram com dinâmica que teve como objetivo discutir sobre uma dieta equilibrada com alimentos de verdade, bem como classificar os alimentos de acordo com o Guia Alimentar

para a População Brasileira. Nessa etapa foram utilizados alimentos servidos na alimentação escolar conforme fotografia 1.

**Fotografia 1 – Chef de cozinha finalizando a salada de azedinha com feijão de corda**



Fonte: Brasília. Ministério da Educação. Jornada de Educação Alimentar e Nutricional. Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II 2019. 2020.

Concluindo as atividades referentes ao tema “Comida de verdade”, foram realizadas três oficinas culinárias com o auxílio do chef de cozinha Júnior Castro, nas quais foram produzidas receitas com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e ervas aromáticas como manjeriço, alecrim, tomilho e orégano, com o objetivo de valorizar os produtos vindos da agricultura familiar e desenvolver habilidades culinárias entre os alunos.

**Fotografia 2 - Alunos e horta familiar**



Fonte: Brasília. Ministério da Educação. Jornada de Educação Alimentar e Nutricional. Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II 2019. 2020.

Segue na fotografia 2 um exemplo de trabalho realizado do PNAE de Nova Lima com participação indireta de Agricultor familiar local. A seguir vamos apresentar registros fornecidos pela EMATER/MG de Nova Lima, referente ao trabalho de orientação com os agricultores familiares locais de Nova Lima que tem o Documento de Aptidão ao PRONAF<sup>29</sup> – DAP, e que são agricultores potenciais a participarem das chamadas públicas do PNAE.

Dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares destaca-se: almeirão; banana prata; beterraba; brócolis; cebolinha; cenoura; chuchu; couve; couve flor; espinafre; hortelã; limão taiti/galego; mandioca; moranga hibrida; rúcula; mostarda; quiabo; repolho híbrido; rúcula; salsinha; tangerina; tomate; agrião; milho; capim cidreira; azedinha; jabuticaba; gengibre dentre outros, conforme percebemos na fotografia 3 a seguir.

---

<sup>29</sup> PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar



**Fotografia 3 - produção dos Agricultores Familiares de Nova Lima com DAP**



Fonte: EMATER Nova Lima, 2021

Segundo a EMATER de Nova Lima (2021), os produtores da agricultura familiar de Nova Lima possuem uma consciência agroecológica<sup>30</sup>, que segundo eles tem preocupação com o meio ambiente, qualidade e segurança dos alimentos, soberania alimentar e produção com responsabilidade com campo. Todas as propriedades em Nova Lima estão abertas para visitação, os produtores são acolhedores, abertos para o aprendizado e conhecimento.

A EMATER também destaca que os alimentos da agricultura familiar de Nova Lima têm qualidade e estão mobilizando agricultores familiares com e sem DAP para regularizar situação e motivá-los a participar das chamadas públicas futuras do PNAE. Eles sugerem também focar nos produtos in natura e a comercialização dos alimentos minimamente processados em outro momento devido ao aspecto da legislação sanitária e fiscalização. No entanto essas famílias se preparam para uma produção mais tímida de alimentos minimamente processados, ainda não comercializados, mas para produção e consumo próprio/familiar como se vê a seguir

<sup>30</sup> Em uma primeira aproximação, a agroecologia poderia ser reduzida a um conjunto de técnicas e práticas de produção agrícola. Entretanto, nas práticas sociais originárias e camponesas, se encontram entranhados os sistemas de conhecimento tradicionais, razão pela qual recuperar as práticas é também resgatar os saberes tradicionais que foram e estão sendo erodidos: “costuramos com as mãos dos povos o tecido vivo de nossa biodiversidade que também representa nossa memória, nossas culturas” (Jornada de Agroecologia, 2019).

Fotografia 4 - produção de agricultores familiares de Nova Lima com DAP



Fonte: EMATER Nova Lima, 2021

#### 4.3 As interrelações entre o PNAE e a agricultura familiar

De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dentre as diretrizes da alimentação escolar definidas conforme apresentado no Quadro 3, encontra-se o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

Quadro 3 - Diretrizes do PNAE conforme Resolução nº26 de 2013

| <b>Diretrizes da Alimentação Escolar</b>   |
|--|
| <b>I – O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;</b> |
| <b>II – A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;</b>   |
| <b>III – A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;</b>   |
| <b>IV – A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;</b>   |
| <b>V – O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;</b>   |
| <b>VI – O direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.</b>  |

Fonte: adaptado de Resolução nº26 de 2013 do FNDE

Busca-se com as Diretrizes do PNAE, fazer cumprir o artigo 3º que é o *de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional*<sup>31</sup> e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Com as novas diretrizes, o PNAE tornou-se um relevante segmento institucional para a compra de alimentos da agricultura familiar. Essa tarefa exige articulação entre quem compra e quem vende. Nesse local de intermediações, observa-se que o planejamento dos cardápios escolares deve basear-se em dois fatores “o de promoção da saúde articulada à sustentabilidade ambiental, cultura, econômica e social. Considerando o cardápio planejado pelo(a) nutricionista, o fator norteador para a aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE” (SARAIVA et al., 2013, p. 09).

<sup>31</sup> Parágrafo único do artigo 3º da Resolução de nº 26 de 2013. As ações de educação alimentar e nutricional serão de responsabilidade do ente público educacional.

Analisando as diretrizes expostas acima, é possível constatar avanços e persistências. Na Lei, percebe-se que há uma centralidade das execuções públicas de gestão da alimentação escolar pelo Governo Federal, ao mesmo tempo em que incentiva ações educacionais que possam promover o acesso a conhecimentos da área e, por conseguinte, um novo modelo de gestão para a inclusão de saberes sobre o comer e o como comer, em uma perspectiva regional.

Já lembramos ao longo do texto que, no passado, a preocupação latente com a desnutrição e os ditos “hábitos ruins” dos brasileiros conduzia a discussão sobre a merenda escolar. Atualmente, ainda se sustentam essas ações em modelos comportamentais sobre o comer. A diferença teórica/prática é que hoje esses conhecimentos devem ser integrados ao currículo escolar, inspirando ações de educação alimentar e nutricional mais proativas.

Dessa forma, nota-se a importância de desenvolver ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional. Em relação ao PNAE, Pereira (2019) ressalta a necessidade de um clamor pelo estabelecimento e amadurecimento de ações relacionadas à gestão, fiscalização e pleno atendimento aos objetivos e diretrizes do programa conforme resolução 26, de 17 de junho de 2013.

Percebemos a origem da vinculação da agricultura familiar com o PNAE, através dos estudos de Schwartzman (2015), que constatou em suas entrevistas, antes da publicação da Lei 11.947/2009, que existiam algumas experiências isoladas em municípios de compras diretas para o PNAE, que só eram possíveis graças aos esforços de gestores envolvidos em questões do desenvolvimento local com a instituição da modalidade de compra denominada chamada pública e publicação da Lei nº 11.947/2009, as compras locais para o PNAE tornaram-se possíveis. Nessa perspectiva, a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 <sup>32</sup>, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.

Assim, a compra de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, no âmbito do PNAE. Nesse contexto, alguns

---

<sup>32</sup> Atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015.

desafios se impõem, principalmente depois da obrigatoriedade legal da aquisição de alimentos da agricultura familiar, como por exemplo a regularização dos alimentos orgânicos

Os alimentos orgânicos são definidos como aqueles alimentos in natura ou processados, oriundos de sistema no qual se adotam técnicas que buscam a oferta de alimentos livres de contaminantes intencionais, que respeitam e protegem o meio ambiente, visando à sustentabilidade ecológica e à maximização dos benefícios sociais e econômicos (LIMA; SOUSA, 2011, p. 268)

O consumo desses alimentos, como enfatiza Lima e Sousa (2011) tem aumentado consideravelmente no mundo, impulsionado principalmente pela preocupação dos consumidores com a qualidade dos alimentos, incluindo-se as instituições que produzem refeições para coletividades, como restaurantes, hospitais, escolas, entre outros.

Visando facilitar a inserção do agricultor familiar ao PNAE, é estabelecido na Resolução nº 26 de 17 de junho 2013 que a aquisição dos gêneros alimentícios poderá ser realizada sem a necessidade de procedimento licitatório, contudo os preços dos alimentos devem ser compatíveis com os preços do mercado local bem como os alimentos atendam as normas estabelecidas do controle de qualidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais.

Percebe-se que o PNAE funciona como um importante canal de comercialização, proporcionando ao agricultor familiar maior autonomia nas suas escolhas, maior visibilidade social, e benefícios em geral quanto a qualidade alimentar da população como um todo. Santos (2011) afirma que para o município, significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando os hábitos alimentares locais. Para o agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda contínua.

#### **4.4 Desafios na aproximação entre Agricultura Familiar e PNAE**

Conflitos entre agricultores familiares, prefeituras e lideranças comunitárias na aproximação do produtor de alimentos com a escola, são frequentes e segundo Holanda (2003) geralmente, ocorrem pela falta de investimentos em formações para os agricultores e técnicos responsáveis pelo programa, e, segundo esse autor enfatiza, os técnicos geralmente pautam suas ações na administração do recurso, sem ajudar a desenvolver atitudes de empreendedorismo junto aos produtores rurais. Dessa forma, Turpim (2009) argumenta que

é preciso compreender que as ações para o desenvolvimento local não acontecem sem conflitos ou problemas. Além disso, ao enfrentar esses conflitos de forma racional e ao

desenvolver ações de empreendedorismo com os agricultores familiares – evidenciando a importância do associativismo, cooperativismo – é que se encontram caminhos para o desenvolvimento de ações eficazes para a economia e sustentabilidade dos agricultores. (TURPIM, 2009, p. 31)

Ao mesmo tempo que a lei 11.947/2009 propõe mudanças e inovações, alguns dos seus artigos não preveem aspectos técnicos que precisam ser resolvidos pelo poder local, antes mesmo de se propor a cumprir tal normativa. Essas questões se tornam mais evidentes quando se identificam os aspectos burocráticos que estão nos princípios normativos da lei. Como exemplo, a existência de nota fiscal do cadastro dos agricultores e da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) e da entrega e padronização dos gêneros adquiridos pela escola. Essa última surpreende os agricultores que não calculam os custos da entrega nos seus planos de vendas, isso porque

em sua maioria, os agricultores acessavam mercados de forma integrada ou informal, atuando apenas como meros produtores de alimentos. A possibilidade de serem fornecedores de gêneros para a alimentação escolar exige mudanças na sua forma de relação com os mercados, com os outros agricultores, mediadores, gestores e instituições, obrigando-os a rever suas posições, atitudes e práticas, como também as dos outros envolvidos. Em contrapartida, se o objetivo é integrar o agricultor familiar como potencial fornecedor, a estrutura das compras públicas, das regulamentações sanitárias e de outras exigências do PAE também necessita de revisão (TRICHES; SCHNEIDER, 2012, p. 692).

Nessa perspectiva, Marques *et al.* (2014 *apud* SANTOS, 2016) aborda o caso dos agricultores familiares<sup>33</sup>, analisando os discursos sobre a inserção desses trabalhadores no PNAE, a partir das categorias *dificuldades* e *benefícios*. Os autores apontam que as dificuldades superam os possíveis benefícios dos agricultores nesse novo mercado e destacam que a administração do programa no município atrasa os pagamentos, criando uma dinâmica de endividamento dos agricultores e uma visão deturpada do que seja lucro, pois eles não lucram nada e tentam de tudo para se manter no processo, em uma dinâmica de empobrecimento dos agricultores, evidenciando

falta [de] uma formação pedagógica sobre o assunto para que os agricultores possam planejar seus projetos de venda. Um exemplo disso aconteceu com os agricultores de Araripe, quando acordaram a venda dos produtos (tapioca etc.) e não levaram em consideração que eles mesmos deveriam arcar com os custos da entrega. Esse desconhecimento, no final, gerou prejuízo aos produtores. Destaca-se ainda que não houve um mapeamento do potencial agrícola da região. Assim, geralmente, o que se solicita na chamada pública não condiz com a realidade produtiva dos agricultores (MARQUES *et al.*, 2014 *apud* SANTOS, 2016, p. 43).

---

<sup>33</sup> Marques et al. (2014) aborda o caso dos agricultores do município de Araripe, no Estado do Ceará. Analisando os discursos sobre a inserção desses trabalhadores no PNAE municipal.

Vamos verificar se esta dinâmica descrita pelos autores se aplica em alguma parte na realidade do município de Nova Lima, ao analisarmos as entrevistas com os atores sociais do PNAE. Geralmente, os atores sociais, na posição de técnicos ou agentes institucionais na implementação de políticas públicas, esperam que rapidamente os agricultores se adaptem ao mercado institucional, desprezando seu modelo operacional enraizado durante anos na produção e venda de seus alimentos. O desprezo pela cultura dos agricultores pode produzir esse ciclo de desgaste do qual eles não conseguem sair, o que gera falta de motivação para que possam se estabelecer no mercado e se sentirem incluídos de forma qualitativa nas políticas públicas, em especial, o PNAE.

A abordagem desses autores, destaca, ainda, a falta de assistência técnica dos municípios para os agentes que estão atuando com o PNAE. Essa lacuna gera um desconhecimento sobre as peculiaridades dos contratos de venda e a inserção dos agricultores no mercado de forma improvisada. Não há uma formação político-social para que eles possam entender e se manter no mercado, bem como conquistar melhores condições de vida. Nesse contexto

quando há um planejamento ou uma formação, a maneira como é conduzida é totalmente prescritiva, em um tom de autoridade dos agentes técnicos que, na maioria das vezes, desconhecem a realidade local. A falta de assistência técnica é um dos principais entraves para que os produtores e consumidores possam realizar uma conexão que proporcione uma alimentação de qualidade nas escolas públicas brasileiras (CERVATO-MANCUSO; WESTPHAL; ARAKI; BÓGUS, 2013, p. 328)

Diferentemente da realidade apontada por Marques et al. (2014), outras experiências como a de Triches e Schneider (2012)<sup>34</sup> demonstram como o município pode acomodar as regras da licitação, para envolver a comunidade na compra e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Esses autores argumentam que foi necessário rever, dentro da própria comunidade, os papéis desenvolvidos por cada sujeito e, a partir dessa reflexão, começaram a tomar algumas atitudes e despertar interesses na população.

---

<sup>34</sup> Oposto à realidade apresentada por Marques et al. (2014) no município de Araripe - CE, Triches e Schneider (2012) demonstram como no Município de Rolantes - RS se (re) acomodaram às regras da licitação, para envolver a comunidade na compra e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. É importante mencionar que o município de Rolantes já tinha promovido algumas ações com os agricultores familiares para realizar as compras públicas, e os agricultores tinham lideranças comunitárias que pudessem defender seus interesses atuando na prefeitura.

Através das análises das entrevistas compreensivas e coletivas realizadas pelos atores sociais do PNAE de Nova Lima, será possível compreender essas nuances dentro da realidade dos diferentes sujeitos que atuam no programa, identificando os desafios e propondo alternativas para melhorias. Pelo que se percebe, os atores sociais do PNAE, em especial equipe de nutricionistas, EMATER/MG e agricultores familiares locais, tem dialogado antes das chamadas públicas, para evitar esses contratemplos teóricos mencionados.

A Prefeitura pode rever a forma de comprar os alimentos da alimentação escolar e envolver seus técnicos para adequação da licitação. É importante os agricultores familiares crerem que podem ser beneficiados pelo PNAE e se reinventarem nas suas dinâmicas e realidades comunitárias. Começar a contestar e defender a modalidade de compra pública e, nutrir as possibilidades para o desenvolvimento local, a partir do empoderamento dos seus pares, criando na comunidade um senso coletivo e uma identificação com a agricultura familiar, tende a permitir pressões sociais internas para favorecer os agricultores. Percebemos isso, quando no relato de experiência a seguir

Os atores sociais e institucionais (professores, diretores, agentes da EMATERCE) uniram forças para que a alimentação escolar pudesse ser de qualidade e envolvessem a produção dos gêneros. Solidificou-se, no município, a presença de lideranças conscientes e uma comunidade que apresenta fortes traços de confiança uns nos outros, o que possibilitou a superação dos entraves burocráticos (SANTOS, 2016, p. 45).

Para Santos (2016), o resultado positivo no município partiu da compreensão das necessidades dos agricultores e consumidores, sendo necessário compreender se os agricultores familiares estavam preparados para assumir a demanda gerada pela alimentação escolar ou mesmo se gostariam de ser inseridos nesse mercado. As reflexões dos autores possibilitam noções importantes para qualquer gestor que queira implementar a Lei 11.947/2009 de forma qualitativa na sua comunidade, assim

em um primeiro momento, é necessário o produtor acreditar na possibilidade de ser fornecedor da alimentação escolar; posteriormente, é imperativo que o consumidor tenha condições de confiar que esse fornecedor possui capacidade para tanto. O apoio estatal e da assistência técnica e a coordenação e entendimento entre os próprios agricultores entram em cena como algo a ser moldado. Nessa adaptação, é pertinente a análise de autonomia e dependência do agricultor frente a esse mercado como fator determinante na tomada de decisão (TRICHES; SCHNEIDER, 2012, p.75)<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> É importante salientar que a superação desses entraves, pontuada pelos autores, não foi sem ausência de conflito. Em Rolantes - RS, alguns produtores rurais ficaram de fora e os que tinham mais estrutura acabaram sendo mais beneficiados no processo, marginalizando os que mais precisavam de impulso para autonomia e para garantir sua segurança alimentar. A realidade do município de Rolante – RS, apontada por Triches e Schneider (2012), revela que é possível desenvolver ações que possam inserir os agricultores na dinâmica econômica local, a partir da recondução de políticas e práticas alimentares na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.



Com percurso reflexivo semelhante, Teo e Monteiro (2012) questionam os princípios normativos do FNDE. Segundo os autores, tanto as resoluções do FNDE como a Lei 11.947/2009 apresentam algumas ambiguidades que conduzem a ações que desfavorecem a agricultura familiar. Exemplo disso é a omissão das resoluções (Resoluções/CD/ FNDE nº 35/2003 e nº 45/2003) pela preferência por produtos *in natura* e pouco elaborados, o que contribui para a falta de clareza sobre os produtos que possam fazer parte da alimentação escolar.

Esses autores evidenciam, também, algumas práticas viciosas que ainda marcam a gestão do programa, refletindo disputas e conflitos de diferentes setores e agentes envolvidos no PNAE. A falta de clareza beneficia a inclusão dos alimentos industrializados, em detrimento das preparações realizadas nas pequenas agroindústrias dos produtores locais.

No tocante das pesquisas e autores citados, é possível resumir os principais entraves e dificuldades que os agricultores enfrentam, como também as principais fontes de problemas para implementação de forma eficaz da agricultura familiar na alimentação escolar, conforme apresentado no quadro 4 a seguir

**Quadro 4 - Principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentam no PNAE**

|  |
|--|
| ônus da regularidade da entrega dos produtos não previsto nos contratos estabelecidos, incidente sobre a produção para o agricultor; |
| • falta de assistência técnica dos órgãos federais, estaduais e municipais;  |
| baixos níveis de confiança social, nos outros e na política local;   |
| • problemas para cooperar ou participar de cooperativas ou associações;  |
| falta de autonomia dos agricultores familiares locais;   |
| • desconsideração da cultura do agricultor na gestão dos projetos e nas formações;   |
| falta de comprometimento do poder local em realizar os processos que viabilizem o Sistema de Inspeção Sanitária Municipal (SIM);     |
| • falta de profissionais da área de nutrição na prefeitura e na construção dos projetos sociais;                                     |
| diálogo dificultado em virtude do tratamento discriminatório do agricultor, visto como um ignorante;                                 |
| • baixa cultura política;  |
| ausência de vontade política para implementar ações que ajudem a agricultura familiar a formalizar suas pequenas agroindústrias;     |
| • descontinuidade dos processos;   |
| cerceamento e dependência do agricultor e desconsideração de seu modo de vida.   |

Fonte: adaptado de Santos, 2016

Os desafios apresentados acima, demonstram o longo caminho que ainda precisa ser feito para concretizar o que está disposto na Lei 11.947/2009 e, assim, empoderar a comunidade

escolar e os agricultores para efetivar uma alimentação de qualidade, respeitando os hábitos alimentares da região e a sua cultura tradicional. Nota-se que a economia local clama por ações sociais mais contundentes, que possam melhorar as condições de vida da população.

Santos (2016) destaca que essas lacunas, por outro lado, devem inspirar estudos para compreender como se pode superar tais questões. Ainda falta compreender como funciona a cultura do trabalhador/agricultor familiar e, assim, respeitar seus hábitos para oportunizar condições reais de inserção no mercado. A autora enfatiza que a aquisição da alimentação escolar pode ser complexo e ter vícios, desde a compra dos alimentos em mercados que patrocinam campanhas eleitorais até a consciência coletiva dos dirigentes educacionais. Neste último caso, é preciso desconstruir a cultura de não escutar os estudantes sobre o que eles querem comer e, com isso, parar de produzir ações na alimentação escolar com base em um pressuposto sobre o que os aprendizes querem comer e sobre o porquê de consumirem esses alimentos. Silva e Souza (2013 *apud* COSTA, 2016) também destacam que em estudo realizado de São Paulo, observou-se dificuldades dos agricultores familiares

no fornecimento de alimentos para as escolas, como: obtenção da Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf, exigências de Controle de Qualidade e burocracia junto aos serviços de fiscalização, ausência de assistência técnica ao agricultor para produção da diversidade de alimentos e, por fim, a organização desses agricultores em associações ou cooperativas (SILVA; SOUSA, 2013 *apud* COSTA, 2016, p. 34).

O PNAE se encontra diante de alguns desafios e dificuldades para contemplar de forma efetiva a aquisição de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar. No entanto, verifica-se a suma importância que a agricultura familiar possui frente ao fornecimento de alimentos para o Programa, visto que os alimentos ofertados, especialmente os orgânicos, favorecem uma diversidade de produtos na alimentação escolar, bem como estimulam o consumo de alimentos cada vez mais saudáveis.

#### **4.5 Avaliação e monitoramento das políticas públicas do PNAE**

A avaliação de políticas públicas, apesar de ser uma etapa, pode e deve ser utilizada durante todo o processo da criação da política (CARVALHO, 2012) afirma que “a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública”. Dessa forma

A avaliação deve ser capaz de produzir informações úteis que possam ser utilizadas para embasar as principais decisões do governo, devendo ser vista como um processo de

melhoramento dos mecanismos de tomada de decisão. Assim, os gestores serão capazes de tomar as melhores decisões, com informações consistentes e fundamentadas, e melhorar a prestação de contas sobre as políticas públicas (ALA-HARJA, 2000, p.39).

Conforme Brasil (2013), o programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e, também, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Por ser um programa de abrangência nacional e com alta complexidade, o PNAE apresenta uma variedade de situações no momento da execução. Logo, segundo Carvalho; Castro (2009) o monitoramento e a avaliação tornam-se partes fundamentais no processo de consolidação da política. Um dos grandes avanços na política de alimentação escolar brasileira foi criar e dar legitimidade ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), composto por membros da comunidade escolar e da sociedade civil. Segundo Brasil (2013) o CAE é um órgão fiscalizador e de assessoramento, que possui a função precípua de acompanhar, monitorar a utilização dos recursos financeiros repassados pelo FNDE às Entidades Executoras e zelar pela qualidade da alimentação escolar, sendo composto por

membros da comunidade, trabalhadores da educação, discentes, pais de alunos, representantes do poder Executivo e funciona como o principal meio de monitoramento da execução do Programa pelas Entidades Executoras. Uma das atribuições dos membros do CAE é a emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas do gestor acerca da execução do PNAE, utilizando o Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON online. (GALANTE *et al.*, 2014, p. 11).

A descentralização destacada por Gabriel (et al. 2014) possibilita às entidades executoras realizarem a gestão do PNAE de distintas formas. Como formas de gestão do programa, Belik; Chaim (2009) comenta sobre duas modalidades de operacionalização: a centralizada e a escolarizada. O autor destaca que, quando as prefeituras executam o programa em todas as suas fases, ou seja, recebem, administram e prestam contas dos recursos federais, sendo responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e elaboração dos cardápios, ocorre a modalidade centralizada. Já na escolarização, as prefeituras transferem os recursos para as creches e escolas pertencentes à sua rede, sendo responsabilidade destas a execução do programa.

Com estas modalidades e transformações sofridas pelo programa, durante os anos, Chaves, Santana, Gabriel e Vasconcelos (2013) salienta que ocorre uma ampliação das competências ligadas ao planejamento e execução do PNAE. Neste contexto, apesar do PNAE ser um programa de longa existência, a ótica avaliativa, conforme relata Gabriel (*et al.* 2014), permite considerá-lo como um programa relativamente novo. Esse perfil atual do programa

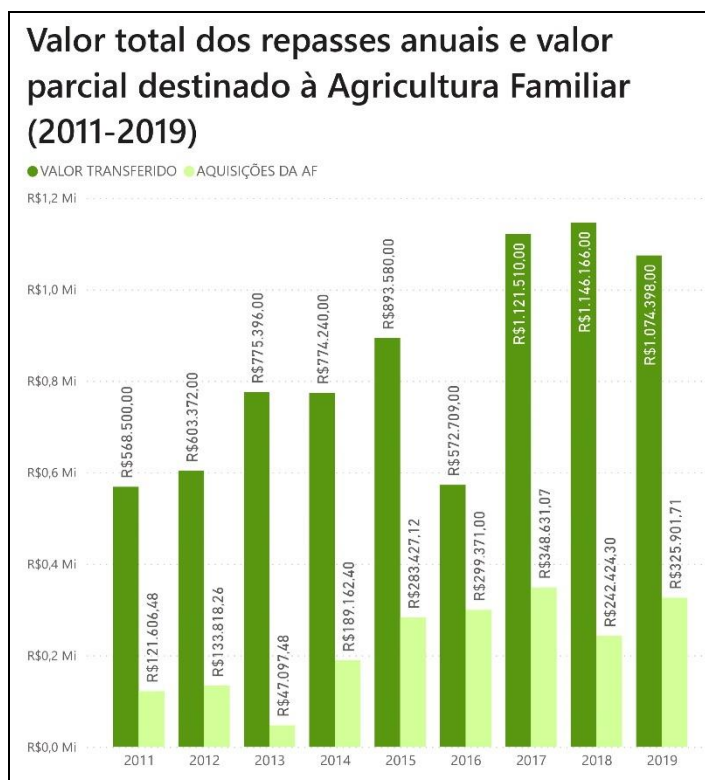
origina desafios e demanda de revisão de muitas ações por parte dos envolvidos, no planejamento e execução. Segundo Schwartzman *et al.* (2017), a institucionalização da vinculação de um programa de alimentação escolar com a agricultura local, por intermédio de legislações como a Lei 11.947/2009, pode ser considerada um marco nas políticas de segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento do PNAE verifica a conformidade da execução do programa por meio de questionários, entrevistas e observações in loco, levando em consideração a legislação vigente e os seguintes aspectos: financeiro, controle social, segurança alimentar e nutricional e compras da agricultura familiar (BRASIL, 2015). Um dos maiores desafios encontrado no setor de monitoramento do PNAE é a realização do monitoramento e da avaliação em todos os municípios e estados brasileiros que possuem PNAE.

No município de Nova Lima, vamos verificar o monitoramento realizado no PNAE a partir da solicitação da participação efetiva da Vigilância Sanitária, em vistorias nas Escolas com a Equipe do Conselho de Alimentação Escolar e do Ofício-Circular nº 31/2018/Dapae/Cgpae/Dirae-FNDE, com Assunto: *Monitoramento e assessoria aos municípios do estado de Minas Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. E o Ofício Nº 62 /2018/CECANE - Assunto: *Assessoria em Alimentação Escolar oferecida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar*, órgão vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), enviado para Sr. Prefeito do Município de Nova Lima – MG, no ano de 2018.

Também pretende-se observar se Nova Lima tem conseguido adquirir no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar, especialmente local, conforme preconiza a Lei do PNAE. Realizamos um levantamento entre 2011 a 2019 apresentando o valor total dos repasses anuais e valor parcial destinado à agricultura familiar no gráfico 2 e também um gráfico separado, especificando esse repasse da agricultura familiar em %, para facilitar visualização da aquisição de no mínimo 30% no gráfico 2 conforme a seguir

**Gráfico 2 - Valor total dos repasses anuais e valor parcial destinados a Agricultura Familiar (2011-2019)**

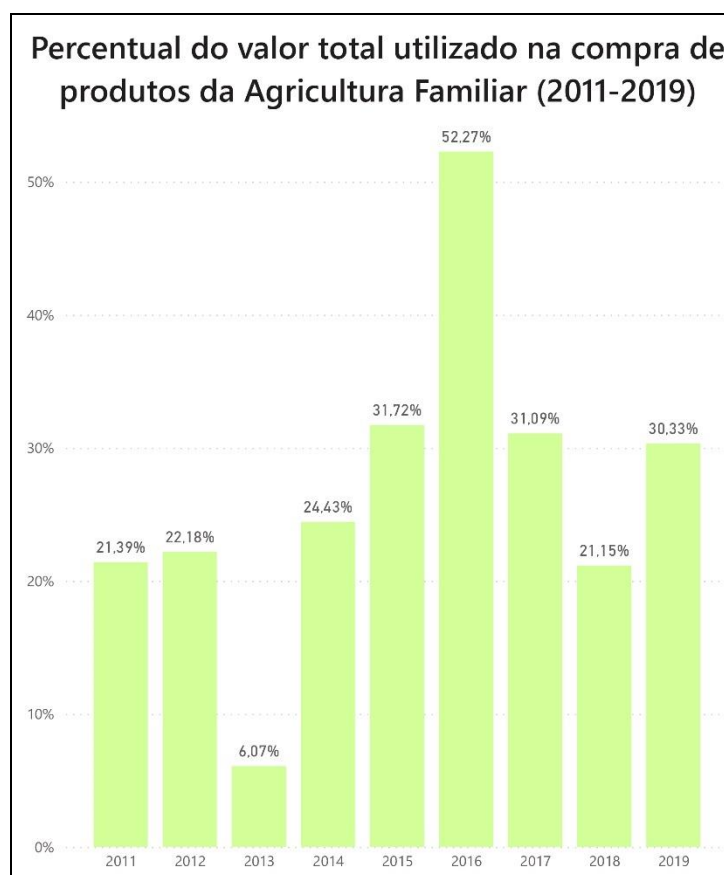


Fonte: adaptado financeiro da SEMED de Nova Lima (2019)

Percebe-se que os repasses anuais transferidos pelo FNDE vão aumentando gradativamente ao longo dos anos, mas em 2016, há uma queda brusca no valor transferido. Procuramos saber o que ocorreu nesse período para justificar o ocorrido, mas não obtivemos resposta. Da mesma forma, percebe-se leve tendência ao crescimento nas aquisições da agricultura familiar, que em 2013 ocorre uma queda brusca comparado aos demais anos e também ao valor total transferido e outra queda na aquisição de alimentos da agricultura familiar em 2018, ambas situações não obtivemos justificativa junto ao setor referente as observações destes períodos.

No gráfico 3 abaixo, vamos observar o percentual do valor total utilizado na compra de produtos da agricultura familiar no período de 2011-2019. Nota-se curiosamente, que embora o repasse de 2016 do valor total tenha sido o menor comparado aos demais anos, a aquisição de alimentos da agricultura familiar, disparou nesse período, ou seja, o ano que teve o menor repasse, também teve uma aquisição familiar considerável que foi próxima ao repasse e influenciou nos altos índices do gráfico referente aquisição da agricultura familiar, chegando a 52,27% do percentual, conforme analisamos no gráfico 3 abaixo

**Gráfico 3 - Percentual do valor total utilizado na compra de produtos da Agricultura Familiar Nova Lima (2011-2019)**



Fonte: adaptado do financeiro da SEMED de Nova Lima (2019)

Percebemos que entre 2011 a 2019, somente nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2019 ultrapassaram o valor mínimo de aquisição com alimentos da agricultura familiar em Nova Lima. Em 2015, o município atingiu o mínimo preconizado na aquisição da agricultura familiar com 31,75%, que ocorreram 2 chamadas públicas. Segundo informações repassadas pela equipe de Nutrição da SEMED as chamadas públicas foram referentes aos fornecedores da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, com polpa de frutas e a Cooperativa Vinícola Garibaldi LTDA com suco de uva, ambas respectivamente de Montes Claros/Minas Gerais e Garibaldi/Rio Grande do Sul.

Em 2016 com aquisição de 52,27% de alimentos da agricultura familiar e no ano de 2017 com aquisição de 31,09%, o fornecedor foi da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão LTDA, novamente com polpa de frutas de Montes Claros, Minas Gerais.

Por fim em 2019 obteve 30,33% de alimentos da agricultura familiar novamente com produto polpa de frutas dos seguintes fornecedores: Associação dos produtores e feirantes de Formiga da região de Formiga/Minas Gerais; Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão LTDA de Montes Claros; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Jequitibá e Região da cidade de Jequitibá/Minas Gerais e Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Terra Livre LTDA de Nova Santa Rita no Rio Grande do Sul.

Notamos que as chamadas públicas dos anos que cumpriram o mínimo de aquisição com alimentos da agricultura familiar, envolveram fornecedores em sua maioria de Montes Claros em Minas Gerais, assim notamos que o município caracteriza na sua aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar de fornecedores de Minas Gerais. No entanto percebemos que os produtos da agricultura familiar ficam limitado a polpa de frutas e suco de uva.

Nova Lima é uma cidade com raízes do trabalho com mineração, portanto a agricultura familiar, não é uma realidade forte. Mas caminhar para caracterizar a agricultura familiar local, e mobilizar sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar, implica numa nova forma de pensar em famílias locais que vivem de seus produtos cultivados e que aos poucos vão inserindo novas teorias e novas práticas para participar de políticas públicas locais.

#### **4.6 As mudanças no PNAE, frente a pandemia do COVID 19: um olhar da Vigilância Sanitária**

A Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (SARS-CoV-2 ou COVID-19) infectou um ser humano pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, e se espalhou rapidamente pelo mundo Essa Pandemia pela COVID-19 tem no isolamento/distanciamento social a forma de prevenção da transmissão do vírus SARS- -Cov2, trazendo diversos desafios para o cotidiano de milhares de pessoas (GUINANCIO et al., 2020).

Durante o período de isolamento social, escolas foram fechadas em todo o Brasil, o que trouxe a necessidade de uma nova forma de pensar e executar o ensino-aprendizagem, bem como. Segundo o relatório de gestão do FNDE de 2020, novas estratégias foram necessárias para garantir a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, buscando assim a manutenção da alimentação escolar para 40.259.172 milhões de alunos em todo o território nacional. Assim, no sentido ao amparo legal quanto a execução do PNAE durante a pandemia, em abril de 2020 foi publicada a lei Nº 13.987, de 7 de abril de 2020 que alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão

das aulas em razão de situação de emergência/calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Na reflexão de Bicalho & Lima (2020), compreende-se que a alimentação é

um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal e que a alimentação escolar de instituições públicas gratuita é dever do estado, o PNAE é um grande promotor da alimentação adequada e saudável e da garantia da Segurança Alimentar e Nutrição (SAN) de milhares de estudantes em âmbito nacional. No contexto da pandemia, o PNAE passou a ter ainda mais um papel central para a SAN, dado que o isolamento social expôs e aumentou o desemprego ou subemprego no país, com consequente aumento da fome por milhares de brasileiros. Nesse contexto, o PNAE e outras ações sociais foram fundamentais para garantir o acesso à alimentação a milhares de estudantes e seus familiares (BICALHO & LIMA, 2020 *apud* FNDE, 2021, p.7)

Considerando a grande extensão territorial do país e as diferenças culturais regionais quanto à alimentação, ainda que o PNAE seja o programa mais antigo do Brasil e bem consolidados, desafios para sua plena execução pelas Entidades Executoras são ainda observados em todo o território nacional. No sentido a apoiar o FNDE nas ações de assessoria e monitoramento das Entidades Executoras, bem como nas ações de ensino, pesquisa e extensão, desde 2007 o FNDE tem firmado parcerias com Instituições Federais de Ensino na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE). Segundo FNDE (2021) atualmente existem 17 CECANE em todo o Brasil e durante a pandemia a atuação destes foi essencial para a assessoria e monitoramento das Entidades Executoras quanto ao atendimento da Lei Nº 13.987, de 7 de abril de 2020 e da resolução 02 de 09 de abril de 2020.

Os CECANE atuaram com vistas à garantia dos objetivos básicos do PNAE, universalidade e equidade do acesso à alimentação, manutenção da aquisição da agricultura familiar, buscando garantir que os kits de alimentação entregues aos alunos durante a pandemia fossem compostos por alimentos adequados, saudáveis e sustentáveis. No entanto, embora a Lei n 13.987 de 7 de abril de 2020 autorize a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica durante o período de suspensão das aulas, segundo o levantamento dos CECANE ao FNDE (2021) a insuficiência dos recursos federais é apresentada como a principal justificativa para a não utilização do mesmo para provimento da alimentação escolar no período. Sendo assim, AMORIM et al (2020) apontam que

mesmo antes da pandemia de Covid-19, já era considerado um desafio a garantia da oferta da alimentação escolar, tal qual previsto nas suas normativas, com o valor per capita repassado às entidades executoras, ainda que esteja prevista a suplementação financeira pelas esferas estaduais e municipais. Adicionalmente, faz-se necessário pontuar que, neste contexto pandêmico, o custo per capita para aquisição dos alimentos



tende a aumentar, por exemplo, no caso das entidades executoras que adotaram como estratégia a oferta de kits alimentares aos escolares (PEREIRA et al, 2020 *apud* FNDE, 2021, p. 16).

As dificuldades logísticas para efetuar o PNAE fora do ambiente escolar formaram o terceiro grupo de justificativas apontadas pelas entidades executoras do Programa. Segundo FNDE (2021) além dos desafios para operacionalização da distribuição, também podem afetar o custo per capita, em função da necessidade de previsão de, por exemplo, itens de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual. A não oferta de alimentação escolar decorreu, nesse contexto, em primeiro lugar, da não realização de licitações para compra de alimentos; depois, do planejamento ainda em curso para realização da distribuição de alimentos e por último, por insegurança e medo da contaminação por Covid-19. A necessidade e os desafios de uma nova logística para execução do PNAE durante a crise sanitária foram apontados, assim

alguns autores, principalmente, quando a estratégia utilizada consiste na distribuição de kit/cesta de alimentos aos estudantes, pois exigem cuidados dobrados com a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, além de um conjunto de medidas de controle para evitar a propagação da Covid-19 entre trabalhadores e estudantes envolvidos na estratégia. Soma-se ao supramencionado, as incertezas frente ao tempo de suspensão das aulas presenciais e a necessidade de adoção do trabalho remoto em consonância com a recomendação de isolamento social pelas autoridades sanitárias, retardando, de início, a progressão habitual dos processos licitatórios em todo território nacional (BICALHO e LIMA, 2020 *apud* FNDE, 2021, p. 17)

Com relação aos alimentos oriundos da agricultura familiar na composição dos kits, de acordo com FNDE (2021) quando questionados quanto às dificuldades para a entrega de gêneros oriundos da agricultura familiar durante a pandemia de Covid-19, as principais justificativas apontadas residem na quantidade insuficiente ofertada pelos produtores, que não corresponderia à demanda da entidade executora; questões relacionadas à logística de distribuição dos gêneros; justificativas relacionadas aos próprios agricultores como interrupção das atividades de plantio, sinalização de que os mesmos não conseguiriam se locomover à área urbana e falta de organização por parte dos agricultores familiares; além da baixa durabilidade dos gêneros alimentícios. Tais justificativas, em conjunto, respondem por mais de 97% dos motivos explicitados pelos respondentes conforme figura 9 a seguir

**Figura 9 - Dificuldades apontadas quanto à entrega de gêneros da agricultura familiar**

| <b>Justificativa</b>  | <b>N</b>   | <b>%</b>     |
|---|------------|--------------|
| Quantidade ofertada pelos produtores não atende à demanda da entidade executora | 169        | 41,7         |
| Dificuldade na logística de distribuição  | 11         | 27,4         |
| Justificativas relacionadas aos agricultores                                    | 66         | 16,3         |
| Baixa durabilidade dos gêneros  | 48         | 11,9         |
| Dificuldade de contato com os agricultores                                      | 9          | 2,2          |
| Isolamento social   | 2          | 0,2          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>405</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: adaptado FNDE, 2021

Sendo assim, a compra de gêneros da agricultura familiar corresponde a uma estratégia exitosa de convergência de políticas públicas. No caso, o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que sabidamente traz benefícios não apenas em função do aumento na renda dos agricultores visto que garante a comercialização e o escoamento de sua produção, como também pela oferta de refeições de maior qualidade nutricional, garantindo o acesso a alimentos in natura e minimamente processados e potencialmente culturalmente referenciados.

No entanto, apesar de mais de dez anos da publicação da Lei 11.947/2009, sabe-se que os desafios para aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda persistem, mesmo em um cenário anterior ao da pandemia de Covid-19, incluindo questões relativas à documentação dos agricultores, organização dos mesmos, logística de entrega e distribuição dos gêneros, articulação entre gestores e agricultores, entre outros aspectos que segundo PEREIRA et al. (2020 apud FNDE 2021) sinalizam que este cenário de dificuldades para o cumprimento do mínimo preconizado pela Lei 11.947/2009 se potencializou no contexto da pandemia de Covid-19, dada a necessidade de isolamento social e interrupção ou diminuição de atividades presenciais.

A dificuldade de contato e o isolamento social merece destaque já que pesquisa realizada com pequenos produtores rurais, gestores e técnicos para analisar o impacto da pandemia nos primeiros nos estados do Amazonas, Pará e São Paulo, apontam que com o isolamento social a comunicação entre os produtores e seus clientes e agentes externos (fornecedores, técnicos) passou a utilizar mais tecnologias como celulares e aplicativos de celular. Dessa forma FNDE (2021) ressalta que embora a Resolução n 2 de 2020 do FNDE preveja procedimentos remotos

como possibilidades para realização de chamadas públicas, sabe-se das limitações de acesso à internet que ainda persistem entre os produtores rurais.

Apesar dos desafios impostos pela Covid-19 em todo o mundo e nas diversas áreas, observou-se que houve um esforço nas diversas esferas, para a manutenção da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em todo o país, no entanto, percebe-se a necessidade e importância de fortalecer a gestão do setor público, aumentando a transparência e coletando dados em tempo real. A pandemia exige um setor público inclusivo, rápido, criativo, eficaz, transparente e responsável para enfrentar a crise. Neste período, as instituições públicas precisam se tornar mais resistentes e estar preparadas para possíveis crises futuras. Os líderes políticos, gestores municipais devem fazer esforços especiais e concentrar sua energia em garantir o nível máximo de transparência, para que qualquer uso indevido da confiança seja tratado adequadamente. Fundamental também é aprimorar o uso de tecnologias digitais e coletar dados em tempo real para a melhor tomada de decisão nos setores públicos em geral, especialmente saúde e educação.

Dessa forma é importante entender o impacto da crise sanitária sobre o PNAE os desafios impostos pela pandemia na aquisição de alimentos da agricultura familiar, com a suspensão da alimentação no espaço escolar devido ao fechamento das Escolas Públicas no Brasil, sob recorte no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, considerando a legislação e novas estratégias de execução diante o cenário atual de pandemia.

Considerando a suspensão da alimentação escolar devido ao fechamento das escolas públicas em virtude da COVID-19, pretende-se compreender: como ficou a política pública do PNAE com a pandemia da Covid-19 em virtude da suspensão das aulas presenciais e com o distanciamento social? Houve um ajuste no PNAE para não descontinuar o fornecimento de alimentos para os alunos, com destaque para

a Resolução CD/FNDE nº 2, de 9 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19 (Brasil, 2020, p. 25).

Sendo assim, vimos que as medidas de emergência adotadas pelo governo no combate à crise provocada pela Covid-19, por meio da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, autorizam a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis

dos estudantes das escolas públicas de educação básica de modo a garantir a destinação da cota de 30% à agricultura familiar.

Na rede pública municipal de ensino de Nova Lima, os beneficiários do programa são alunos da educação infantil (creches e pré-escolas) do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Existe nas escolas e creches públicas municipais a distribuição do kit de alimentos composta por vários itens. A figura 10 abaixo mostra a entrega dos kits escolares de alimentos aos pais de alunos beneficiários do programa, feito pela Secretaria de Educação e registro de ação da Vigilância Sanitária local.

**Figura 10 - PNAE e Vigilância Sanitária durante a pandemia COVID 19**



Fonte: adaptado de site Instagram Prefeitura Municipal de Nova Lima, 2020.

O início da pandemia da COVID-19 percebemos a importância da prevenção através dos estudos epidemiológicos e Vigilância Sanitária, que se faz presente em praticamente todos os lugares no cenário atual, haja vista que as medidas de controle sanitário são importantes no combate e controle do coronavírus, principalmente no momento em que, ainda, não temos vacinas e medicamentos para combater a doença disponíveis para todos os brasileiros. Mesmo diante deste cenário, a Vigilância Sanitária continua vislumbrar a potencialidade do grande encontro educação e saúde por meio do fortalecimento do seu papel com os agricultores familiares no PNAE na educação e promoção da cultura da saúde e da alimentação escolar.

Observamos que Nova Lima conseguiu garantir alimentação aos estudantes no período de suspensão das aulas. No entanto, percebemos esforços da EMATER/MG, nutricionistas e agricultores familiares locais com reuniões periódicas para cumprir o que determina o art.14 da Lei 11.947/2009 em relação à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Mensalmente, a Secretaria de Educação fornece os kits escolares seguindo as orientações para execução do PNAE durante o COVID-19 para escolas e creches de Nova Lima, de forma

escolarizada, mas agricultores familiares locais ainda não estão contemplados de forma ampla nas chamadas públicas, apesar dos trabalhos realizados para que os agricultores locais consigam fornecer, pelo menos, para região noroeste do município, haja vista que são produtores desta região e as escolas adequarem seus respectivos cardápios escolares à safra cultivada local e, também, à quantidade de alimentos que podem ser fornecidos pelos agricultores locais com DAP.

Enfim, tentamos entender os desafios impostos pela pandemia e suas consequências econômicas e sociais na execução do PNAE, pensando na inserção rápida e futura dos agricultores familiares locais e melhorar a aquisição de alimentos locais e regionais, quanto aos desafios de todos os atores sociais envolvidos no PNAE de forma a encará-las como um chamado para um debate mais amplo e estabelecendo diálogos dentro dos conceitos da Educação do Campo. Espera-se que essa experiência possa servir de inspiração tanto para sua continuidade, quanto para sua expansão a um número cada vez maior de municípios brasileiros abrangendo o campo e a cidade.

## **5 A APROXIMAÇÃO DO PNAE COM OS ATORES SOCIAIS: reflexões sob olhar dos envolvidos**

Considerou-se essencial na composição da presente pesquisa abranger uma investigação baseada na perspectiva do olhar dos atores sociais do PNAE de Nova Lima. Assim, foram consideradas as bases conceituais que fundamentam a estrutura da pesquisa e uma metodologia viável diante do tempo e infraestrutura disponível para se definir um grupo de representantes convidados a participar na investigação proposta. A viabilização desse procedimento metodológico foi possível com a definição de entrevistas com atores-chave e apresentar como cada grupo de entrevistados, que denominamos na pesquisa de atores sociais do PNAE, verificando como reconhecem sua participação e a importância de aquisição de alimentos da agricultura familiar no programa, dentre outras informações relevantes para melhoria do PNAE.

Ao entrevistar cada ator social do PNAE do município de Nova Lima, pretende-se perceber como atuam e interagem com o PNAE e como percebem a participação/inclusão dos agricultores familiares na alimentação escolar do município. A formação dos grupos de entrevistados foi composta por representantes com formas diversas de conhecimento/experimentação do PNAE local. Assim definiu-se que fizessem parte das

representações 5 (cinco) grupos de entrevistados, em uma dimensão compreensiva, levando em consideração o contexto social de atuação de cada um dos sujeitos, nesse contexto Kaufmann

defende que o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado. Durante a análise de conteúdo, a interpretação do material não é evitada, mas, ao contrário, constitui elemento decisivo (KAUFMANN, 2013, p 40)

Há um conjunto de ações necessárias para entender como esses atores sociais interagem para o funcionamento do PNAE e compreender o contexto da inserção do agricultor familiar na alimentação escolar que está na mesma proporção das variáveis que explicam a falta de articulação política e social para esse fim. Dessa forma foram feitas entrevistas coletivas com

- ✓ Dois (2) representantes da EMATER/MG de Nova Lima baseado no roteiro de entrevista compreensiva que norteou nosso diálogo. Este roteiro de entrevista compreensiva com EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Estado de Minas Gerais/EMATER de Nova Lima), encontra-se no APENDICE C<sup>36</sup>;
- ✓ Sete (7) representantes da Equipe de Nutrição responsável pelo atendimento ao PNAE nas Escolas do Município de Nova Lima baseado no roteiro de entrevista compreensiva que norteou nosso diálogo. Este roteiro de entrevista compreensiva com as Nutricionistas encontra-se no APENDICE D;
- ✓ Cinco (5) representantes da atual Gestão do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do PNAE de Nova Lima baseado no roteiro de entrevista compreensiva que norteou nosso diálogo. O roteiro encontra-se no APENDICE E;
- ✓ Dois (2) agricultores familiares com Declaração do PRONAF – DAP. O roteiro encontra-se no APÊNDICE F;
- ✓ Três (3) membros da Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários do Estado de Minas Gerais e Fiscais Sanitários de Nova Lima. Roteiro encontra-se no APÊNDICE G.

Tendo em conta tais apontamentos, adotou-se como procedimento metodológico componente da pesquisa a realização de entrevistas com personagens-chave. Essas entrevistas coletivas online foram obtidas a partir de uso de softwares específicos como Google Meet, Microsoft Teams ou áudios via WhatsApp direcionadas para a aplicação do roteiro semiestruturado enviado com antecedência para os participantes via e-mail e WhatsApp e

---

<sup>36</sup> A entrevista online foi realizada, inspirada nas orientações das questões no APENDICE C. Como foi a primeira, tivemos dificuldades para gravar, anotar, haja vista que utilizamos software gratuito Google Meet, não sendo possível fazer gravação na íntegra.

elaborado especificamente para essa finalidade. O procedimento foi realizado entre os meses de junho de 2020 a setembro de 2021, no contexto da pandemia do COVID 19. Inicialmente havíamos pensado na entrevista presencial (face a face) que segundo Schmidt; Palazzi; Piccinini (2020) é a estratégia mais tradicional de coleta de dados qualitativos, mas em função da medida sanitária de distanciamento social, as entrevistas presenciais tendem a ficar inviabilizadas, o que afeta a realização da pesquisa, sendo necessário ampliar as estratégias de coleta de dados para contemplar adaptações e novos recursos que permitam a continuidade da pesquisa, apesar da pandemia. Dessa forma, procuramos recursos para realizar as entrevistas coletivas online.

A busca por grupos de entrevistados que pudessem atender às representações que dialogassem com a temática da pesquisa iniciou-se a partir de investigação documental e de campo. Foram mapeadas, assim, os 5 atores sociais já mencionados para serem entrevistados, que podem contribuir para as reflexões e melhorias no PNAE municipal. A partir desse primeiro levantamento foi possível agendamento dos grupos por contato via e-mail e WhatsApp.

A primeira entrevista online com representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais/EMATER de Nova Lima, foi realizada em 08 de agosto de 2020 e contou com o uso de um software gratuito do Google Meet. Infelizmente por problemas técnicos no computador não conseguimos gravar a entrevista, e como o software não possibilita gravações, ficamos limitados às anotações e umas gravações de trechos da entrevista enviadas pelo orientador da pesquisa, que participou desse primeiro momento.

Tendo em vista essa dificuldade técnica em compilar os dados e descrever a primeira entrevista, consultamos os serviços disponibilizados pela Diretoria de Tecnologia e Informação – DTI da UFMG que aderiu ao serviço gratuito disponibilizado pela Microsoft para a utilização dos softwares para atividades acadêmicas não presenciais, e descobrimos a possibilidade de usar o Microsoft Teams empresarial que poderia ser utilizado para as entrevistas e nos possibilita fazer gravações, sendo disponível para membros da comunidade minha UFMG.

Após esse episódio, as outras quatro (4) entrevistas ocorreram mediante uso do Microsoft Teams empresarial. Alguns desafios ocorreram como: aprender usar a plataforma, dificuldades de acesso entre os envolvidos; internet instável, mas o Microsoft Teams foi o principal recurso usado na gravação da maioria das entrevistas. Ao longo das experiências fomos melhorando as formas de conduzir as entrevistas online para facilitar posteriormente a compreensão e transcrição das mesmas. Realizamos slides com as perguntas escritas para apresentar durante a gravação das entrevistas online, haja vista que nas primeiras entrevistas, mesmo tendo enviado com antecedência o roteiro via e-mail possibilitando os participantes ler, interagir e sugerir o que

achar pertinente, muitos perdiam a atenção durante o processo, pedindo para repetir a pergunta. Com as perguntas no slide, os diálogos fluíram melhor e essas interrupções diminuíram. Também usamos gravação via WhatsApp, haja vista que um dos agricultores familiares entrevistados não conseguiu acessar a internet após a questão 4 e se sentiu mais à vontade para enviar o restante das respostas via áudio no WhatsApp.

A prática de todas as entrevistas foi iniciada com a leitura prévia e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE elaborado e apresentado para os diferentes grupos de entrevistados, em que o modelo consta no Apêndice B. Ressalta-se que, conforme o indicado no TCLE, os entrevistados terão sua identidade resguardada, então para distingui-los, seria mencionado nos subtítulos, a qual grupo de entrevistado eles pertencem e foi criada uma codificação, para representar a fala de cada entrevistado.

Os códigos criados são compostos pela letra E (entrevista) acompanhada de algarismo arábico, conforme a ordem de concessão das entrevistas para substituir os nomes dos entrevistados. A partir do exposto, foram realizadas as análises seguindo as fases propostas na teoria de Bardin (2016). Uma vez realizadas as entrevistas, elas foram transcritas e arquivadas em Word (fase 1). A partir da fase 2 os dados foram organizados em planilhas de Excel, onde ocorreram as devidas codificações, respeitando-se uma sequência ordinária que levava em consideração a ordem de realização das entrevistas realizadas em grupo, ou seja, E (entrevista) 1 para a primeira questão da entrevista e assim sucessivamente até o número máximo de questões nos diferentes roteiros (E2, E3, E4...E10), respeitando também a ordem cronológica de realização das entrevistas coletivas.

Entende-se por análise de conteúdo "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2009, p. 44). Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Para o tipo de entrevista em apreço é indicada a modalidade de análise qualitativa (procura-se analisar a presença ou a ausência de uma ou de várias características do texto).

Depois de uma primeira leitura da entrevista a analisar, pretendeu-se codificar (salientar, classificar, agregar e categorizar) trechos da entrevista transcrita, que passamos a apresentar em forma de tabela. Na coluna Categoria foram agregados os objetivos específicos da pesquisa encontrados na entrevista:



1. Envolvimento dos Atores Sociais com PNAE de Nova Lima;
2. Caracterização da Gestão Municipal na compra de alimentos da Agricultura Familiar
3. Compreensão do PNAE municipal quanto o cumprimento de no mínimo 30% na aquisição de alimentos da agricultura familiar;
4. Desafios da Vigilância Sanitária para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal. Este último será abordado na entrevista coletiva com os agentes sociais da Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

Na coluna Unidade de Registro encontram-se os fragmentos das perguntas que se tomam por indicativo de uma característica (correspondente a categoria). Por fim, na coluna Unidade de Contexto encontram-se os fragmentos do texto que englobam a unidade de registro e que, assim sendo, contextualizam a respectiva unidade de registro no decurso da entrevista

Uma das decisões mais importantes para o desenho da pesquisa da análise de conteúdo é a definição da unidade de análise e de possíveis subunidades de análise. Em outras palavras, qual é a unidade de conteúdo sendo e exatamente como o conteúdo está sendo analisado, ou seja, cada palavra está sendo avaliada, ou são frases, ou ainda parágrafos? Ou a unidade de análise é o texto como um todo? São questões que precisam de respostas inequívocas, inclusive para fins de transparência, confiabilidade e replicabilidade da pesquisa. Trata-se inclusive de erro comum a existência de Análises de Conteúdos - ACs que não deixam claras ou explícitas as unidades de análise sendo verificadas. O problema, provavelmente, surge da própria taxonomia empregada na análise de conteúdo, na qual diferentes autores fazem referência a diferentes nomes. A título de exemplo, Neuendorf (2002) fala de unidade de amostras, unidades de coleção e unidade de análise; Krippendorff (2004) as divide em unidade amostral, unidade de codificação e unidade de contexto, enquanto Bardin (2016) trata de unidades de registro e unidades de contexto. (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 151)

Sendo assim no presente capítulo serão apresentados os dados e as considerações referentes ao conteúdo coletado e analisado neste estudo, a partir das entrevistas semiestruturadas sobre a perspectiva dos atores sociais do PNAE de Nova Lima. As apurações aqui descritas são fruto de uma análise de conteúdo segundo Bardin (2016), que demonstra o entendimento dos entrevistados, a partir dos quais respondem os objetivos da pesquisa, descritos nas categorias apresentadas.

Os resultados e reflexões emergidas a partir desse processo serão mostrados no último capítulo da pesquisa. No entanto, neste capítulo presente é apresentado o perfil dos entrevistados, trechos das entrevistas organizados conforme respostas às questões do roteiro e associados às categorias que emergiram da análise das manifestações dos entrevistados. O capítulo foi subdividido em subitens onde constam os procedimentos de aproximação e caracterização dos

atores sociais do PNAE entrevistados; informações relevantes referente a respostas das entrevistas que impactam em reflexões para melhorias do programa, assim como as perspectivas para o futuro do PNAE municipal, incluindo propostas.

### **5.1 Olhar da EMATER/MG sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima**

Relembrando ao longo desta pesquisa a EMATER é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, responsável pela implementação de políticas públicas e ações de assistência técnica e extensão rural, voltadas para o desenvolvimento sustentável dos municípios mineiros. O relatório da EMATER-MG (2019) destaca que os serviços de assistência técnica e extensão rural são prestados, prioritariamente, aos agricultores familiares e às suas organizações, a médios e grandes produtores e ao público urbano e adota em sua prática extensionista os procedimentos metodológicos participativos, que possibilitam a realização de diagnósticos da realidade municipal, nos aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e político-organizacionais. O trabalho envolve os agricultores e parceiros na construção de estratégias e implementação de ações, que visam superar os desafios e potencializar as oportunidades identificadas em cada região.

Diante desta ambiência os entrevistados entendem a importância do PNAE no município. Há um conjunto de ações necessárias para entender o contexto da inserção do agricultor familiar na alimentação escolar que está na mesma proporção das variáveis que explicam a falta de articulação política e social para esse fim. Dessa forma, ao descrever e avaliar sua participação no PNAE, a EMATER de Nova Lima salienta fazer um trabalho de conscientização com os produtores quanto ao quesito de documentação, DAP, apresenta mapa de produção para responsáveis/nutricionistas do PNAE, que podem ser percebidos a seguir

...A EMATER tem um mapa de produção, que foi repassado para as nutricionistas, fazemos um levantamento dos produtos solicitados pelas nutricionistas em várias cidades, esse mapa é feito por cada município, aqui (Nova Lima) tem esse mapa, que é encaminhado para Belo Horizonte, que compilam esse mapa, cada regional da EMATER faz esse trabalho, daí através de solicitação fazemos esse levantamento. Quando há algum edital pro agricultor participar nós não temos esse acesso, as chamadas públicas de Nova Lima não são repassadas para a EMATER...(E2)

Essa descrição, nos apresenta algumas impressões dos representantes da EMATER em relação aos membros do PNAE. Essa questão complementa e dialoga na descrição da EMATER

referente ao retorno dos envolvidos do PNAE Municipal quanto à indicação de fornecedores, por parte das secretarias municipais, em que as mesmas *...Só pedem quando precisam...isso é uma limitação...agricultura familiar não é igual aos comércios ...* que pode ser percebida completa na íntegra a seguir

*...Só pedem quando precisam nas chamadas públicas, isso é uma limitação, a proposta da agricultura familiar não é igual aos comércios que podem entregar quando a prefeitura necessita, há necessidade de construir uma proposta juntos EMATER, Prefeitura e produtor. Por exemplo: se ano que vem o cardápio terá X volume ou X variedades é importante se querem incentivar a agricultura familiar do município que isso seja negociado por que na legislação a prioridade é o município. Por exemplo: se o município precisa comprar X volume de X itens, se a gente tem a produção aqui, pode vir produtor de outra região não há problemas, só quem ganhara será o produtor daqui a legislação e bem clara em relação a isso tentamos construir um cardápio juntos o cardápio e 100% exclusivo da nutrição montar, estamos disposto a atender a agricultura familiar local e que atendam a necessidade solicitadas pela nutricionista, para que tenham os produtos de qualidades e em volume suficiente para atender a necessidade do cardápio... É importante que os gestores e nutricionistas ouçam isso dos produtores...(E3)*

As questões anteriores apresentadas, também podem ser percebidas em outras falas dos entrevistados que evidenciam que O Município pede informação para EMATER só quando precisa. É necessário construir uma proposta juntos... A EMATER no processo de chamada pública é um colaborador.... o relato literal da entrevista

*...O Município pede informação para EMATER só quando precisa. É necessário construir uma proposta juntos. A EMATER no processo de chamada pública é um colaborador, não é gestora da verba e não é ela que produz somos um “meio do eixo” somos colaborador do produtor e colaborador do gestor. Se fosse a EMATER a gestora do recurso as respostas seriam direcionadas e pontuais...(E3)*

Nota-se que as respostas para questões diferentes, tendem a se assemelhar, percebe-se a existência de um diálogo entre EMATER e representantes do PNAE, no entanto ele necessita ser melhorado, em especial, na participação da EMATER nas chamadas públicas, que pelos exemplos e falas demonstradas, podem colaborar com maior participação do agricultor familiar local.

Quanto abrangência do PNAE com agricultores locais, se existe algum levantamento com outros futuros agricultores e algum preparo as palavras que se destacaram na entrevista “... os produtores não serem vistos pelas políticas públicas ...eles não enxergam o agricultor familiar como um negócio local...Prontos para atender o PNAE são 2...5 a 6 produtores pendentes na documentação e outros longe de resolver...” destaca-se e pode ser percebido literalmente na fala

... Uma das dificuldades que temos é o município não ser ou seja os produtores não serem vistos pelas políticas públicas esse é um dos primeiros aspectos, por exemplo, quando a gente encontra empresa pública para defender esses produtores nas reuniões do comitês e conselhos que participamos, a nossa fala não chega com força, porque entende que um número pequeno de produtores que precisa desse incentivo...Nova Lima é conhecida pelas mineradoras, centro tecnológico, centro industrial, eles não enxergam agricultor familiar como um negócio local. Dificilmente, poucas pessoas tem essa identidade de Nova Lima exceto as pessoas que compram cesta básicas dos produtores, precisa levar essa discussão para a esfera política, há a tentativa de fazer esse trabalho com os produtores ... um dos principais limitadores é a falta de identidade...Hoje prontos para atender o PNAE são 2 com DAP... outros 5 a 6 produtores estão pendentes na documentação. Muitos encontram-se em Macacos, já tem a produção ..., porem falta documentação... Só posso emitir a DAP, quando atende 100% as necessidades. Há outros produtores em áreas de invasão, que são mais difíceis, estão longe de resolver (E4)

Percebe-se que o fator histórico apresentado ao longo da dissertação, de Nova Lima ser uma cidade que nasce da mineração, sob olhar da EMATER, tende interferir em políticas públicas que atendam agricultores familiares, contexto que fica explícito na fala

quando a gente encontra empresa pública para defender esses produtores nas reuniões dos comitês e conselhos que participamos, a nossa fala não chega com força, porque entendem ser um número pequeno de produtores que precisa desse incentivo. Quando se fala em Nova Lima conhecida pelas mineradoras, centro tecnológico, centro industrial, não é reconhecida pelo agricultor familiar. Dificilmente, poucas pessoas têm essa identidade de Nova Lima exceto as pessoas que compram cesta básicas dos produtores. Precisa levar essa discussão para a esfera política, há a tentativa de fazer esse trabalho com os produtores “gente não adianta produzir muito bem se vocês não se mostram” um dos principais limitadores é a falta de identidade. Na medida do possível temos a oportunidade de defender isso, sabemos que é um trabalho de formiguinha e não é muito fácil...(E2)

São poucos agricultores familiares com DAP, que poderiam atender os quesitos do PNAE e participar das chamadas públicas. Em relação aos potenciais agricultores familiares locais que poderiam fazer parte do PNAE e o que necessita para que esses agricultores participem das licitações destacamos no quadro que será apresentado o trecho: *...Temos alguns produtores com DAP, como a produtora P... que produz alimentos in natura ... Existe o interesse desses produtores locais em participarem do PNAE desde que conseguiram a DAP...*sendo assim, nota se os dizeres deste trecho na integra

...Temos alguns produtores com DAP, como a produtora P... que produz alimentos in natura como hortaliças, ela processa açafrão da terra para vender para os vizinhos, mas já pensa em futuramente montar uma unidade de processamento para poder ter autorização para comercializar... Existe o interesse desses produtores locais em participarem do PNAE desde que conseguiram a DAP, eles tiveram no final de 2018, houve uma chamada publica de produtos que eles não tinham para fornecer...atualmente então ocorrendo reuniões esporádicas entre EMATER, nutricionistas e os dois produtores com DAP, para ver o que eles poderiam fornecer na merenda escolar, de alimentos in natura, pensando incluí-los nas chamadas públicas futuras...(E6)

Nota-se que as diferentes citações das falas tendem a dialogar no que diz respeito participação e avaliação da EMATER no PNAE, especialmente no quesito da orientação e caracterização dos produtores familiares locais e a orientação e regularização dos mesmos para documento da DAP.

Quanto aos 3 aspectos que precisam melhorar para que a interação entre EMATER e o PNAE de Nova Lima seja mais efetivo e consiga abranger a participação de mais agricultores familiares locais?” destacamos no quadro os trechos: *...Falta política pública...enxergar agricultor familiar como negócio local...\_entender que a legislação do PNAE tem aspecto social... ambiental... falta alinhar comunicação entre EMATER, Secretaria de Educação e também os produtores de modo geral...* que pode ser identificada no trecho da entrevista na integra abaixo

Eu já ouvi dentro de nova lima falando: “porque procurar produtor se eu acho tudo no mercado, e eles entregam na escola, inclusive para Secretaria Educação”. Falta política pública, conscientização, enxergar o agricultor familiar como um negócio local. Para eles o negócio local é comprar do sacolão, supermercado ou fornecedor na teoria estaria pensando apenas no aspecto econômico, pensando assim a equação está resolvida. É importante entender que a legislação do PNAE tem um aspecto social, econômico e também ambiental. A legislação começa com esses 3 eixos, muitos gestores e população não tem essa percepção, pode ter só do fator econômico... falta alinhar comunicação entre EMATER, Secretaria de Educação e também os produtores de modo geral. Esse alinhamento fara com que os produtores mostram interesse em adequar as legislações. A limitação é basicamente comunicação e reconhecimento. Nova lima é muito urbana, isso tudo é muito novo em Nova Lima.... (E7)

Referente aos aspectos para melhorar interação da EMATER e PNAE, nota-se na E7 uma repetição das falas das questões anteriores, referente a falta do que deve ser melhorado, percebemos a tendência na ênfase da fala de necessidades de políticas públicas que englobem o agricultor familiar local e melhorar a comunicação entre EMATER, Secretaria de Educação e produtores da agricultura familiar local.

Por fim, pode-se notar em relação a mudança da lei PNAE e kits merenda escolar e solicitação de orientação, observando esse movimento principalmente do município para distribuir kits de merenda escolar para crianças de rede pública municipal, houve mudança da lei 13.987/20 autorizando a distribuição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE para as famílias da rede pública, nesse contexto gostaria de saber se houve procura pelos responsáveis do PNAE para orientação na aquisição desses alimentos”. O trecho destacado na fala dos entrevistados foi que *... os kits já haviam sido comprados e seriam entregues as escolas...*

*fizeram a compra e não nos informaram, há falhas de comunicações (E9). Que pode ser percebido na íntegra*

exclusivamente esse ano não fomos informados de nada sobre processo, fomos surpreendidos por mensagem via WhatsApp dizendo que os kits já haviam sido comprados e que seriam entregues as escolas em função disso os produtores começaram a ligar alegando ser pego de surpresa diante disso foi colocado a necessidade de alinhamento da comunicação. Foi colocado que o elo de comunicação com o produtor é via EMATER, especificamente na pandemia foi repassado as resoluções outorga os direitos a distribuição de kits, mas no momento da compra fizeram a compra e não nos informaram, há falhas de comunicações. (E 9)

Nota-se que a pandemia trouxe impactos relevantes nos processos de legislação e aquisição de alimentos, no entanto, percebe-se a tendência de problemas existentes antes da pandemia, dentre eles a falha na comunicação entre EMATER, PNAE e produtores da agricultura familiar local.

A síntese desta descrição da análise de conteúdo pode ser percebida no quadro 5 a seguir, em que fazemos relação entre as categorias dos problemas de pesquisa, unidades de registros e unidades de conteúdo realizadas nas entrevistas.

**Quadro 5 – Entrevista Coletiva equipe EMATER/MG Nova Lima**

| EMATER/MG - 08/07/2020  |   |  |
|---|---|--|
| Categorias /Objetivos da pesquisa   | Unidade de Registro   | Unidade de Contexto  |
| Envolvimento dos Atores Sociais com PNAE  | Descreva/avale sua participação no PNAE - trabalho de conscientização com agricultores familiares   | Trabalho de conscientização com os produtores; Documentação e DAP...apresenta mapa de produção para responsáveis/nutricionistas do PNAE...(E2)   |
|   | Relação Prefeitura e apoio da EMATER - limitação na interação e diálogo/necessidade de construir propostas juntos   | O Município pede informação para EMATER só quando precisa. É necessário construir uma proposta juntos. A EMATER no processo de chamada pública é um colaborador...(E3)   |
| Ação da Gestão Municipal na compra de alimentos da Agricultura Familiar   | Abrangência do PNAE com agricultores locais - importância de inserir agricultores familiares nas políticas públicas da cidade   | Quando se fala em Nova Lima conhecida pelas mineradoras, centro tecnológico, centro industrial, não é reconhecida pelo agricultor familiar...(E2). Os produtores não serem vistos pelas políticas públicas ...eles não enxergam o agricultor familiar como um negócio local...Prontos para atender o PNAE são 2...5 a 6 produtores pendentes na documentação e outros longe de resolver (E4) |
|   | Retorno do PNAE quanto indicação de fornecedores - melhorar comunicação entre os envolvidos   | Só pedem quando precisam nas chamadas públicas, isso é uma limitação...agricultura familiar não é igual aos comércios...(E6)   |
|   | Potenciais Agricultores Locais que podem fazer parte do PNAE - São poucos com DAP que atendem requisitos e podem participar das chamadas públicas   | ...Temos alguns produtores com DAP, como a produtora P... que produz alimentos in natura ... Existe o interesse desses produtores locais em participarem do PNAE desde que conseguiram a DAP...(E6)  |
| Compreensão do PNAE municipal quanto o cumprimento de no mínimo 30% na aquisição de alimentos da agricultura familiar | Aspectos para melhorar interação EMATER e PNAE - política pública; entender agricultura familiar como negócio local; compreender legislação do PNAE aspectos sociais, econômicos e ambientais | ...Falta política pública...enxergar agricultor familiar como negócio local... entender que a legislação do PNAE tem aspecto social... ambiental... falta alinhar comunicação entre EMATER, Secretaria de Educação e também os produtores de modo geral...(E7)   |
|   | Na mudança da lei PNAE com kits merenda escolar e orientação percebe-se falta de comunicação e informação entre os envolvidos   | ...os kits já haviam sido comprados e seriam entregues as escolas... fizeram a compra e não nos informaram, há falhas de comunicações. (E9)  |

Fonte: autoria própria elaborado a partir de relatos de entrevistas realizadas entre julho de 2020 e setembro 2021

A entrevista coletiva da EMATER de Nova Lima representada pelos seus extensionistas, é compreendida aqui como um ator social hábil, o qual conseguiu identificar parte das dificuldades enfrentadas pela rede escolar (municipal) e propor estratégias de organização dos agricultores familiares com DAP para que os mesmos conseguissem atender o mercado institucional da alimentação escolar. Por outro lado, no caso da relação com a prefeitura municipal, a EMATER enfatiza a necessidade de melhoria de comunicação entre eles e pensar conjuntamente a participação da EMATER e agricultores familiares no município, seja no auxílio de novos agricultores familiares locais nas chamadas públicas do PNAE que atendam o cardápio escolar, seja na indicação de agricultores familiares regionais para equipe de nutrição da SEMED.

## **5.2 Olhar da equipe de nutrição sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima**

Lembramos nesta pesquisa que as nutricionistas têm um papel fundamental para o funcionamento do PNAE, e no município de Nova Lima não seria diferente. Conforme a Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar: “Art. 11. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas”. Dessa forma as atribuições e atividades técnicas do Nutricionista no PNAE são regulamentadas pela Resolução CFN nº 358/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas, bem como a indicação dos parâmetros numéricos do quantitativo de profissionais necessários para atender a complexidade dos serviços e o número de alunos atendidos. A Lei ainda estabelece que as aquisições dos gêneros alimentícios no âmbito do PNAE devem respeitar o trabalho feito pela nutricionista na gestão do programa do município, de preferência que os produtos sejam adquiridos no mesmo local onde se localizam as escolas.

À entrevista coletiva online ocorrida dia 19/03/21, contou com a participação de toda equipe de nutricionistas que compõe a rede da Secretaria Municipal de Educação e contribuem para o funcionamento do PNAE. Todas são funcionárias concursadas da prefeitura e ingressaram na secretaria de educação alguma em 2011, outras 2012 e 2014. A atuação das nutricionistas é indispensável quando se trata de cardápio, agricultura familiar, chamadas públicas e alimentação no PNAE, uma equipe efetiva e coesa, possibilita a continuidade e melhoria de trabalhos no PNAE.

Ao observar o envolvimento desses atores sociais no PNAE, indagou-se na entrevista coletiva, como a equipe de nutrição descreve e avalia sua participação no PNAE de Nova Lima, dessa forma, várias respostas vieram à tona, tais como

Avalia como positiva a participação, desde o emprego dos recursos repassados até o cuidado no atendimento com os alunos. Uma equipe empenhada... Privilegiada, principalmente pelos recursos que o município retorna para elas, e conseguem executar as exigências do PNAE no aspecto da nutrição. Possuem apoio na discussão técnica para tirar dúvidas, é uma equipe grande considerando o número de alunos e possuem facilidade para executar a execução do programa, conseguem cumprir com as demandas do programa.... A equipe é muito técnica, e já conseguiu desenvolver muitas coisas. Em 2011, conseguiram implantar o Manual do Boas Práticas de Fabricação de Alimentos e os Procedimentos Operacionais Padrão. Conseguem fazer avaliação nutricional das crianças, coisas que não se conseguia antes. Tanto a equipe quanto o município proporcionam a facilidade em trabalhar (E1)



Ao identificar parceiros da equipe de nutrição na execução do PNAE na prefeitura ou fora dela, desde aquisição de alimentos a seleção de produtos da agricultura familiar nas chamadas públicas, ficou explícito que a parceria significativa no que diz respeito a agricultura familiar é a EMATER, o trecho abaixo trata dessa questão

...a nossa parceria no que diz respeito agricultura familiar é EMATER. Eles nos auxiliam tanto no mapeamento de produção quanto contato dos agricultores familiares existentes. Eles auxiliam nas chamadas públicas e são nossos parceiros. É uma via de mão dupla, tanto nos quanto eles nos procuram. É um trabalho ao longo do ano, embora as chamadas públicas ocorram mais no final do ano. Existe uma frequência, todo mês possuem algum diálogo. (E2)

entre o produtor produzir o alimento e o mesmo chegar na escola através da agricultura familiar, encontra vários desafios. A EMATER é uma grande articuladora. Agora que vamos conseguir comprar desses agricultores, estão desde 2011, mas vários desafios foram percorridos até eles conseguirem participar da chamada pública. Dessa forma, a EMATER é muito forte e tem começado um trabalho importante nesse sentido, presente com os produtores para viabilizar as vendas (E7)

Segundo relato nas entrevistas, quanto a caracterização da gestão municipal na compra de alimentos da agricultura familiar a equipe de nutrição visa cultura local, embora exista uma dificuldade no diálogo; o tema desperta pesquisa mais aprofundada de novos alimentos que fazem parte da cultura alimentar local. Percebemos que a equipe reconhece a necessidade de melhorar a aquisição de alimentos da agricultura familiar que contemple a alimentação local que está em descoberta, através das seguintes afirmações

tanto na forma tradicional quanto agricultura familiar a compra de alimentos se faz visando a cultura local. A compra desses alimentos fazemos das localidades mais próximas, os cardápios são realizados de acordo com a cultura local. Agora que estamos começando uma conversa de compra com agricultores de Nova Lima, pois existia essa dificuldade, mas sempre existe essa preocupação com a cultura local. (E3)

Notamos no relato a preocupação em adquirir alimentos da agricultura local respeitando os hábitos alimentares da região, no entanto, estabelece ainda um desafio conseguir atingir essa demanda no PNAE municipal, mas alguns índices e pesquisas de avaliação são realizados para verificar se a comunidade escolar tem boa aceitação quanto o cardápio, percebido no seguinte relato

temos uma preocupação através da pesquisa de satisfação, se os alunos estão satisfeitos inclusive, com os produtos da agricultura familiar ...Temos costume de oferecer o que é do hábito da população e alunos do município. Inclusive a chamada pública de hortifruti, que foi feita no passado e está sendo elaborada para esse ano incluímos as PANCS que são de hábito local, com taioba, azedinha, ora-pro-nóbis, e ... A pesquisa de satisfação é feita tanto com a pesquisa resto ingesta pesada quanto carômetro. No dia que os alunos consomem determinado alimento ... avaliando se eles estão deixando muito no prato, ou preenchendo o carômetro, carinhas alegres ou tristes sinalizadas pelos alunos. Se estiver ruim, verificamos a preparação ou retirada do cardápio. (E3)

A equipe reconhece que a gestão municipal tem coisas a melhorar, mas que dá liberdade às nutricionistas em relação a elaboração dos cardápios, embora seja necessária uma pesquisa mais aprofundada na diversificação e descobrimento de novos cardápios locais, dessa forma

a gestão sempre deu liberdade a equipe em relação aos alimentos que compõem o cardápio. Nosso cardápio já contempla alguns alimentos da cultura alimentar local, tentamos fazer esse levantamento dos hábitos locais, mas esse tema desperta uma pesquisa mais aprofundada de outros alimentos que fazem parte da cultura alimentar. Já contemplamos alguns alimentos regionais, mas talvez no futuro através de um projeto de educação nutricional na comunidade escolar, uma pesquisa mais aprofundada para descobrir outros alimentos. (E3)

temos dificuldade de incluir Educação nutricional no Programa Político Pedagógico no Município, por que essas ações têm que ser contínuas, transdisciplinares, envolver vários setores. A educação nutricional não é função só da equipe de nutrição. O ideal é ampliar os atores para desenvolver essas ações. Em relação as ações envolvendo agricultura familiar, temos feito algum trabalho sim. A última jornada de Educação Alimentar e Nutricional do FNDE, na primeira edição um dos temas foi agricultura familiar. Nós trabalhamos tópico de Agricultura Familiar. Em 2019 teve também alguns temas, e um deles comida de verdade e sustentabilidade na alimentação escolar, trabalhamos a jornada na José Brasil Dias, trabalho foi premiado. Conseguimos fazer um debate sobre a inserção da agricultura familiar na alimentação escolar de Nova Lima, envolvendo EMATER, comunidade escolar. Conseguimos conscientizar que isso é uma política pública que inclui o agricultor familiar. Deixamos até esse agricultor empolgado a participar do programa (E5)

Na tentativa de entender se poderia haver a inclusão dos agricultores no mercado da alimentação escolar na região, tornou-se necessário abordar esse tema junto a equipe de nutrição e demais atores municipais do PNAE de Nova Lima, para identificar se em um contexto micro, com menos aparatos burocráticos de compra dos produtos, cumpria-se com a prerrogativa na lei de que, no mínimo, 30% do valor do recurso destinado à alimentação escolar seja utilizado para compras de produtos da agricultura familiar porém, pode-se usar o valor integral dos recursos na forma de chamada pública, incluindo ainda mais agricultores familiares ao programa. Essa norma contribui consideravelmente para a autonomia do agricultor familiar e para a possível implementação da Educação Alimentar e Nutricional, ao direcionar a escola na compra de alimentos saudáveis, naturais e regionais, respeitando a vocação agrícola da região. Ao compreender o PNAE sob olhar da equipe de nutrição, em relação ao cumprimento de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar local, percebemos nas falas a dificuldade em atingir o mínimo do percentual exigido, assim

com relação aos 30% ficamos bem próximo desse percentual, entre 28 a 32 %. Ano passado não conseguimos atingir essa porcentagem de 30%, o cenário da pandemia dificultou. Um dos contratos de chamadas pública era de hortifrutí. Tivemos uma

experiência de distribuição de kit de hortifruti da agricultura familiar, mas não tivemos êxito nessa experiência, e não foi repetida. É uma chamada que deveria ter acontecido devido a problemas internos de licitação, não aconteceu. Em Nova Lima teremos a primeira experiência de chamada de hortifruti de agricultores familiares locais fornecendo hortifruti para nós. Pelo diálogo que já tivemos com os agricultores familiares locais, o grande desafio é o volume de produção para atender a demanda das escolas que é grande. Muitas vezes a produção não consegue nos atender 100% e a logística de entrega desses produtos. Para nós o ideal é que essa distribuição seja feita ponto a ponto, pois atualmente não temos condições de receber esses produtos em um ponto único, em se tratando de hortifruti. Esse é um dos principais desafios pela frente (E5)

Em relação aos aspectos para melhorar a interação entre equipe de nutrição e demais atores sociais do PNAE, como essa discussão adentra o campo escolar e ao mesmo tempo é intersetorial, envolvendo diferentes perspectivas de atuação em diferentes áreas do saber, incluindo, nesse rol, o campo da nutrição e a ação de seus profissionais, era preciso entender como essa é refletida junto a estes sujeitos escolares de Nova Lima. Notamos inquietações nas falas principalmente quanto a necessidade de aumento nas reuniões com todos atores sociais do PNAE para discutir as propostas e demandas do programa; mais encontros com CECANE; fortalecer contato entre comunidade escolar e agricultura familiar conforme constatamos a seguir

sinto falta da reunião de todos os atores sociais do PNAE para discutirem juntos as propostas e demandas do PNAE. O encontro que o CECANE promoveu, enriquece demais as discussões. Os encontros em conjunto de todos, ajuda demais e faz falta. Nós que trabalhamos em escola, ficamos por fora da parte administrativa dos contratos e ficamos mais na parte técnica das escolas (E7)

é importante as famílias dos alunos conhecerem um pouco mais sobre o trabalho dos agricultores familiares. Tivemos experiência ano passado, da distribuição dos kits e cesta de horti da agricultura familiar. Uma parte dos pais que receberam esses kits criticaram muito a qualidade dos produtos. É importante que eles conheçam a diferença dos produtos da agricultura familiar e a diferença na qualidade e aspecto/aparência, que não tem aparência bonita dos produtos com agrotóxicos, pois nem sempre o bonito é o melhor. Ouvimos críticas de vários atores: direção da escola, professores, serventes, pessoas do setor público da prefeitura. É importante todos conhecerem o trabalho do agricultor familiar, a divulgação da importância e a diferença do produto desse agricultor (E7)

Diante o cenário da pandemia verificamos algumas flexibilizações na lei do PNAE quanto aos aspectos legais, ainda que tenha sido publicada a lei Nº 13.987, de 7 de abril de 2020 e a resolução 02 de 09 de abril de 2020, ambas de abrangência nacional, pode-se observar que os respondentes declararam a atuação do município em relação a oferta da alimentação escolar no período emergencial. No entanto durante a distribuição dos kits de merenda escolar (cestas básicas), a agricultura familiar foi pouco aderida, devido aceitação, críticas e perecibilidade dos alimentos conforme percebidos nas afirmações a seguir

Ano passado as compras aconteceram tanto de itens da agricultura familiar como não. Adquirimos alguns kits de merenda escolar e gêneros alimentícios destinados a alunos que necessitam de alimentação especial com recurso do PNAE. Em se tratando de agricultura familiar conseguimos adquirir itens de distribuição em se tratando do kit merenda. Tínhamos 3 contratos para chamada pública que eram: polpa de fruta congelada, suco de uva integral e hortifruti. Polpa de fruta foi 100 utilizado, suco de uva integral, conseguimos mais de 50% e kit de hortifruti, devido aceitação, críticas e perecibilidade dos alimentos resolvemos não repetir, mas conseguimos distribuir alguns alimentos da agricultura familiar. (E8)

Muitas famílias devido ao cenário dependem desse kit merenda escolar. Com isso conseguimos garantir de uma certa forma a segurança alimentar e nutricional de nossos alunos e através da autorização dessa distribuição conseguimos utilizar o recurso para cumprir a legislação. (E9)

ponto negativo, em Nova Lima não conseguimos fornecer hortifruti de forma adequada, ficamos mais com gênero secos. Essa dificuldade por ser perecível, pela primeira experiência não ser boa, os alunos ficaram praticamente um ano sem essa oferta. (E9)

aspecto negativo é a pandemia em si. Por que para fazer a distribuição temos que ter pessoas para distribuir, e no cenário atual isso é um dificultador, situação de risco ... (E9) o risco é não conseguir garantir que essa alimentação está sendo realmente ofertada para a criança em casa. Como as crianças estão recebendo esse alimento que está sendo ofertados? (E9)

Refletindo na gestão da equipe de nutrição do PNAE nas escolas municipais de Nova Lima, bem como as falas da entrevista coletiva, percebe-se que a atuação do profissional nutricionista é fundamental para a execução do PNAE, nas atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar em Nova Lima. A disponibilidade de diálogo do setor de nutrição precisa ser destacada, pois foram muito acessíveis e se preocupam em contribuir para melhoria do PNAE municipal. A equipe com número condizente de profissionais (7 nutricionistas efetivas para as 29 escolas municipais existentes), configura um cenário positivo na continuidade da execução do programa e novas propostas de melhoria e inserção da agricultura familiar local e regional. Os trechos em que constam as reflexões da equipe de nutrição acerca do PNAE bem como suas respectivas categorias e sínteses referente a exposição acima, são apresentados no Quadro 6 a seguir

**Quadro 6 – Entrevista coletiva equipe Nutrição PNAE Nova Lima**

| NUTRIÇÃO PNAE de Nova Lima - 19/03/2021  |  |  |
|--|--|--|
| Categorias/Objetivos da Pesquisa   | Unidade de Registro  | Unidade de Contexto  |
| Envolvimento dos Atores Sociais com PNAE: equipe de nutrição técnica empenhada na implementação do PNAE; município dispõe de recursos na execução do programa; EMATER parceiro no mapeamento da produção e chamadas públicas; existe dificuldade embora esforços de inserir cultura e compra de produtos locais.   | Descreve/avalia sua participação no PNAE - equipe: empenhada, técnica, conhece suas responsabilidades; privilegiada com quadro técnico de nutricionistas e recursos que o município dispõe ao programa; sempre busca melhorias   | Avalia positiva participação, nos recursos repassados, no cuidado e atendimento dos alunos, equipe empenhada (E1); A equipe muito técnica, conseguiu desenvolver muitas coisas...(E1)  |
|  | Identificar parceiros na execução do PNAE - EMATER auxilia no mapeamento da produção, chamadas públicas; liberdade da gestão para equipe de nutrição elaborar cardápios  | Parceria no que diz respeito agricultura familiar e EMATER... auxiliam no mapeamento de produção, no contato dos agricultores familiares (E2); entre o produtor produzir o alimento e chegar na escola através da agricultura familiar, encontra vários desafios. A EMATER é uma grande articuladora...(E7)  |
| Ação da Gestão Municipal na compra de alimentos da Agricultura Familiar: reconhece dificuldades na aquisição de alimentos da agricultura familiar local; necessidade de pesquisar novos hábitos alimentares locais; a gestão permite liberdade na elaboração do cardápio por parte da nutrição; dificuldade em incluir educação nutricional no Programa Político Pedagógico do município.  | Característica na compra de alimentos da agricultura familiar: visa cultura local, mas há dificuldade no diálogo; o tema desperta pesquisa mais aprofundada de novos alimentos que fazem parte da cultura alimentar local.   | A compra desses alimentos fazemos das localidades mais próximas, cardápios realizados de acordo com a cultura local. Estamos começando conversa de compra com agricultores de Nova Lima, existia essa dificuldade (E3); temos preocupação de pesquisa de satisfação, avaliar alunos satisfeitos inclusive com produtos da agricultura familiar oferecidos (E3); Contemplamos alguns alimentos regionais, mas necessita projeto de educação nutricional na comunidade escolar, pesquisa mais aprofundada de novos alimentos (E3)                                    |
| Compreensão do PNAE municipal quanto o cumprimento de no mínimo 30% na aquisição de alimentos da agricultura familiar: tentam atingir o mínimo de 30%; a pandemia dificulta aquisição da agricultura familiar; necessita reuniões constante com os atores sociais; importância da comunidade escolar conhecer o trabalho dos agricultores familiares; possibilidade de aquisição de merenda escolar entregue as famílias por meio de kits na pandemia com pouca adesão de alimentos da agricultura familiar. | O PNAE em relação ao cumprimento da legislação na aquisição de alimentos da agricultura familiar: limita-se ao cumprimento dos 30% nem sempre consegue cumprir; os agricultores locais não conseguem atender todas as escolas devido volume de alimentos   | com relação aos 30% ficamos próximo desse percentual. Ano passado não conseguimos atingir, o cenário da pandemia dificultou (E5); Pelo diálogo com os agricultores familiares locais, o desafio é o volume de produção para atender a demanda grande das escolas. Muitas vezes a produção não consegue atender 100% e a logística de entrega dos produtos (E5)   |
|  | Aspectos para melhorar interação equipe de nutrição e PNAE: aumentar reuniões com todos atores sociais do PNAE para discutir as propostas e demandas do programa; mais encontros com CECANE; fortalecer contato entre comunidade escolar e agricultura familiar;   | falta reunião de todos os atores sociais do PNAE para discutirem demandas do PNAE. O encontro com CECANE, enriquece as discussões (E7); é importante as famílias dos alunos conhecerem mais o trabalho dos agricultores familiares. Ano passado, na distribuição dos kits e cesta de horti da agricultura familiar... parte dos pais que receberam kits criticaram a qualidade dos produtos (E7)   |
|  | Pontos positivos e negativos do PNAE na pandemia: aquisição de kits merenda escolar e alimentos para alunos que necessitam de alimentação especial, não repetiram entrega de hortifrutí nos kits devido pouca aceitação, críticas e alta perecibilidade dos alimentos; muitas famílias devido ao cenário dependem do kit, risco de não conseguir garantir que essa alimentação seja ofertada ou como esta sendo ofertada para as crianças. | Adquirimos alguns kits de merenda escolar a alunos que necessitam de alimentação especial com recurso do PNAE (E8)...kit de hortifrutí, devido aceitação, críticas e perecibilidade dos alimentos resolveram não repetir, conseguiram distribuir alguns alimentos da agricultura familiar (E8); conseguimos garantir a segurança alimentar e nutricional de nossos alunos na autorização dessa distribuição (E9); o risco é não conseguir garantir que essa alimentação seja ofertada para criança em casa... como estão recebendo esses alimentos ofertados? (E9) |

Fonte: autoria própria elaborado a partir de relatos de entrevistas realizadas entre julho de 2020 e setembro 2021

Tendo em vista que o investigador numa análise de dados qualitativa quer apreender “algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam” (Amado, 2000), o quadro sinóptico acima apresentado, construído a partir dos objetivos traçados, das perguntas lançadas pela entrevistadora e de recortes do discurso da entrevista coletiva com a equipe de nutrição de Nova Lima, leva-nos à seguinte análise dos dados: relativamente à percepção desses atores sociais no PNAE é possível estabelecer um número apreciável de inferências, entre as quais se pode destacar: equipe de nutrição técnica e empenhada na implementação do PNAE; município que dispõe de recursos na execução do programa. Citam a EMATER como parceiro no mapeamento da produção e chamadas públicas, o que reafirma a fala desses entrevistados no primeiro momento. O desafio destacado pelas nutricionistas é a dificuldade de inserir cultura e compra de produtos locais (agricultura familiar local), mas há esforços para fazê-lo.

Quanto a segunda categoria em relação a ação da gestão municipal na compra de alimentos da Agricultura Familiar, identificamos na entrevista coletiva com as nutricionistas: elas reconhecem dificuldades na aquisição de alimentos da agricultura familiar local; identificam necessidade de pesquisa de novos hábitos alimentares locais e percebem que a gestão permite liberdade na elaboração do cardápio por parte da equipe de nutrição embora exista dificuldade em incluir educação nutricional no Programa Político Pedagógico do município.

Por fim, no quadro percebemos que em relação a compreensão do PNAE municipal quanto o cumprimento de no mínimo 30% na aquisição de alimentos da agricultura familiar, infere-se que: tentam atingir o mínimo de 30% (embora seja possível atingir mais que o recomendado de 30%); o cenário da pandemia dificulta a aquisição de alimentos da agricultura familiar; existe a necessidade de reuniões constante com os atores sociais do PNAE; reconhecem a importância da comunidade escolar conhecer o trabalho dos agricultores familiares; possibilidade de aquisição de merenda escolar entregue as famílias por meio de kits no cenário de pandemia, mas pouca adesão de alimentos da agricultura familiar nos kits devido desconhecimento da comunidade escolar quanto as características dos alimentos da agricultura familiar e maior perecibilidade desses alimentos.

Outros desafios a serem superados no PNAE identificados na pesquisa documental e/ou entrevista coletiva que pode contribuir nas atividades das nutricionistas: falta de mais reuniões entre outros atores sociais do PNAE e CECANES; falta de transporte ou centro de distribuição adequado para distribuição de alimentos da agricultura familiar local, desafios na infraestrutura de algumas cozinhas escolares e aquisição de equipamentos e utensílios e melhor diálogo com o setor de licitação na transcrição das prestações de contas e aquisição de gêneros alimentícios. Embora existam as dificuldades, a existência de uma equipe de nutrição coesa, técnica e efetiva demonstra claramente a evolução do PNAE, mesmo reconhecendo que ainda é preciso avançar, conforme identificamos na entrevista coletiva com a equipe.

### **5.3 Olhar da equipe do CAE sob o PNAE e a participação dos agricultores familiares em Nova Lima**

Através da Lei 11.947/2009, o Conselho de Alimentação Escolar - CAE é normatizado como um “órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento” (Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013). Composto por 07 membros com 07 suplentes, o CAE é um dos órgãos que tem maior proximidade com a sociedade civil na gestão da alimentação Escolar. Sua composição mínima é a seguinte:

- I - Um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
- II - Dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino à qual pertença a EEX, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
- III - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e
- IV – Dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata (Resolução nº26 de 17 de junho de 2013).

O CAE, segundo a legislação, atua diretamente nos processos de fiscalização da gestão dos recursos repassados pelo FNDE às secretarias de educação. Além disso, devem visitar as escolas do seu território, averiguando as condições de armazenamento dos gêneros alimentícios, bem como a execução da alimentação escolar, participar da elaboração dos cardápios, averiguar a aceitabilidade da refeição ofertada e as boas práticas de quem a prepara. Em Nova Lima, essas visitas foram realizadas em conjunto com a Vigilância Sanitária pela primeira vez no período conforme consta no APENDICE A referente ao Panorama de visitas da VISA, acompanhando CAE que em suma foram assim distribuídas:

06/03/2020: reunião prévia entre VISA e CAE, referente ao contexto: solicitação autorizada para Vigilância Sanitária participar das visitas nas escolas municipais, com o Conselho Escolar/CAE do PNAE de Nova Lima. Na mesma data também ocorreu a inspeção da Vigilância Sanitária em conjunto com CAE na escola, berçário e creche Vera Wanderley Dias.

10/03/2020: Data referente a inspeção da VISA em conjunto com CAE, referente ao contexto de visita à escola municipal, Centro Educacional Infantil Nancy Romani Duarte.

13/03/2020: Visita em conjunto com CAE. A Vigilância Sanitária também realizou vistoria na Escola Estadual George Chalmers, que é um anexo da Escola Municipal Emília de Lima. Sendo a única escola estadual contemplada no PNAE, por estar em processo de

municipalização. Na mesma data realizamos vistoria em uma escola de outro bairro, chamada Dalva Cifuentes Gonçalves.

03/12/2021: a Vigilância Sanitária vai fiscalizar a entrega de kits de Alimentação Escolar do PNAE, no contexto da pandemia do COVID 19 na Escola Municipal Aurea Lima Taveira (CAIC)

A descrição acima, ressalta um trabalho de fiscalização conjunto entre CAE e Vigilância Sanitária nas escolas, antes da pandemia e verificação dos cumprimentos sanitários na entrega dos kits de merenda escolar após pandemia. A periodicidade deste trabalho seria semanalmente e estava impactando em reverberações positivas no monitoramento da chegada dos alimentos até sua distribuição aos alunos.

Embora o CAE conte com 7 membros e mais 7 suplentes, nossa entrevista coletiva online contou com a participação de: 5 (cinco) representantes da comunidade civil, sendo eles a presidente, a secretária e mais 3 conselheiras (cantineira, mãe de aluno e professora).

No contexto da entrevista coletiva do CAE, colocamos os slides com as perguntas, o que foi melhorado, através das dificuldades de entrevistas online anteriores e a experiência foi muito positiva, pois ninguém esquecia e pedia para repetir as perguntas. Percebemos que a concentração de ler e ouvir o roteiro e manter cada pergunta permanente na sua vez através do slide na tela tendia no aumento do foco da entrevista coletiva online e reduziu o tempo da entrevista, pois diminuiu as interrupções por incompreensão na condução das perguntas.

As propostas apresentadas pelos entrevistados representam as categorias que foram formuladas com três arranjos referentes aos objetivos específicos das perguntas. Dessa forma, algumas respostas vieram para corroborar o contexto da Equipe do CAE referente a sua avaliação na participação e gestão do PNAE de Nova Lima, tais como

No primeiro momento entrei por curiosidade, nem sabia qual era a função do CAE. Mas daí em diante gostei muito. É um trabalho relevante, social, fiscalizador e de grande importância. O município de Nova Lima sempre foi muito preocupado com a qualidade do que chega até os alunos. Essa verba que vem do PNAE é muito bem aceita e distribuída no município. É claro que tem uma coisinha ali, aqui que as vezes o conselho tem que ficar de cima, as vezes nós não concordamos, as vezes temos que tentar fazer com que os outros atores envolvidos entendam, mas tem vez que a gente consegue, outras vezes não, mas o município de Nova Lima aplica muito bem essa verba. Nós prestamos contas dessa verba e nos últimos anos, essa prestação de contas foi feita sem ressalva, isso quer dizer que o município aplicou em sua totalidade garantindo a qualidade da alimentação dos alunos. (E1)

Nota-se na transcrição da fala acima que o reconhecimento do CAE como ator social e sua importância no PNAE, só ocorreu após inserção do entrevistado no conselho. Percebe-se que



reconhece a preocupação do município de Nova Lima em relação a qualidade dos alimentos para os alunos, no entanto, nem sempre o CAE concorda com a condução do programa e tem que conscientizar outros atores sociais do PNAE, mas no geral Nova Lima aplica bem a verba do PNAE. Reconhece a atuação do CAE, e mostra sua periodicidade em que percebemos as falas

nós sempre estamos fazendo trabalho de ir as escolas a cada 15 dias para ver como está sendo preparado esse alimento. O CAE realmente está sempre atuante. (E1) ...Sempre vamos até as escolas, observamos como os gêneros alimentícios são armazenados, como chegaram até as escolas, o manuseio desses gêneros no depósito e nas escolas. Além de acompanhar essa distribuição, também acompanhamos a manipulação, organização, preparação. O acompanhar, por ser trabalho voluntário não é diário. Temos nosso trabalho e destinamos um tempo da nossa demanda para participar do conselho, e nossa função é verificar de onde veio esse alimento, qualidade, distribuição, até chegar ao aluno. Fazemos pontuações e a equipe de nutrição tenta nos colocar a par dos acontecimentos para contribuirmos e fiscalizarmos se a verba que vem do governo federal destinada a alimentação foi aplicada corretamente. (E1)

Em Nova Lima temos apoio grande da prefeitura. Todas as observações que fazemos nas visitas, eles procuram resolver. (E1) ...verdade, poderia ter mais pessoa aqui para ouvir, é uma secretaria com muitos problemas, mas o conselho tem sim portas abertas na secretaria, sempre que pedimos alguma coisa referente a alimentação é nos enviado. O trabalho é realmente de parceria. Mesmo não concordando com tudo referente à Secretaria, eles acabam nos ouvindo (E1) ...A compra desses kits não é exclusivamente do PNAE, a prefeitura complementa, mas tem itens também comprados com verba do PNAE e itens também referentes a agricultura familiar. Nem sempre funciona do jeito que o CAE quer, mas em sua totalidade são ouvidos. (E1)

Notamos nas falas acima que o CAE de Nova Lima reconhece que o município dá importância ao PNAE e utiliza o recurso para o fim que se destina além de complementar objetivando melhorar a qualidade dos alimentos. No entanto, infere-se que o CAE ressalta ser ouvido pela gestão, embora nem sempre a gestão atue conforme orientação e pedidos do CAE, exigindo do conselho maior mobilização dos atores sociais e articulação das ações sociais para agregar e dar suporte ao desenvolvimento do programa.

Ao argumentar sobre a existência de órgão/setor da prefeitura ou fora dela que são parceiros do CAE no quesito de fiscalizar o fornecimento da alimentação de qualidade e recursos públicos do PNAE os entrevistados apresentaram como principais parceiros

temos a equipe de nutrição, que acaba sendo parceiro. O núcleo de nutrição que é responsável pelas compras, pregões e licitações. Elas devem ter essa parceria e ficar preocupadas com que tudo dê certo em relação ao que e como ocorrem as compras. A equipe de nutrição tem esse papel até mesmo fiscalizador por que é a partir delas que é elaborado o cardápio, o que elas podem e não podem comprar. A equipe de nutrição tem esse papel fundamental. (E2)

Temos a Viviane Bitencourt que é a representante do conselho de Nova Lima, nosso apoio físico. A pessoa destinada pela secretaria para auxiliar nas orientações mais complexas junto ao FNDE. (E2)

a EMATER é uma grande parceira do CAE, sempre nos auxilia com questões, especialmente com agricultura familiar. (E2)

é importante também o retorno dos alunos do que gostam e não gostam nas visitas do CAE. (E2) ... Existe também parceria com os pais, eles entendem que existe essa verba e que a prefeitura precisa prestar contas. Eles ajudam o CAE em relação ao uso dessa verba, questionam, sempre procuram o conselho. (E2)

Percebe-se na categoria correspondente ao objetivo específico referente a identificação do envolvimento dos atores sociais do PNAE: que essa verba que vem do PNAE é muito bem aceita e distribuída no município; trata-se de um CAE atuante, vai as escolas a cada 15 dias e no ano de 2020 comparecia as escolas semanalmente em conjunto com a Vigilância Sanitária e suspendeu essa rotina devido a pandemia; reconhece a equipe de nutrição como fundamentais no PNAE e parceiras do CAE; e identifica a EMATER como grande parceira do CAE nas questões especialmente com agricultura familiar; Demonstra importância na participação de pais e alunos na fiscalização e identificação do funcionamento do PNAE no quesito da alimentação e uso das verbas.

Quanto a caracterização do CAE em relação a gestão municipal e escolar na execução do PNAE no que diz respeito a recursos públicos e fornecimento de alimentação de qualidade, se contempla a cultura alimentar local de Nova Lima e regional do Estado de Minas Gerais, nas falas das entrevistas, percebe-se as seguintes afirmações

acredito que em Nova Lima a verba do PNAE é usado só para alimentação da escola, por que a verba é muito pouca. A prefeitura complementa com um valor maior que o PNAE. (E3) ...a prefeitura costuma colocar mais dinheiro do que é enviado pelo PNAE. Os gêneros são comprados e a prefeitura mantém. Porque a prefeitura deve garantir o armazenamento desses alimentos e qualidade dos mesmos. Fazemos visita, não olhamos só alimentos, mas sim um conjunto de coisas que olhamos, estrutura do lugar para garantir o bom armazenamento, conservação e preparo desses alimentos. (E3)

Não é todas as escolas que tem equipamentos, que está 100%, existem pendências, mas são detalhes. O geral sabemos que funciona, embora a existência dos problemas. Percebo um olhar bom, embora não em sua totalidade, de fazer o programa funcionar. (E3) ...acredito que é contemplado e bem organizado, por que o cardápio já é pensado nisso. Claro que gostaríamos de mais gêneros alimentícios locais. Mas o que já é comprado é bem pensado sim e tudo de acordo com a época. A nutrição tem esse cuidado de colocar frutas da época. As meninas pensam nas frutas do momento para fazer aquisição delas. Pensam muito em comprar da região metropolitana, mas nem sempre isso é possível, pois depende de uma série de coisas para esses alimentos chegarem até as escolas. As vezes vem até de outro estado. Mas a alimentação é focada na cultura regional e existe esforço para comprar de fornecedores mais próximos. (E3)

Dessa forma, compreendemos mediante as reflexões dos entrevistados do CAE, que o município de Nova Lima utiliza a verba exclusivamente para o PNAE, sendo a mesma pouca para atender a demanda das escolas e o município complementa este recurso do FNDE. Quanto aos gêneros alimentícios locais, o município se esforça para contemplar, mas é necessário ter mais esforços para comprar de fornecedores, ou seja, agricultores familiares mais próximos.

Referente as reflexões da equipe do CAE em relação as ações existentes específicas em diálogo com fiscalização/aquisição de alimentos da agricultura familiar o conselho pontuou que

contatos diretos temos com a equipe de nutrição. Já tivemos contato direto de visitar. (E4) ...De acordo com plano anual de ação do CAE, sempre deixamos o mesmo plano de ação, à medida que o ano inicia, mudamos uma coisa ou outra. O objetivo é acompanhar 2 a 3 agricultores familiares anualmente, não conseguimos acompanhar sempre. (E4) ...O contato direto, uma a duas vezes, no máximo 3 vezes ao ano nós temos com o agricultor familiar. O último ano foi em 2019, nós fomos até o agricultor familiar para ver a fundo de onde vem o alimento da agricultura familiar. Foi muito bom, esse contato direto com o agricultor familiar nos deixa mais tranquilos. Fomos em agricultores familiares diretos e possíveis agricultores, pois quando tem as chamadas públicas, tem que garantir que todos os agricultores estejam com tudo certinho para que participem da chamada. Já visitamos agricultores que ainda não tinham participado das chamadas públicas para conhecer o trabalho e caso viesse a chamada, não teríamos dúvidas e saberíamos com quem estaríamos trabalhando. Nós temos esse contato, mas a nutrição tem o contato 100%, eles passam para gente quem são os agricultores, de onde vem os gêneros e nós do CAE vamos uma a duas vezes ao agricultor para saber sobre a produção de alimentos. A periodicidade pelo planejamento anual do CAE é de duas a três vezes por ano, de acordo com a nossa disponibilidade

Sendo assim, observa-se na descrição de ação que o CAE se encontra em diálogo com agricultura familiar é o acompanhamento que eles fazem anualmente, entre 2 a 3 vezes, de acordo com a disponibilidade anual do CAE, através de visitas a agricultores familiares que podem fornecer alimentos ao PNAE municipal, e esses agricultores são sinalizados pela equipe de nutrição.

A percepção da gestão do CAE quanto ao PNAE de Nova Lima ao cumprimento da legislação no que diz respeito a aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar, priorizando a local e regional foi esplanada nas seguintes argumentações

penso que Nova Lima tem capacidade de estar fornecendo alimentos da agricultura familiar nas escolas. Acredito que falta incentivos, por que existem muitas terras aqui. (E5) ... Precisa do gestor, o prefeito estar incentivando os pequenos agricultores a cultivar suas terras, e dando incentivo para eles poderem plantar e ofertar essa agricultura nas escolas. Tem momentos que a prefeitura tem que buscar em lugares longes, por que na nossa cidade não tem incentivo. (E5)

tem ano que é difícil usar os 30% na sua totalidade, algumas vezes por não ter agricultores familiares próximos à cidade, isso dificulta. Quem está longe as vezes tem

o alimento, mas não tem o transporte para estar chegando até o município, as vezes não tem a quantidade, então esbarra em algumas situações. A falta de incentivo, acredito que não adianta só ser um agricultor, mas tem que preencher requisitos para fornecer agricultura familiar para escola. Aqui em Nova Lima infelizmente não tem pessoas que poderiam distribuir esses alimentos, ou pela falta de documentação ou quantidade específica por que em Nova Lima são muitas escolas e alunos. Então esse incentivo eu acredito muito nele. É o incentivo que a EMATER busca e foca muito nessa questão dos agricultores do município. A criação da agricultura familiar tem muito a ver com isso: o objetivo quando PNAE colocou agricultura familiar, é dar oportunidade de 30% para injetar um dinheiro para esses agricultores. É uma verba destinada especificamente ao agricultor familiar, uma forma do PNAE ter uma visão que todo município tinha que investir para todas as famílias terem um recurso. Só que nos deparamos com esse problema em Nova Lima, falta de agricultor familiar, e para ter que gastar a verba, temos que buscar em outros municípios. (E5)

Depara complementar, buscando em outros municípios lugares longe, compromete a qualidade, pois o transporte em lugares longe pode vir a comprometer um pouco a qualidade dos alimentos, gera gastos maiores. Eu acredito que se fosse incentivo nessa cidade, seria uma renda para as famílias, além da contribuição desses agricultores fornecerem alimentos de qualidade para as escolas. (E5)

Diante desta ambiência os entrevistados entendem que o município tem potencialidade para fornecer alimentos da agricultura familiar nas escolas, sendo necessário incentivo tanto aos produtores quanto mobilização dos gestores públicos para que isso aconteça. Reconhecem que o PNAE possui momentos de buscar fornecedores distantes para contemplar agricultura familiar por não ter agricultores familiares próximos à Nova Lima para fornecer alimentos, o que dificulta a aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar com verba do PNAE e traz outros desafios ao município elencados nas falas acima.

Mediante aos (três) 3 aspectos que precisam melhorar para que a interação entre CAE e demais atores sociais do PNAE de Nova Lima seja mais efetiva e consiga abranger a participação de mais agricultores familiares locais. Percebe-se que novamente problemas de comunicação entre os atores sociais do PNAE e apoio aos agricultores familiares locais são mencionados no desafio. Dessa forma, essas constantes e outros desafios apresentados na fala dos entrevistados pode ser percebida nitidamente a seguir

a comunicação da prefeitura poderia ser melhor conosco. A comunicação as vezes é falha, tivemos recentemente falha na comunicação referente aos kits. As vezes recebo algumas coisas por mídias sociais, ou outros grupos e não oficialmente da prefeitura. A questão da nossa disponibilidade, sabemos que é um trabalho voluntário, mas a atuação dos atores sociais do PNAE é muito complexo. Digo por mim, pois as vezes não consigo desempenhar direito minhas duas funções do CAE e como professora. Isso atrapalha, e poderia de alguma forma melhorar. Hoje por exemplo tem conselheiros que não puderam participar, por causa de outros motivos que entendemos, mas tem momento que é necessário. Pelo gestor isso poderia melhorar também. Tem gestores com pensamento muito antiquado que o CAE é um órgão de punição da escola, que está lá para prejudicar. Conseguimos um avanço muito grande em relação a isso, mas ainda temos esse problema de falar alguma coisa para ajudar e os diretores, serventes ou

coordenadoras vem com outros olhares. Sempre que falamos alguma coisa é pensando no papel da gente: a qualidade da alimentação e eles em alguns momentos não enxergam. Então esses 3 itens eu acho que poderiam melhorar um pouco mais: a comunicação com a gestão; o olhar de alguns gestores e diretores e essa nossa disponibilidade que eu sei que pelo regimento não vai mudar, mas que é as vezes um empecilho para o trabalho ser 100%. (E6)

acredito também que o município deve apoiar mais os agricultores familiares locais, pois não tem estrutura para poder fornecer. Por exemplo: ou eles possuem os produtos, mas não tem caminhão. Acho que deveriam dar esse apoio e investir mais neles. (E6)

falando em atores sociais, para ressaltar a outra fala, percebemos que ainda falta a parceria que gostaríamos que fosse mais forte em relação as diretoras das escolas, que poderiam nos ver como parceiros. Percebemos que existe ainda resistência. O CAE, ao longo do tempo, tem feito um trabalho bacana. Já reunimos com as serventes, um encontro produtivo, colocando para elas que somos parceiros. Mas percebemos que existe uma certa resistência, com esse olhar do CAE como fiscalizador. No entanto queremos caminhar juntos, melhorias a cada dia, um trabalho de formiguinha. Cada visita que fazemos as escolas tentamos essas parcerias e ajudar da melhor forma possível, embora esbarremos com alguma resistência, estamos caminhando. Outra coisa boa também para dizer é o contato com o aluno do ensino fundamental por exemplo que já tem a opinião mais formada, conversando diretamente com eles sobre a merenda. Isso enriquece também o nosso trabalho. (E6)

eu como representante conselheira da sociedade civil organizada, acho que o governo deve dar apoio aos agricultores locais. Não temos estrutura para poder vender, fornecer coisas para nova lima ou região. Não temos área rural que dê para plantar e o que planta não dá para vender para prefeitura. O governo deve dar mais apoio aos agricultores. (E6)

Observando o cenário de pandemia, questiona-se como tem sido a fiscalização do CAE referente às compras pelo PNAE especialmente da agricultura familiar, se existe sensibilização do conselho em relação a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares na alimentação escolar. Embora o conselho apresente em sua fala uma preocupação maior com o estoque de alimentos na escola chegar até o aluno, elas manifestaram preocupação em relação aos 30% da agricultura familiar mediante cenário de pandemia, que pode ser percebido nas falas abaixo

esse ano está totalmente atípico. Ano passado começamos o ano com algumas licitações feitas poucas e outras em andamento. Sempre acompanhamos os pregões e chamadas públicas. Tudo que é para ser comprado para alimentação escolar, o CAE é comunicado. Esses pregões acontecem com a nutrição que elabora as chamadas, nos repassam e nós acompanhamos. Ano passado continuamos mesmo na pandemia acompanhando de forma devagar, por que no conselho temos umas 9 pessoas do grupo de risco ... Em alguns pregões não tive como enviar alguém ou não pude ir. Mas a gente participa dos pregões, das licitações. Ano passado fizemos a fiscalização menos vezes nas escolas nos estoques, por que nós tínhamos que dar uma devolutiva se os gêneros que estavam no depósito, estavam para vencer, etc., se dava para esperar. Então no início, todo mundo achou que em julho estava tudo resolvido. Quando foi passando os meses percebemos que não ia ser resolvido e os gêneros tinham que chegar ao aluno. A preocupação do CAE sempre foi que tudo que estivesse em estoque chegasse até o aluno. Então a gente ia para as escolas e verificava os gêneros que estavam para vencer

junto com a nutrição que também fazia esse trabalho. É claro que algumas coisas passavam despercebidas, algumas coisas não deram certo, alguns gêneros foram perdidos, não são muitos. Mas na sua grande maioria esses gêneros do estoque das escolas ou do depósito central da prefeitura chegaram até os alunos e eram distribuídos junto com os kits. E com relação aos kits, nós também participamos das chamadas públicas dos pregoes para aquisição desses gêneros. Ano passado vigorou de março até dezembro e esse ano nós entregamos o kit no mês de janeiro que ainda foi do pregão anterior, no mês de fevereiro e março houve um problema de licitação e voltou agora o kit no mês de abril esta entrega aos alunos, garantindo que 12 meses de agora em diante que o alimento chegue até o aluno de forma direta se estivermos nessa questão de pandemia trabalhando remotamente. (E7)

Ano passado não conseguiu atingir os 30% da agricultura familiar justamente por esse período de pandemia. Até mandei e-mail falando que tinha que fazer de tudo por que é um momento que a população mais precisa dos gêneros, mas por problema de licitação, de compras não conseguiu atingir os 30%. Não sei se falar ao certo quantos % foram atingidos, mas não foi atingido os 30%. Esse ano a preocupação já é atingir os 30%, já estão fazendo licitações para atingir. Creio que até o meio do ano já tenha atingido os 30% referente ao ano inteiro justamente para não ter essa perda, por que na verdade quando o dinheiro não é gasto, tem que ser devolvido para o governo federal. Aí é complicado por que tem aquele dinheiro, não usou e devolve, principalmente em época de pandemia. Eu questionei muito isso com as meninas da nutrição e pensando nisso elas estão tomando esse cuidado ... (E7)

Analisando esse movimento principalmente do município de Nova Lima para distribuir kits de merenda escolar para criança de rede pública municipal, houve mudança da lei 13.987/20, autorizando a distribuição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE para as famílias da rede pública. Diante a realidade os pontos positivos e negativos vivenciados pela equipe do CAE neste contexto foram

positivo acredito que esse kit tenha sido um ponto muito positivo. Nunca discuti a qualidade desse kit. Tivemos sim problema com feijão ano passado, com uma coisinha ali, com outra coisa aqui. Mas a composição do kit passa por todos os gêneros. Foi pensado uma composição atentada a tudo que a criança precisava naquele período (carboidrato, vitaminas etc.) ... E validamos também por que ano passado chegou até o aluno além o kit outros gêneros que estavam em estoque ou gêneros da agricultura familiar. Estamos na expectativa, por que isso tem que ser feito. Nós sabemos que a verba do PNAE, não contempla a compra desses kits, na sua totalidade não chega nem perto... (E8) ... Por que se a prefeitura usasse só o dinheiro do PNAE, nunca chegaria a nossos alunos um kit desse, isso é fato, nós sabemos disso, todo mundo que acompanha sabe disso. Vejo esse kit muito bom, vejo essa distribuição muito bacana. (E8)

Também avalio como kit de ótima qualidade. Acho que o kit merenda escolar contempla a parte nutricional das crianças. Tudo que é observado aos componentes que as crianças precisam contempla sim. Agora como ponto negativo, o que foi adotado esse ano: um kit de merenda escolar para cada criança. Então vamos imaginar se uma família tem 4 crianças, são 4 kits merenda escolar. Em relação a quantidade eu vejo como negativo, vejo que está mais relacionado a questão política do município e não a questão alimentar. (E8)

até um questionamento que nós não fomos consultados como agentes do PNAE sobre essa questão de distribuição. Achávamos que continuaria a ser seguido o esquema do ano passado: uma criança um kit, duas ou mais crianças 2 kits. Tem família que se ganhar 5 ou 6 kits vai gastar na sua totalidade e ainda vai faltar. Nós sabemos disso, tem casa que só funciona com arroz e feijão o dia inteiro. Mas nós sabemos também, esse lado que pesou um pouco na nossa decisão de entender, por que nós não tivemos

decisão de bater o martelo: tem famílias que estão recebendo um número maior, já fizemos uma sondagem, o máximo de filhos das famílias na rede são 6 filhos. Então 6 filhos são 6 kits mensais. Sabemos que infelizmente tem famílias que não estão usando esses kits para os devidos fins...(E8)

tem família que tem 4 a 6 alunos, que está sobrando muito alimento em casa, dá para outras pessoas que não são da rede municipal, não usam alguns produtos, algumas famílias, não são todas, não usam alguns produtos. A família que tem 6 alunos na escola, é um pente de ovos por aluno. A vizinha tem 120 ovos por mês, é muita coisa. O ponto positivo é que está alimentando realmente toda a família, tem pais desempregados que realmente necessitam esse kit. Ponto negativo é o desperdício de alguns itens que o pessoal não usa. Fico muito preocupada, é que depois que passar tudo isso, essa pandemia, esses pais não vão receber essas cestas, os alunos vão alimentar na escola e não vão ter essa cesta. Eles ficam muito mal acostumados, com muita coisa que tem. Depois vão começar a reclamar e vamos ouvir muita reclamação. (E8)

verdade ..., a questão da verba nós sabemos que era destinada na sua totalidade para o aluno. O kit acaba atendendo a família toda. Tem gente que tem consciência, mas sabemos que alguns gêneros não estão sendo focado no direito que é do aluno... Então nossa preocupação de uma quantidade tão grande muitas vezes é isso, que o destino da verba acaba indo para outros meios, e não para o que realmente teria que ir. (E8)

Conforme os relatos acima percebemos nas entrevistas pontos positivos e negativos do PNAE durante pandemia: boa qualidade e distribuição do kit da merenda escolar; prefeitura complementa a verba do PNAE para compra dos kits; grande quantidade de produtos, referente ao número de alunos/alimenta toda família; quantidades de kits distribuídos por criança, pode extrapolar dependendo do número de filhos, questiona-se se os alimentos estão sendo usado para alimentação dos alunos em casa. Ressaltam que o excesso da quantidade de kits por número de alunos, pode ser mais uma questão política que alimentar, pode gerar o desperdício. O CAE também lamenta a gestão não consultar os membros do PNAE quanto aumento da quantidade de distribuição dos kits por alunos e não valida a decisão da gestão.

As afirmações dos entrevistados nos possibilitaram agrupar as categorias relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa, dessa forma, as três categorias, bem como as palavras chaves encontradas na análise de conteúdo da entrevista podem ser percebidas no Quadro 07 a seguir

**Quadro 7 – Entrevista Coletiva Equipe Conselho de Alimentação Escolar/CAE Nova Lima**

| Conselho de Alimentação Escolar - CAE do PNAE de Nova Lima 16/04/21   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| Categorias/Objetivos da Pesquisa  | Unidade de Registro   | Unidade de Contexto  |   |
| Envolvimento dos atores sociais do PNAE: verba do PNAE é bem aceita e distribuída no município; CAE atuante, vai as escolas a cada 15 dias; reconhece a equipe de nutrição como fundamentais no PNAE e parceiras do CAE; EMATER como parceira do CAE especialmente com agricultura familiar; participação de pais e alunos.   | Descreva e avalie sua participação no PNAE: trabalho relevante, social, fiscalizador; visita as escolas para ver preparação dos alimentos; sempre atuante, acompanha a distribuição, manipulação, organização, preparação, qualidade dos alimentos até chegar ao aluno; secretaria com problemas mas CAE é ouvido, trabalho de parceria.  | trabalho relevante, social, fiscalizador de importância. O município sempre foi preocupado com a qualidade do que chega até os alunos.(E1); sempre estamos fazendo trabalho de ir as escolas a cada 15 dias para ver o preparo do alimento. O CAE sempre atuante. (E1); O acompanhar, por ser trabalho voluntário não é diário. Temos nosso trabalho e destinamos tempo para participar do conselho, nossa função verificar onde veio esse alimento, qualidade, distribuição, até chegar ao aluno (E1)   |   |
|   | Identificar parceiros na execução do PNAE junto ao CAE: a equipe de nutrição responsável pelas compras, pregões, licitações e fiscalização do cardápio; existe apoio físico de uma representante da secretaria para auxiliar nas orientações complexas junto ao FNDE; retorno dos alunos (o que gostam nos alimentos) e dos pais (retorno das verbas, prestação de contas); EMATER auxilia com questões especialmente com agricultura familiar.   | equipe de nutrição, acaba sendo parceiro. (E2); ...A equipe de nutrição tem papel fiscalizador... elaborar o cardápio (E2); Temos representante do conselho, nosso apoio físico. (E2)... retorno dos alunos o que gostam e não gostam no CAE. (E2)...parceria com os pais. (E2)... EMATER é uma grande parceira do CAE, sempre nos auxilia com questões da agricultura familiar... (E2)  | Existe também parceria com os pais, eles entendem que existe essa verba e que a prefeitura precisa prestar contas. Eles ajudam o CAE em relação ao uso dessa verba, questionam, sempre procuram o conselho. |
| Ação da gestão municipal na compra de alimentos da agricultura familiar: PNAE Nova Lima usa verba do FNDE e a prefeitura complementa; pendências nas escolas quanto equipamentos, utensílios; existe vontade de fazer PNAE funcionar; busca contemplar/organizar cardápio e alimentação local, mas pode adquirir mais gêneros locais; contato direto do CAE com nutrição e com agricultores familiares.   | Ação da gestão municipal/recursos públicos nas escolas e fornecimento de alimentação e qualidade contempla cultura alimentar local: verba do PNAE usada exclusivamente para o PNAE, com complementação financeira da prefeitura; o cardápio é pensado para gêneros alimentícios locais, mas poderia de adquirir mais gêneros locais   | em Nova Lima a verba do PNAE é usado só para alimentação da escolar (E3)... A prefeitura coloca mais dinheiro do que o enviado pelo PNAE (E3)...O geral sabemos que funciona, embora exista problemas. Percebo um olhar bom, embora não em sua totalidade, de fazer programa funcionar (E3)...contemplado e organizado, o cardápio já é pensado nisso... gostaríamos de mais gêneros alimentícios locais (E3)  |   |
|   | Ação específica do CAE com fiscalização/aquisição de alimentos da agricultura familiar: contatos diretos com a equipe de nutrição, com agricultores familiares, acompanhando agricultores anualmente;   | Contatos diretos temos com a equipe de nutrição. Já tivemos contato de visitar...(E4) De acordo com plano anual de ação do CAE, deixamos o mesmo plano de ação, a medida que o ano inicia, mudamos uma coisa ou outra. O objetivo é acompanhar agricultores familiares anualmente, não conseguimos acompanhar sempre. (E4)   |   |
| Compreensão do PNAE quanto cumprimento de no mínimo 30% aquisição de alimentos da agricultura familiar: incentivar a agricultura familiar local com aquisição dos produtos no PNAE; melhorar comunicação entre atores sociais; flexibilidade no trabalho para conciliar com voluntário do PNAE; melhorar divulgação do CAE; não atingiu os 30% da agricultura familiar na pandemia; boa qualidade e distribuição de kits de merenda escolar, mas distribuição em excesso, dependendo do número de alunos, pode gerar desperdício e tende a atrelar questões políticas; deixaram de consultar membros do PNAE sobre mudança na distribuição dos kits | O PNAE quanto ao cumprimento da legislação na aquisição de alimentos da agricultura familiar: Nova Lima é capaz de potencializar o fornecimento de alimentos da agricultura familiar nas escolas, mas precisa de incentivos   | ...Nova Lima tem capacidade de fornecer alimentos da agricultura familiar nas escolas... (E5) falta incentivos... (E5) em Nova Lima, falta de agricultor familiar, e para gastar a verba, temos que buscar em outros municípios...(E5)... para complementar, buscando em outros municípios lugares longe, o que compromete a qualidade, pois o transporte pode vir a comprometer a qualidade dos alimentos, gera gastos maiores (E5)   |   |
|   | Aspectos para melhorar interação do CAE e PNAE: melhorar comunicação entre atores do PNAE; flexibilização para voluntários do PNAE conseguir conciliar melhor tempo do trabalho e voluntariado; trabalhar olhar dos gestores de forma mais positiva em relação ao CAE   | a comunicação da prefeitura poderia ser melhor... é falha, tivemos recentemente falha na comunicação referente aos kits. As vezes recebo algumas coisas por mídias sociais, e não oficialmente da prefeitura (E6); nossa disponibilidade, sabemos que é um trabalho voluntário, mas a atuação dos atores sociais do PNAE é complexo... (E6); Tem gestores com pensamento muito antiquado que o CAE é um órgão de punição da escola...para prejudicar... (E6)   |   |
|   | O CAE observa o PNAE quanto sensibilização com agricultura familiar: limitado não conseguiu atingir os 30% na pandemia  | ano passado não conseguiu atingir os 30% da agricultura familiar justamente por esse período de pandemia.... (E7) mandei e-mail falando que tinha que fazer de tudo por que é um momento que a população mais precisa dos gêneros, mas por problema de licitação, de compras não conseguiu atingir os 30%... (E7)  |   |
|   | Pontos positivos e negativos do PNAE durante pandemia: boa qualidade e distribuição do kit da merenda escolar; grande quantidade de produtos, referente ao número de alunos/alimenta toda família; quantidades de kits distribuídos por criança, pode extrapolar dependo do número de filhos, questiona-se será que o alimentos está sendo usado para esse fim? o excesso da quantidade pode ser mais uma questão política que alimentar, pode gerar o desperdício; não consultaram os membros do PNAE quanto a quantidade de distribuição dos kits | Nunca discuti a qualidade desse kit...(E8) se a prefeitura usasse só o dinheiro do PNAE, nunca chegaria a nossos alunos um kit desse...(E8)...avaliao como kit de ótima qualidade...(E8)...quantidade eu vejo como negativo, está mais relacionado a questão política do município e não a questão alimentar... não fomos consultados como agentes do PNAE sobre essa questão de distribuição. Achávamos que continuaria a ser seguido o esquema do ano passado: uma criança um kit, duas ou mais crianças 2 kits...ponto positivo está alimentando toda família, pais desempregados necessitam esse kit. Ponto negativo o desperdício de alguns itens |   |

Fonte: autoria própria elaborado a partir de relatos de entrevistas realizadas entre julho de 2020 e setembro 2021



Mediante as observações das entrevistas aliada às reflexões teóricas, percebe-se uma escassez de estudos sobre a ação social do CAE na construção de uma perspectiva de atuação coletiva com a agricultura familiar e o PNAE. Por outro lado, alguns estudos demonstrados por Santos (2016) apresentam experiências positivas na compra dos produtos da agricultura familiar para a escola têm em comum a parceria de diversas instituições e lideranças políticas da região a favor do agricultor e do empreendedor rural. Juntos, eles operaram um projeto de transformação política na região que pudesse concentrar os recursos federais no município e, assim, desenvolver socialmente a região. Um dos pontos mais relevantes nesses estudos foi a cooperação para deixar os princípios da lei compreensível para os agricultores, com um cuidado acurado para que eles não fossem prejudicados, caso aceitassem participar. Dessa forma, Santos (2016) mostra que os agentes institucionais deveriam se livrar de suas amarras e adentrar o mundo dos agricultores, para facilitar a mudança de postura do agricultor como produtor para o papel de administrador, pois entrar no mercado do PNAE os obrigava a ter uma nova postura. Com esse fim, os membros das instituições técnicas eram imprescindíveis para que essa parceria pudesse acontecer e os agricultores fossem contemplados no programa.

Assim, deve ser debatida a relação social que o CAE pode construir com a comunidade local. Reconhecidamente como um dos órgãos mais próximos da sociedade civil, este deve desenvolver uma postura de interação com os beneficiados do PNAE, levando em consideração que este programa, desde a promulgação da Lei 11.947/2009, rompe com a visão assistencialista da alimentação escolar – como apenas fornecedora de nutrientes para os escolares – para um programa voltado para a qualidade social dos alimentos oferecidos, com incentivo social e grande potencial para o desenvolvimento local. A partir dessa premissa, é válido afirmar que os agricultores familiares são, de algum modo, beneficiários do programa e, por isso, merecem que suas dificuldades sejam ouvidas e que haja um trabalho social para que elas possam ser sanadas. Nessa tônica, será discutido, no capítulo seguinte, como os agricultores familiares com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) apresentam suas impressões referente ao PNAE Municipal.

#### **5.4 Olhar dos agricultores familiares de Nova Lima com DAP sob o PNAE**

Quanto a mudança na legislação em 2009, tornando obrigatória a inclusão do agricultor familiar como fornecedor da alimentação escolar, Santos (2016) destaca que beneficiou os

alunos que recebem estes alimentos, os agricultores e também o meio ambiente, além disso, vários municípios vêm utilizando mais de 30% dos seus recursos em alimentação escolar para aquisição de produtos com origem da agricultura familiar. Para esta autora, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer políticas de alimentação escolar transformando o PNAE em uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Vamos observar nesta pesquisa características dos agricultores familiares de Nova Lima entrevistados com DAP física – Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultora Familiar) e como eles reconhecem o PNAE municipal.

A entrevista coletiva com os agricultores familiares com DAP para pessoa física do Município de Nova Lima se deu no dia 21 de julho de 2021. No momento da pesquisa, existiam outros agricultores familiares em processo de regularização da DAP, mas somente dois possuíam DAP. Optamos por selecionar os dois agricultores que conseguiram DAP para pessoa física, para compreender os processos até aquisição DAP, bem como abertura de novas possibilidades após a regularização documental e evitar gerar expectativas nos demais agricultores que ainda estão em processo de regularização da DAP junto a EMATER.

Conforme descrito no início deste capítulo, a entrevista coletiva online com os agricultores familiares teve desafio do ponto de vista da internet, pois infelizmente um dos agricultores não conseguiram acessar no instante a plataforma do Microsoft Teams, e devido a indisponibilidade de internet o entrevistado se sentiu mais à vontade responder o restante das entrevistas a partir da questão E3 (Entrevista 3) e enviar as respostas posteriormente via WhatsApp.

Os agricultores familiares com DAP entrevistados caracterizaram sua história e se reconhecem como produtores orgânicos<sup>37</sup> e agroecológicos, conceito acrescentado no capítulo referente à Educação do Campo, haja vista identificação dos termos nas entrevistas. Sendo assim, a caracterização pode ser identificada nas respostas a seguir

formado em Biologia e pós-graduado em área de avaliação de impacto ambiental e recuperação de área degradável. Depois que fiz essa pós entrei para agricultura. Meu pai já era agricultor, inclusive o representante da DAP é o meu pai, ele fica mais na parte de plantio, produção e eu na comercialização e contatos. Nós começamos a produção desde 2018. Temos o segmento do orgânico, plantamos só em consórcios, num sistema conhecido como agrofloresta. Então desde 2018 pra cá estamos fazendo esse plantio. (E1) ... Meu pai é nativo do Município, nasceu em Nova Lima, meu avô tinha criação de gado e tinha costume de plantar também, plantava milho, pegava uns lotes da

---

<sup>37</sup> Na produção orgânica, o agricultor utiliza práticas que conservam e preservam o solo, a água e a biodiversidade local. Além disso, não se usa material químico sintético como agrotóxicos e adubos, muito menos sementes transgênicas. (MINISTÉRIO, 2017).

mineradora, prefeitura, e usava como empréstimo para produzir nessa região, era meeiro...(E1)

Eu tive a ideia junto ao meu pai de conduzir uma horta junto com ele. Ele já tinha o costume de plantar para consumo próprio e assim que terminei a estadia nesse projeto, a gente teve a ideia de dar início a horta, para mim e meu pai termos um tempo mais próximo, trabalharmos junto. Meu pai tem o problema do alcoolismo, então foi uma forma de dar um ressignificado para ele nas coisas e ficamos envolvidos nessa atividade. Então desde 2018 a gente começou essa horta e vamos cultivando até o dia de hoje. (E1)

Em questão de reconhecer como agricultor orgânico, a gente reconhece e achamos que somos mais do que orgânicos, somos agroecológicos, por que a gente não priva só pelo não uso de agrotóxicos e adubo químico. A gente priva mais pelo meio ambiente, pelo ecossistema, pela preservação das espécies, pelo desenvolvimento de espécies de forma coletiva, e não de forma individual de monocultivos. Então a gente se reconhece sim como orgânico, por que não fazemos uso desses insumos químicos e a gente aplica os princípios da natureza em nossa produção agroecológica. (E1)

sou produtora da agroecologia também, junto com minha família. Meu pai vem de uma família de produtores familiares também do Serro. Ele veio morar aqui desde 1960, mas onde estamos desde 1964. Ele era funcionário da COPASA e já plantava tanto no sítio quanto meeiro nas fazendas próximas. Nós ajudávamos, comecei estudar fazer enfermagem e depois passei ajuda-lo direto. A DAP é no meu nome. (E1) ... Sou de uma família de pais produtores. Minha mãe de Itabira, São Sebastião do Rio Preto. Sou de uma família de 7 irmãos, meu pai ... ganhava salário pequeno e sempre complementou com a renda dele com agroecologia. Nós nos consideramos orgânicos, embora não sejamos certificados. Eu fui a primeira DAP de Nova Lima, desde quando a EMATER chegou em Macacos, nós fomos cadastrados e acompanhados por eles. Fomos os primeiros a começar a feirinha em Macacos. Fomos capacitados pelo projeto Kairós e pela VALE. Apoiei essa ideia do meu pai, gosto demais, amo esse trabalho. Plantamos também no consórcio, temos um pouco de agrofloresta. Somos apicultores também, estamos na luta, aprendendo cada dia um pouco e fazendo cursos online. A nossa DAP saiu em 2017. Nós só falamos agroecológicos por que não somos certificados, mas não usamos nada químico, nós quem fazemos nossas próprias compostagens, podas, cobertura dos nossos canteiros com matéria totalmente orgânica. Então me considero produtora orgânica. (E1)

Observando as respostas dos agricultores familiares locais e relação com produtos orgânicos e/ou agroecológicos: ambos conseguiram sua documentação DAP 2017/2020; se consideram agroecológicos, trabalham com agrofloresta e sistema de consórcio na mesma região; reconhece como produtores orgânicos e agroecológico pois não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica, embora não tenha certificado.

Também argumentamos ao longo da entrevista se os agricultores familiares pensam em se adequar como um sistema de produção orgânico, e quais são as formas e garantias para essa certificação, eles apontam a forma de certificação por Organização de Controle Social – OCS que

É um sonho mesmo a gente se certificar como orgânico. A gente já vinha fazendo trabalho com produtores do núcleo Gandarela envolvendo Nova Lima, Itabirito e outros. Tipo uma certificação de garantia, mas após a pandemia não conseguimos fazer nenhuma reunião. Trabalhando com a EMATER, estamos a caminho de outra

certificação a Organização de Controle Social - OCS<sup>38</sup>. Primeiramente, para ser certificado por OCS, precisa de ter DAP, e ter 3 produtores com DAP. (E2)  
 ...(E2) é bem interessante que a OCS te dá uma certificação, um papel que você acaba sendo certificada para dois tipos de venda: venda direta que você pode fazer qualquer entrega e falar para seu cliente que você é orgânico e também pode apresentar esse certificado na feira e todos vão ver que você é orgânico. Mas não pode vender para supermercado e sacolão. Só permite venda direta. Mas a OCS é bem interessante, pois você pode vender para as escolas como orgânico. (E2)

(E2) ...A gente já se sente adequado ao sistema de produção orgânico, por que não fazemos uso de insumos de procedência química. A gente procura sempre adubos de boa procedência, não fazemos uso de agrotóxicos, fungicida, químico. Todos os combates e prevenção a insetos fazemos com caldas orgânicas e naturais. Então a gente já se sente adequado ao sistema orgânico, mas não procuramos uma certificação, por que a forma para garantir essa certificação de orgânico, é procurar uma empresa que consiga fazer a validação da produção orgânica e tem um custo anual. No momento para gente não é viável financeiramente para gente por enquanto e devido a demanda da nossa produção ser menor por enquanto inviabiliza a certificação do orgânico. A gente está no caminho de constituir uma OCS que é quando produtores da agricultura familiar montam um grupo de auto certificação. Então esses produtos recebem uma certificação como orgânicos, mas para ser comercializado apenas com escolas dentro do PNAE. Então conseguimos um valor mais agregado ao produto por ter a certificação pela OCS, mas não conseguimos o selo de orgânico que vemos em embalagem de produtos e supermercados. Então essa OCS é só para comércio em feira e PNAE. Então estamos no caminho dessa certificação por OCS e acreditamos que esse ano ainda a gente consiga montar essa OCS para que ano que vem entremos no PNAE já competindo como produto orgânico. (E2)

Também foi acrescentado no capítulo de Educação do Campo, conceitos de agroecologia, haja vista as falas dos agricultores familiares na nossa entrevista, percebe-se uma identidade ampla desses agricultores com a produção e modo de vida agroecológico conforme identificamos no relato de vida dos entrevistados a seguir

(E2) ...hoje tem muitas mulheres na agroecologia. Agroecologia é só plantar sem veneno? Não, agroecologia é ética, é como que você é dentro de casa, como é a sua relação com seu marido, filho. Como você traz as pessoas de uma propriedade para vir até a sua e aprender sobre produção, experiências de vida e agricultura. Você ter limão, cenoura, e não servir coca cola para os amigos que vão visitar. É produzir um suco que você fez e participou de toda forma de plantio da fruta...(E2)

Percebemos nas falas dos entrevistados a presença da Agroecologia na prática e vivência dos agricultores familiares com DAP de Nova Lima orientada para o desenvolvimento de

---

<sup>38</sup>Segundo o Decreto Nº 6.323/2007, a Organização de Controle Social (OCS) é uma organização formal ou informal composta por famílias agricultoras, técnicos/as de organizações de apoio e consumidores/as que realiza o controle social como forma de garantir a qualidade da produção orgânica, a partir da organização dos próprios agricultores. Para que haja Controle Social é preciso a participação ativa das pessoas envolvidas no Grupo. É um grupo, associação, cooperativa ou consórcio que auxilia a família agricultora na venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade.

sistemas produtivos (agroecossistemas) que garantam: a autonomia com relação a insumos externos, a capacidade de regenerar a fertilidade dos ecossistemas, a autorregulação das populações de insetos-praga e dos organismos patogênicos, e também a produtividade estável e satisfatória às necessidades das famílias produtoras. “Na Agroecologia, conceitos e métodos orientam-se com base em dinâmicas sociais de integração, via processos participativos de pesquisa, o diálogo dos conhecimentos acadêmicos com o conhecimento popular nos processos de desenvolvimento tecnológico” (PETERSEN, 2005 apud SANTOS, 2020, p.9).

Dentro dessa realidade o relato de representantes/familiares que vivem da agricultura familiar é imprescindível, por conhecer o ambiente em que vive no município, seus potenciais e suas deficiências. A agricultura familiar local e seu ambiente são totalidade. O ser humano e a natureza interagem cada qual em busca diária da sua sobrevivência. Em outras palavras, lembrando Santos (2020) a Agroecologia é ao mesmo tempo conjunto de teorias e métodos científicos, conjunto de práticas e movimento sócio político, visando a transição da atual sociedade industrial de crescimento para a sociedade que sustenta a vida. Santos (2020) enfatiza que a palavra que orienta a agroecologia é RESPEITO

RESPEITO a(o) AGRICULTOR(A) - a sua forma de produção, seu meio de vida, organização social, cultural, manutenção do meio produtivo, a sua decisão do que produzir. RESPEITO AO CONSUMIDOR(A) - produto de qualidade, livre de resíduos, valor justo, e que vá de encontro a suas origens e cultura. RESPEITO AO AMBIENTE - conservação e manutenção do meio produtivo (solo, água e ar), e manutenção da biodiversidade e agrobiodiversidade. (SANTOS, 2020, p. 9)

Percebe-se a presença desta questão ética da Agroecologia, nos exemplos descritos pelos entrevistados da agricultura familiar tanto no sentido estrito, de nova relação com o outro (servir suco que você planta para visita ao invés de refrigerante conforme exemplificado em uma das respostas da entrevista acima), isto é, entre os seres humanos, como no sentido mais amplo da intervenção humana no ambiente.

Referente aos desafios para ser agricultor familiar em Nova Lima no tocante a essas questões, e a partir das pesquisas aqui discutidas, é possível identificar nas entrevistas os principais entraves e dificuldades que os agricultores enfrentam, como também as principais fontes de problemas para implementação de forma eficaz da agricultura familiar na alimentação escolar no município de Nova Lima, dessa forma em relação aos fatores que podem trazer desafios, os agricultores revelaram

(E3) ... os desafios que a gente enfrenta é de sermos pioneiro. A gente fica sem quem recorrer nesse processo de cadastramento de agricultura familiar. Temos a EMATER

que é uma grande parceira, nos orienta bastante quanto essas questões de políticas públicas, de formas de trabalho junto a prefeitura. Para nós é um desafio, pois somos só 2 produtores que passam pelo mesmo processo ao mesmo tempo... temos essa dificuldade por não termos nenhuma referência no município. E o próprio município também, acredito que como tem apenas 2 produtores, não tem muito investimento ainda por falta de sinalização desses produtores. Então agora está acontecendo esse movimento e acredito que com o tempo a gente vai perdendo esse desafio e aprendendo melhor como as coisas funcionam. (E3)

Hoje até que não estamos sentindo dificuldades, muito pelo contrário, estamos sendo muito bem acolhidos com a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação essa última nos recebeu muito bem, quando fomos fazer assinatura da merenda escolar, a Secretária de Educação fez questão de ir. Pela primeira vez estamos sendo muito bem acolhidos. Nunca fui política, mas por sermos tão esquecidos aqui, ficamos meio traumatizados (E3)

era um sonho ter a DAP, e quando conseguimos a DAP, não conseguimos participar da chamada pública. Desafios na produção, na propriedade são vários, mas quando temos um olhar do poder público para as coisas funcionar é melhor. Somos privilegiados por que temos a EMATER, se não tivéssemos ela, não conseguiríamos chegar onde já chegamos. O desafio maior que temos é de acessar mesmo esses órgãos, acho que ajudaria muito. Por que o produtor é muito esquecido, ainda mais lugar pequeno igual aqui (E3)

A pesquisa também se preocupa conhecer como é a produção dos agricultores familiares com DAP em Nova Lima e quais as facilidades e desafios de se conseguir a declaração. Os agricultores familiares entrevistados possuem alimentos voltados para produção no modelo agroecológico e orgânico. Os principais desafios de se conseguir a DAP é o fator tempo em que os produtores têm que ser acompanhados por pelo menos 1 ano pela EMATER, a renda que deve ser voltada para produção, ou seja, se a pessoa tiver outro trabalho inviabiliza a declaração, dessa forma

Nossa produção é mais voltada para produção nesse modelo agroecológico e orgânico. Em questão de facilidade e desafio para conseguir a declaração, a facilidade é o apoio da EMATER que orienta e instrui a gente em relação ao processo que a gente passa para ser validado como agricultor da agricultura familiar. Os desafios na verdade é o tempo. Fomos acompanhados durante o período de um ano para sermos validados como agricultura familiar. Então para os produtores que estão iniciando agora, tem uma oportunidade adquirindo a DAP para ter vendas casadas para produzir para escolas, tem que passar por esse processo de acompanhamento da EMATER, durante o período de pelo menos 1 ano de produção ativa. Para quem está iniciando é mais complicado para acessar essa declaração de aptidão ao PRONAF. (E4)

Mas é um processo que não é difícil é apenas um acompanhamento, tem a questão financeira para ingressar nesse processo, tem que ter a renda voltada mais para questão da produção. Se a pessoa tiver outro ofício com remuneração com renda maior do que ganha na horta não consegue. Então para quem vai fazer a transição, abrir mão de um ofício para ser cadastrado na agricultura familiar, é um processo um pouco complicado, pois enquanto ele não consegue ter um retorno financeiro grande, maior em relação a outro ofício, ele não consegue entrar nesse programa da agricultura familiar. (E4)

os desafios para se conseguir a DAP, aqui para gente ela só é emitida através da EMATER. A EMATER sempre fez um trabalho sempre bacana com a gente. Só que antes a EMATER atendia Nova Lima e Rio Acima, e não conseguiam dar aquela atenção por que o técnico não consegui dar atenção em todas as propriedades. A prefeitura não renovava os contratos, ficamos sem EMATER um bom tempo. Quando conseguiu manter que veio o Carlinhos, que a EMATER voltou, aí conseguimos a DAP. (E4)

Como o recorte da pesquisa é referente a alimentos minimamente processados<sup>39</sup> de origem vegetal, buscou-se compreender se os agricultores familiares produzem alimentos neste gênero e os motivos, identificamos nas entrevistas que a prioridade é alimentos *in natura*, mas tem interesse em trabalhar com processados como podemos observar

a gente não produz, por que foge um pouco do nosso objetivo de produção aqui na horta, e focamos mais na questão da entrega, de feiras. E também não temos espaço adequado para elaboração desses minimamente processados. Teríamos que ter um aporte financeiro para investir na construção desse espaço para conseguir fazer o minimamente processado. Então é uma coisa que no momento não temos o objetivo, pensamos em vender o *in natura* mesmo, sem ser processado (E5)

não considero que eu já trabalho com esse alimento não. As vezes trabalho com mandioca: colhe, higieniza, lava, descasca, pica, congelo e vendo ela congelada. Fiz uma pesquisa, com potenciais clientes, fiz um curso pelo SENAR de minimamente processados com florestal, e estou fazendo um projeto Semente dos Horizontes patrocinado pela VALE, o meu projeto é dentro da agroecologia com minimamente processados... (E5)

meu projeto é o minimamente processados de origem vegetal. Vou trabalhar com couve, cenoura, beterraba, mandioca, abóbora, vários. Eu fiz um teste com as clientes, e percebi que minha venda aumentaria muito se entregasse as verduras e legumes picados. Evitaria desperdício para quem está comprando, quem precisa preparar refeição correndo. Fiz essa pesquisa e essa produção é viável...(E5)

A investigação aborda se os agricultores familiares locais conhecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar, quando foi a primeira vez que ouviram informações sobre programa. Ambos destacam que conheciam o programa e ressaltam que começaram buscar informações para acessar essa política pública, nos seguintes detalhamentos

temos conhecimento sim sobre o PNAE, desde que iniciamos a horta ouvimos falar do programa do PNAE e começamos a correr atrás das informações de como acessar essa política pública. Então a partir de 2019 tivemos um conhecimento melhor, conseguimos travar contato com a EMATER e dar início ao processo de validação da DAP e concluímos em 2020, ficamos um ano no processo de análise (E6)

---

<sup>39</sup>Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos à limpeza, remoção de partes não comestíveis ou não desejadas, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, fermentação e outros processos que não adicionam sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original. (MENEGASSI; ALMEIDA; OLIMPIO; BRUNHARO; LANGA, 2018).

ouvi falar tem um tempo, uns 10 anos, mas não sabia como funcionava. Sabia que o PNAE era para merenda escolar, mas o que significava como um todo não. Desde quando começamos a fazer os mutirões e conhecer outras comunidades de agricultores e agroecologia, eles entregavam para o PNAE. Eu percebi que poderia participar do programa desde quando começamos a participar dos mutirões. Quando comecei a participar de outras feirinhas e as clientes professoras da escola começaram a conversar, e ia a escola entregar as clientes professoras e cantineiras, comecei a me perguntar, como será para entregar para escola? Aí comecei a procurar mais e cobrar da EMATER. Foi desde quando eu comecei mesmo a vender em Macacos e ver que a Escola de Macacos recebia produtos de produtores de longe, de outros lugares. Então essa vontade primeiro era de entregar mesmo para a escola daqui. (E6)

É relevante compreender o interesse dos agricultores familiares locais com DAP participar de futuras chamadas públicas do PNAE de Nova Lima e entender quais motivações levaram para se interessar pelo PNAE, eles apontam que

nós já conseguimos acessar essa política pública graças a Deus e o objetivo do acesso nessa política pública é mais de ter vendas casadas mesmo, que são coisas que motivam o produtor, ter a produção sabendo que ela já vai ser escoada. Então a partir disso aí é possível fazer um planejamento de plantio pra se ter a colheita pra destinar as escolas. E tirando a satisfação também né de estar levando um produto de qualidade para a comunidade, para as escolas ao entorno, de conseguir levar um produto bom para estar alimentando nossos filhos na escola. (E7)

... participar das chamadas públicas ... Sim, por que percebemos que Nova Lima são pouquíssimos produtores, vemos que os produtos vêm de fora. E nós estamos aqui na cidade, bem pertinho das escolas, com produtos de qualidade. Por exemplo, eu estudei na escola de Macacos, e não tínhamos uma alimentação de qualidade, como hoje. Agora imagina os alunos recebendo uma alimentação 100% agroecológica de produtores locais? Penso por esse lado. (E7)

Os principais desafios para conseguir participar de chamadas públicas do PNAE destacados pelos agricultores familiares locais foram referentes a planejamento, acesso às informações, documentos, conhecer o processo de licitação, obter DAP e conseguir participar da chamada pública; ser os 2 primeiros agricultores familiares a participar desses processos. Eles estacam e reconhecem o apoio da EMATER, embora a existência dos desafios para os envolvidos, conforme podemos identificar nas falas

... a questão de planejamento, o preenchimento das informações, dos documentos, a própria participação dentro do processo de licitação que era desconhecido. Para gente é um universo novo, a gente sabe de algumas informações, mas não dominamos como funciona realmente essa política pública do PNAE. Então temos o apoio da EMATER que é o órgão que nos auxilia nesse processo (E8)

obter a DAP não foi tão difícil, agora chegar na chamada pública foi bem difícil. Foram vários desafios: não saber quando seria feita a chamada pública, conseguir inserir. O desafio é que somos somente 2 produtores com DAP que podem participar por enquanto. Saber como será a entrega, por exemplo: procurar atender as escolas mais



próximas para ser uma coisa viável para todos devido ao transporte e financeiramente para nós (E8)

Segundo o projeto Manuelzão UFMG (2021) há mais de dois anos levando pânico ao distrito de Macacos (São Sebastião das Águas Claras), em Nova Lima, a barragem B3/B4, da mina Mar Azul, da Vale, começou a ter seus 2,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro removidos. O volume é cerca de um terço do que era contido na barragem B1, que rompeu na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019. Desde então, a B3/B4 está em risco iminente de rompimento, ou nível 3 alerta do Plano de Ações Emergenciais de Barragens de Mineração, o que forçou a remoção de 118 famílias do local e aterrorizou a população que ficou com alarmes e exercícios de simulação. A mineradora VALE realizou o alerta, retirando moradores do Bairro de São Sebastião das Águas Claras em 2019, devido ao risco de rompimento de barragem. Quando a mineradora realizou o alerta, retirando moradores do Bairro de São Sebastião das Águas Claras em 2019, devido ao risco de rompimento de barragem, buscamos compreender junto aos entrevistados qual impacto trouxe para a produção e vida dos agricultores familiares locais, dessa forma os produtores familiares enfatizam que ocorrido impactou em

...o acionamento da sirene aqui em Macacos trouxe muito impacto pra gente na questão da produção e venda. Na questão da produção teve impacto, por que nosso terreno foi interditado, era um terreno que estava na área de risco e era um espaço que estávamos produzindo para comercializar, então ficamos apenas com outra área que temos de produção para estar comercializando, então vivemos isso até o presente momento, e estamos somente com uma área pequena para produção e não conseguimos resolver esse entrave com a VALE. Em questão da venda também diminuiu, que a gente diminuiu a nossa produção em contrapartida diminuimos também a nossa venda. Em questão também de feiras também, no início foi muito aterrorizante para os moradores, muita gente insegura. A questão das feiras inicialmente suspendemos também, pois não sabíamos o risco que corríamos em questão de entregas também, muitos clientes foram deslocados para outras localidades também, então teve um impacto bem significativo na produção e na venda (E8)

...quando a VALE tocou a sirene, a cidade parou. A VALE proibiu nosso deslocamento. Ela saiu fechando estrada sem necessidade nenhuma de fechar. Quando a VALE tocou a sirene, ela não sabia qual era rota segura para os moradores. Um absurdo. Por exemplo: eu poderia ter ido para Belo Horizonte, ir numa parte do condomínio do engenho, tentar comercializar meu produto, sem me prejudicar 100%, ela me prejudicaria 70%. Mas a VALE proibiu todos de sair de casa, por não saber a rota segura. Para conseguirmos sair, nós tivemos que fechar a estrada, exigir que a polícia viesse e explicasse para VALE que não tinha perigo de irmos em Belo Horizonte. Nisso comercializávamos nosso produto praticamente 100% em Macacos, e perdemos toda nossa produção. A Globo filmou toda nossa produção perdida, estragada, mas eles disseram que não iria divulgar, justificando ser uma coisa pessoal. Quando viu que era para prejudicar a VALE e beneficiar o produtor, a filmagem não foi publicada. A VALE negou minha indenização. Ela fez um acordo com a defensoria pública dizendo que aceitava as

declarações, mas na prática não aceita. O período que ficamos sem vender foi a partir de fevereiro de 2019, ficamos uns 4 meses parados e fomos muito prejudicados... (E8)

A pesquisa também sinaliza quais impactos positivos e negativos da Pandemia do COVID 19, na produção da agricultura familiar. Como pontos positivos foram vendas mais diretas, clientes optavam por produtos orgânicos e frescos, ajuda da EMATER com lives e grupos de vendas no WhatsApp. Parte negativa: suspensão das feiras; necessidade de estruturar delivery; dificuldade de encontrar insumos para produção; queda nas vendas e na produção.

como impacto positivo tivemos vendas mais diretas, então muitas pessoas começaram optar pelo produto orgânico, pelo produto produzido diretamente do produtor. Então a gente sentiu que a população teve uma preocupação maior com sua saúde devido a isso começou a adquirir mais produtos orgânicos e produtos frescos. Em questão da parte negativa é que a gente suspendeu as feiras. Todas as que participávamos não pudemos mais participar e tivemos que nos estruturar para começar fazer delivery com maior frequência. A questão de insumos também tivemos dificuldade de aquisição de alguns insumos por que muitos empreendimentos fecharam, outros não abriram a porta esperando a pandemia passar, então no fornecimento de muda, adubo, tivemos esse impacto negativo também e desestruturou um pouco a questão da produção. (E10)

acho que o impacto negativo, foi que no início nós travamos. Quando a pandemia começou, estávamos com uma produção bem bacana, mas não tinha coragem de sair de casa para nada. Eu fiquei com tanto medo, já estava com emocional bem abalado por causa da VALE. Quando começou a pandemia, diziam que todo mundo que era idoso não ia sobreviver. Eu e minha irmã entramos numa depressão, por que achávamos que íamos perder papai a qualquer momento (E10)

O negativo que eu vi foi nessa questão da convivência e comercializar os produtos. Passou um mês e meio vimos que precisávamos sobreviver e continuar. Aí entra a EMATER novamente, ajudando a gente, mandando vídeo, movimentar, criar live. Aí surgiu a ideia de movimentar os grupos de entrega pelo WhatsApp. Aí eu tive a ideia de falar com meus clientes que ia deixar na porta de todo mundo que fosse fazer o pedido. Mas o prejuízo era muito grande, por que as feirinhas pararam, e eu participava de pelo menos 5 feirinhas por semana. Ai o que eu tive que fazer, só os produtos que nós plantávamos não era suficiente, aí comecei a procurar outras pessoas que tinham produtos orgânicos, e não agroecológicos. Pois agroecológicos é você ser agroecológicos. Daí conheci pessoas sérias com sucos, geleias e outros produtos orgânicos, que eu não tinha. Por um bom tempo deu certo, agora caiu bem, as pessoas começaram a sair de casa com segurança. O ponto positivo, foram alguns momentos que as vendas melhoraram em alguns aspectos, e as pessoas que não compravam, sabia que existia produtores agroecológicos, mas não valorizavam os produtos, hoje percebo que as pessoas dão mais valor ao produtor agroecológico em adquirir produtos de qualidade. Foram alguns clientes que ganhamos que acho que foi para sempre. Com o COVID o maior desafio é voltar para as feirinhas com cuidado e fazer com que a pessoa que vai lá adquirir esse produto, também tenha esse cuidado. (E10)

Quando questionados quanto às dificuldades para a entrega de gêneros oriundos da agricultura familiar durante a pandemia de Covid-19, as principais justificativas apontadas pelos entrevistados residem na quantidade insuficiente de produção ofertada pelos produtores, devido interdição de terreno, ou falta de insumos e baixa demanda; questões relacionadas à logística de

distribuição dos gêneros alimentícios; justificativas relacionadas aos próprios agricultores como interrupção das atividades de plantio, sinalização de dificuldades de informação e acesso às políticas públicas, além da diminuição das feiras. Tais justificativas, em conjunto, corresponde a pontos a serem pensados nas estratégias de política públicas para atender esse público específico tão prejudicado com os impactos da barragem e mineração e posteriormente com a pandemia.

A compra de gêneros da agricultura familiar corresponde a uma estratégia exitosa de convergência de políticas públicas. No caso, o PNAE traz sabidamente benefícios não apenas em função do aumento na renda dos agricultores visto que garante a comercialização e o escoamento de sua produção, como também pela oferta de refeições de maior qualidade nutricional, garantindo o acesso a alimentos in natura e minimamente processados e potencialmente culturalmente referenciados. No entanto, apesar de mais de dez anos da publicação da Lei 11.947/2009, percebe-se nas falas dos entrevistados que os desafios para aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda persistem, mesmo em um cenário anterior ao da pandemia de Covid-19, incluindo questões relativas à documentação dos agricultores, organização dos mesmos, logística de entrega e distribuição dos gêneros, articulação entre gestores e agricultores, entre outros aspectos. Alguns autores como Pereira et al. (2020) sinalizam que este cenário de dificuldades para o cumprimento do mínimo preconizado pela Lei 11.947/2009 se potencializou no contexto da pandemia de Covid-19, dada a necessidade de isolamento social e interrupção ou diminuição de atividades presenciais.

No Quadro 8 a seguir, podemos perceber que o envolvimento desses potenciais atores sociais do PNAE: possuem DAP 2017/2020 através da EMATER; se consideram agroecológicos, não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica, embora não tenha certificado; pensam em se adequar como sistema de produção orgânico; são minoria, talvez por isso a dificuldade em acessar políticas públicas, embora exista apoio da EMATER; entendem que os desafios para DAP é fator tempo e a restrição de renda exclusiva voltada para produção familiar. Declaram não produzir alimento minimamente processado, mas tem interesse.

### Quadro 8 – Entrevista Coletiva Agricultores Familiares com DAP - Nova Lima

| Agricultor Familiar com DAP Nova Lima 21/07/21   |   |   |
|--|---|---|
| Categories/Objetivos da Pesquisa   | Unidade de Registro   | Unidade de Contexto   |
| <p>Envolvimento dos atores sociais do PNAE: possuem DAP 2017/2020 através da EMATER; se consideram agroecológicos, não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica, embora não tenha certificado; pensam em se adequar como sistema de produção orgânico; são minoria, dificuldade em acessar políticas públicas, embora exista apoio da EMATER; desafios para DAP é fator tempo, restrição de renda exclusiva voltada para produção familiar; não produz alimento minimamente processado, mas tem interesse.</p> | <p>Caracterização dos agricultores familiares locais e relação com produtos orgânicos e/ou agroecológicos: ambos conseguiram sua documentação DAP 2017/2018; trabalham com agrofloresta e sistema de consórcio; reconhece como produtores orgânicos e agroecológico pois não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica, embora não tenha certificado</p> | <p>Meu pai já era agricultor...o representante da DAP...fica mais na parte de plantio, produção e eu na comercialização e contatos...começamos a produção 2018 segmento do orgânico...(E1) vamos cultivando até hoje...(E1) a gente se reconhece como orgânico, por que não fazemos uso desses insumos químicos e a gente aplica os princípios da natureza em nossa produção agroecológica...(E1) sou produtora da agroecologia, junto com minha família...(E1) nossa DAP saiu em 2017. Nós só falamos agroecológicos, não somos certificados, mas não usamos nada químico, fazemos nossas compostagens, podas, com matéria totalmente orgânica, me considero produtora orgânica (E1)</p> |
|  | <p>Pensam em se adequar como sistema de produção orgânico, quais as formas e garantias para certificação: os agricultores familiares se caracterizam como orgânicos e estão se organizando para obter a certificação por Organização de Controle Social - OCS;</p>  | <p>Trabalhando com a EMATER, estamos a caminho de certificação Organização de Controle Social - OCS (E2); você acaba sendo certificada para dois tipos de venda: venda direta que você pode fazer qualquer entrega e falar para seu cliente que você é orgânico; pode apresentar esse certificado na feira...escola (E2); A gente já se sente adequado ao sistema de produção orgânico, não fazemos uso de insumos de procedência química, agrotóxicos, fungicida...( E2)</p>   |
|  | <p>Desafios para ser agricultor familiar em Nova Lima: são pioneiros e minoria, não sabem a quem recorrer para acessar políticas públicas, embora exista EMATER que ajuda muito, mas o município não tem referência de agricultura familiar, não tem muito investimento e sinalização desses produtores; necessidade do olhar público.</p>  | <p>(E3) ... desafios é sermos pioneiro. A gente fica sem quem recorrer nesse processo de cadastramento de agricultura familiar. Temos a EMATER que é parceira... não temos nenhuma referência no município...como tem apenas 2 produtores, não tem muito investimento ainda por falta de sinalização desses produtores (E3); Desafios na produção, na propriedade são vários, mas quando temos um olhar do poder público é melhor...O desafio maior é de acessar esses órgãos...o produtor é muito esquecido, ainda mais lugar pequeno igual aqui (E3)</p>  |
|  | <p>Produção dos Agricultores Familiares e desafio de conseguir a DAP: produção no modelo agroecológico e orgânico; desafios para DAP é fator tempo, renda exclusiva voltada para produção familiar</p>  | <p>... produção voltada para modelo agroecológico e orgânico. A facilidade da DAP é o apoio da EMATER que orienta e instrui em relação ao processo que a gente passa para ser validado como agricultor familiar. Os desafios é o tempo...tem a questão financeira para ingressar nesse processo, tem que ter a renda voltada mais para questão da produção...abrir mão de um ofício para ser cadastrado na agricultura familiar, é complicado (E4)</p>  |
|  | <p>Produção de alimentos minimamente processados de origem vegetal: não produz, foge da produção da horta, precisa de espaço adequado; eventualmente vende mandioca higienizada, picada e congelada...pesquisou os clientes e a venda desses alimentos é viável.</p>  | <p>... não produz, por que foge um pouco do nosso objetivo de produção aqui na horta, focamos mais na questão da entrega de feiras... não temos espaço adequado para elaboração desses minimamente processados...(E5) não considero que eu já trabalho com esse alimento...As vezes trabalho com mandioca: colhe, higieniza, lava, descasca, pica, congelo e vendo...(E5)...minha venda aumentaria muito se entregasse as verduras e legumes picadas. Evitaria desperdício para quem está comprando, precisa preparar refeição correndo. Fiz essa pesquisa e essa produção é viável (E5)</p>  |
| <p>Ação da gestão municipal na aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE: dificuldade em acessar a política pública do PNAE; falta informações da gestão referente chamadas públicas; município não tem referência de agricultura familiar, não tem muito investimento e sinalização desses produtores; necessidade do olhar público</p>  | <p>Agricultores familiares e seus conhecimentos sobre o PNAE: destacam que conheciam o programa e ressaltam que começaram buscar informações para acessar essa política pública visando participar das chamadas públicas futuras.</p>   | <p>...desde que iniciamos a horta ouvimos falar do programa do PNAE e começamos a correr atrás das informações de como acessar essa política pública (E6); Eu percebi que poderia participar do programa desde quando começamos a participar dos mutirões... comecei a procurar mais e cobrar da EMATER... (E6)</p>   |
| <p>Compreensão do PNAE quanto cumprimento de no mínimo 30% aquisição de alimentos da agricultura familiar: dificuldade em acessar o programa; o município compra de longe, pode comprar dos agricultores locais; falta incentivo a agricultura familiar local; possuem interesse em participar das chamadas públicas e fornecer 100% de alimentos orgânicos e agroecológicos para os alunos das escolas locais; diminuição da produção local e vendas devido mineradora e pandemia</p>   | <p>Interesses e motivações dos agricultores familiares participar das chamadas públicas do PNAE: venda casada, produzir sabendo que já vai ser escoado motiva o produtor; levar qualidade dos produtos para as escolas; alunos recebendo alimentos 100% agroecológicos de produtores locais.</p>  | <p>...objetivo do acesso nessa política pública é mais de ter vendas casadas mesmo, que são coisas que motivam o produtor, ter a produção sabendo que ela já vai ser escoada...satisfação de estar levando um produto de qualidade para a comunidade, para as escolas ao entorno... (E7); estamos aqui na cidade, bem pertinho das escolas, com produtos de qualidade...imagina os alunos recebendo uma alimentação 100% agroecológica de produtores locais...(E7)</p>  |
|  | <p>Desafios na participação das chamadas públicas do PNAE: planejamento, acesso às informações, documentos, conhecer o processo de licitação, obter DAP e conseguir participar da chamada pública; ser os 2 primeiros agricultores familiares com DAP a participar desses processos.</p>  | <p>desafio no planejamento, preenchimento das informações, dos documentos, a própria participação dentro do processo de licitação que era desconhecido...é um universo novo...obter a DAP não foi tão difícil, agora chegar na chamada pública foi bem difícil. Foram vários desafios: não saber quando seria feita a chamada pública, conseguir inserir...(E8)</p>   |
|  | <p>Impactos na produção e vida dos agricultores familiares locais com risco de rompimento de barragem da mineradora em 2019: terreno interditado; diminuição na produção e venda; produção perdida, estragada; VALE negou indenização.</p>  | <p>o acionamento da sirene aqui em Macacos trouxe impacto na questão da produção e venda. Na questão da produção teve impacto, por que nosso terreno foi interditado...a produção diminuiu, a venda diminuiu...comercializávamos nosso produto praticamente 100% em Macacos, perdemos toda nossa produção. A Globo filiou toda nossa produção perdida, estragada, mas eles disseram que não iria divulgar, justificando ser uma coisa pessoal. Quando vi que era para prejudicar a VALE e beneficiar o produtor, a filmagem não foi publicada... (E9)</p>   |
|  | <p>Impactos da Pandemia na produção da agricultura familiar: positivos foram: vendas mais diretas, clientes optavam por produtos orgânicos e frescos, ajuda da EMATER com lives e grupos de vendas no WhatsApp. Parte negativa: suspensão das feiras; necessidade de estruturar delivery; dificuldade de encontrar insumos para produção; queda nas vendas na produção</p>                                    | <p>impacto positivo tivemos vendas mais diretas, pessoas começaram optar pelo produto orgânico, produzido diretamente do produtor; tivemos dificuldade de aquisição de alguns insumos, muitos empreendimentos fecharam...negativo foi a questão da convivência e comercializar os produtos; a EMATER ajuda mandando vídeo, criar live, surgiu a ideia de movimentar os grupos de entrega pelo WhatsApp; o prejuízo era muito grande, por que as feirinhas pararam...(E10)</p>   |

Fonte: autoria própria elaborado a partir de relatos de entrevistas realizadas entre julho de 2020 e setembro 2021

Percebe-se no quadro 8 acima, que a percepção dos agricultores familiares quanto a ação da gestão municipal na aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE encontra dificuldade em acessar a política pública do PNAE; falta informações da gestão referente chamadas públicas; município não tem referência de agricultura familiar, não tem muito investimento e sinalização desses poucos produtores e a necessidade do olhar público. Quanto à compreensão do PNAE, por parte dos agricultores familiares quanto cumprimento de no mínimo 30% aquisição de alimentos da agricultura familiar ressalta-se nas entrevistas a dificuldade em acessar o programa; o município compra de longe, pode comprar dos agricultores locais; falta incentivo à agricultura familiar local; os agricultores familiares possuem interesse em participar das chamadas públicas e fornecer 100% de alimentos orgânicos e agroecológicos para os alunos das escolas locais; tiveram impactos negativos com diminuição da produção local e vendas devido mineradora e pandemia.

Dentro desse contexto é importante mencionar que o fornecimento de alimentos da agricultura familiar local, faz parte das diretrizes do PNAE no que tange ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos agricultores familiares. Além disso, VIEIRA; TEO; TAGLIETTI (2020) salientam que a aquisição de gêneros produzidos pela agricultura familiar na execução do PNAE, fortalece os trabalhadores familiares rurais, movimenta a economia da região, e ainda contribui para o incentivo de práticas ambientalmente sustentáveis.

### **5.5 Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais: reflexões para alcance da agricultura familiar**

Conforme vimos ao longo da pesquisa, para trabalhar com alimentos, é preciso respeitar as exigências da Vigilância Sanitária com o objetivo de evitar a contaminação dos produtos e zelar pelo bem-estar dos consumidores. No entanto, segundo Lucchese (2001) as ações da vigilância sanitária para a segurança de alimentos são percebidas de forma controversa principalmente quando acompanhadas de poder de polícia. Essas se tornam, muitas vezes repressoras, contra as atividades que podem apresentar potenciais malefícios à saúde, e impactam de forma constantemente constrangedora as classes sociais que as exercem. Muitas classes, como os agricultores familiares em pequenas propriedades, além de adotarem formas produtivas baseadas nas tradições, estão relacionadas a diversas situações, que incluem além de deficiências de

acesso à informação, dificuldades para obtenção de crédito para adequar os processos de produção.

A agricultura familiar geralmente evolui de forma natural para uma agroindústria familiar ou rural. Segundo Dorigon (2008) os agricultores familiares processam produtos in natura para o autoconsumo e gradativamente passam a comercializar os produtos excedentes como alternativa para aumentar a renda familiar. Sendo que este tipo de empreendimento é uma forma de organização na qual a família produz, processa e /ou transforma parte da sua produção de forma artesanal, preservando o saber fazer herdado.

A legislação sanitária segundo Silveira; Zimmermann (2004) é vista como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores, pois tem como princípio norteador a grande escala de produção e o elevado tempo entre produção e consumo, associando a qualidade à presença de determinada estrutura física, desconsiderando o processo de produção como decisivo para a qualidade do produto final. Nessa pesquisa procuramos compreender os desafios da Vigilância Sanitária para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal, no aspecto teórico e também dialogando com os sujeitos de pesquisa abordado na entrevista coletiva com os agentes sociais da Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, em todos os aspectos das perguntas buscamos investigar a categoria referente ao objetivo específico da pesquisa referente aos desafios da Vigilância Sanitária para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal.

Buscou-se compreender quais leis, portaria e resoluções estaduais regulamentam as exigências sanitárias dos fiscais sanitários estaduais para os agricultores familiares de Minas Gerais, que foi respondida de forma detalhada a linha temporal das legislações que dialogam com o agricultor familiar em nosso país e estado, assim

No ano de 2006 vem a Lei Federal 11326/2006 que estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar. Então as diretrizes gerais foram pela Lei Federal 11326/2006. Depois a coisa foi caminhando, teve lá a figura do microempreendedor individual. Mas no nosso marco de Vigilância veio a RDC 49 de 2013 pela ANVISA, que marca dentro da história da Vigilância Sanitária o reconhecimento daqueles empreendimentos da agricultura familiar, economia solidária e microempreendedor individual. Por que até então a Vigilância Sanitária vinha com o arcabouço muito bom, muito bem feito para todas as áreas de vigilância sanitária considerando uma empresa de médio a grande porte. Nunca teve esse olhar legalizado, já com legislação, diretrizes legais para aqueles pequenos. Tanto é que ficava naquela história: eu sei que vocês existem, mas vocês não estão no cadastro da VISA, tem medo de cadastrar e a VISA ir lá fazer um monte de exigências que não dava para cumprir, e ficava aquela relação de clandestinidade e um conhecendo o outro (alguns conhecendo a VISA e a gente sabendo que eles existiam) ... (E1)

Em 2011 veio o Decreto Estadual que posteriormente virou lei que instituí a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar, voltada aos agricultores familiares e às organizações de agricultores familiares, sendo uma legislação usada pelo Estado de Minas Gerais durante muito tempo, que auxiliou e embasou as fiscalizações da VISA com olhar diferenciado para os pequenos agricultores, pois não existia um regulamento específico da vigilância. A necessidade de regulamentar a RDC 49/2013 que colocou diretrizes no âmbito nacional, ou seja, valia para todo território nacional. Apresentou propostas de inspeção, fiscalização e licenciamento para 3 setores pequenos: agricultura familiar, economia solidária e microempreendedor individual.

O Estado de Minas Gerais regulamentou através da Resolução SES/MG Nº 6.362, de 08 agosto de 2018 que estabelece procedimentos para o licenciamento sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que exercem atividades de baixo risco sanitário na área de Alimentos, com uma proposta de revisão considerando a mudança atual agora de 2020/2021 nas normas para o Micro Empreendedor Individual (MEI) por que da mesma forma que a RDC 49 a resolução da SES RDC 6362 que regulamenta a RDC 49 no estado de Minas Gerais, tratou desses três setores: MEI, economia solidária e agricultura familiar, então estamos fazendo uma revisão nela para adequar as mudanças necessárias para o MEI.

Paralelamente a isso a ANVISA em 2017, soltou a primeira classificação de risco. A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Minas Gerais - SES também fez sua classificação de risco, depois ela teve que se adequar, fez a segunda e hoje estamos na terceira classificação de risco que comunga com as imposições da lei de liberdade econômica também que é a Resolução RDC SES/MG Nº 7.426 / 2021 - MG - Estabelece as regras do licenciamento sanitário, resposta da lei federal instituída no ano de 2020 e que precisou mexer com a estrutura dos órgãos fiscalizadores da Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Agricultura e Corpo de Bombeiros. Segundo os entrevistados (E1), entre esses órgãos, a VISA e Corpo de Bombeiros estavam mais adiantados conforme demonstrado a seguir

Nós já estávamos com duas classificações de risco, e agora só tinha que mexer em algumas coisas, atualizar e editar. Então foi feita e editada no início desse ano de 2021 a RDC SES 7426. Então a nossa história para o seu trabalho começa na RDC 49, na regulamentação dela no Estado de Minas Gerais que é a 6362, na classificação de risco posta para o Estado de Minas Gerais, aí entram todos os empreendimentos não só esses da agricultura familiar, tudo que diz respeito as atividades sujeitas a inspeção sanitária, que é a RDC SES 7426 com proposito de estabelecer regras para o licenciamento sanitário e os prazos de resposta para o requerimento dessa liberação econômica. Então ela é baseada nos CNAES que é o código de cada atividade econômica. Não foi a VISA que inventou, já existia isso, está lá dado pelo IBGE. Toda e qualquer atividade

econômica que existe tem um código, um número. Então o que a VISA fez, separou todas as atividades econômicas que são sujeitas a Vigilância Sanitária e listou classificando o risco entre baixo, médio e alto risco. E aí temos a Classificação de Risco do Estado de Minas Gerais Nessa resolução 7426. As atividades de Agricultura Familiar ficam entre o baixo risco e aquelas que precisam de uma condicionante para ser direcionada. Por exemplo quando tenho fabricação de minimamente processados, tenho que saber se está sendo feito por uma grande indústria ou sendo feito de modo artesanal dentro do arcabouço da Agricultura Familiar ou do MEI ou da Economia Solidária. Se for assim vai ter o olhar diferente da VISA, e olha a importância disso: mesma atividade, mesmo CNAE, mas considerando o perfil desse empreendimento. Se for uma atividade ainda de forma artesanal que o responsável consegue ter o conhecimento e controle de todas as etapas, quantas pessoas, consegue fazer as intervenções necessárias e conhecer cada etapa com acompanhamento ele vai ser considerado artesanal e o licenciamento dele será licenciamento simplificado. Simplificar o processo de licenciamento não significa abrir mão das exigências sanitárias, mas adequá-las ao perfil do empreendimento. E simplificar as etapas para que ele comece a produzir. (E1)

Dessa forma terá momentos que a vistoria da vigilância sanitária será posterior ao início de funcionamento do estabelecimento da agricultura familiar. Isso é um grande ganho, pensando que o principal nesse primeiro contato com os agricultores é trazê-los a luz da Vigilância Sanitária. Eles estavam fora do cadastro e precisam se regulamentar para atender o mercado institucional como outro de forma regular. Em termos de legislação isso não significa abrir mão das outras legislações na área de alimentos. O fiscal sanitário que for regularizar a agricultura familiar, terá que avaliar as boas práticas, isso vale para qualquer tipo de atividade de alimentos. A Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação vai continuar sendo aplicada, combinadas com outras legislações pertinentes que se fizerem necessárias.

No entanto, no caso de uma agroindústria que esteja no porte mais adiantado, o perfil já não encaixa tanto produção artesanal, então aplica-se naquilo que couber a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº. 275 de 21 de outubro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. As normas de rotulagem por exemplo, não faz distinção se é uma indústria pequena ou grande, por que é uma norma que diz respeito a apresentação do produto para o consumidor. Independentemente de ser artesanal ou não, todos terão que seguir a norma de rotulagem - RDC nº 429 de 8 de outubro de 2020, que dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados, todo processo da legislação é detalhado pelo entrevistado a seguir

Resumindo RDC 49 ANVISA, a RDC SES 6362 que regulamentou a 49, a classificação de risco valida atualmente a 7426 e demais normas de alimentos naquilo que couber



dependendo do tipo de atividade exercida. A Rede de Simplificação Nacional, a rede SIM que vai simplificar o processo de licenciamento para toda e qualquer atividade dentro do município que estiver integrado nessa rede simplificada, ele pode fazer pelo meio eletrônico que é mais fácil e simplificado. A SES 6362 tem uma revisão para normas, pois existe uma norma nova que modificou um pouco as exigências para MEI, e permitiu a ele algumas atividades de Vigilância Sanitária não são sujeitas a processo de licenciamento sanitário. A Vigilância pode fiscalizar, mas esse tipo de estabelecimento não precisa de alvará pois é dispensado de alvará sanitário. Mesmo assim eles têm que cumprir todas as regras da Vigilância e entra dentro do planejamento de fiscalização da VISA. (E1)

Na prática do MEI o que acontece é o seguinte. Exemplo: uma fabricante de bolacha, que faz bolacha, sendo MEI dentro da casa dela, ela tem essa liberdade, ela não vai precisar ir à Vigilância Sanitária. Mas eventualmente se um dia decidirmos na rotina da VISA fiscalizar essa pessoa, vamos fiscaliza-la normalmente com base na 6362 se tiver que dar qualquer orientação, se tiver risco sanitário, vamos tomar as providências cabíveis, mas o documento alvará sanitário ela não é passível, nem se ela quiser damos alvará sanitário para MEI, pois MEI é dispensado desse ato público de liberação. (E1)

... as vezes o pessoal tem um pouco de dificuldade de compreender essa legislação. O artesanal é o que pega muito, a dificuldade de definir o que é artesanal. Muitas vezes não é artesanal e querem jogar com artesanal. Essa é a dificuldade que eu tenho notado no dia a dia dos fiscais dos municípios. (E1)

Percebemos que as legislações são importantes suportes para o alcance de resultados satisfatórios, estabelecendo critérios e instrumentos para uma correta avaliação dos processos de higiene na produção de alimentos. Identifica-se nas entrevistas que existe esforços das atuais legislações sanitárias dialogarem com os agricultores familiares, especialmente produtores artesanais, que devem garantir de uma boa gestão da qualidade dos alimentos, livres de contaminantes e com valor nutricional agregado. Um dos desafios de conciliar a regulação com a realidade, lidar com o dissenso entre os atores responsáveis pelo processo de implementação das ações. Dissenso que tem como base o debate sobre o que é risco sanitário no cenário em pequena escala de alimentos e em como empregar o conceito de razoabilidade sem flexibilizar o risco sanitário destes produtos. É preciso contextualizar a avaliação do risco sanitário caso a caso e compreender as várias dimensões da qualidade em cada etapa da produção destes alimentos, assim como equilibrar os critérios de higiene de acordo com a legislação e a realidade econômica, social e cultural dos agricultores familiares.

Em relação aos desafios encontrados pela Diretoria de Alimentos/fiscais sanitários na fiscalização e regularização dos agricultores familiares em Minas Gerais, os entrevistados fizeram uma observação quanto a pergunta, embora não a tenha modificado no envio antecipado do roteiro, durante a entrevista esclareceram que a rigor a Diretoria de Alimentos não fiscaliza e não regulariza. A forma de organização da Vigilância Sanitária, tende a passar toda essa parte operacional para os municípios. Então de fato quem vai fiscalizar e regularizar

...tende a ser sempre Nova Lima. Se for de baixo risco já é com o município, se for de alto risco divide com a regional. Mas estamos acostumados a tratar com as dificuldades, por que como trabalhamos com a parte de educação sanitária para essa regularização, tratamos muito com os empreendimentos e parceiros da VISA, principalmente EMATER nessa parte de educação sanitária. Se perguntar hoje os desafios para regularização e fiscalização se baseia em dois pilares grandes: educação sanitária e relacionamento. Conseguir falar com o produtor de alimentos o que a vigilância faz, porque faz e importância que ele se relacione com a vigilância, ainda é um desafio grande e só vamos conseguir melhorar condição sanitária, quando conseguirmos estabelecer esse conhecimento de educação sanitária o suficiente. (E2)

Outros desafios encontrados pela vigilância sanitária nas diretrizes de fiscalização e regularização dos agricultores familiares em Minas Gerais é reconhecer no corpo técnico da vigilância sanitária essa necessidade. Na entrevista coletiva, destacou-se que a formação dos fiscais ainda tem um perfil muito legalista

...um olhar meramente em cima de check list. O olhar de tomar uma decisão ali foi pouco desenvolvido ao longo desse nosso processo de se fazer vigilância sanitária. A VISA historicamente sempre foi pautada em leis construídas para grandes e desenvolver um perfil de diálogo com o setor regulado não foi muito estratégia da VISA durante muitos anos. Isso vem melhorando e modificando de uns tempos para cá. Essa visão menos policalesca, utilização de um poder menor de polícia, para diálogo maior com o setor entendendo as necessidades de cada um. O próprio susto que a RDC 49 deu, que antes dela ser editada e publicada, vocês não em ideia da dificuldade de diálogo que era. Foram mais de 2 anos trabalhando nisso com as Vigilâncias Estaduais com reuniões com ANVISA, com setores contrário e setores a favor, e a questão: é o poder de polícia, e se acontecer isso? Temos empresas sérias e ruins em segmentos grandes e pequenos. (E2)

A grande instigação para vigilância tem sido essa mudança de paradigma, mudança de olhar por parte dos técnicos. Outra dificuldade também entre os gestores, prefeitos, secretários de saúde entender que agricultura familiar, microempreendedor individual estão dentro do planejamento da secretaria de saúde, questões que estão postas nos trechos abaixo

Precisa ser incorporado no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, segurança alimentar, agricultura familiar dentro dos planejamentos e discursos da saúde do município. As ações se encontram, é preciso trazer um pouco dessa integração para vista do gestor. Por que se quer mexer com a economia local, tem que ter um grande promotor de feiras e eventos e para ter sucesso os envolvidos devem ter cadastro na Vigilância Sanitária e ser orientados. Em Minas Gerais, eu penso que algumas dificuldades de diálogo entre Estado, regional e município é de fazer chegar à informação correta lá na base. Por mais que façamos no nível central uma série de treinamentos, capacitação, busca incentivos regionais, teremos regionais e regionais, além do imenso serviço que tanto o nível central, a regional e o município têm. Temos que abrir espaço desse segmento dentro da VISA, para chegar no gestor e o gestor chegar na comunidade. E aí passa pela capacidade de diálogo de cada município com os atores envolvidos a EMATER e Agricultura. (E2)

...concordo plenamente, esse é o desafio mesmo, não só cada regional tem um tipo de pensamento como os próprios municípios da regional tem muitas diferenças. Padronizar

isso não está sendo fácil e todo dia surgem muitas dúvidas por que com a REDESIM<sup>40</sup>, tem município que não aderiu completamente e não sabe o que está acontecendo dentro do seu âmbito. Recentemente tem uma cooperativa num município, que está pegando o produto de todos os produtores e vendendo leite em garrafa pet, queijo sem fiscalização e vendendo inclusive via WhatsApp. Então tem a dificuldade de uma própria COOPERATIVA que tem lá seu documento a princípio dispensado de ter alvará sanitário, ou ter alvará para uma atividade e fazer outras, é o que está acontecendo nesse caso em particular. Então é difícil você fiscalizar tudo isso, e a gente vê que estão vendendo produtos que não tem fiscalização nenhuma, especialmente produto de origem animal. Então está havendo uma certa mistura entre PNAE, alimentação escolar e também as cooperativas agindo dentro das escolas. (E2)

Quanto as experiências exitosas entre parceria fiscais da Vigilância Sanitária e Agricultores Familiares de Minas Gerais, os entrevistados declaram ter muitas experiências nacionais, estaduais e municipais, mas torna-se difícil lembrar de todas. Ressaltam que existem muitas parcerias entre Fiscal e Agricultor familiar, cujo o produto está no trabalho do dia a dia da Vigilância Sanitária: que hoje possui cadastro dos produtores, estão conseguindo se regulamentar, fazem visita em conjunto com EMATER. Algumas experiências ressaltadas

...foi parâmetro nacional que foi a experiência da Regional de Unaí que deu origem ao projeto Noroeste Empreendedor. Ali é o exemplo de uma capacidade enorme de diálogo, de estreitar parcerias e de uma construção conjunta com todos os entes envolvidos. Desde prefeito, associação de municípios do estado, demais secretarias, gestores, prefeitos, VISAS Estaduais e Municipais. Isso não tira o mérito de experiências menores. Uberlândia tem um trabalho muito bem feito da Talita que é referência em Agricultura Familiar. Diamantina teve um projeto muito bacana passado entre agricultura familiar e escolas, desde a época do programa cultivar, nutrir e educar. A Talita e a Dani fizeram trabalho de mestrado interessante, que traz dado do Vigi Risco, com experiências. (E3)

Outra observação dos entrevistados é que o estado se tornou conhecido por cartilha e publicação de divulgação, mas a academia em si não anda de mãos dadas com Estado dessa forma compartilham a inquietação enfatizando

Se você me perguntar se existem experiências exitosas, tem centenas, mas se você me perguntar se existem experiências exitosas publicadas e divulgadas vou te falar que devem ser pouquíssimas. Então se você conseguir alcançar qualquer um dos seus colegas de município, provavelmente ele vai ter uma experiência para te contar, mas isso não quer dizer que você vai achar relatada. E talvez essa seja uma grande contribuição que você como acadêmica pode dar para as políticas do Estado. É de fato pegar isso e transformar isso numa realidade em Nova Lima e depois relatar como funcionou. Por que a parte que podemos fazer como funcionário público é um pouco limitada. Tem um trabalho meu, a parte que eu quis contribuir foi diminuir um pouco a

---

<sup>40</sup>A REDESIM (Rede Nacional para Simplificação do Registro e Localização de Empresas e Negócios) dispõe sobre a garantia à livre iniciativa, assim como à proteção e apoio do Estado à: empresa individual de responsabilidade limitada; empresa de pequeno porte; microempresa; microempresário e microempreendedor. Reza a legislação sobre o direito da empresa a ter seu registro facilitado, livre de entraves burocráticos, com incidência de tributação sintetizada.

ansiedade do fiscal mostrando que o risco sanitário que a gente encontra no agricultor familiar não é esse risco incompatível com o licenciamento simplificado que a gente imaginava. Por que as vezes quando fala em agricultor familiar o fiscal tem uma ideia que toda vez que chegar lá vai achar motivo para interdição por exemplo. O que não é uma realidade e provamos com os dados do Vigi Risco. Mas a questão é essa, quantos estudos vai ter descrevendo isso? Muito poucos. Então o seu vai ser um desses e terá que ter muito mais. Experiências exitosas vamos ter muitas, mas é mais fácil achar numa página de divulgação de uma prefeitura que uma página de estudo acadêmico. (E3)

Tem um trabalho que adoro da Rosana que vende frutas vermelhas do município de Campestre. Hoje é a menina dos olhos de Belo Horizonte, é sempre convidada para as feiras. Rosana do Sítio Juranda de Campestre planta frutas vermelhas e vende as frutas congeladas, que caracterizado como minimamente processados pois ela: colhe, higieniza, fraciona, empacota, rotula e está vendendo. Foi o primeiro processo de procura direta com a VISA. Ela tentando se regularizar, participava de todos os fóruns da FETAEMG, cadastrada na Federação dos Agricultores Familiares, produtos dela bons e que todo mundo conhece. E uma dificuldade que o município tinha de entender como seria a regulamentação dela. Até que fomos num fórum proposto pela FETAEMG, e eles chegaram perto da VISA pedindo uma orientação. Por que o município de lá sem uma orientação mais próxima da regional não conseguia resolver. Aí o pessoal insistia que ela deveria tirar o SIM (Selo de Inspeção Municipal) caracterizando o produto dela como polpa de fruta. Ai a gente explicou que não, que a polpa é lá da agricultura, mas a fruta congelada é tratada como minimamente processado e tinha que vir na VISA. Ela participou de tudo quanto é feira e eventos de grandes chefes, e ela tem maior respeito pela Vigilância Sanitária, pelas orientações e sempre leva o alvará sanitário com ela. Ela abriu espaço entre diálogo com agricultores e a VISA. Hoje a Vigilância Sanitária já tem alguma coisa para oferecer. Tem uma resolução para eles, uma forma de licenciamento simplificado para eles, então agora temos obrigação de sensibilizá-los e trazê-los para dentro da Vigilância Sanitária. (E3)

...tem as meninas da jabuticaba de Sabará. Eu reclamo que fazemos muita coisa e não publicamos nada. Mas não dá tempo, é muita gente para pouca coisa. Eu tenho informação, mas não está publicado. Esse tipo de trabalho é importante para gente, pois não conseguimos tempo. Sou sozinho para atender a Regional inteira. Existem coisas boas acontecendo, acompanhamos, orientamos, mas não publicamos. Fizemos uma ação em conjunto com a EMATER, mas não publicamos. A gente poderia ter um incentivo para publicações...(E3)

Referente às informações de agricultores familiares fiscalizados, ou que procuram a Vigilância Sanitária para se regularizar, com interesse ou experiência em participar das chamadas públicas dos PNAEs/MG, do ponto de vista da Diretoria de Alimentos e Fiscais do Estado de Minas Gerais, esse contato geralmente acontece mediante as dúvidas das Vigilâncias Municipais ou demandas da própria EMATER, pontuam que

... tinham algumas reuniões, já faz um certo tempo acho que em 2018 ou 2019 a gente conseguia ser mais atuante nisso. E depois descentralizou muito para ao município e nem sempre essa informação necessariamente é repassada e ficou mais no âmbito municipal mesmo. A descentralização começou com a novidade das novas legislações, mudou bastante o âmbito de atuação e a criação da Rede SIM com a simplificação, o município nem todos repassam quantos são cadastrados e a situação que se encontra hoje. Também com a pandemia, tudo ficou meio atrapalhado. (E7)

...depois que saiu uma legislação de risco de 2018 que era RDC 6460, através do tipo de pergunta que começou a chegar para gente, percebíamos que os municípios estavam fazendo mais, por que ficou mais claro para eles o que era de baixo risco e o que devia ser deles. (E7)

...exatamente isso que aconteceu. Não temos um marco exato desse início, mas com a legislação houve essa mudança, e aos poucos foi assimilada pelos municípios. É o que a regional quer, que o município ande com as próprias pernas. Hoje o CNAE virou um problema diário. As empresas que fiscalizo diariamente, a maioria dos CNAES vem errado, não vem adequado a atividade principal, imagina então quando se parte para o municipal, mas está andando... fizemos muita coisa com outros municípios. Até mesmo em conjunto com a EMATER e fiscais municipais para explicar como funcionava a legislação, fiscalização, como fazer. Temos dados, teria que buscar em nossas pastas, arquivos, mas não publicamos isso. (E7)

Em relação aos desafios da legislação sanitária e regulamentação para os Agricultores Familiares, referente à alimentos minimamente processados de origem vegetal e diálogo entre esses sujeitos, os entrevistados destacam sobre a necessidade de ter uma legislação específica de minimamente processados e de hortifrutigranjeiros, mas destaca que o trabalho realizado na Vigilância Sanitária, deve estabelecer prioridades, então

...embora tudo que trabalhamos é prioridade ao mesmo tempo, ainda não figura início de redação de um assunto específico. Entretanto, quando ela acontecer, toda a legislação que a gente faz é submetida a consulta pública, algumas tem consultas públicas mais extensas, outras menos, depende um pouco do interesse, da discussão que aquela legislação gera. Mas te garanto que quando isso acontecer, quando tivermos uma resolução, pelos procedimentos que são de rotina nosso, será submetido o diálogo com a sociedade provavelmente na forma de consulta pública. (E8)

quando falamos minimamente processados, não ficamos só nesse campo. Hoje os hortifrutigranjeiros viraram as fábricas de tudo, até salpicão estão fazendo. Mas só que as condições que as pessoas estão fazendo essas saladas prontas não tem uma legislação como existe do açougue, que hoje tem e é uma luta para classifica-los e fazer funcionar. Realmente cobramos isso do nível central que é uma legislação específica para esse setor, pois não tem uma legislação específica de minimamente processado, a gente faz por que conhece, mas não existe.... lembrando que o fato de não ter legislação específica não quer dizer que não tem legislação, mas é difícil pegar a 275<sup>41</sup> e 272<sup>42</sup> e ir lá na fábrica de minimamente processados para fazer. E a especificidade que falta. (E8)

---

<sup>41</sup> A Resolução de Diretoria Colegiada nº 275 foi formulada pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em outubro de 2002. Por definição, a RDC nº 275 é a resolução da ANVISA que “dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) em estabelecimentos produtores ou indústrias de alimentos”. Em outras palavras, é uma regulamentação que atualiza, organiza e disciplina o controle sanitário de todos os processos relacionados à produção, industrialização, fracionamento, armazenamento e transporte de alimentos no Brasil.

<sup>42</sup>Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 272, de 22 de setembro de 2005 da ANVISA. Regulamento Técnico para Produtos de Vegetais, Produtos de Frutas e Cogumelos Comestíveis.

Percebe-se frequência nas falas dos entrevistados da necessidade de atualização e/ou legislação, normas reguladoras voltada para especificidades dos alimentos minimamente processados de origem vegetal, que dê subsídios as combinações de outras leis existentes e colabore com o processo de inspeção sanitária sendo instrumento de fôlego para atuação dos fiscais sanitários na área, impactando positivamente na regularização dos empreendimentos dos agricultores familiares de Minas Gerais. O conhecimento dessa anteposição ressalta as principais vulnerabilidades que derrogam o cumprimento das determinações normativas e dificultam a inclusão produtiva, devendo servir de orientação para fomentar o setor. Por meio deste estudo, concebe-se, por fim, que as regulamentações sanitárias de aspecto genérico, precisam vir acompanhadas de instrumentos que amparem as diferenças no controle dos alimentos, para a aplicabilidade das normas nas ações da Vigilância Sanitária.

Referente ao preparo dos municípios em parceria e orientações com o Estado, para fiscalizar esse público, os entrevistados indicam que dão subsídios, mas é preciso entender, estreitar o diálogo entre as três partes, preparar tecnicamente, estudar a legislação e antes de tudo, buscar o cadastro desse público, entender qual o perfil de cada município, para ficar mais fácil para que as vigilâncias, em especial a Estadual oferte o que os municípios necessitam em termos de capacitação, dessa forma cabe

...estreitar o diálogo entre as 3 esferas do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do próprio setor, acho que aí é o papel primordial do município.... Pela natureza do serviço que a gente tem, sabemos que não somos uma hierarquia como é o IMA que cada um tem seu âmbito de regularização e fiscalização. Nós somos complementares. O Estado implica em esforços dos três entes, mas do ponto de vista do que podemos fazer que é o Estado de Minas com os municípios é de fato o nível central tomar a frente no que ele faz que é apoiar com subsídio a parte de informação e capacitação. Capacitação temos feito bastante, com as demandas da regional. Por causa da pandemia ficamos muito tempo sem dar capacitação. Agora estamos trabalhando com uma capacitação de agricultura familiar que vai ser obrigatoriamente em todas as regionais. Eu não sei para quando será a de Nova Lima, mas trabalhamos hoje com diálogos intersetoriais em que a gente tenta não só dar a capacitação para os fiscais, como também trazer os parceiros que são indispensáveis para regularização desse público que é a EMATER e a Secretaria de Educação. (E9)

Então o projeto de capacitação mais novo inclui os 3 parceiros, enquanto tem esse tem outras capacitações relativas só ao trabalho da vigilância sanitária e que não paramos. Mas essa de agricultura familiar tem sido recentemente o esforço que tem compensado, então estamos com ferramentas bastante direcionadas para essa capacitação. (E9)

...acho que realmente tem que ter interesse político em primeiro lugar de buscar essa regularização. A regional está sempre disponível para as demandas que nos são cobradas. O trabalho é mais nesse sentido, o município precisando a maioria procura a regional para tirar dúvidas. A busca do município para ajudar em relação as novas resoluções que foram publicadas, tem muitas dúvidas ainda. A pandemia atrapalhou a

rotina dos trabalhos também. Tudo está meio stand by, nossa relação com município está complicada devido ao isolamento social. (E9)

Percebe-se acima a necessidade e indicação de esforços para encontros intersetoriais entre os órgãos fiscalizadores (Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais), de extensão rural e de cooperação que visa à discussão da inclusão produtiva e da regularização dos pequenos produtores/agricultores familiares. É necessário conhecer a realidade de cada município para se ter o entendimento das legislações aplicáveis aos pequenos produtores, representando um importante avanço na harmonização do tratamento diferenciado que se deseja dar aos pequenos produtores de forma a lhes permitir produzir com segurança sanitária e com adequação às normas legais, possibilitando-lhes o acesso aos mercados institucionais e demais mercados formais.

Ressalta-se que a participação dos Fiscais sanitários e da Diretoria de Vigilância em Alimentos da Vigilância Sanitária desse Estado nesta entrevista permitiu discutir desafios e possibilidades da ampliação do conhecimento e interação entre Vigilância Sanitária e Agricultura Familiar. Em relação ao evento mencionado na última questão sobre agricultura familiar e diálogos intersetoriais entre parceiros que são indispensáveis na regularização deste público que é a EMATER e Secretaria de educação, os entrevistados pontuaram que será trabalhado em todas as regionais, e não sabem quando será em Nova Lima. Para essa pesquisa, tentou-se assistir há capacitação de outra regional para complementar nesse trabalho, mas sem sucesso. Foi enviado e-mail referente aos períodos e possibilidades de participação, mas a resposta que obtivemos foi que

“em relação ao evento com a educação e a EMATER, precisamos interromper nos meses de novembro e dezembro por excesso de demandas aqui na secretaria e falta de condições para agenda. Retomaremos no início do ano, ainda em janeiro. Logo após a realização com as duas regionais que estavam agendadas para novembro, poderemos agendar com a URS BH, onde entrara o município de Nova Lima.”

Enfim, ficamos ansiosos com essa ação que está sendo oferecidas desde o ano passado em outros municípios, e após esses contatos e retorno, aguardamos ansiosos a vez de Nova Lima, tendo a certeza que essa orientação técnica nos possibilitará enriquecer e dar continuidade a esta pesquisa de forma a subsidiar os trabalhos municipais entre agricultura familiar e Vigilância Sanitária. Entendemos que por meio do trabalho em conjunto entre Estado e Município, multidisciplinar e de integração, de buscar compreender as realidades dos agricultores familiares locais, atualizar legislação relativa ao licenciamento de atividades produtivas e aos padrões de

produção desse público, que vamos dar subsídios para vigilância sanitária municipal realizar educação e vigilância com excelência sistematizando e harmonizando as condutas de trabalho entre estes sujeitos e contribuindo para qualidade dos alimentos da agricultura familiar na vida da população, especialmente as escolas envolvidas no PNAE municipal.

Enfim, a categoria bem como o leque de suas unidades de registro e a frequência de desafios identificado na fala dos entrevistados representantes Diretoria de Alimentos e Fiscalização do Estado de Minas Gerais, podem ser identificadas de forma resumida no Quadro 9 a seguir



### Quadro 9 – Entrevista coletiva Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais

| Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais - 13/09/21  |   |  |
|---|---|--|
| Categorias/Objetivos da Pesquisa  | Unidade de Registro   | Unidade de Contexto  |
| Desafios da Vigilância Sanitária para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal: usar a lei de acordo com a realidade do agricultor familiar, compreender teoria e prática de produto artesanal; estabelecer educação sanitária entre Vigilância Sanitária e Agricultores Familiares; entender agricultura familiar dentro da Secretaria de Saúde; necessário aliar prática da Vigilância Sanitária e relatos de experiência com incentivos para publicações acadêmicas de experiências exitosas; informações descentralizadas concentrada nos municípios ou EMATER sobre agricultores familiares; necessidade de legislação específica para minimamente processados de origem vegetal e hortifrutigranjeiros; consulta pública deve dialogar com os agricultores familiares; ampliar diálogos, capacitações, educativas entre Vigilância Sanitária Estadual, Municipal, EMATER e Secretaria de Educação compreendendo a realidade dos agricultores familiares municipais | Leis, portaria e resoluções estaduais regulamentam as exigências sanitárias dos fiscais sanitários estaduais para os agricultores familiares de Minas Gerais: Lei Federal 11326/2006 traz diretrizes para formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar; RDC 49/2013 da ANVISA regulariza microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário; Lei 22911/2018 altera a Lei nº 20.608/2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar; Resolução SES/MG Nº 6.362/2018 licenciamento sanitário do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário; RDC SES/MG Nº 7.426 / 2021 estabelece as regras do licenciamento sanitário; A RDC nº 216/2004 Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; RDC nº 429/2020, Rotulagem nutricional dos alimentos embalados; RDC nº. 275/2002 Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos | temos a Classificação de Risco do Estado de Minas Gerais Nessa resolução 7426. As atividades de Agricultura Familiar ficam entre o baixo risco e aquelas que precisam de uma condicionante para ser direcionada..., a RDC SES 6362 que regulamentou a RDC 49, e a classificação de risco valida atualmente a 7426 e demais normas de alimentos naquilo que couber dependendo do tipo de atividade exercida...as vezes o pessoal tem um pouco de dificuldade de compreender essa legislação. O artesanal é o que pega muito, a dificuldade de definir o que é artesanal (E1)  |
|   | Os desafios encontrados pela Diretoria de Alimentos/fiscais sanitários na fiscalização e regularização dos agricultores familiares em Minas Gerais: desafio é estabelecer relacionamento e educação sanitária com os produtores; corpo técnico da VISA menos legalista, policiaesca, utilização de um poder menor de polícia, para diálogo maior com o setor entendendo as necessidades de cada um; gestores devem entender que agricultura familiar está dentro do planejamento da secretaria de saúde   | os desafios para regularização e fiscalização se baseia em dois pilares grandes: educação sanitária e relacionamento. Conseguir falar com o produtor de alimentos o que a vigilância faz, porque faz e importância que ele se relacione com a vigilância, ainda é um desafio grande... desenvolver um perfil de diálogo com o setor regulado não foi muito estratégia da VISA... Isso vem melhorando e modificando... Essa visão menos policiaesca, utilização de um poder menor de polícia, para diálogo maior com o setor entendendo as necessidades de cada um...agricultura familiar dentro dos planejamentos e discursos da saúde do município... é preciso trazer um pouco dessa integração para visto do gestor. (E2) |
|   | experiência exitosa entre parceria fiscais da Vigilância Sanitária e Agricultores Familiares de Minas Gerais: há muitas experiências nacionais, estaduais e municipais; o estado se tornou conhecido por cartilha e publicação de divulgação, mas a academia em si não anda de mãos dadas com Estado; mais fácil achar numa página de divulgação de uma prefeitura que uma página de estudo acadêmico; importante gestão pública VISA ter incentivo para publicações  | ... experiência da Regional de Unai deu origem ao projeto Noroeste Empreendedor, exemplo de capacidade de diálogo, estreitar parcerias, construção conjunta com todos os entes envolvidos, desde prefeito, associação de municípios do estado, demais secretarias, gestores, prefeitos, VISAS Estaduais e Municipais...(E3)se você conseguir alcançar qualquer um dos seus colegas de município, provavelmente ele vai ter uma experiência para contar, isso não quer dizer que vai achar relatada. E talvez essa seja uma grande contribuição que você como acadêmica pode dar para políticas do Estado. É de fato pegar isso e transformar numa realidade em Nova Lima e relatar como funcionou (E3)                       |
|   | Informações de agricultores familiares fiscalizados, ou que procuram a Vigilância Sanitária para se regularizar, com interesse ou experiência em participar das chamadas públicas dos PNAEs/MG:   | tinham algumas reuniões 2018 ou 2019 a gente conseguia ser mais atuante nisso... depois descentralizou para o município, nem sempre essa informação é repassada...(E7)Não temos um marco exato desse início, mas com a legislação houve essa mudança, e aos poucos foi assimilada pelos municípios. É o que a regional quer, que o município ande com as próprias pernas...(E7) contato geralmente acontece mediante as dúvidas das Vigilâncias Municipais ou demandas da própria EMATER.... (E7)  |
|   | Desafios da legislação sanitária e regulamentação para os Agricultores Familiares, referente à alimentos minimamente processados de origem vegetal e diálogo entre esses sujeitos: necessidade de ter legislação de minimamente processados de origem vegetal e hortifrutigranjeiros; consulta pública que consiga dialogar com os agricultores familiares locais   | ...quando tivermos uma resolução, pelos procedimentos que são de rotina, será submetido o diálogo com a sociedade provavelmente na forma de consulta pública...(E8)...quando falamos minimamente processados, não ficamos só nesse campo. Hoje os hortifrutigranjeiros viraram as fábricas de tudo, até salpicão estão fazendo... as condições que as pessoas estão fazendo essas saladas prontas não tem uma legislação...(E8)  |
|   | O preparo dos municípios em parceria e orientações com o Estado, para fiscalizar esse público: é preciso entender, estreitar o diálogo entre as três partes, preparar tecnicamente, estudar a legislação e antes de tudo, buscar o cadastro desse público, entender qual o perfil de cada município, para ficar mais fácil para que as vigilâncias, em especial a Estadual oferte o que os municípios necessitam em termos de capacitação   | ...do ponto de vista do que podemos fazer que é o Estado de Minas com os municípios é de fato o nível central tomar a frente no que ele faz que é apoiar com subsídio a parte de informação e capacitação. Capacitação temos feito bastante, com as demandas da regional. Por causa da pandemia ficamos muito tempo sem dar capacitação. Agora estamos trabalhando com uma capacitação de agricultura familiar que vai ser obrigatoriamente em todas as regionais...(E9)   |

Fonte: autoria própria elaborado a partir de relatos de entrevistas realizadas entre julho de 2020 e setembro 2021

Diante desse contexto, intensificaram-se as preocupações de inclusão produtiva com segurança sanitária na agricultura familiar do Município de Nova Lima, no sentido de assegurar a produção de alimentos básicos e melhorar a regularização de alimentos do pequeno produtor.

No entanto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como o agricultor familiar carecem ainda de conhecimentos acerca das legislações sanitárias, de informações para que possa iniciar diálogos que são primordiais para aumentar e qualificar ainda mais a produção da agricultura familiar local e sua ampla participação no PNAE municipal.

Os entrevistados ressaltam que os agricultores familiares e suas organizações enfrentam vários desafios relacionados à gestão e comercialização da sua produção. Entre esses problemas, podemos mencionar o atendimento às exigências legais, as boas práticas de produção e de fabricação, organização e gestão. Esses confrontos contribuem para que grande parte da agricultura familiar ainda permaneça restrita aos mercados informais.

No entanto avanço importantes percebe-se enquanto estímulo à regularização dos pequenos produtores ao citarem durante a entrevista por exemplo a política de governo estadual de Minas Gerais, que publicou a Resolução da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, n. 6.362, de 8 de agosto de 2018, a qual estabelece procedimentos para o licenciamento sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que exercem atividades de baixo risco sanitário na área de Alimentos. Essa resolução e sua atualização por exemplo levam em consideração as avaliações de risco nas inspeções sanitárias e nos processos de licenciamento da produção em pequena escala e, principalmente, da produção artesanal. Entre os enclaves também podemos mencionar a falta de recursos educacionais, sociais, incerteza quanto ao êxito do negócio para investir na formalização do negócio como única fonte de renda e a e a falta de informação e sensação de burocracia excessiva do rigor da vigilância sanitária, que precisa ser superado pelos produtores para conseguirem alcançar a formalidade.

Este momento da pesquisa aborda os desafios da vigilância sanitária para o alcance do produtor da agricultura familiar, ao que se refere ao conhecimento e atendimento à legislação sanitária para a legalização dos seus produtos. Na percepção dos entrevistados, quanto as dificuldades para a legalização, ressaltamos que a regularização sanitária foi uma delas. Esse desafio foi justificado por já existirem instrumentos e leis que dialogam com os agricultores familiares, no entanto falta especificidade por parte de novas leis e normativas om fundamentos da vigilância sanitária que dialogue com a realidade dos produtores, embora eles reconheçam a importância da Vigilância Sanitária para a saúde e segurança alimentar. Além disso, a não regularização compromete também as possibilidades de acesso dos agricultores ao mercado de seus produtos e às políticas públicas de estímulo à agricultura familiar.

Dessa forma normas sanitárias foram consideradas um avanço, além de necessárias para a saúde e segurança alimentar. Entretanto há agricultores que ainda não conhecem as normas e os

fundamentos da vigilância sanitária, o que dificulta o acesso às diversas políticas públicas voltadas para o incentivo à produção familiar. O maior desafio é dar equilíbrio a essa situação, para que as normas possam ser efetivamente aplicadas sem comprometer as possibilidades de acesso dos produtos dos agricultores ao mercado e a qualidade desses alimentos minimamente processados de origem vegetal fiscalizado pela Vigilância Sanitária.

Durante a análise de conteúdo da entrevista com esses atores sociais, constatou-se que o atual momento é de transformação dos paradigmas no que se refere à busca pela regularização e atendimento às exigências da vigilância sanitária. Os dados analisados retratam uma tendência de ampliação da formalização e das adequações dos estabelecimentos da agricultura familiar.

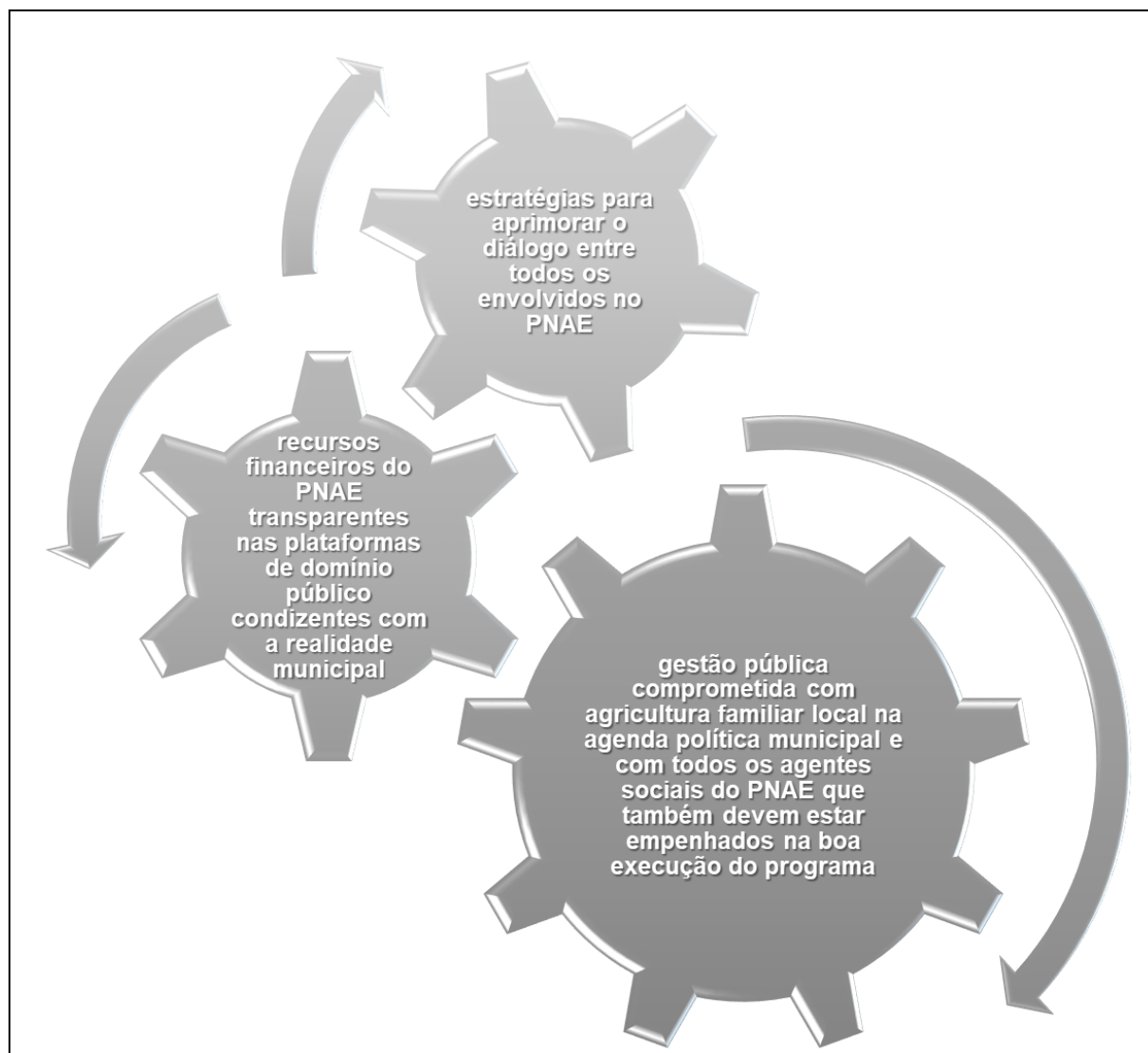
Sem dúvida, a adoção do estímulo à regularização materializada na RDC 49/2013 e a atual Resolução SES/MG n. 7426 de 25 de fevereiro de 2021 demonstrou que é possível a produção em menores escalas, com qualidade sanitária, adequação às normas e perspectiva real de inclusão no mercado. O que contribui para a visibilidade e formalização do pequeno produtor, além da expansão da produção de alimentos. Assim, a vigilância sanitária deve ser reconhecida muito além de prevenir riscos e evitar que as pessoas fiquem doentes, mas também como agente de desenvolvimento, capaz de estimular o mercado formal e auxiliar na distribuição de renda e ter um olhar sensível para os agricultores familiares locais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembramos de todo o percurso da pesquisa ao tecer as considerações finais, sendo possível destacar os principais aspectos identificados no decorrer do estudo e que culminaram para os resultados aqui pontuados. Enquanto pesquisadora, é possível afirmar que a investigação sobre a análise de como acontece a compra e venda dos produtos da agricultura familiar no PNAE de Nova Lima buscando compreender como ocorre a inclusão dos agricultores familiares ou como eles poderão conquista-la, apresentou-se como um grande desafio, mas ao mesmo tempo foi gratificante. Alcançar esse processo não é tarefa fácil, ainda mais quando tratamos de políticas públicas de extrema relevância como o PNAE.

No aporte da pesquisa, após eleger o capítulo anterior como espaço maior para apresentação dos dados, como também ter um momento apropriado para apresentar os atores sociais do PNAE cujas falas e vivências fazem parte desse trabalho, para alcançar o objetivo da pesquisa, podemos afirmar que a implementação do PNAE, em âmbito municipal, depende de três pilares básicos: recursos financeiros recursos financeiros federais advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e disponíveis de maneira transparente nas plataformas de domínio público condizentes com a realidade municipal, gestão pública comprometida com agricultura familiar local na agenda política municipal e com todos os agentes sociais do PNAE que também devem estar empenhados na boa execução do programa e estratégias para aprimorar o diálogo entre todos os envolvidos no PNAE. Essas dimensões que permitem dar suporte ao PNAE municipal podem ser visualizadas na figura 11 a seguir

**Figura 11- Pilares Básicos para implementação do PNAE no âmbito municipal**



Fonte: elaborado pela autora, 2021

A existência de um aparato comum na comunicação entre os atores inseridos é fundamental para nortear as ações dos agentes da política do PNAE no município de Nova Lima, seja definindo reuniões periódicas com objetivos e diretrizes que devem ser alcançados ou orientando um padrão mínimo na frequência do diálogo interdisciplinar que deve ser seguido por todas as entidades e instituições executoras do PNAE municipal. Além de conferir um caráter mais equânime na operacionalização do programa por todos os envolvidos. Neste sentido, é oportuno destacar que, no município estudado, a execução do PNAE ocorre em consonância com o que preconiza a legislação do programa, contudo, alguns ajustes devem ser realizados para que

o PNAE possa contemplar mais de 30% da alimentação escolar com alimentos da agricultura familiar, especialmente local.

Acreditamos que a disponibilidade e transparência dos recursos financeiros seja um dos fatores determinantes na vida de qualquer política pública. No caso do PNAE de Nova Lima, os recursos financeiros disponibilizados tanto pelo governo federal (FNDE) quanto pelas entidades executoras (nesse caso, a Prefeitura Municipal de Nova Lima que deu origem a esta pesquisa) vão definir algumas ações em relação à execução do programa como o número de licitações e chamadas públicas para a aquisição de gêneros alimentícios; a quantidade, qualidade e tipos de produtos; maior ou menor percentual de produtos da agricultura familiar; verbas utilizadas para compras, entre outros. Ou seja, no município investigado, o planejamento e desenvolvimento do PNAE depende, primordialmente, da disponibilidade de recursos financeiros e a forma de apresentar esses recursos nas plataformas de domínio público que possibilitem fornecer informações claras e fiéis para contribuição em pesquisas e construção de políticas públicas.

Ainda sobre esse assunto, é conveniente destacar o caráter suplementar do programa, mas que ainda não é compreendido pela maioria dos gestores das administrações públicas municipais, pois não contempla a agricultura familiar na política pública do município e que podem corroborar para as demandas e cumprimentos do PNAE municipal além de contribuir com uma alimentação que respeita os hábitos alimentares locais, de qualidade e que colabora economicamente com a renda da população local (agricultores familiares novalimenses contemplados nas chamadas públicas). É importante frisar que a política é desenvolvida em regime de colaboração entre o governo federal e os entes federados (Estados, Municípios e Distrito Federal). Compreendemos o PNAE enquanto um programa que possui abrangência nacional, mas que a efetividade depende do relacionamento de atores sociais no nível local. Dessa forma a entidade executora também possui responsabilidades financeiras e políticas, além de prover os demais recursos necessários (humanos, materiais, etc.) para que o programa seja executado em conformidade com o que recomenda a legislação do PNAE, priorizando alimentos da agricultura familiar local.

O programa passa por um processo no qual ocorrem avanços e recuos, constituindo-se em um projeto social e econômico que tem entre seus objetivos a mudança de hábitos de consumo alimentar. No entanto, a realidade ainda é bastante distante da Lei e é a partir da interação entre os diferentes atores sociais envolvidos com o Programa, tal como ocorre na gestão em Nova Lima, que o projeto do PNAE se materializa.

Vamos identificar a seguir as categorias que contemplam os objetivos da pesquisa descrevendo os desafios e potencialidades encontrados na análise de conteúdo das entrevistas coletivas com cada um dos grupos de atores sociais entrevistados, sendo assim

- ✓ Entrevista coletiva compreensiva realizada dia 08/07/2020 com funcionários da EMATER/MG unidade de Nova Lima: potencialidades: ator social colaborador no processo de chamada pública com equipe de nutrição/agricultores familiares e similares; possui relação direta com o produtor com orientações de produção, DAP; desafios: repasse de mapa de produção, mas durante a pesquisa não obtivemos acesso ao mapa de produção mencionado. O mapa de produção deve ser disponibilizado a todos os atores sociais prontamente para melhoria da política pública e melhor visualização dos agricultores familiares existentes com DAP; prefeitura deve ampliar incentivo da agricultura familiar municipal; deve ter maior interação entre setor de compras/financeiro, PNAE (equipe de nutrição), EMATER e agricultura familiar; nutrição deve repassar as chamadas públicas à EMATER; necessidade de melhor comunicação em relação as compras e chamadas públicas sempre visando ampliar participação de produtores locais;
- ✓ Entrevista coletiva compreensiva realizada 19/03/2021 com equipe de Nutrição PNAE de Nova Lima: potencialidades: equipe de nutrição técnica e empenhada na implementação do PNAE; município dispõe de recursos na execução do programa; EMATER parceiro no mapeamento da produção e chamadas públicas; a gestão permite liberdade na elaboração do cardápio por parte da nutrição; desafios: embora exista esforços, encontram-se dificuldades de inserir cultura alimentar e compra de produtos da agricultura familiar locais; reconhece dificuldades na aquisição de alimentos da agricultura familiar local; necessidade de pesquisar novos hábitos alimentares locais; dificuldade em incluir educação nutricional no Programa Político Pedagógico do município; tentam atingir o mínimo de 30% (ao invés de atingir a partir deste índice); a pandemia dificulta a aquisição da agricultura familiar; necessita reuniões constantes com os atores sociais; importância da comunidade escolar conhecer o trabalho dos agricultores familiares; possibilidade de aquisição de merenda escolar entregue as famílias por meio de kits na pandemia com pouca adesão de alimentos da agricultura familiar;

- ✓ Entrevista Coletiva Compreensiva realizada 16/04/21 com Conselho de Alimentação Escolar - CAE do PNAE de Nova Lima: potencialidades: verba do PNAE é bem aceita e distribuída no município; CAE atuante, vai as escolas a cada 15 dias; reconhece a equipe de nutrição como fundamentais no PNAE e parceiras do CAE; EMATER como parceira do CAE especialmente com agricultura familiar; participação de pais e alunos; PNAE Nova Lima usa verba do FNDE e a prefeitura complementa; existe vontade de fazer PNAE funcionar; busca contemplar/organizar cardápio e alimentação local; contato direto do CAE com nutrição e com agricultores familiares; desafios: pendências nas escolas quanto equipamentos, utensílios; pode adquirir mais gêneros locais; incentivar a agricultura familiar local com aquisição dos produtos no PNAE; melhorar comunicação entre atores sociais; flexibilidade no trabalho para conciliar com voluntário do PNAE; melhorar divulgação do CAE; não atingiu os 30% da agricultura familiar na pandemia; boa qualidade e distribuição de kits de merenda escolar, mas distribuição em excesso, dependendo do número de alunos, pode gerar desperdício e tende atrelar questões políticas; deixaram de consultar membros do PNAE sobre mudança na distribuição dos kits;
  
- ✓ Entrevista Coletiva Compreensiva realizada 21/07/21 com Agricultores Familiares com DAP de Nova Lima: potencialidades: possuem DAP 2017/2020 através da EMATER; se consideram agroecológicos, não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica, embora não tenha certificado; pensam em se adequar como sistema de produção orgânico; possuem interesse em participar das chamadas públicas e fornecer 100% de alimentos orgânicos e agroecológicos para os alunos das escolas locais; desafios: são minoria, dificuldade em acessar políticas públicas, embora exista apoio da EMATER; desafios para DAP é fator tempo, restrição de renda exclusiva voltada para produção familiar; não produz alimento minimamente processado, mas tem interesse; dificuldade em acessar a política pública do PNAE; falta informações da gestão referente chamadas públicas; município não tem referência de agricultura familiar, não tem muito investimento e sinalização desses produtores; necessidade do olhar público; dificuldade em acessar o programa; o município compra de longe, pode comprar dos agricultores locais; falta incentivo à agricultura familiar local; diminuição da produção local e vendas devido mineradora e pandemia;



- ✓ Entrevista Coletiva Compreensiva realizada 13/09/21 com Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais referente aos desafios da VISA para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal: potencialidades: existe processo de licenciamento simplificado para os produtores artesanais; agricultor familiar se insere em produção artesanal; existem capacitações e em breve Nova Lima será contemplada; desafios: usar a lei de acordo com a realidade do agricultor familiar, compreender teoria e prática de produto artesanal; estabelecer educação sanitária entre Vigilância Sanitária e Agricultores Familiares; entender agricultura familiar dentro da Secretaria de Saúde; necessário aliar prática da Vigilância Sanitária e relatos de experiência com incentivos para publicações acadêmicas de experiências exitosas; informações descentralizadas concentrada nos municípios ou EMATER sobre agricultores familiares; necessidade de legislação específica para minimamente processados de origem vegetal e hortifrutigranjeiros; consulta pública deve dialogar com os agricultores familiares; ampliar diálogos, capacitações, educativas entre Vigilância Sanitária Estadual, Municipal, EMATER e Secretaria de Educação compreendendo a realidade dos agricultores familiares municipais.

Refletindo sob a lei 11.947/2009 e a realidade da pesquisa documental realizada entre os anos de 2011 à 2019, o artigo 14 que contempla aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar local, não era visto como uma oportunidade de desenvolvimento local que pudesse incluir os trabalhadores da agricultura familiar, mas apenas como uma norma que deveria ser colocada em prática. Com isso, nesse período não encontramos ações concretas de viabilizar de forma propositiva a inclusão dos agricultores. Os discursos ou eram sobre o município não ter um centro de distribuição de alimentos para poucos agricultores familiares fornecerem e distribuírem para toda cidade ou comprar o mínimo da agricultura familiar de outros estados, conforme percebido nas chamadas públicas dos documentos referentes ao período pesquisado. As narrativas não contemplavam sobre a falta de projetos/ações que pudessem ser desenvolvidos pela prefeitura para a inclusão acontecer a contento.

Para os agricultores locais, a gestão municipal não informava/inviabilizava o processo. Não havia um diálogo com os interlocutores que aplicavam as políticas públicas, a secretaria de educação estava sempre em constante mudança e a gestão pública parecia não se importar com a situação dos produtores. As entrevistas que realizamos com esses atores sociais indicavam que as

os agricultores com DAP conheciam o PNAE, mas reconheciam que precisavam de assistência técnica para compreender todo o processo e dar luz a possibilidades de participação futura no programa. Ao investigar os agricultores familiares com DAP, destacou as mudanças sofridas por eles em suas formas de ser e viver, há mais de dois anos com a barragem B3/B4, da mina Mar Azul, da Vale S.A. que está em risco de rompimento desde 2019 e agora vivem este caos concomitantemente aos dilemas da pandemia.

As repercussões negativas mais recorrentes derivados dos riscos da mineração e pandemia, identificados pelos agricultores familiares na pesquisa foram: diminuição na área de produção delimitada pela mineradora Vale negociações abusivas por parte da mineradora, e prejuízos na produção. Os positivos foram conhecer novas formas de escoar produção através dos serviços de entrega. Os impactos e consequências da mineração são inevitáveis e prejudiciais ao acesso e participação das famílias ao PNAE de Nova Lima, cabendo um outro estudo aprofundado sobre o tema que não investigaremos nesta pesquisa. No entanto, conforme demonstra a análise das entrevistas, as famílias foram atingidas pelas intervenções realizadas pela Vale com o risco da barragem, ficando sem acesso logístico, impactando os meios de produção e venda de produtos. Assim, a agricultura familiar, que historicamente luta e resiste, com a chegada do empreendimento minerário vê-se sujeitada aos novos e grandes desafios de permanência no campo e práticas agrícolas.

Na investigação que se conclui observou-se na fala dos entrevistados da agricultura familiar auto estima, relacionado ao orgulho que se tem do que se produz; a organização produtiva; o reconhecimento de que cada alimento demanda um tipo específico de cuidado; a consideração de que no cultivo agroecológico a diversificação da produção é fundamental; a participação em outros mercados; a geração de renda; a participação feminina; a segurança alimentar. Enfim, são múltiplos aspectos que permitem afirmar que o PNAE é capaz de contribuir para a transformação da realidade da agricultura familiar de Nova Lima.

Para tanto, os desafios estão postos e é necessário um maior acompanhamento técnico da prefeitura na execução do programa, para que essas Unidades Executoras consigam adquirir 100% do recurso em alimentos da agricultura familiar. Destaca-se ainda, como uma conclusão importante desta pesquisa, a necessidade de incentivo a expansão da agricultura familiar no município, considerando suas potencialidades de abastecer e sustentar a existência da população novalimense, incluindo emergencialmente a agricultura familiar na agenda política da gestão municipal. Fator que traria reverberações positivas, não só na expansão do programa, mas a toda

população local visando à produção sustentável de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e geração/circulação de renda para os agricultores e economia local.

Diante disso, é possível inferir que a relevância social do PNAE, não apenas por oportunizar o acesso à alimentação a um contingente considerável de estudantes, mas também pelas ações desenvolvidas no programa que ultrapassam os muros da escola e beneficiam a comunidade, como o incentivo à aquisição dos produtos da agricultura familiar. Em Nova Lima, pode-se observar que existe um empenho das entidades executoras em adquirir um percentual dos alimentos produzidos e fornecidos pela agricultura familiar. No entanto é recente a chamada pública que possibilita participação de agricultores familiares novalimenses, fator que tem vários benefícios para comunidade sobretudo pela qualidade dos alimentos in natura e pelas práticas de produção sustentáveis, com baixo teor ou sem agrotóxicos, qualificando a alimentação escolar. Além disso, promove o desenvolvimento local, pois os recursos financeiros ficam na região de Nova Lima, permitindo que os produtores invistam em suas propriedades e melhorem as condições de produção e, conseqüentemente, a qualidade dos alimentos. Ou seja, todos acabam sendo beneficiados, os alunos com alimentos frescos e saudáveis; os agricultores com a possibilidade de uma renda fixa, que permite sua organização financeira; e, também a gestão municipal, com a arrecadação de impostos e a geração de renda e empregos no município.

A pesquisa revelou que sem o auxílio técnico dos extensionistas da EMATER de Nova Lima na elaboração de mapas de produção e divulgação dos mesmos para atores sociais do PNAE e auxílio nos demais trâmites burocráticos os agricultores familiares não conseguem participar do PNAE. Isso porque, considerando a realidade do campo, onde existem ainda dificuldade no acesso à informação, os processos burocráticos intrínsecos ao programa não são inclusivos. É importante que a EMATER disponibilize o mapa de produção a todos os atores sociais do PNAE, e faz-se necessário por parte deste órgão o mapeamento do perfil de todos agricultores familiares existentes, e que possuem algum vínculo com a EMATER. Ampliar a pesquisa e estes relatórios e realizar a divulgação ampla deste material para toda sociedade, em especial os atores sociais do PNAE irá amplificar o trabalho e o compromisso dos técnicos da EMATER de Nova Lima em fazer com o que a participação da agricultura familiar aconteça como fundamental em todos os âmbitos, pois sem este tipo de trabalho a comunidade escolar e os próprios agricultores familiares sequer ficam sabendo da importância da aquisição de alimentos da agricultura familiar no programa.

No período da pesquisa atores sociais do PNAE como a EMATER, equipe de nutrição e agricultores familiares com DAP de Nova Lima conseguiram contemplar pela primeira vez

alimentos da agricultura familiar na chamada pública municipal. Esforços de diálogos contínuos entre nutrição, agricultores familiares e EMATER, demonstrou ser possível criar um ambiente capaz de gerar e sustentar a confiança entre os trabalhadores da agricultura familiar, PNAE e a comunidade escolar.

Todavia, é necessário evidenciar o protagonismo das profissionais nutricionistas na execução do PNAE. Elas possuem diversas atribuições<sup>43</sup>, geralmente, participam e acompanham todas as etapas de operacionalização do programa, desde o recebimento dos recursos (embora seja imprescindível a participação da nutrição no monitoramento dos dados financeiros de domínio público/divulgação e pesquisa), o processo de aquisição e controle de alimentos até a alimentação atingir o público final, isto é, os alunos nas escolas. Dessa forma a equipe de Nutricionistas do Núcleo de Nutrição da Secretaria de Educação consegue fazer um acompanhamento a contento das escolas. Atualmente existem 7 nutricionistas, porém esse número não está de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução 465/2010, no que reza o conselho de nutrição sobre o quantitativo de alunos e a quantidade de nutricionistas. A responsável técnica pela nutrição e todas as demais nutricionistas junto ao PNAE são concursadas pela prefeitura, caracterizando um cargo efetivo na gestão do programa o que viabiliza o acompanhamento real da alimentação escolar, dos anseios dos escolares e de ações de EAN. A condução dos cardápios nas escolas torna-se autônoma pela equipe que reconhece o desafio de melhorar em alguns quesitos como maior aquisição de alimentos da agricultura familiar e pesquisa/resgate da cultura alimentar local, embora no geral, consigam garantir o bom funcionamento do programa.

No entanto o período de suspensão das aulas presenciais em função da pandemia de Covid-19 caracterizou-se pela redução das compras da agricultura familiar pelo PNAE. Observou-se, nesses casos, diante dos desafios relacionados ao fornecimento dos kits<sup>44</sup> de alimentos diretamente para os(as) estudantes e/ou seus responsáveis, que houve uma tentativa por parte da equipe de nutrição, em acrescentar alimentos da agricultura familiar nos kits, mas optaram por suspender a entrega desses alimentos devido a crítica dos aspectos organolépticos

---

<sup>43</sup> Sugestão, para saber sobre todas as atribuições, consultar a Resolução 465/2010 do Conselho Federal de Nutrição. Pode ajudar a descrever com mais detalhes as atribuições obrigatórias e complementares do profissional.

<sup>44</sup> Foi realizada a tentativa de incluir kits de hortifruti, porém os desafios encontrados foram a alta perecibilidade desses alimentos e a dificuldade de armazenamento sob refrigeração devido ao grande montante de kits. Houve também a falta de interesse de algumas famílias em buscar os kits. Entretanto, foram feitas outras tentativas de incluir outros alimentos da agricultura familiar nos kits de merenda escolar, como exemplos: polpa de frutas e suco de uva integral.

(cor, sabor, textura, cheiro, aparência, etc.) dos alimentos pela comunidade escolar (pais que receberam legumes e frutas in natura) e alta perecibilidade desses alimentos e a não compreensão da comunidade em relação a diferença de alimentos da agricultura familiar-. Essa situação nos mostra que apesar de mais de dez anos da publicação da Lei 11.947/2009, sabe-se que os desafios para aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda persistem, mesmo em um cenário anterior ao da pandemia de Covid-19, incluindo questões relativas à documentação dos agricultores, organização dos mesmos, logística de entrega e distribuição dos gêneros, articulação entre gestores e agricultores, falta de conhecimento da importância da agricultura familiar local para comunidade escolar, entre outros aspectos. Sendo assim, PEREIRA et al. (2020) sinalizam que este cenário de dificuldades para o cumprimento do mínimo preconizado pela Lei 11.947/2009 se potencializou no contexto da pandemia de Covid-19, dada a necessidade de isolamento social e interrupção ou diminuição de atividades presenciais.

A partir dos desafios na aquisição de documentos para essa pesquisa, foi possível perceber que a desarticulação dos agentes que estão atuando na alimentação escolar é um entrave sério na promoção da qualidade de vida na região. Quando ao setor financeiro<sup>45</sup> não possui representantes diretos do PNAE para dar suporte ou não conversa com aqueles que lidam diretamente com os alimentos e tem o conhecimento necessário para elaboração dos cardápios, cria-se um problema para o município, pois a responsável técnica pela nutrição tem que trabalhar com aquilo que foi apresentado pelo financeiro, sem saber como as ações foram executadas. É necessário a melhoria de diálogo entre esses setores para que houvesse um melhor planejamento de compras a fim de atingir ou superar a meta de 30% de compras da agricultura familiar

O Departamento Financeiro da SEMED trabalha em uma vertente contábil, cuidando da gerência dos recursos financeiros e dos interesses públicos de compra e venda dos produtos, em um esforço para fazer as contas fecharem e satisfazer as necessidades da administração pública quanto aos seus fornecedores. A ação tecnicista deles não se articula com a ação mais social da comissão de alimentação e nem com os dados atualizados referente ao recurso do PNAE disponibilizados no site do FNDE ou em outros portais de domínio público, fator que dificultou muito o desenvolvimento dessa pesquisa. Por outro lado, a própria experiência municipal da comunicação e participação de agentes envolvidos para inserir agricultores familiares locais na chamada pública, experiência reconhecida como exitosa na inclusão dos agricultores, pode ser multiplicada na transparência do PNAE por parte do financeiro que podem elaborar e divulgar a

---

<sup>45</sup> Referência Técnica do Setor Financeiro vinculado ao Departamento de Administração Escolar da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Nova Lima.

prestação de contas após discussão coletiva com todos os sujeitos que se envolvem com a alimentação escolar, levando em consideração a quantidade do recurso recebido e a potencialidade de inclusão dos produtores locais.

No contexto do CAE, o município possui um conselho atuante, mas em fase de recomposição dos seus membros. Na entrevista coletiva o conselho ressalta que faz reuniões periódicas e realiza visitas nas escolas municipais e agricultores familiares potenciais fornecedores do PNAE, acompanha a elaboração dos cardápios, a compra dos gêneros alimentícios e fiscaliza o PNAE e o uso da verba na alimentação escolar. Também realizaram algumas vistorias em conjunto com a Vigilância Sanitária que foram suspensas após o período de pandemia. Foi possível em conjunto perceber pontos críticos a serem melhorados em algumas instituições de ensino no que diz respeito à estrutura física e equipamentos envolvidos no armazenamento, produção e distribuição de alimentos que necessitam de manutenção nas áreas de manipulação de alimentos das unidades escolares.

Todos os estudantes da educação básica da rede pública de ensino têm direito de receber, durante o período letivo, alimentação adequada e saudável. Esse direito pode e deve ser exigido e através de canais formais para seu monitoramento e fiscalização, como é o caso dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). Para que o direito à alimentação escolar possa ser defendido, o governo precisa disponibilizar acesso fácil aos mecanismos necessários para que os indivíduos tenham a possibilidade de exigir e reclamar os seus direitos. A ausência de canais e estratégias de diálogo com a comunidade escolar e até com o próprio CAE, faz com que o conselho acabe por ter uma atuação muito restrita às análises da prestação de contas e execução financeira. É necessária maior transparência das informações, criação de melhores condições de trabalho que possibilite conciliar as atividades profissionais com voluntárias do conselho e de canais de denúncia e formação dos conselheiros para o exercício dessa função voluntária e não remunerada é de extrema importância para que os conselheiros consigam atuar no PNAE com êxito.

Assim, deve ser debatida a relação social que o CAE de Nova Lima pode construir com a comunidade local. Reconhecidamente como um dos órgãos mais próximos da sociedade civil, este deve desenvolver uma postura de interação com os beneficiados do PNAE, levando em consideração que este programa, desde a promulgação da Lei 11.947/2009, rompe com a visão assistencialista da alimentação escolar, como apenas fornecedora de nutrientes para os escolares, para um programa voltado para a qualidade social dos alimentos oferecidos, com incentivo social e grande potencial para o desenvolvimento local. A partir dessa premissa, é válido afirmar que os agricultores familiares são, de algum modo, beneficiários do programa e, por isso, merecem que

suas dificuldades sejam ouvidas e que haja um trabalho social para que elas possam ser sanadas. Enquanto órgão fiscalizador de controle social, seria interessante que o trabalho desenvolvido pelo CAE fosse melhor divulgado para a comunidade escolar e a sociedade em geral, permitindo que as pessoas tenham conhecimento sobre as ações do conselho no programa.

Também é possível perceber que, para que mais agricultores sejam beneficiados com o programa, é preciso uma intervenção do poder municipal na criação de oportunidades de desenvolvimento local que afetem diretamente os mais necessitados no campo. Entre essas ações, a discussão coletiva sobre os principais desafios da agricultura familiar em relação à adequação sanitária dos alimentos minimamente processados de origem vegetal e os caminhos que devem ser traçados de acordo com as legislações e corpo técnico da Vigilância Sanitária.

Durante a entrevista com os atores sociais da Diretoria de Alimentos e Fiscais da VISA Estadual, é possível inferir que o contexto da palavra –“legislação” está relacionada à necessidade de atualização, divulgação, capacitação e ações relacionadas à legislação que sejam formativas e não punitivas, como mostra um dos princípios da RDC nº49, de 31 de outubro de 2013, criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual, em seu artigo 4º, prevê a harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária dos empreendimentos de produtos e serviços prestados por microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, considerando os costumes, os conhecimentos tradicionais e aplicando as boas práticas estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária.

É fundamental que a Vigilância Sanitária municipal e estadual articule propostas de educação sanitária para este setor regulado, para que esses pequenos produtores (agricultores familiares) tenham apoio para desenvolverem suas produções com segurança e comercialização de forma correta. É imprescindível compreender o tipo de capacitação que esse público necessita, apontar a busca de avaliar o conteúdo destas atividades que dialoguem facilmente com a legislação e a prática da manipulação de alimentos do produto artesanal dos agricultores familiares locais e também dos técnicos da vigilância sanitária que vão acompanhar este público. Sendo assim, é imprescindível verificar até que ponto a formação destes treinamentos seguem as recomendações de uma abordagem orientadora e que respeitam as práticas culturais no cenário de produção de alimentos realizados por pequenos produtores. Outras estratégias para além de capacitações são necessárias para o fortalecimento destas ações, haja vista que em Nova Lima ainda deverá se discutir o futuro das inspeções de alimentos minimamente processados de origem vegetal pelos agricultores familiares locais, pesquisa apropriada para outro trabalho no

futuro, mas importante reflexão para os fiscais locais desde agora. Por isso, a Vigilância Sanitária Estadual, foi convidada para participar da entrevista deste trabalho, e começar uma discussão em conjunto.

Deve-se destacar a importância da participação social neste processo e o papel dos atores que estão ou estiveram à frente desta iniciativa na gestão pública municipal, que deverão abrir a discussão para representantes da agricultura familiar, EMATER e atores sociais do PNAE e outros diferentes atores em vários espaços. Participação que deve ser valorizada visto que estas ações envolvem uma série de parcerias e múltiplos atores, muito deles inseridos nesse diálogo coletivo. Além disso, mapear estes empreendimentos da agricultura familiar e conhecer a realidade local de cada região demandam conhecimento e diálogo de vários segmentos, que só será possível com a permanência da participação social. Conforme vimos no levantamento bibliográfico desta pesquisa, a agricultura familiar apresenta importância incontestável na contribuição ao desenvolvimento econômico do país, não somente na produção de alimentos, mas também na geração de emprego e renda, além de garantir a sustentabilidade do meio ambiente, preservando as características paisagísticas e melhorando a segurança alimentar. No entanto é importante a legalização sanitária das produções de alimentos artesanais e da agricultura familiar.

A pesquisa apresenta o desafio para a vigilância sanitária no alcance do produtor da agricultura familiar, ao que se refere ao conhecimento e atendimento à legislação sanitária para a legalização dos seus produtos. Entre as dificuldades para a legalização, ressaltamos que a regularização sanitária foi uma delas, identificada pelos entrevistados da VISA. As normas sanitárias foram consideradas um avanço, além de necessárias para a saúde e segurança alimentar. Entretanto há agricultores que ainda não conhecem as normas e os fundamentos da vigilância sanitária, o que dificulta o acesso às diversas políticas públicas voltadas para o incentivo à produção familiar. O maior desafio é dar equilíbrio a essa situação, para que as normas possam ser efetivamente aplicadas sem comprometer as possibilidades de acesso dos produtos dos agricultores ao mercado.

Através do estudo realizado, constatou-se que o atual momento é de transformação dos paradigmas no que se refere à busca pela regularização e atendimento às exigências da vigilância sanitária por parte da agricultura familiar. Sem dúvida, a adoção do estímulo à regularização materializada na RDC 49/2013 e na Resolução SES/MG n. 7426/2021 demonstrou que é possível a produção em menores escalas, com qualidade sanitária, adequação às normas e perspectiva real de inclusão no mercado. O que contribui para a visibilidade e formalização do pequeno produtor, além da expansão da produção de alimentos da agricultura familiar local.



O objetivo dessas ferramentas de normativas, como as RDCs mencionadas anteriormente, na vigilância sanitária visam a inclusão produtiva com segurança sanitária dos alimentos minimamente processados de origem vegetal dos agricultores familiares. Entende-se que a adoção de padrões de produção ainda que pareçam meros detalhes e entraves para uma comercialização mais dinâmica e livre pode ser uma potente ferramenta de desenvolvimento econômico para os agricultores. A longo prazo, após os investimentos iniciais de adequação, os produtos com qualidade padronizada poderão atender a diversos tipos de mercado consumidor com seus diversos perfis e demandas. Ou seja, um produto com qualidade sanitária tem valor agregado e tem “portas abertas” para sua comercialização mais ampla.

Entretanto a mudança de paradigma ainda não foi totalmente alcançada, pois há, ainda, agricultores que não se adequaram, o que demandará, principalmente dos serviços de vigilância sanitária, contínuas ações educação sanitária e disseminação dos conceitos pertinentes às legislações sanitárias. Assim, a vigilância sanitária deve ser reconhecida muito além de prevenir riscos e evitar que as pessoas fiquem doentes, mas também como agente de desenvolvimento, capaz de estimular o mercado formal e auxiliar na distribuição de renda.

Outro desafio é como lidar com a dicotomia entre os atores responsáveis pelo processo de implementação das ações. Dicotomia que tem como base o debate sobre o que é risco sanitário no cenário em pequena escala de alimentos e como fiscalizar sem flexibilizar o risco sanitário destes pequenos produtos artesanais. É preciso contextualizar a avaliação do risco sanitário caso a caso e compreender as várias dimensões da qualidade em cada etapa da produção destes alimentos, assim como equilibrar os critérios de higiene de acordo com a realidade econômica, social e cultural dos agricultores familiares locais. Os produtores locais com DAP que conseguiram participar recentemente de forma inédita da chamada pública do PNAE de Nova Lima, fornecem alimentos in natura que são dispensados de licença sanitária, mas se esses agricultores ou novos produtores com DAP começarem a produzir alimentos minimamente processados de origem vegetal, e forem contemplados nas próximas chamadas públicas será necessário diálogo entre agricultura familiar e Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual para regulação desses alimentos. Assim, para que a Vigilância Sanitária de Nova Lima consiga essa expertise neste novo cenário de fiscalização é necessário articulações apoiadas pela gestão pública municipal em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual, EMATER e agricultores familiares locais.

Promover a inclusão produtiva com segurança sanitária dos agricultores familiares locais e potenciais participantes do PNAE é uma tarefa difícil e não deve ser responsabilidade apenas

dos fiscais de Vigilância Sanitária, pois envolve fatores que conferem alta complexidade a este processo. A intersectorialidade, a partir de políticas públicas e atores sociais, é um caminho necessário para trilhar estas ações, entretanto é preciso vencer os desafios do PNAE e conquistar uma parceria entre os principais atores responsáveis pela implementação desse programa e inserção ampliada da agricultura familiar local e regional. É inegável a importância que essas iniciativas têm para a promoção da saúde, a partir da garantia da segurança sanitária, alimentar e nutricional à população e da inclusão socio produtiva destes agricultores. Portanto, é relevante estimular a criação de reuniões municipais sobre o tema, incluir a necessidade na agenda pública municipal, para que este debate alcance a sociedade civil, diferentes atores e órgãos locais, criar conselhos municipais com participação popular e um representante de cada grupo de atores sociais do PNAE e instituições envolvidas, assim as ações irão atender às necessidades da região, uma vez que o debate sobre risco sanitário deve considerar a qualidade, os sabores, o saber-fazer e os diversos fatores envolvidos na produção dos alimentos da agricultura familiar.

Enfim, percebe-se que o PNAE em Nova Lima agrega características que nos permite afirmar que ele pode mobilizar forças na comunidade para criar ações de desenvolvimento local. Como já discutido neste trabalho, a possibilidade de dispensa do processo de licitação em prol de uma chamada pública mais suave e menos burocrática para os agricultores locais, que já foi iniciada com sucesso, permite que possam haver ações de inclusão desses e de outros pequenos produtores.

O PNAE coloca em prática anos de reivindicação dos agricultores familiares. O fato dos recursos serem constantes possibilita um fluxo econômico seguro nas pequenas comunidades, retendo parte desses recursos públicos na região. Entretanto, para isso é preciso agentes públicos engajados, que possam colocar em prática essa política, conforme seus preceitos, em uma perspectiva inclusiva. Conforme identificamos ao longo da pesquisa, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado uma das mais relevantes políticas públicas brasileiras por sua capilaridade, longevidade e concepção. O PNAE passou por processo de aprimoramento a partir da publicação da Lei 11.947/2009 que se desdobrou na obrigatoriedade de cardápios saudáveis, culturalmente referenciados e com inclusão de produtos da agricultura familiar.

Essa dissertação possui experiência de pesquisa-ação realizada com o objetivo de analisar como ocorre aquisição e fornecimento de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar e como o aumento dessa aquisição pode fomentar o PNAE no município, promover processos organizativos e incentivar ações de educação e comunicação entre os atores do PNAE

de Nova Lima. A pesquisa também teve como propósito promover ações em rede, a partir da compreensão das demandas e iniciativas identificadas na pesquisa-ação das entrevistas com os atores sociais do PNAE e fiscalizações da VISA em conjunto com CAE, visando reflexões para qualificar e ampliar a inserção de alimentos da agricultura familiar e agroecológicos na alimentação escolar e fortalecer a capacidade de comunicar os benefícios da agricultura familiar local na promoção da alimentação saudável e na interação entre campo e cidade. Lembrando a metodologia da pesquisa, o trabalho utilizou a abordagem da Pesquisa-Ação, modalidade de pesquisa qualitativa que se organiza a partir de uma perspectiva de superação da separação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, uma vez que é construída e desenvolvida em torno de ação em que pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

O breve relatório de pesquisa resulta em um produto educativo que será apresentado em forma de infográfico (Apêndice H – Produto Educativo Infográfico) e poderá ser disponibilizado em reunião de teleconferência para apresentação e em PDF no site do município de Nova Lima e ser divulgado para representantes do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar - CECANE do Instituto Federal Sul de Minas - IFSULDEMINAS, para divulgação em municípios mineiros do campo e da cidade que possuem PNAE. O infográfico em forma de cartilha simples estará disponível também para impressão. Pretende-se com este produto educativo apresentar de forma dinâmica, resumida, os principais desafios do PNAE, que por sua vez permite desenvolver ações do programa mais focais e efetivas em relação aos problemas encontrados, sendo um recurso educativo didático, moderno e que poderá auxiliar o conhecimento dos conteúdos, esquema da pesquisa de forma simples e fácil compreensão.

Traçaremos um breve planejamento para o PNAE de Nova Lima, melhorar a aquisição de gêneros da agricultura familiar local e regional, sendo assim, sugere-se em curto, médio e longo prazo.

### **Curto Prazo:**

Com a imposição da nova regra de compra prevista pela Lei nº 11.947/2009, o PNAE abriu um canal de acesso bastante atrativo ao mercado institucional de alimentos a um público historicamente excluído desse processo, por meio da adoção de processos licitatórios simplificados, como as chamadas públicas. No entanto, a efetivação dessa regra não esteve isenta de tensões e dificuldades. O município precisa se adaptar para absorver em seus processos

administrativos as novas sistemáticas de compra estabelecidas em lei. Esse processo de aprendizado é refletido na participação da agricultura familiar nas compras públicas do PNAE.

Embora os dados dessa pesquisa indiquem que a média municipal se restringe no máximo ao mínimo previsto de 30% dos repasses do FNDE, e nem sempre Nova Lima alcança o mínimo estabelecido por lei, é possível perceber um aumento gradativo ao longo dos anos, mas só para alcançar o mínimo preconizado por lei. Enquanto em 2011, primeiro ano contemplado nesta análise a vigência da lei, essa média foi de apenas 21,39 % de aquisição de alimentos da agricultura familiar, 2015 ela alcança o mínimo de 31,72% o que representa R\$ 283.427,12 (duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos) negociados diretamente com agricultores familiares e suas organizações coletivas. Dessa forma sugere-se em curto prazo:

- Convidar todos os atores sociais para apresentação desta dissertação e infográfico a usar as informações da dissertação bem como seu produto educativo o infográfico, para ter uma percepção geral da aquisição de alimentos da agricultura familiar do PNAE municipal, pensando em como cada um pode contribuir para aumentar a aquisição desses produtos no âmbito local;
- Após apresentação desta pesquisa, estabelece um convite aos atores sociais do PNAE combinar encontros periódicos, com cronogramas para melhorar o funcionamento e comunicação do PNAE em todos os âmbitos, especialmente em relação a maior participação da agricultura familiar local e regional nas chamadas públicas do PNAE;
- Durante o planejamento das chamadas públicas, estabelecer diálogo entre todos os atores sociais antes da divulgação, especialmente com a EMATER haja vista a parceria e contribuição desta empresa na assistência técnica e apresentação de mapas de produção da agricultura familiar local e regional. Lançada a Chamada Pública do PNAE realizar ampla divulgação por programas de rádio locais e regionais, carros de som que percorrem as três regionais do município; site da prefeitura municipal e outros meios de comunicação;
- A Secretaria de Educação deve se encarregar de estabelecer uma relação de maior proximidade entre diretores, serventes escolares, nutricionista e CAE a fim de gestar a mudança dos cardápios das escolas, com a inclusão de gêneros produzidos pela agricultura familiar e, simultaneamente, com a adoção de opções alimentares mais saudáveis como mais frutas, legumes e verduras da agricultura familiar e menos produtos alimentícios industrializados. Desse ponto de vista, pode-se considerar que a Secretaria

de Educação funcionará como a ponte que liga escolas e agricultores familiares locais, além de apresentar os benefícios da aquisição de alimentos locais na organização social da agricultura familiar no município.

### **Médio Prazo:**

A principal categoria identificada na pesquisa envolve a relação entre PNAE e agricultura familiar referente à questão das compras públicas, correspondendo à verificação da situação dos atores sociais e à problematização de particularidades existentes quanto ao atendimento da regra de compra de produtos da agricultura familiar prevista pela Lei nº 11.947/2009, em seu artigo 14.

Em todos os anos observados nessa pesquisa (entre 2011 a 2019) referente à aquisição de alimentos da agricultura familiar em Nova Lima percebe-se como o alcance do mínimo exigido de compra de 30% da agricultura familiar tem se constituído, na prática, muito mais como um ponto de chegada do que como um ponto de partida. Os dados apontam para uma trajetória perceptível de elevação do percentual mínimo a médio do ponto de vista da legislação a nível municipal, mas, à medida que ele se eleva, novas tensões e necessidades de complementação institucional se mostram necessárias, dadas as heterogeneidades políticas, sociais e geográficas que marcam o território novalimense. Os estudos empíricos indicam uma quantidade considerável de fatores com potencial de impactar nos indicadores de desempenho do município e ganhar destaque nacional. O entendimento desses fatores pode servir de orientação para o planejamento do programa em seus diversos níveis de execução, na medida em que o simples uso do instrumento de chamadas públicas não garante a formalização dos contratos de compra junto aos agricultores. Dessa forma para médio prazo aconselha-se:

- Melhorar a transparência dos dados referentes às compras públicas e destinação da verba do PNAE municipal e disponibilizar informações atualizadas nos portais de domínio público. Para tanto, os atores sociais do PNAE em especial a equipe de nutrição e setor financeiro deverão participar em conjunto da construção das informações dessas chamadas públicas até mesmo no que se refere aos repasses totais do PNAE, devendo dar publicidade das informações referentes ao processo de aquisição de gêneros alimentícios;
- Gestão municipal em conjunto com os atores sociais do PNAE deve criar estratégias para implementar depósito de alimentos/estoque, transporte e recursos

humanos para controle e recebimento de alimentos, ou seja, implementar e manter um sistema de controle de estoque dos gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar local e regional adquiridos com recursos do PNAE, para auxiliar a questão logística dos agricultores familiares locais e todas as escolas conseguirem ser contempladas com estes alimentos. Dessa forma a prefeitura auxiliará os produtores que enfrentam distâncias e problemas com transporte para fazer chegar seus produtos às escolas ou à unidade de Distribuição;

- EMATER apresentar o mapeamento de produção da agricultura familiar atualizado, de forma acessível a todos os atores sociais do PNAE para melhorar a articulação dos atores envolvidos na compra institucional de agricultura familiar regional e local. Dessa forma faz-se necessário que a EMATER disponibilize esse material em um compartilhamento dos bancos de dados, para uso do PNAE e outras políticas públicas e posteriores planejamentos em conjunto, visando dar visibilidade ao tema agricultura familiar.

### **Longo Prazo:**

A obrigatoriedade da destinação de um limite mínimo de 30% dos repasses financeiros federais para a aquisição de alimentos procedentes da atividade da agricultura familiar na ordem de prioridade de compra local, regional e nacional, deve ser vista como uma obrigatoriedade afim de proporcionar melhor alimentação aos estudantes da rede pública de ensino, introduzindo alimentos mais saudáveis e condizentes com o hábitos e a cultura alimentar local dos estudantes de Nova Lima; e promover novas dinâmicas de desenvolvimento a partir do estímulo à expansão e à diversificação produtiva da agricultura familiar regional e local. Conforme vimos ao longo da dissertação, o município cuja economia é essencialmente de matriz minerária, apresenta pouca atividade agrícola o que tende reverberar na pouca relevância política com o tema agricultura familiar. A partir das entrevistas, foi possível depreender que agricultores familiares têm a algum tempo suas atividades impactadas pela mineração e pandemia. Essa circunstância permite uma articulação de novas políticas públicas e possibilidades econômicas sustentáveis, que vão além das atividades mineradoras que tem prazo para acabar. Sendo necessário articulação abrangente e complexa a ser construída pelo poder público de Nova Lima para fomentar novas atividades econômicas, como por exemplo incentivar agricultura familiar local. Tal parceria assenta-se

numa diretriz fundamental que deve ser reiterada por todos os atores sociais do PNAE: o compromisso em comprar o máximo possível de produtos da agricultura familiar, não apenas atendendo à proporção de 30% prevista na Lei 11.947/2009, mas visando realizar, de modo mais integral, o “espírito” da lei, que fixa essa cota como patamar mínimo, isto é, como piso para a compra de alimentos da produção agrícola familiar, observando isso para longo prazo inspira-se em:

- Criação de uma política pública específica de agricultura para estabelecer parcerias entre a Secretaria de Educação e os atores sociais do PNAE, em conjunto com a EMATER, incentivando a aceleração de concessão de DAPs e, mediante cadastramento dos produtores, verificar quais alimentos estes podem prover às escolas ao longo do ano, juntamente com as necessidades semanais e mensais das escolas. A realização de um mapeamento específico de produtores do município de Nova Lima, a partir do qual se estimularia sua capacidade de oferta. Além disso, esse órgão específico da agricultura a ser criado pela gestão municipal, em parceria com a EMATER local, monitoraria de perto a situação documental dos produtores familiares, a fim de assegurar que, no momento de lançamento da chamada pública, o maior número possível deles possa participar;
- Melhorar a organização coletiva dos agricultores familiares de Nova Lima através de criação de associações comunitárias de agricultores em cada uma das regionais do município e a reunião dessas associações em uma Central de Associações. Para não serem prejudicados nos critérios de priorização estabelecidos pela Resolução nº 06/2020 do FNDE<sup>46</sup>, os produtores criariam uma Cooperativa que lhes permite participar do PNAE e atender aos requisitos da Chamada Pública. É a Cooperativa, registrada com uma DAP de pessoa jurídica emitida pela EMATER, quem responde à Chamada Pública. Portanto, os agricultores – desde que mantenham ativas suas respectivas DAPs de pessoa física – participam do programa sempre como produtores associados.
- Apoio da Prefeitura e Estado no suporte e diálogo entre Vigilância Sanitária Estadual e Municipal referente a orientações de emissão do Selo de Inspeção Municipal - SIM para produtos da agricultura familiar haja vista que este selo, associado ao cumprimento de boas práticas, permitirá a comercialização dentro do município. Suporte do Estado com capacitações para os fiscais municipais referente às primeiras

---

<sup>46</sup>De acordo com o inciso III, do §4º, do artigo 35 da Resolução nº 06, as Centrais da Agricultura Familiar ficam em último lugar na ordem de priorização que leva em conta o nível de organização dos produtores, sendo esta a ordem: Grupos Formais, Grupos Informais, Fornecedores Individuais, Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar.

inspeções de produtos minimamente processados de origem vegetal, haja vista possibilidade desta nova demanda por parte dos agricultores familiares de Nova Lima. Vale dizer que, com a estruturação produtiva da agricultura familiar, os produtores passarão a escoar a produção também por outros canais de comercialização, que vão além das feiras locais envolvendo outras possibilidades como exemplo participação nas chamadas públicas municipais com alimentos minimamente processados de origem vegetal;

Essa organização, fortalecendo o papel político e econômico da agricultura familiar no município, encontra sua contrapartida, na esfera institucional, no conjunto das políticas públicas ofertadas pela prefeitura aos agricultores familiares. A maioria dos entrevistados fez referência a essas políticas, mesmo aqueles que não estavam diretamente ligados à agricultura, deixando claro, portanto, o papel-chave que se atribui a elas na execução do PNAE em Nova Lima. No município, observou-se um consenso entre os atores institucionais envolvidos na execução local do PNAE a respeito da pertinência da inclusão da agricultura familiar no programa, declararam reconhecer a importância do dispositivo legal e relataram os esforços que a municipalidade envidou para cumpri-lo. As razões apontadas para os problemas de execução que acabaram por comprometer os resultados relacionavam-se, como foi visto, a condições e problemas concretos na: desarticulação institucional, falta de canais de diálogo da administração municipal com os atores sociais do PNAE, desorganização/desinformação embora aparente estímulo dos agricultores familiares locais em participar do programa, limitação da capacidade produtiva etc.

Da mesma maneira, embora algumas das dificuldades referentes à expansão da compra da agricultura familiar citadas por entrevistados ligados à esta pesquisa municipal coincidam bastante com as circunstâncias que inviabilizam a aquisição previstas na lei 11.947/09, que embasam a dispensa justificada da regra dos 30%<sup>47</sup>, os atores sociais do PNAE de Nova Lima não evocaram, nas entrevistas, essa autorização legal como motivo para justificar o não atingimento da cota de compras de alimentos da agricultura familiar. Dito de outro modo, eles reconheceram o baixo desempenho nessa vertente do PNAE como um problema de operacionalização de política pública em âmbito local.

Nesta reflexão, busca-se sintetizar os principais achados da pesquisa, bem como delinear possíveis medidas de aperfeiçoamento do PNAE de Nova Lima. As informações levantadas e as

---

<sup>47</sup>Impossibilidade de emissão de documento fiscal, inviabilidade de fornecimento regular dos alimentos e observância das condições sanitárias (Res. 06/2020, art. 14, § 2o).



análises realizadas durante o período avaliativo levaram a uma série de achados sobre o programa e à proposição de algumas recomendações para o aperfeiçoamento da política pública de alimentação escolar.

Quanto às limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade na obtenção e tradução dos dados financeiros das compras da agricultura familiar para a alimentação das escolas municipais referente ao período de 2011 a 2019 referente às Chamadas Públicas investigadas. Tivemos dificuldade para acessar os dados públicos nos canais institucionais, sites e portais oficiais e até no portal da transparência (referente às chamadas públicas). A pesquisadora mesmo estando diretamente inserida na máquina pública, conclui que o processo de busca de informações era complicado, inacessível e muitas vezes sem resultados positivos.

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo foi o de analisar a operacionalização do PNAE e a aquisição de alimentos da agricultura familiar, não foi possível aprofundar a análise do Programa do ponto de vista dos beneficiários, neste caso, dos alunos. Desta forma, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas analisando o PNAE em Nova Lima a partir da perspectiva dos alunos, ampliando-se também para comunidade escolar local.

A partir dos achados da pesquisa, é necessário desenvolver uma cultura cívica na região, aumentando o capital social, para que políticas como o PNAE possam trazer resultados positivos aos seus beneficiários e à comunidade local. Compreendemos que a cultura social de Nova Lima está permeada por falta de informações e incentivo do agricultor familiar. A apresentação da aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda se limita a valores monetários, e o saber dos agricultores é irrelevante, inclusive para aqueles que deveriam estar na linha de frente de sua defesa. Lembrando os referenciais teóricos da Educação do Campo, o Estado é muitas vezes visto, como inimigo dos camponeses e estes agricultores estão desprotegidos. Ainda há contas a fechar, financeira e historicamente.

Neste aspecto, a discussão sobre capital social aliada a uma vertente dialógica, como defende Paulo Freire (2005), é urgente. O diálogo só acontece com aqueles que estão dispostos a negociar e aptos à conversa; na mesma esteira, para o capital social se desenvolver, é preciso uma primeira ação. Identificamos na pesquisa que Nova Lima tem um histórico de luta, nas vozes dos poucos agricultores familiares com DAP o que demonstra um tipo de capital social comunitário, precisando, todavia, fortalecer os laços de confiança com a administração pública que, por outro lado, precisa ter uma atitude de convocar/organizar/construir um novo ambiente de trabalho. Sendo assim, estamos no dilema? Se a prefeitura não se manifestar, não haverá compras? Como podem, então, os agricultores e agentes locais mudarem o cenário?

Torna-se imprescindível mencionar a necessidade de uma ação institucional do Governo Federal que seja mais eficaz na fiscalização das prefeituras que não cumprem o art. 14 da lei 11.947/2009, cobrando explicações e provas mais concretas sobre a falta de compras dos gêneros dos agricultores familiares. Os agricultores podem se mobilizar para cobrar tais questões. Os atores sociais do PNAE precisam dialogar mais com os agricultores e ouvir o que eles têm a dizer sobre sua produção, ofertar formações mais condizentes com a realidade dos agricultores familiares, exigir da assistência técnica um estudo direcionado para uma aproximação com o modo de produção dos agricultores, fazendo com que esses profissionais tenham humildade para entender que o saber popular é tão importante quanto o saber acumulado por eles na academia.

Enfim é preciso levar em consideração a cultura dos agricultores, a maneira como lidam com o mercado, como percebem a alimentação e como estruturam suas finanças. É urgente que haja o seu envolvimento em todos os processos; que eles, enquanto categoria social, não sejam vistos como ignorantes que precisam aprender para poder vender. Não devem ser vistos, muito menos, como tábula rasa, que nada sabem e necessitam de aprendizagem de tudo, não levando em consideração seu modo de vida e impondo um novo jeito de gerir sua lavoura, sem considerar seus sentimentos e suas virtudes. Lembrando bases teóricas da Educação do Campo, o agricultor precisa ser envolvido como protagonista do processo e não como espectador.

Entretanto, recentemente o PNAE de Nova Lima conseguiu incluir os produtos in natura de origem vegetal dos agricultores locais e estabelecer laços de confiança. Tanto EMATER, nutricionistas e os agricultores que participaram deste diálogo mantiveram a relação até as chamadas públicas e espera-se que esse elo seja ampliado em novas políticas de aquisição de produtos da agricultura familiar local. A experiência mostra que é possível realizar mudanças nesse cenário. Para isso, novas formas de se relacionar com o campo precisam ser engendradas. Os conceitos negativos sobre a agricultura familiar precisam ser desconstruídos. E isso é papel de todos começando por esta pesquisa.

Ainda que as características regionais e locais possam influenciar no funcionamento da política e até mesmo impactar nos resultados do programa, é imensurável a contribuição do PNAE no cotidiano da escola pública e seus desdobramentos para a comunidade escolar de Nova Lima. Sua interrupção, portanto, não é cogitada na esfera governamental. Entretanto, a política ainda apresenta fragilidades e desafios que precisam ser trabalhados para minimizar as dificuldades encontradas pelos atores sociais para melhor execução do PNAE de Nova Lima em todos os âmbitos, especialmente na aquisição de alimentos da agricultura familiar local. Neste sentido, ressaltamos a importância de outras pesquisas com viés para a análise e avaliação da

política nacional de alimentação escolar, em seus diferentes eixos de atuação, dialogando com a inclusão produtiva com segurança sanitária de alimentos da agricultura familiar e fiscalização da do cumprimento da lei federal a fim de aprimorar as ações do PNAE e contribuir para a sua melhoria e incentivo aos camponeses, agricultores familiares nas diversas regiões do país.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para formulação da política brasileira de desenvolvimento rural**: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília, NEAD/IICA, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, Anpocs, Unicamp, 1992. *apud* REIS, Sam Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: o PNAE na região do alto tietê - sp. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós- Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde29112016170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0641.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0641.pdf). Acesso em 20 set. 2020. Acesso em: 04 nov. 2021.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em 02 fev. 2019.

ALBERGONI, L. PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**. V. 33, n. 1 (ano 31), p. 31-53, jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/8546>. Acesso em: 01 jun. 2020. Acesso em: 14 jul. 2021.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALVARENGA, André S.; MORAES, Marcelo F. **Utilização de imagens LANDSAT**: 8 para caracterização da cobertura vegetal. 8 para caracterização da cobertura vegetal. 2014. Editora MundoGeo. Disponível em: <https://mundogeo.com/2014/06/10/processamento-digital-de-imagens-landsat-8-para-obtencao-dos-indices-de-vegetacao-ndvi-e-savi-visando-a-caracterizacao-da-cobertura-vegetal-no-municipio-de-nova-lima-mg/>. Acesso em: 03 maio 2021.

ANDRADE, L. T. Segregação socioespacial e vida cotidiana: o caso dos condomínios fechados. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Editora, 2002. *Apud* PEIXOTO, Monica Campolina Diniz. Expansão urbana e proteção ambiental: um estudo a partir do caso de nova lima /mg. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11., 2005, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Anpur, 2005. p. 1-13. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/352.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ANTUNES-ROCHA, M. I. Da escola rural à Educação do campo: construindo caminhos. In: **Educação rural e do campo**. CARVALHO, C. H. de.; CASTRO, M. de. (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2014. 260p.

Bardin, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 *apud* LEAL, Alida Angelica Alves; RIBEIRO, Luiz Paulo. Práticas religiosas, COVID-19 e campesinato: uma análise em dois momentos da pandemia a partir de um projeto de extensão. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, p. 1-24, 2020. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10818>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10818/18000>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELIK W, MALUF R. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: Unicamp; 2000. p. 37-63.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde Soc**. 2003;12(1):12-20 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: o PNAE na região do alto tietê -

sp. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016-170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão; WEIS, Bruno. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como Instrumento de Promoção do desenvolvimento Local**. 2009. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf). Acesso em 28 nov. 2019 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do alto tietê** - sp. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, CALDART, R. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BESERRA, Raquel. Educação popular e práticas extensionista na cooperação no campo: a Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE), em Canindé. Fortaleza: Premius, 2014 *apud* SANTOS, Alice Nayara dos. **Quando o agricultor não chega á escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016\\_tese\\_ansantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016_tese_ansantos.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

BEZERRA, Carolina Cavalcanti. **Comunicação e educação: infografia como alternativa para o ensino à distância**. 2010. 55f. Monografia (Especialização em Novas Tecnologias na Educação), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13253/1/PDF%20%20Carolina%20Cavalcante%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

BEZERRA, José Arimatea Barros. (Coord.). PROJETO ALINE. **Práticas Alimentares nordestinas: estudo sobre alimentos tradicionais dos estados do Ceará e Piauí – relatório técnico**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Universidade Federal do Ceará, 2012 *apud* SANTOS, Alice Nayara dos. **Quando o agricultor não chega á escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016\\_tese\\_ansantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016_tese_ansantos.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

BICALHO, D.; LIMA, T. de M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 15, p. e52076, out. 2020 <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076> . Acesso em: 09 dez. 2020. *Apud* FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Execução do PNAE durante a pandemia**. 2021. Elaborada por UNIRIO. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoeprogramas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy\\_of\\_PNAEemtempoedepandemia.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoeprogramas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_PNAEemtempoedepandemia.pdf). Acesso em: 04 nov. 2021.

BONAMIGO, C. A. **Possibilidades de interlocução entre educação do campo e desenvolvimento regional**. X ANPED SUL: Florianópolis, 2014.

BOSQUILIA, S. G. C. de C., PIPITONE, A. P. A importância da soberania alimentar no âmbito do Conselho de Alimentação Escolar no município de Piracicaba (SP). **Segurança Alimentar E Nutricional**, 26, e019009. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v26i0.8650838> Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escolar aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 2 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007/2009/lei/11947.htm).> Acesso em :12 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Brasília: MEC; 2009b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacaoescolar>>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto nº DECRETO Nº 10.688, DE 26 DE ABRIL DE 2021, de 27 de abril de 2021. Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais... **Diário Oficial da União**: DECRETO Nº 10.688, DE 26 DE ABRIL DE 2021. 77. ed. Brasília, DF, 26 abr. 2021. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.688-de-26-de-abril-de-2021-316016356>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Lei 13.317, de 24 de setembro de 1999. **Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais**. Disponível em <[http://www.saude.mg.gov.br/atos\\_normativos/legislacaosanitaria/CodSaude2006.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacaosanitaria/CodSaude2006.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Lei 8080/1990, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Alimentação saudável e sustentável**. Eliane Said Dutra [et al]. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/alimet\\_saud.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/alimet_saud.pdf)>. Acesso em: 08 abr.2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. 2013.v.18, n.4, p.927-935. Disponível em: 170051/publico/samira.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Portaria ANVISA nº 2.051, de 8 de novembro de 2001. **Norma Brasileira de comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras**. Disponível em <<http://portal.saude.rj.gov.br/Docs/paismca/portaria2051.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 321, de 26 de maio de 1988. **Estabelece padrões mínimos destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional**. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/atos\\_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentosde\\_saude/creches/portaria\\_0321.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentosde_saude/creches/portaria_0321.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009a**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em 28 de jul. de 2019.

BRASIL. Resolução CEE nº 449, de 1º de agosto de 2002. **Fixa normas para credenciamento e reconhecimentos de instituições escolares, autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos de educação básica e educação profissional e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/resolucao449.2002.htm>>. Acesso em 13 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 443, de 29 de maio de 2001. **Dispõe sobre a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/resolucao443.2001.htm>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Resolução RDC ANVISA nº 221, de agosto de 2002. **Regulamento Técnico sobre chupetas, bicos, mamadeiras e protetores de mamilo.** Disponível em <[http://www.saude.mg.gov.br/atos\\_normativos/legislacaosanitaria/estabelecimentosdesaude/](http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacaosanitaria/estabelecimentosdesaude/)>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.** Disponível em: <<http://elegis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=12546>>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Resolução RDC nº 222, de 5 de agosto de 2002. **Regulamento Técnico para Promoção Comercial dos Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.** Disponível em <http://elegis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=1631>>. Acesso em 25 de set. 2020.

Brasil. 2013. Resolução-RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013 que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 16 out. 2018 *apud* SILVA, Mariane Rodrigues; MURTA, Nadja Maria Gomes. O marco sanitário na alimentação escolar: um estudo dos agricultores participantes do PNAE em Ladainha/MG. **Pubsaúde**, Diamantina, v. 3, p. 1-7, 2020. Editora MV Valero. <http://dx.doi.org/10.31533/pubsaude3.a027>. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2020/04/027-O-marco-sanit%C3%A1rio-na-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-um-estudo-dos-agricultores.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (org.). **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar**. 2015. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: [file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/cartilha\\_nacional\\_da\\_alimentacao\\_escolar\\_2015%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/cartilha_nacional_da_alimentacao_escolar_2015%20(2).pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASILIA. Ministério da Educação. Jornada de Educação Alimentar e Nutricional. **Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II 2019**. 2020. 3ª Edição. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13856-jornada-de-educa%C3%A7%C3%A3o-alimentar-e-nutricional-3%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BUZATTI, Israel. **Vista do prédio da Prefeitura de Nova Lima**. 2010. 1 foto. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/37761780>. Acesso em: 17 out. 2020.

CAMACHO, R. S. **A educação do campo no paradigma da questão agrária**: o projeto camponês de educação, N Membro do Grupo - Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

CAMPOS, C. E. A. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 569-584, 2003 *apud* LIMONGI, Jean Ezequiel; MENEZES, Eyre Carla de; MENEZES, Antônio Carlos de. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 4, n. 7, p.35-44, 2008. Disponível em: <http://seer.ufu.br/index.php/eia/article/download/1040/1040>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CARNEIRO, Ivone Maria de Melo. **Manual de Orientação aos Profissionais de Vigilância Sanitária e Trabalhadores de Creches e Pré-escolas**. Uberaba: Núcleo de Vigilância Sanitária da Superintendência Regional de Saúde de Uberaba/MG, 2016. 46 p. Orientações Gerais para Profissionais de Vigilância Sanitária e Trabalhadores de Creches e Pré-Escolas. Disponível em: [http://www.regularizacaosanitaria.com.br/Content/files/manuais/Manual\\_Orientacao.pdf](http://www.regularizacaosanitaria.com.br/Content/files/manuais/Manual_Orientacao.pdf). Acesso em: 03 out. 2020.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997, p. 70-82.

CARVALHO, Camila Maranhã Paes de. **Proposta de avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para municípios no estado do Rio de Janeiro**. 2012. 165 p. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e

Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Orientadora: Inês Rugani Ribeiro de Castro. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/5244/3849>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CASERO, Paloma Anós *et al* (org.). **COVID-19 NO BRASIL: impactos e respostas de políticas públicas**. São Paulo: Banco Mundial, 2020. 145p. Grupo Banco Mundial. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; WESTPHAL, Marcia Faria; ARAKI, Erica Lie; BÓGUS, Claudia Maria. School feeding programs' role in forming eating habits. **Revista Paulista de Pediatria**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 324-330, set. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-05822013000300008>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103058220130003000324&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103058220130003000324&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 17 set. 2020.

CHALITA, M. A. N. Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. **Agric.** São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2006 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do alto tietê - sp**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CHAVES, L.G.; BRITO, R.R. **Políticas de alimentação escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância- CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88p.

CHAVES, Lorena Gonçalves; SANTANA, Thais Cristina Mantovani; GABRIEL, Cristine Garcia; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 917-926, 13 jan. 2013. Trimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232013000400003>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232013000400003&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000400003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 set. 2020.

CHIRITESCU, V.; KRUSZLIKA, M. The Role of Family Farms to Ensure Food Security. *Scientific Papers Series Management, Economic Engineering in Agriculture and Rural Development*, v.15, p.103-108, 2015. Disponível em: <http://managementjournal.usamv.ro/> Acesso em 02 jul. 2019.

Coleção CONASS/Pro gestores. Tomo II, v. 6, **Vigilância Em Saúde**. 1º ed. – Brasília, 2007.

COSTA, Carlyanne do Nascimento. **Alimentação escolar e a inserção da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Codó/MA**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/costacnm.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

COSTA, Ediná Alves. Fundamentos da vigilância sanitária. In: COSTA, Ediná Alves (Org.). **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 11-36. ISBN 978-85-232- 0652-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 out. 2019.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS [EMATER-MG]. Relatório de Atividades de 2019. Belo Horizonte: EMATER, 2019. Disponível em: [https://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL\\_ATIVIDADE/relatorio\\_de\\_atividades\\_2019\\_versao\\_3.pdf](https://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL_ATIVIDADE/relatorio_de_atividades_2019_versao_3.pdf). Acesso em: 3 ago. 2021

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL DE MINAS GERAIS [EMATER-MG]. Relatório de Atividades – 2018. Belo Horizonte: EMATER, 2018. Disponível em: [http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL\\_ATIVIDADE/relatorio\\_de\\_atividades\\_2018\\_final.pdf](http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL_ATIVIDADE/relatorio_de_atividades_2018_final.pdf). Acesso em: 3 mar. 2019



ENCONTRO ESTADUAL DE SAÚDE, 3., 2013, Belo Horizonte. **Programa de Fortalecimento da Vigilância em Saúde em Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/SESMG/programa-de-fortalecimento-da-vigilancia-em-sade-em-minasgerais>. Acesso em: 14 out. 2020.

**ESTADO DE MINAS: Agropecuário**. Minas Gerais, 28 out. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuaria/2019/10/28/interna\\_agropecuaria,1096238/relevancia-das-familias-se-mantem-no-campo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuaria/2019/10/28/interna_agropecuaria,1096238/relevancia-das-familias-se-mantem-no-campo.shtml). Acesso em: 11 out. 2020.

FAEMG/SENAR. **Destaques do Censo Agropecuário 2017 em Minas Gerais**: IBGE mg informa. IBGE MG informa. 2019. FAEMG; SENAR MINAS; INAES; SINDICATOS. Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/Noticia.aspx?Code=19438&Portal=1&PortalNews=1&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R>. Acesso em: 28 set. 2020.

FAISQUEIRO. In: LÉXICO dicionário de português online. 2009. Disponível em: <http://www.lexico.pt/faisqueiro/>. Acesso em: 13 out. 2020.

FAO/INCRA (1994) Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: o PNAE na região do alto tietê - sp. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde29112016170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FAO/INCRA. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Brasília: INCRA/FAO: 1996 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: o PNAE na região do alto tietê - sp. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde29112016170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FERNANDES, I. L. C. Educação do Campo: a trajetória de um projeto de mudanças para os povos do campo. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 58-69, jul./dez. 2012.

FERNANDES, Michele de Souza dos Santos. Grupo de discussão e entrevista coletiva: a construção de dispositivos metodológicos em uma pesquisa discursiva. **Revista Abehache**, Brasil, v. 6, n. 4, p. 1-21, 2014. Semestral. Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <http://www.hispanistas.org.br/arquivos/revistas/sumario/revista6/186-206.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FERREIRA, F. de J.; BRANDÃO, E. C. **Educação do Campo: um Olhar Histórico, uma Realidade Concreta**. 2011. Disponível em < [http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413\\_546\\_publicP.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publicP.pdf) >. Acesso em 28 jun. 2020.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Execução do PNAE durante a pandemia**. 2021. Elaborada por UNIRIO. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy\\_of\\_PNAEemtemposdepandemia.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_PNAEemtemposdepandemia.pdf). Acesso em: 04 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 49ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005a.

FREITAS, Raquel; ANGELO, Pedro. **Condomínios podem ter alavancado IDH de Nova Lima, melhor de MG. G1 MG**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minasgerais/noticia/2013/08/condominios-podem-ter-alavancado-idh-de-nova-lima-melhor-de-mg.html> . Acesso em: 20 set. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Avanços e Desafios**. Brasília: Congresso Internacional de Alimentação Escolar: Construindo Caminhos para a Educação Alimentar e Nutricional. 2017. 29 slides, color. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar> nutricional. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); BRASIL. **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. Brasília: FNDE, ME, MDA, BRASIL, 2011.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programas/PNAE**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/>. Acesso em: 02 set. 2020.

GABRIEL, Cristiane Garcia. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Construção de modelo de avaliação da gestão municipal**. (Tese Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Florianópolis/SC, 2013. 254 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106997/320334.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GALANTE, Andréa Polo et al. Pesquisa nacional do consumo alimentar e perfil nutricional de escolares e Modelos de gestão e de controle social do programa nacional de alimentação Escolar (PNAE): instrumentos, coleta de dados e sistema de monitoramento. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 2, n. 1, p. 6-14, 2014.

GOMES, Carlos Alberto; QUINTINO, Nayara Dornela (Orgs.). **Instrutivo para execução e avaliação das ações de vigilância em saúde**: projeto de fortalecimento da vigilância em saúde em Minas Gerais. Belo Horizonte -. Disponível em: intranet. saude ov. r ... - instrutivo-para-e-educacao-e-avaliacao-... Acesso em: 14 out. 2013

GOMES, Elmo. **A História de Nova Lima**. Nova Lima. 2012. Disponível em: <http://historianovalima.no.comunidades.net/index.php?pagina=contactos>. Acesso em: 15 out. 2020.

HADDAD, S. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO. **Apresentação geral**. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2008/2009. 9 volumes. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/958.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

HUNGER, R.; PEPE, V. L. E.; REIS, L. G. da C. Inclusão produtiva com segurança sanitária de pequenos produtores na área de alimentos: um olhar a partir do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária em Debate, [S. l.]**, v. 8, n. 1, p. 62-70, 2020. DOI: 10.22239/2317-269X.01316. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1316> . Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cidades. 2017. Disponível em: <<http://http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=314480>>. Acesso em: 12 out. 2020.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. *Carta política da 18ª Jornada de Agroecologia*. Curitiba, 1 de setembro de 2019. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/2019/09/01/carta-politica-da-18a-jornada-de-agroecologia-reafirma-a-resistencia-popular/>. Acesso em 17 set. 2019.

KAUFMANN, JC. **A entrevista compreensiva**; um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio; revisão técnica de Bruno César Cavalcanti. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edefal, 2013.

KRAMER, S. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em Ciências Humanas. In: \_\_\_\_\_; FREITAS, M. T; SOUZA, S. J. (Org.). Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 *apud* FERNANDES, Michele de Souza dos Santos. Grupo de discussão e entrevista coletiva: a construção de dispositivos metodológicos em uma pesquisa discursiva. **Revista Abehache**, Brasil, v. 6, n. 4, p. 1-21, 2014. Semestral. Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <http://www.hispanistas.org.br/arquivos/revistas/sumario/revista6/186-206.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LA VIA CAMPESINA. La Via Campesina: international peasant movement. 2015. Disponível em: <http://viacampesina.org> apud COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 32, n. 19, p. 14-33, 2016. Ano 19. Dossiê. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4789/4109>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LA VIA CAMPESINA. **The international peasant's voice**. Zimbabwe; 2011. Acesso em 13 set. 2020. Disponível em: <http://viacampesina.org> apud COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 32, n. 19, p. 14-33, 2016. Ano 19. Dossiê. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4789/4109>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.  
LEAL, Alida Angelica Alves; RIBEIRO, Luiz Paulo. Práticas religiosas, COVID-19 e campesinato: uma análise em dois momentos da pandemia a partir de um projeto de extensão. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, p. 1-24, 2020. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10818>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10818/18000>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LIMA, Elinete Eliete de; SOUSA, Anete Araújo de. Alimentos orgânicos na produção de refeições escolares: limites e possibilidades em uma escola pública em Florianópolis. **Revista de Nutrição**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 263-273, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732011000200007>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732011000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000200007). Acesso em: 13 ago. 2020.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

] LOPES, Ellen. **Guia para elaboração dos procedimentos operacionais padronizados exigidos pela RDC nº 275 da ANVISA**. São Paulo: Livraria Varela, 2004.

LUCCHESI, Geraldo. **A vigilância sanitária no Sistema Único de Saúde**. In: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (Org.). **Cadernos de Textos da Conferência Nacional de Vigilância Sanitária**. Brasília: Anvisa, 2001. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/divulga/conavisa/cadernos/eixo2\\_texto05.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/conavisa/cadernos/eixo2_texto05.pdf). Acesso em: 05 out. 2020.

MALUF, R. **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. In MARQUES, Amanda de Andrade; FERNANDES, Maria das Graças Melo; LEITE, Ivonaldo Leite et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, mar. 2014, v. 23, n. 4, p.1329-1341. Trimestral. apud SANTOS, Alice Nayara dos. **Quando o agricultor não chega à escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016\\_tese\\_ansantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016_tese_ansantos.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

MENEGASSI, Bruna; ALMEIDA, Juliana Barros de; OLIMPIO, Mi Ye Marcaida; BRUNHARO, Marina Schiavinato Massei; LANGA, Fernanda Ramos. A nova classificação de alimentos: teoria, prática e dificuldades. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 12, p. 4165-4176, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.30872016>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n12/4165-4176/>. Acesso em: 10 out. 2020.

MINAS GERAIS. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. 2014. PDF. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG Nº 3.717, de 17 de abril de 2013. **Divulga o Edital nº 01/2013 de convocação para adesão ao Projeto de Fortalecimento da Vigilância em Saúde e dá outras providências**. Belo Horizonte. 2013. Disponível em:

[http://www.canalminassaude.com.br/moodle2/file.php/458/Leitura\\_complementar\\_unidade3/RESO\\_LUCAO\\_SESMG\\_N\\_3.717\\_DE\\_17\\_DE\\_ABRIL\\_DE\\_2013.pdf](http://www.canalminassaude.com.br/moodle2/file.php/458/Leitura_complementar_unidade3/RESO_LUCAO_SESMG_N_3.717_DE_17_DE_ABRIL_DE_2013.pdf). Acesso em: 17 out. 2020.

MÓDOLO, C.M. Infográficos: características, conceitos e princípios básicos. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, XXII. In **INTERCOM – Sociedade Brasileira De Estudos Interdisciplinares Da Comunicação**, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/r0586-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181 *apud* COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MORAES, Eliana Aparecida Silva de. O poder regulamentar e as competências normativas conferidas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 2, n. 1, Mar. 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13086>. Acesso em: 09 out. 2019.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MORISSAWA, M. **A História pela Luta da Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, M. e ZARTH, P. (Orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (História Social do Campesinato no Brasil). Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872012>. Acesso em: 08 out. 2019.p.57-81

OLIVEIRA FRANCO, G. N.; PINHEIRO LIMA, J. DE C.; SANTOS AVELAR, K. E. A Vigilância sanitária no contexto da agricultura familiar. **Multitemas**, v. 26, n. 62, p. 233-253, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/3127>. Acesso em: 21 nov.2021.

ONU/FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA. **Como evitar as doenças transmitidas pelos alimentos**. 1990. Tradução: Maria Angela Girioli. Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Higiene dos Alimentos – Textos Básicos**. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

PALUDO, C. **Da raiz/herança da Educação Popular à Pedagogia do Movimento e a Educação no e do Campo: um olhar para a trajetória da educação no MST**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 10 out. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **Geographia**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 177-204, 16 maio 2015. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/13702-53056-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PEIXINHO, Albaneide et al. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **Mundo Saúde**, v. 35, n. 2, p. 128-36, 2011.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909- 916, 2013.Popular, 2012.

PEIXOTO, Monica Campolina Diniz. Expansão urbana e proteção ambiental: um estudo a partir do caso de nova lima /mg. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Anpur, 2005. p. 1-13. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/352.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

PEREIRA, A. S. et al. Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela covid-19. **Braz. J. of Develop**. Curitiba, v.6, n.8, p. 63268-63282, ago. 2020. *apud* FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Execução do PNAE durante a pandemia**. 2021.

Elaborada por UNIRIO. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy\\_of\\_PNAEemtemposdepandemia.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_PNAEemtemposdepandemia.pdf). Acesso em: 01 dez.2021.

PINTO, Mariana Campos de Souza et al. **Arquivo Municipal de Nova Lima**. 2012. Trabalho Acadêmico (Disciplina: Tópico em Arquivos Especializados B) - Graduação em Arquivologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Slide.

RAMOS, Ana Maria Figueiredo. **Manual para funcionários na área de alimentação e treinamento para coqueiras hospitalares**. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do alto tietê - sp**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016-170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. 157 p. Disponível em: [file:///C:/Users/Vanessa/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O+VISA%20ESCOLAS%202021/VISA%20NAS%20ESCOLAS+MESTRADO%20c%20Maria%20Eduarda%201%202021/Entrevistas%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20sem.%202020/An%C3%A1lise%20Conte%C3%BAdo/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final%20ivro.pdf](file:///C:/Users/Vanessa/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O+VISA%20ESCOLAS%202021/VISA%20NAS%20ESCOLAS+MESTRADO%20c%20Maria%20Eduarda%201%202021/Entrevistas%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20sem.%202020/An%C3%A1lise%20Conte%C3%BAdo/Analise_de_conteudo_categorial_final%20ivro.pdf). Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTANA, Luciane Guirlanda. **Análise das Tendências de Expansão do Município de Nova Lima**. 2002. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) - Departamento de Cartografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/LUCIANE%20GUIRLANDA%20SANTA%20NA.PDF>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANTOS, Alice Nayara dos. **Quando o agricultor não chega à escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016\\_tese\\_ansantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016_tese_ansantos.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

SANTOS, Luana Ferreira dos. **Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela agricultura familiar: quadro teórico-analítico e evidências empíricas em territórios rurais**. 2020. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29317/1/Implementacaoprogramanacional\\_Santos\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29317/1/Implementacaoprogramanacional_Santos_2020.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. **Reflexão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: 2011. *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do alto tietê - sp**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016>. Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, Marcelo Loures dos (org.). **GUIA DO CURSISTA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SOBERANIA ALIMENTAR**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2020. 70 p. Este Guia integra o material didático das atividades de formação do projeto de extensão Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada de Professores da rede pública do Território dos Inconfidentes.

SCHMIDT, B; PALAZZI, A.; PICCININI C.A. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de Covid-19. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde No Contexto Social, vol. 8, no. 4, p. 960–966, 14 Out. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/luanaag.+15o+Artigo+Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005 *apud* REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do alto tietê - sp**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do CEAM*, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, fev. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do CEAM*, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, fev. 2005.

SCHWARTZMAN, Flavia *et al.* Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 33, n. 12, p. 1-15, 18 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n12/1678-4464-csp-33-12-e00099816.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

SILVA, A.P.F.; SOUSA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar no estado de Santa Catarina, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, nov./dez. 2013.v. 26, n.6, p.701-714 *apud* COSTA, Carlyanne do Nascimento. **Alimentação escolar e a inserção da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Codó/MA**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/costacnm.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SILVA, José G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP 1999.

SILVA, Mariane Rodrigues; MURTA, Nadja Maria Gomes. O marco sanitário na alimentação escolar: um estudo dos agricultores participantes do PNAE em ladainha/mg. *Pubsaúde*, Diamantina, v. 3, p. 1-7, 2020. Editora MV Valero. <http://dx.doi.org/10.31533/pubsaude3.a027>. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2020/04/027-O-marco-sanit%C3%A1rio-na>

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

TEO, Carla Rosane Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, set. 2012, v. 5, n. 25, p.657-668. Bimestral. *apud* SANTOS, Alice Nayara dos. **Quando o agricultor não chega à escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016\\_tese\\_ansantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21771/5/2016_tese_ansantos.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez; 1996 *apud* SOUZA, Danielle Costa de. **A Educação em Saúde na formação do Enfermeiro: um espaço emancipatório**. 2017. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/51/teses/871936.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez; 1996 *apud* SOUZA, Danielle Costa de. **A Educação em Saúde na formação do Enfermeiro: um espaço emancipatório**. 2017. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/51/teses/871936.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez; 1996 *apud* SOUZA, Danielle Costa de. **A Educação em Saúde na formação do Enfermeiro: um espaço emancipatório**. 2017. 138 f.

Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/51/teses/871936.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

TRICHES, R. M., & Schneider, S. (2012). Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 1, 66-106. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/349>. Acesso em: 02 ago. 2020.

TURPIN, Maria Elena. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, mar. 2009, v. 2, n. 16, p.20-42. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>. Acesso em: 23 maio 2020.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo**. Santa Maria/rs: UFSM, Nte, 2019. 147 p. Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Documents/BACKUP%20RECENTE/MESTRADO%20PROMESTRE%202019/1SEMESTRE%20DE%202019/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20prof%20Eliano/1%20orienta%C3%A7oes%20projeto%20para%20COEP/Textos%20diversos/Principio-e-concep%C3%A7%C3%B5es-da-educa%C3%A7%C3%A3o-no-campo-final-1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

Wagner, D., & Gehlen, I. 2015. A inserção da Agricultura Familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. *Revista Tempo da Ciência*, 22(43) *apud* SILVA, Mariane Rodrigues; MURTA, Nadja Maria Gomes. O marco sanitário na alimentação escolar: um estudo dos agricultores participantes do PNAE em ladainha/mg. **Pubsaúde**, Diamantina, v. 3, p. 1-7, 2020. Editora MV Valero. <http://dx.doi.org/10.31533/pubsaude3.a027>. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2020/04/027-O-marco-sanit%C3%A1rio-na>. Acesso em: 29 ago. 2021

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979.

WANDERLEY, Maria de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. p.37-57. In: **Reforma Agrária**. n.2 e 3, v.25, maio-dez, 1995.

## APENDICE A – Panorama de visitas da VISA, acompanhando CAE

**Panorama Visitas da Vigilância Sanitária acompanhando o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) nas escolas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Nova Lima**

**Local:** Nova Lima/Minas Gerais/Brasil

**Equipe:** Conselho de Alimentação Escolar – CAE de Nova Lima;

**Vigilância Sanitária de Nova Lima**

**Mestrado PROMESTRE – Linha de Pesquisa Educação do Campo**

**Outras observações pertinentes:** vistoria em conjunto para atender solicitação do Conselho de Alimentação Escolar, para fazer renovação e vistorias nas escolas e para contribuir na escrita e coleta de dados da Dissertação do PROMESTRE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob olhar da Vigilância Sanitária Municipal, na elaboração do Diagnóstico para o PNAE no município de Nova Lima e observação/na aquisição de alimentos da agricultura familiar, bem como os produtos fornecidos pelos mesmos e regiões.

Fonte: Autoria própria.



Data: 06/03/2020 – Reunião Prévia entre Vigilância Sanitária / CAE

Contextualização: Solicitação autorizada para Vigilância Sanitária participar das visitas nas escolas municipais com o Conselho de Alimentação Escolar/CAE do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE

A experiência (descrição) Após a solicitação formal do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, pedindo a presença de fiscais sanitários em conjunto com o CAE, ao Coordenador da Vigilância Sanitária-VISA e devido a importância que o setor da VISA entende na execução do mestrado do PROMESTRE, a pesquisadora que vos escreve e seu colega de dupla da Vigilância Sanitária foram liberados toda sexta feira para acompanhar o CAE nas escolas assistidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Recebemos do coordenador da VISA, o cronograma de atividades do CAE de 2020 de fevereiro a dezembro, com atividades de visitas as escolas, prestação de contas, organização interna e reunião. A princípio a VISA participará das visitas às escolas, mas veremos a possibilidade ao decorrer da pesquisa de participar das demais categorias do CAE, como ouvinte ou representante da VISA, afim de complementar os dados de pesquisa. Inicialmente fomos a Secretaria de Educação para uma reunião prévia com o CAE. Eles nos apresentaram a ficha de ocorrência de visita, o relatório de visita, ambos preenchidos durante a visita na escola e um modelo de ata que é realizado pós visita. Muito interessante a forma de planejamento documental do CAE, para organizar e legitimar suas visitas, no entanto, incomodou o fato do relatório de visita não mencionar nada em relação ao monitoramento de transporte e entrega de alimentos e sobre alimentos da agricultura familiar.

Cronograma de Atividades CAE 2020

Roteiro de Relatório de Visita CAE Nova Lima

Ficha de Ocorrência de Visita

Reflexões sobre a experiência Ficamos muito felizes tanto CAE quanto a dupla da VISA, em participar dessas visitas! Foi acordado com o coordenador da Vigilância Sanitária que teríamos que realizar a vistoria sanitária completa em todas as escolas municipais, ao acompanharmos o CAE. Como a vistoria do CAE costuma ser somente na área de alimentação escolar, para verificar o cumprimento da verba do PNAE destinada a educação, a tendência é a vistoria da fiscalização sanitária ser mais demorada. Teremos que alinhar nossa atuação conjunta ao longo do cronograma de atividades do CAE, para que possamos ao máximo estender a parceria com vistorias em conjunto e ampliar o olhar em relação ao bom funcionamento da escola, quanto ao uso da verba do PNAE, sem deixar a inspeção completa referente a vigilância sanitária de lado.

Aprendizagens Aprendizagem do dia: entender e respeitar o olhar diferente do CAE em relação a visita na Escola, que se diferencia da Vigilância Sanitária, haja visto que a vigilância tem um caráter impessoal, voltado ao foco e risco sanitário. O CAE, percebemos uma tendência na comparação entre escolas, sua direção, união de funcionários que para eles (CAE) causa impactos no funcionamento do PNAE. Desafio para vigilância sanitária, manter-se imparcial, nas visitas, na pesquisa e tentar seguir padrão de vistoria que demonstre a realidade sanitária em cada escola, sem sentimentalismo.

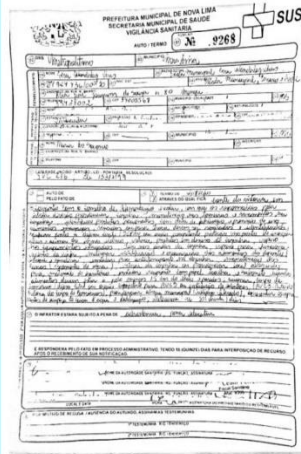
Fonte: autoria própria

Data: 06/03/2020 – Data referente a inspeção da Vigilância Sanitária em conjunto com o CAE

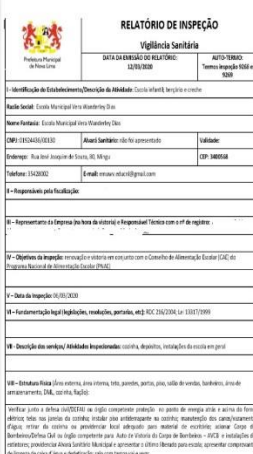
Contextualização: Visita na Escola Municipal Vera Wanderlei Dias – Bairro Mingu – Escola infantil, berçário e creche

A experiência (descrição)

Hoje foi a primeira visita em conjunto Vigilância Sanitária/VISA e Conselho de Alimentação Escolar/CAE. Saímos da Vigilância Sanitária às 8 da manhã, para encontrar membros e presidente do CAE na Secretaria de Educação. Nos apresentamos brevemente e fomos para Escola Municipal Vera Wanderlei Dias, que fica no Bairro Mingu, e foi recentemente reformada. No entanto, na vistoria in loco, percebemos vários problemas descritos na ata do CAE e no Termo de Inspeção da VISA. Decidimos fazer relatórios cada um seguindo sua rotina: o CAE preenchendo no local o roteiro do relatório de visita e a ficha de ocorrência da visita, que depois do suporte para eles elaborarem a Ata do CAE. A VISA lavra o Termo de Inspeção para escola, elencando as exigências, definindo prazo, para realizar relatório posterior a ser enviado para CAE e para o responsável da escola visitada. Algumas fotos também são tiradas, para ilustrar a situação crítica na escola e anexar ao registro fotográfico do relatório da Vigilância Sanitária.



Termo de Inspeção da VISA



Modelo Relatório Inspeção da VISA

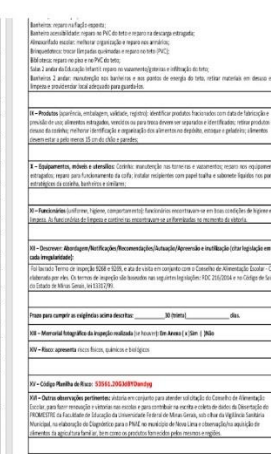


Foto cozinha – cano vazando (defeito)




Reflexões sobre a experiência

Entendemos que a lei do PNAE e a aplicação dos seus recursos é uma realidade bem diferente do que vimos nesta escola. Há muitos contrastes que convivem lado a lado. É preciso mais tempo para entender as profundas diferenças da teoria e prática na realidade das cozinhas escolares de Nova Lima. Somente a servente escolar parecia se preocupar com a atual situação. A diretora não nos deu muita atenção. Mas é preciso sermos racionais, não levarmos as vistorias para o lado emocional a partir das diferentes formas que somos recebidos por diferentes representantes de escolas em cada visita

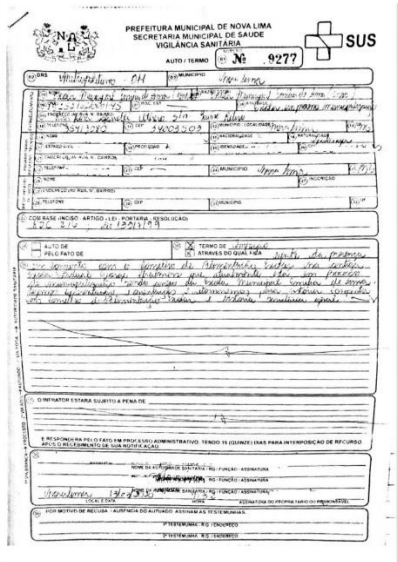
Aprendizagens

Escuta, olhar atento e capacidade de se abrir para o novo, segredo do aprendizado.

Fonte: autoria própria

| Data: 10/03/2020 - Data referente a inspeção da Vigilância Sanitária   |   |
|--|---|
| Contextualização: Visita na Escola Municipal Nancy Romani Duarte – Bairro Padre Osvaldo Barbosa Pena – Centro de Educação Infantil |   |
| <p><b>A experiência (descrição)</b></p>  | <p>Visita em conjunto Vigilância Sanitária/VISA e Conselho de Alimentação Escolar/CAE. Na Escola Municipal Nancy Romani Duarte, no bairro Padre Osvaldo Barbosa Pena, fomos acionados pela Vigilância Epidemiológica, devido suspeita de surto por água ou DTA (na ocasião não foram encontradas causas ocorridas entre os dias 21/02/2020 e 06/03/2020) e não houve alimentos com datas suspeitas por passar das 72 horas de coleta de amostras. Foi lavrado termo de Inspeção 9273 e ata de visita em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar CAE, elaborada por eles. Os Termos de inspeção são baseados nas seguintes legislações: RDC 216/2014 e no Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. O local foi classificado como não apto, apresenta riscos físicos, químicos e biológicos, a saber a estrutura física precisa de manutenção no pátio, salas e corredores, banheiro infantis, salas / berçários. Alguns produtos não estavam sendo armazenado de forma adequada, arejado e protegido do sol. Os funcionários encontravam-se em boas condições de higiene e limpeza.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"> <div style="text-align: center;">  <p>Termo de Inspeção da VISA</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Ocorrência de Visita do CAE</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Foto irregularidades encontradas</p> </div> </div> |
| <p><b>Reflexões sobre a experiência</b></p>  | <p>Em nossa expectativa tudo poderia acontecer nesse segundo dia de vistoria entre Vigilância Sanitária e o CAE, suspeita de surto de intoxicação alimentar, ausência de alimentos referente a data suspeitas, e várias irregularidades sanitárias nos esperando, um longo dia de vistorias e orientações sanitárias, que corroboraram para reforçar a importância da intervenção da Secretária de Educação Municipal, em relação ao contexto encontrado. Essa situação marca o início de uma visão mais atenta em relação a realidade sanitária na escola a merenda escolar fornecida, o funcionamento do PNAE e a distância de dialogo dos seus sujeitos.</p>   |
| <p><b>Aprendizagens</b></p>  | <p>Recebemos o que de melhor as pessoas (atores sociais do PNAE na escola) tinham para nos apresentar apesar de todas as dificuldades encontradas. Dar o seu melhor para solução de problema a cada dia</p>   |

Fonte: autoria própria

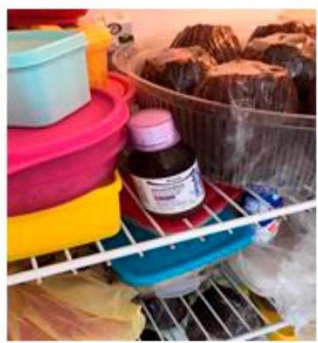
|  |  |
|--|--|
| <b>Data:</b> 13/03/2020  |  |
| <b>Contextualização:</b> Visita na Escola Estadual George Chalmers – anexo Escola Municipal Emília de Lima |  |
| <b>A experiência (descrição)</b>   | <p>Realizamos visita para futura vistoria em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na antiga Escola Estadual George Chalmers, que atualmente está em processo de municipalização, sendo anexo da Escola Municipal Emília de Lima.</p>  <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>Termo de Inspeção da VISA – Como não houve inspeção, haja vista que fomos conhecer uma Escola Estadual em processo de Municipalização, não há fotos.</p> </div>  |
| <b>Reflexões sobre a experiência</b>   | <p>Gostamos muito do convite fetiro pela diretora da Escola Estadual em processo de municipalização e de aproximar um pouco da realidade da merenda escolar fornecida por uma escola estadual em processo de municipalização, no entanto as questões sanitárias embora não tenham sido observado no instante d inspeção, foi possível perceber brevemente que algumas questões físicas deixam a desejar. É uma novidade para os atores envolvidos do PNAE (VISA e CAE) esse novo dialogo do PNAE com a escola estadual piloto em processo de municipalização</p>   |
| <b>Aprendizagens</b>   | <p>Compreender a realidade e diferenças entre a merenda escolar oferecida em escolas municipais e estaduais, evitando comparações no instante da inspeção. Entender que cada realidade tem suas dificuldades e desafios, no entanto, mudar o percurso do olhar e tentar perceber como as escolas municipais e estaduais vivem e aprendem com a sua realidade em especial no que tange a alimentação escolar saudável. Pretendem-se cultivar esse novo olhar e nos surpreender com os diferentes contextos e sua transição para o acesso ao PNAE na transformação da estrutura, manipulação e fornecimento de alimentação escolar adequada nesse processo de municipalização.</p> |

Fonte: autoria própria

Data: 13/03/2020 - Data referente a inspeção da Vigilância Sanitária  
Contextualização: Vistoria na Escola Municipal Dalva Cifuentes Gonçalves – Bairro Honório Bicalho – Escola Infantil

A experiência (descrição)

Após a solicitação formal do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, pedindo a presença de fiscais sanitários em conjunto com o CAE, realizamos vistoria em conjunto para atender à solicitação do Conselho de Alimentação Escolar, na ocasião foram lavrados, Termo de Inspeção 9278; 9279 e 9280, e ata de visita em conjunto com o CAE, foram descritos nos tópicos citados, pendências estruturais. Foi solicitado alvará sanitário municipal; registro de limpeza de caixa d'água e dedetização; registro de inspeção dos bebedouros, registro de manutenção das geladeiras. Alguns alunos relataram sujeiras nos pratos e talheres, fezes de pombos próximo ao refeitório. Encontramos várias irregularidades no local, contrariando a lei do PNAE, observamos que algumas serventes usavam uniforme com cores fora do padrão estipulado, notamos sujeira na cozinha, observamos materiais de limpeza na bancada além de canos e torneiras defeituosos. Ainda sobre o refeitório, o mesmo estava muito sujo, com predominância de mosquitos e pombos.



Medicamentos armazenados junto com alimentos e alimentos em contato direto com o chão

Ata do Conselho de Alimentação Escolar

Formulário de relatório de vistoria do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) Nova Lima, com campos para dados da escola, checklist de itens de inspeção e tabelas de observações.

Relatório de Vistoria do CAE

Reflexões sobre a experiência

Como fiscal sanitário e pesquisadora percebo como é a realidade da escola pública e seus desafios no que tange melhorias de estrutura física, equipamentos, acesso a informações referentes ao funcionamento do PNAE e a participação e diálogo de cada sujeito envolvido no programa. Até o momento não se encontrou em nenhuma escola apresentação de forma efetiva de aquisição de alimentos da agricultura familiar local e/ou regional. Quando se encontra existem desafios nos aspectos da rotulagem e condicionamento desses alimentos, essas questões tendem a dificultar a realidade almejada no aspecto teórico da execução do PNAE.

Aprendizagens

Dialogar com todos sujeitos envolvidos na execução do PNAE e aprender com trabalhar com fiscalização sanitária com concomitantemente com o campo de pesquisa, entender a realidade e praticar a observação, análise e levantamento dos dados para pesquisa.

Fonte: autoria própria

**Data:** 03/12/2021 - Data referente a inspeção da Vigilância Sanitária

**Contextualização:** Entrega de Kits de Alimentação Escolar do PNAE no Contexto de Pandemia COVID 19 – Escola Municipal Áurea Lima Taveira/CAIC

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| <p><b>A experiência (descrição)</b></p>     | <p>Após a crise sanitária sobre o PNAE, ocorreu a suspensão da alimentação escolar devido ao fechamento nas escolas, o que acarretou na suspensão das nossas vistorias em conjunto com CAE. No entanto, medidas de emergência foram adotadas por meio da lei nº 13.987 de 2020 que autoriza a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recurso do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Dessa forma, mensalmente a Secretaria de Educação de Nova Lima fornece os kits escolares. A Vigilância Sanitária compareceu para ver como funciona a entrega dos Kits de Alimentação Escolar no CAIC, constatando que: existe uma orientação de distribuição para as famílias; as entregas para os alunos do CAIC foram divididas por Letras; as famílias recebem lembretes sobre entrega dos kits; contempla 397 alunos dessa escola; os pré-requisitos para entrega dos kits são trazer documentação da mãe e criança, entrega de bloco de atividades escolares pedagógicas, sendo a entrega dos kits direito da criança matriculada. As dificuldades mencionadas pela escola é que existem pais que não buscam os kits, na chamada oficial e nas segundas chamadas, sobrando algumas cestas. Desafio para fornecer alimentos da Agricultura Familiar; alguns alimentos in natura frutas, legumes e verduras estragam rápido sendo para consumo imediato, houve uma entrega, mas sem sucesso, sendo priorizado no momento a polpa de fruta e o suco de uva integral.</p> |  |  |
| <p><b>Reflexões sobre a experiência</b></p> | <p>Percebo que a escola tem se adaptado adequadamente para entregar os kits/cestas básicas para os alunos matriculados. Essa alternativa de uso da verba do PNAE diante estado de pandemia, garante que os alunos com alguma vulnerabilidade social sejam contemplados com alimentação básica em casa, haja vista que nesse momento as aulas presenciais estão suspensas. No momento da presença da Vigilância Sanitária, para verificar a entrega dos kits observou que não havia distribuição de alimentos da agricultura familiar local e/ou regional, por ser alimentos de consumo imediato. Dessa forma, percebe-se a afirmação do desafio de contemplar alimentos da agricultura familiar na mesa dos estudantes, destacando a importância de um trabalho futuro multidisciplinar, para envolver e contemplar os sujeitos da agricultura familiar e uma alimentação mais saudável na vida dos alunos.</p>   |  |  |
| <p><b>Aprendizagens</b></p>                 | <p>Se reinventar diante a nova realidade de pandemia, garantir qualidade de vida para os sujeitos envolvidos no programa, especialmente os alunos e praticar a observação, estando sempre pré-disposto a mudanças e diálogos.</p>   |  |  |



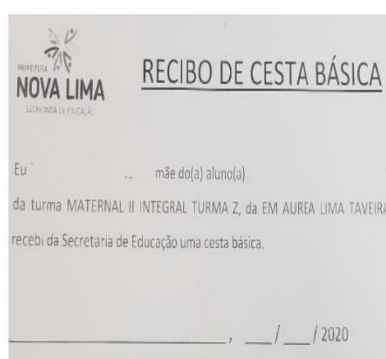
Kits do PNAE distribuídos durante a pandemia – alimentos especiais



Alimentos a serem distribuídos para os alunos matriculados no CAIC



Kit do PNAE por aluno



Modelo do Recibo de Cesta Básica



VISA observa a entrega dos kits

Fonte: autoria própria

## APÊNDICE B – Termo de consentimento informado, livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Dissertação do Programa Mestrado Profissional de Educação e Docência/PROMESTRE, da linha de Pesquisa Educação do Campo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Nome: \_\_\_\_\_

RG/CPF: \_\_\_\_\_

Este consentimento informado, explica a pesquisa, para a Dissertação do PROMESTRE, intitulada: *Repercussões do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com os agricultores familiares no Município de Nova Lima/MG: um olhar da Vigilância Sanitária para uma vida escolar saudável*, para a qual você está sendo convidado a participar.

Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar. Como estamos em momento de pandemia, a assinatura digital também será válida.

Aceito participar das entrevistas para Dissertação: *Repercussões do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com os agricultores familiares no Município de Nova Lima/MG: um olhar da Vigilância Sanitária para uma vida escolar saudável* – do PROMESTRE, referente a linha de pesquisa Educação do Campo, da FAE/UFMG.

A dissertação tem como objetivo geral analisar, sob olhar da Vigilância Sanitária, como acontece a compra e venda dos produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conhecido como merenda escolar, no município de Nova Lima-MG. Dessa forma, através da entrevista pretende-se focar principalmente o acesso dos agricultores familiares ao mercado da alimentação escolar nos limites da Lei 11.947/2009, segundo a qual o mínimo de 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar deve ser empregado em gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar. Dessa forma, através da entrevista, pretende-se:

- 1) Verificar como os agricultores familiares do Município de Nova Lima se envolvem com o PNAE;
- 2) Caracterizar a ação da gestão municipal e escolar na compra de alimentos advindos da agricultura familiar;
- 3) Verificar se a compra de produtos da agricultura familiar para a escola, tem contemplado a cultura alimentar local e regional e o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional;
- 4) Compreender as repercussões do PNAE em Nova Lima quanto ao cumprimento da legislação no que diz respeito aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar, priorizando local e regional;
- 5) Refletir nos resultados da pesquisa e propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar, no mercado da alimentação escolar, numa perspectiva municipal.

No processo de persecução dos objetivos, uma indagação serviu como orientação para a pesquisa e também como reflexão problematizadora: como, no município de Nova Lima/MG, acontece a inclusão dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE? Dela, deriva outra indagação não menos importante: caso essa inclusão não aconteça, como os agricultores familiares e os empreendedores rurais do município, ou da região poderão conquistá-la?

Fonte: autoria própria

Fui orientado(a) de que as informações obtidas nesta dissertação serão arquivadas pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e que este projeto/pesquisa, resultará em uma dissertação para conclusão do mestrado profissional realizado pela referida mestranda. Para isso:

(  ) Autorizo minha identificação    (  ) Não autorizo minha identificação

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para realização da Entrevista da Dissertação, estando de acordo.

Assinatura

---

Nova Lima, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2020.



**APÊNDICE C - Roteiro de entrevista compreensiva com EMATER/MG****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**(Representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais/EMATER de Nova Lima)**

- 1. Na avaliação de vocês quais seriam os fatores que impedem de uma certa maneira esse aspecto nutricional da qualidade do alimento e também o aspecto social não ser valorizado?**
- 2. Como a EMATER de Nova Lima descreve e avalia a sua participação no PNAE desse município?**
- 3. Existem órgão da prefeitura que pede orientação e apoio para vocês no quesito de aquisição de alimentos do PNAE, qual tipo de orientação e qual periodicidade?**
- 4. Qual abrangência do PNAE de Nova Lima no que se refere aos agricultores locais? Existe levantamentos com outros futuros agricultores e algum preparo?**
- 5. A EMATER recebeu algum retorno dos envolvidos do PNAE municipal quanto à indicação de fornecedores, por parte das secretarias municipais?**
- 6. Quais potenciais agricultores familiares locais de Nova Lima que poderiam futuramente fazer parte do PNAE e quais alimentos? Falta algo para que esses agricultores participem das licitações?**
- 7. Cite 3 aspectos que precisam melhorar para que a interação ente EMATER e o PNAE de Nova Lima seja mais efetivo e consiga abranger a participação de mais agricultores familiares locais.**
- 8. A respeito de pandemia, o site da EMATER/MG cita que está vinculado a redes sociais, diante desse cenário como tem sido a ação de agentes do município para manter as compras pelo PNAE especialmente da agricultura familiar, existe alguma sensibilização?**
- 9. observando esse movimento principalmente do município para distribuir kits de merenda escolar para criança de rede pública municipal, houve mudança da lei 13.987/20 autorizando a distribuição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE para as famílias da rede pública, nesse contexto gostaria de saber se houve procura pelos responsáveis do PNAE para orientação para aquisição desses alimentos?**

Fonte: autoria própria

**APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Compreensiva com Nutricionistas****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**(Equipe de Nutrição responsável pelo atendimento ao PNAE nas Escolas Municipais de Nova Lima)**

- 1. Como a Equipe de Nutrição de Nova Lima descreve e avalia a sua participação no PNAE desse município?**
- 2. Existe órgão/setor da prefeitura ou fora dela que são parceiros da nutrição no quesito de aquisição de alimentos do PNAE, desde seleção de alimentos da Agricultura Familiar para pensar nas chamadas públicas, até aquisição de alimentos em geral? Se sim, qual tipo de parceria/orientação e qual periodicidade?**
- 3. Caracterize a ação da gestão municipal e escolar na compra de alimentos da Agricultura Familiar: tem contemplado a cultura alimentar local e regional?**
- 4. Como é o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional no município? Existe alguma ação específica em diálogo com alimentos da agricultura familiar?**
- 5. Como está o PNAE em Nova Lima, quanto ao cumprimento da legislação no que diz respeito aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar, priorizando agricultura local e regional?**
- 6. Qual abrangência do PNAE de Nova Lima no que se refere ao fornecimento de alimentos de agricultores locais? Existe possibilidade de chamadas públicas que envolvam futuros agricultores familiares locais? Quais desafios?**
- 7. Cite 3 aspectos que precisam melhorar para que a interação entre nutrição e demais atores sociais do PNAE de Nova Lima seja mais efetivo e consiga abranger a participação de mais agricultores familiares locais.**
- 8. Diante o cenário de pandemia, como tem sido a ação de agentes do município para manter as compras pelo PNAE especialmente da agricultura familiar, existe alguma sensibilização?**
- 9. Observando esse movimento principalmente do município para distribuir kits de merenda escolar para criança de rede pública municipal, houve mudança da lei 13.987/20, autorizando a distribuição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE para as famílias da rede pública, nesse contexto gostaria de saber pontos positivos e negativos vivenciados pela equipe de nutrição neste contexto?**

Fonte: autoria própria

## APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Compreensiva com CAE

| <b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>   |  |
|--|--|
| <b>(Equipe do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do PNAE nas Escolas Municipais de Nova Lima)</b> |  |
| 1.   | Como a equipe do Conselho de Alimentação Escolar - CAE descreve e avalia a sua participação e gestão no PNAE desse município?  |
| 2.   | Existe órgão/setor da prefeitura ou fora dela que são parceiros do CAE no quesito de fiscalizar o fornecimento de alimentação de qualidade e recursos públicos do PNAE? Se sim, qual tipo de parceria/orientação e qual periodicidade?   |
| 3.   | Caracterize a ação da gestão municipal e escolar na execução do PNAE no que diz respeito a:<br>a. Recursos públicos nas escolas;<br>b. Fornecimento de alimentação de qualidade: tem contemplado a cultura alimentar local e regional?   |
| 4.   | O CAE possui alguma ação específica em diálogo com fiscalização/aquisição de alimentos da agricultura familiar?  |
| 5.   | Como a gestão do CAE percebe o PNAE em Nova Lima, quanto ao cumprimento da legislação no que diz respeito à aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar, priorizando agricultura local e regional?   |
| 6.   | Cite 3 aspectos que precisam melhorar para que a interação entre CAE e demais atores sociais do PNAE de Nova Lima seja mais efetiva e consiga abranger a participação de mais agricultores familiares locais.  |
| 7.   | Diante o cenário de pandemia, como tem sido a fiscalização do CAE referente às compras pelo PNAE especialmente da agricultura familiar, existe alguma sensibilização?  |
| 8.   | Observando esse movimento principalmente do município para distribuir kits de merenda escolar para criança de rede pública municipal, houve mudança da lei 13.987/20, autorizando a distribuição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE para as famílias da rede pública, diante a realidade gostaria de saber pontos positivos e negativos vivenciados pela equipe do CAE neste contexto? |

Fonte: autoria própria

## APÊNDICE F - Roteiro Entrevista Compreensiva com Agricultores Familiares

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### (Agricultores Familiares de Nova Lima com Declaração de Aptidão - DAP)

1. Caracterize sua história como agricultor familiar? Você se reconhece como produtor orgânico? Por que? <sup>1</sup>
2. Vocês já pensaram em se adequar como um sistema de produção orgânico? Se sim, quais são as formas e garantias para essa certificação?
3. Quais são os desafios gerais de ser agricultor familiar em Nova Lima?
4. Como é a produção dos agricultores familiares com DAP em Nova Lima? Quais as facilidades e desafios de se conseguir a declaração?
5. Vocês possuem alimentos minimamente processados? Por quê?
6. Conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE? Se sim, quando foi a primeira vez que ouviu sobre o programa?
7. Têm interesse em participar de futuras chamadas públicas do PNAE de Nova Lima? Se sim, quais motivações levaram para se interessar pelo PNAE?
8. Quais são os principais desafios para conseguir participar de chamadas públicas do PNAE?
9. Quando a mineradora realizou o alerta, retirando moradores do Bairro de São Sebastião das Águas Claras em 2019, devido ao risco de rompimento de barragem, qual impacto trouxe para a produção e vida dos agricultores familiares locais?
10. Quais impactos positivos e negativos da Pandemia do COVID 19, na produção da agricultura familiar?

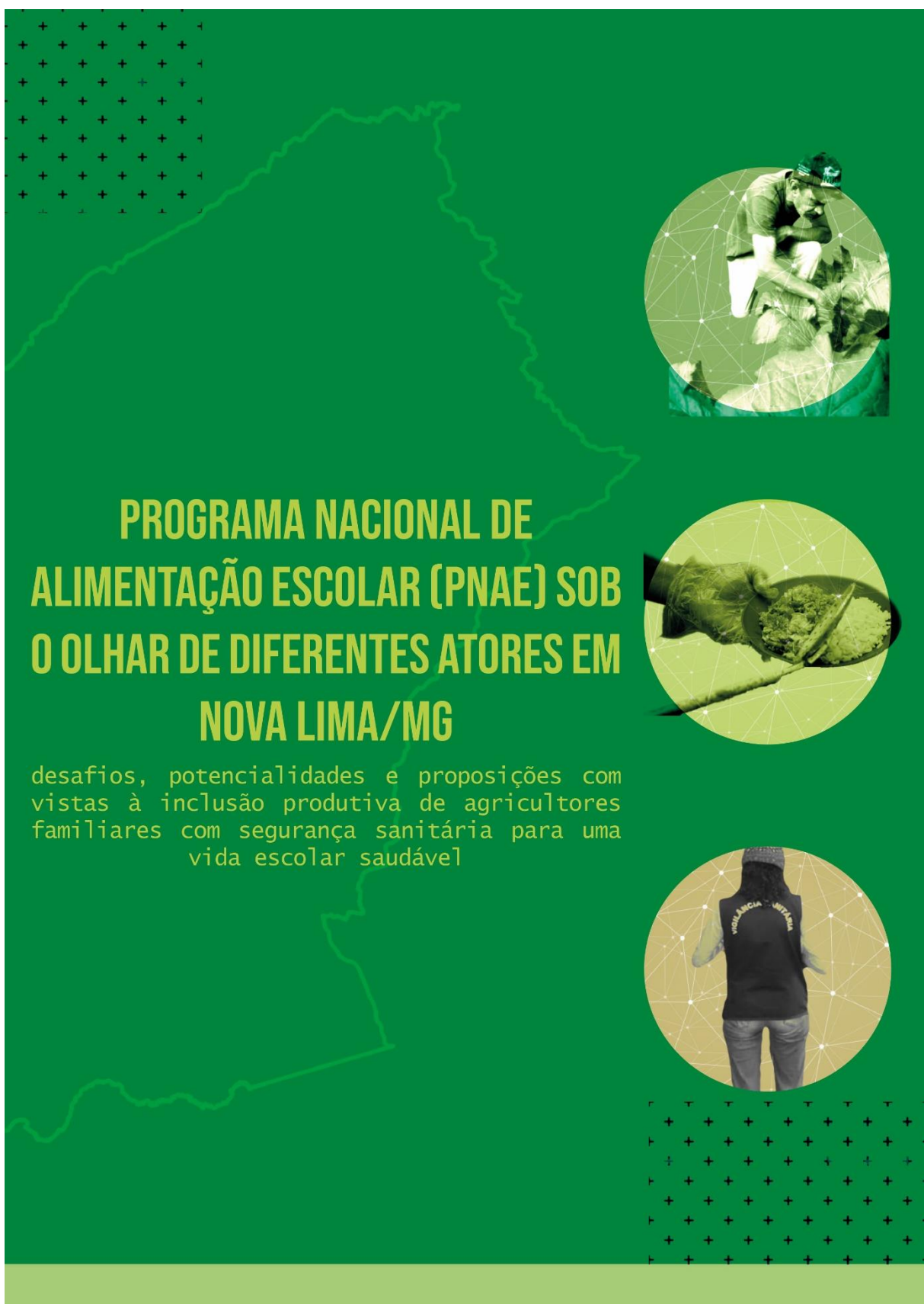
Fonte: autoria própria

## APÊNDICE G - Roteiro de Entrevista Vigilância Sanitária Estadual

| ROTEIRO DE ENTREVISTA   |  |
|---|--|
| (Diretoria de Alimentos e Fiscais Sanitários da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais)   |  |
| 1.  | Quais leis, portaria e resoluções estaduais regulamentam as exigências sanitárias dos fiscais sanitários estaduais para os agricultores familiares de Minas Gerais?  |
| 2.  | Quais os desafios encontrados pela Diretoria de Alimentos na fiscalização e regularização dos agricultores familiares em Minas Gerais?   |
| 3.  | Existe alguma experiência exitosa entre parceria fiscais da Vigilância Sanitária e Agricultores Familiares de Minas Gerais?  |
| 4.  | Quantas primeiras vistorias foram realizadas em agricultores familiares de 2018 até os dias atuais em Minas Gerais? Qual tipo de produção?   |
| 5.  | Quantas renovações sanitárias foram realizadas em agricultores familiares de 2018 até os dias atuais em Minas Gerais? Qual tipo de produção?   |
| 6.  | Quantos agricultores familiares tiveram liberação de alvará sanitário para produção de alimentos minimamente processados de origem vegetal em 2018 até os dias atuais? Quais tipos de vegetais?                              |
| 7.  | Vocês têm informações se os agricultores familiares fiscalizados, ou que procuram a Vigilância Sanitária para se regularizar, estavam com interesse ou possuem experiência em participar das chamadas públicas dos PNAEs/MG? |
| 8.  | Quais desafios da legislação sanitária e regulamentação para os Agricultores Familiares, referente à alimentos minimamente processados de origem vegetal? Existe diálogo entre esses sujeitos?                               |
| 9.  | Como os municípios podem se preparar, em parceria e orientações com o Estado, para fiscalizar esse público?  |
| Enviar o mapeamento da VISA/MG das vistorias e orientações realizada para Agricultores Familiares de Minas Gerais que produzem alimentos minimamente processados de origem vegetal, no período de 2018 até os dias atuais, complemento das perguntas 4, 5 e 6 no email: <a href="mailto:vigilanciasanitaria@pnl.mg.gov.br">vigilanciasanitaria@pnl.mg.gov.br</a> e <a href="mailto:afredolfo@gmail.com">afredolfo@gmail.com</a> |  |

Fonte: autoria própria

## APÊNDICE H - Produto Educativo Infográfico



Fonte: autoria própria, 2022

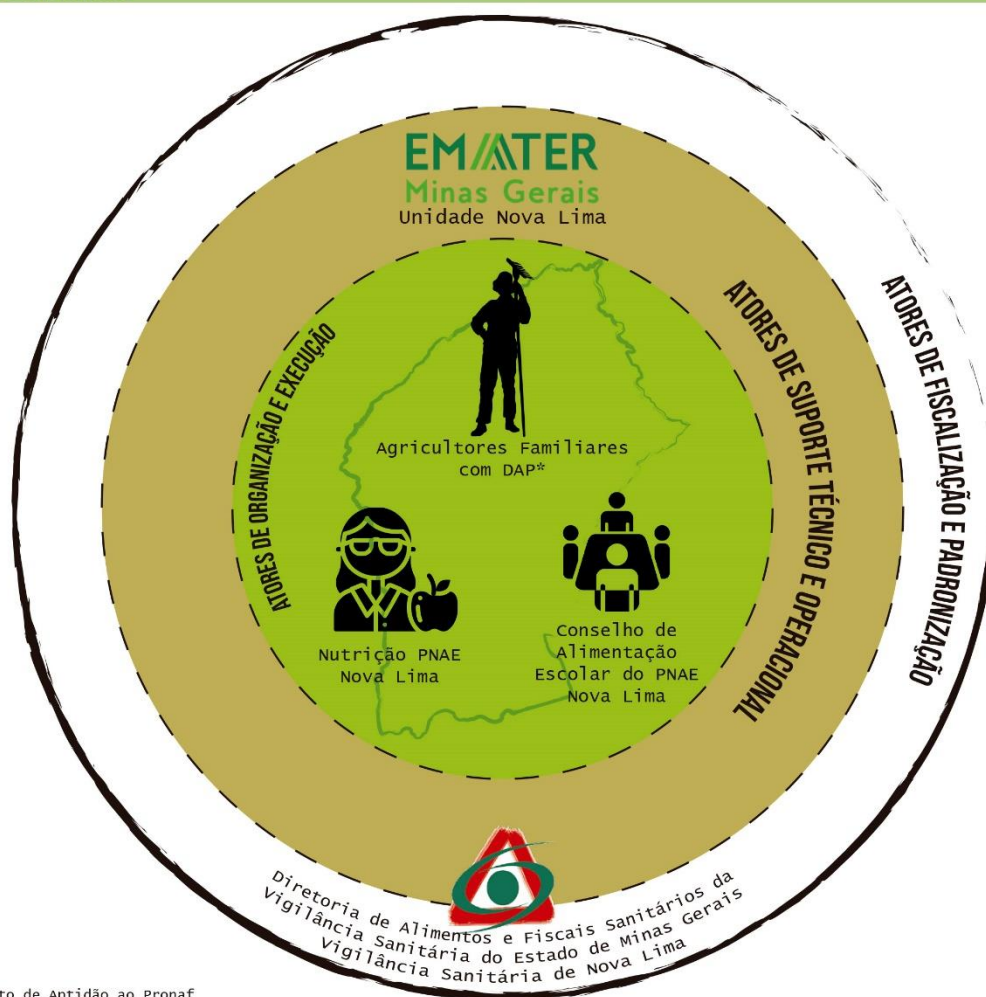
## INTRODUÇÃO

Este trabalho dialoga com a Educação do Campo, no sentido de compreender que as lutas e conquistas ao longo do tempo foram determinantes para que representantes do povo camponês sejam reconhecidos no cenário atual. O agricultor familiar, esteja ele no campo ou cidade, tem uma relação particular com a terra de cuidado e proteção, pois é sua maior fonte de renda, trabalho e moradia. O PNAE se torna uma política pública tratando a produção, consumo e comercialização de alimentos dentro de uma cadeia que não exclui esses camponeses. Promover a segurança alimentar e nutricional pensando neste conceito da Soberania Alimentar, deve ser uma responsabilidade coletiva partilhada entre os setores público e privado, resultando na articulação de políticas, programas e ações capazes de garantir a realização do direito humano à alimentação para todos alunos das escolas públicas municipais de Nova Lima.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS :

- Entender o envolvimento dos Atores Sociais com o PNAE;
- Analisar a ação da Gestão Municipal na compra de alimentos da Agricultura Familiar;
- Observar se o município destina no mínimo 30% dos recursos federais do PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- Apontar desafios da Vigilância Sanitária para alcance da agricultura familiar quanto a legislação sanitária de produtos de origem vegetal;
- Propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar, no mercado da alimentação escolar, em uma perspectiva municipal.

### ATORES PESQUISADOS:



\* Documento de Aptidão ao Pronaf

## NOVA LIMA X LEI PNAE X AGRICULTURA FAMILIAR: COMO ESTÃO?

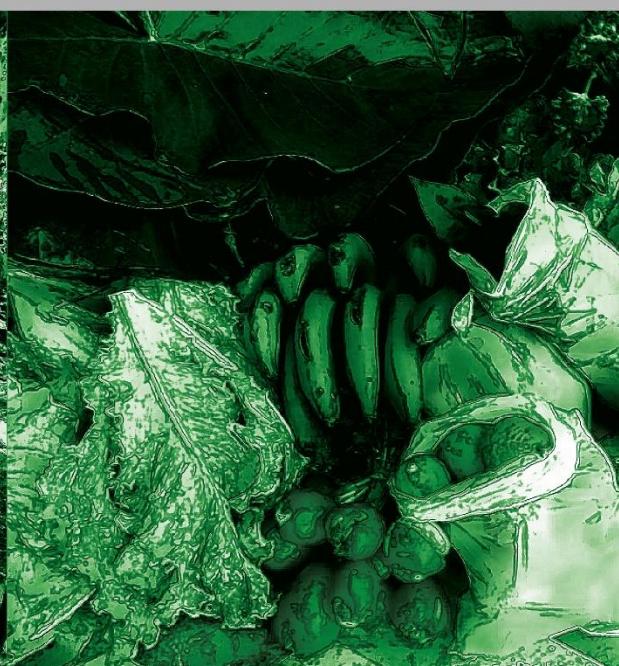
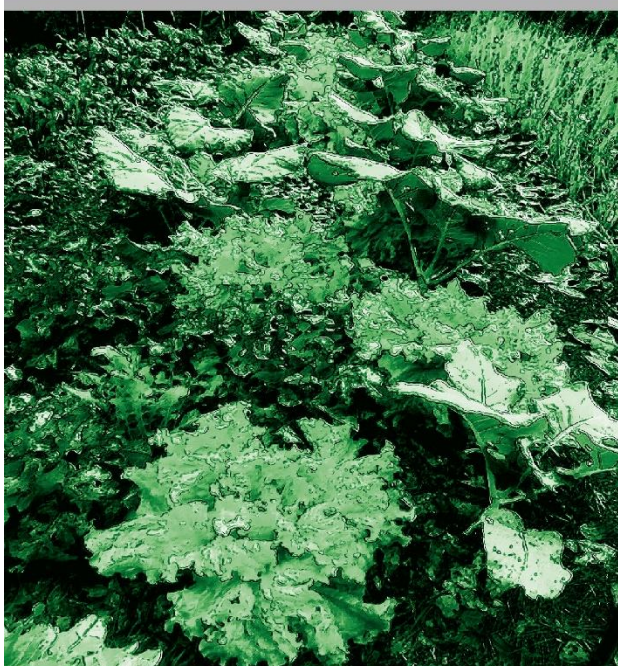
Entre 2011 à 2019 em Nova Lima, percebemos que o acesso dos agricultores familiares no mercado da alimentação escolar nos limites da Lei 11.947/2009, segundo a qual o mínimo de 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos na educação deve ser empregado em gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar apresentou-se da seguinte forma:



Porcentagem do total repassado destinado à compra de alimentos da Agricultura Familiar (2011-2019)



Em seu artigo 14, a lei citada prevê a aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar local. Porém, isso não parece ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento municipal que inclui os trabalhadores da agricultura familiar, mas sim como apenas uma meta que deve ser observada. Nota-se, portanto, que nesse período não houveram ações concretas para viabilizar de forma efetiva a inclusão dos agricultores.





## DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PNAE SOB OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DE NOVA LIMA

### POTENCIALIDADES

**EMATER**  
Minas Gerais

- Colaborar no processo de chamada pública com equipe de nutrição/agricultores familiares e similares
- Relação direta com o produtor
- Orientações sobre produção e cadastro DAP



- Possuem DAP 2017/2020 através da EMATER
- Se consideram agroecológicos, não usam agrotóxicos, adubos químicos, fazem a própria compostagem com matéria totalmente orgânica
- Almejam se adequar como sistema de produção orgânico certificado
- Possuem interesse em participar das chamadas públicas e fornecer 100% de alimentos orgânicos e agroecológicos para os alunos das escolas locais



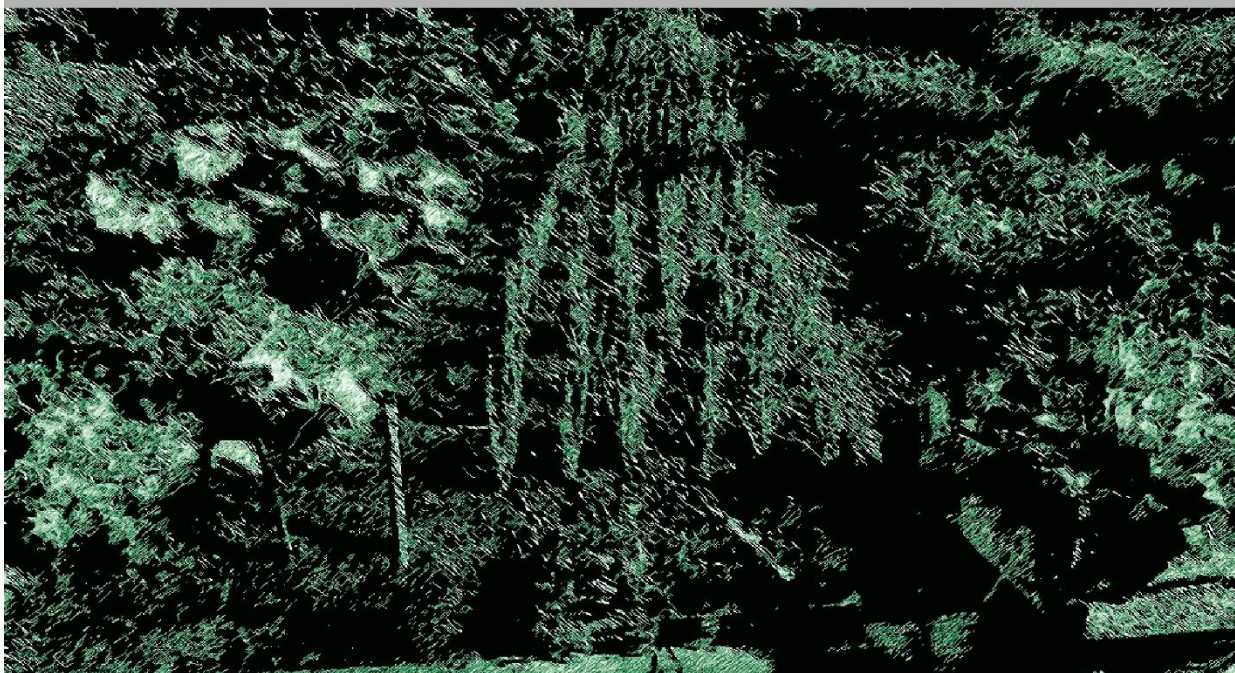
- Existe processo de licenciamento simplificado para os produtores artesanais
- Agricultor familiar se insere em produção artesanal
- Existem capacitações e, em breve, a Vigilância Sanitária de Nova Lima será contemplada



- Equipe tecnicamente preparada e empenhada na implementação do PNAE
- O município dispõe de recursos para execução do programa
- Possibilidade de parceria com a EMATER no mapeamento da produção e nas chamadas públicas
- A gestão municipal garante liberdade e autonomia na elaboração do cardápio escolar



- Conselho atuante, vai às escolas a cada 15 dias
- Entende o papel essencial da equipe de nutrição no PNAE e a vê como parceira
- Reconhece a importância da EMATER, especialmente com agricultura familiar
- Verba do PNAE é bem distribuída. Nova Lima usa recurso do PNAE e a prefeitura complementa
- Busca contemplar/organizar o cardápio a partir da alimentação local
- Contato direto com a equipe de nutrição e com agricultores familiares



## DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PNAE SOB OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DE NOVA LIMA

### DESAFIOS

**EMATER**  
Minas Gerais

- Disponibilizar o mapa de produção a todos os atores sociais
- Ampliar o incentivo a agricultura familiar municipal em conjunto com a prefeitura
- Aprofundar a interação entre o setor de compras/financeiro e demais atores sociais
- Equipe de nutrição deve repassar prioritariamente as chamadas públicas à EMATER
- Melhoria da divulgação em relação a compras e chamadas públicas, visando ampliar participação de produtores locais



- Falta de equipamentos e utensílios em algumas escolas
- Incentivar a agricultura familiar local com aquisição dos produtos no PNAE
- Aprimorar a comunicação entre atores sociais
- Flexibilizar o trabalho para conciliar com voluntário do PNAE
- Melhorar a divulgação dos trabalhos do CAE
- Dificuldade de atingir os 30% com agricultura familiar na pandemia
- Melhorar aspectos relacionados à distribuição ponderada de kits de merenda escolar e aspectos de comunicação de mudanças nos kits com outros membros do PNAE



- São minoria e tem dificuldade em acessar políticas públicas
- O maior desafio para adquirir o DAP é o fator tempo
- Há restrição para fonte de renda exclusivamente da produção familiar
- Não produzem alimento minimamente processado, mas tem interesse
- Dificuldade em acessar a política pública do PNAE
- Falta informações da gestão referente chamadas públicas
- O município não é referência na produção vinda da agricultura familiar, há insuficiência no investimento e sinalização desses produtores
- O município compra de produtores fora do território em detrimento dos agricultores locais
- Diminuição da produção local e vendas devido à pressão mineraria e pandemia



- Dificuldades de promover cultura alimentar e compra de produtos da agricultura familiar locais
- Necessidade de pesquisar novos hábitos alimentares locais
- Desafio em incluir educação nutricional no Programa Político Pedagógico do município
- Trabalhar com o índice de compra institucional tomando o valor de 30% como base e não como teto da porcentagem destinada aos produtos da agricultura familiar
- Pouca adesão de alimentos da agricultura familiar no kit merenda entregue na pandemia
- Necessidade de reuniões constante com os demais atores sociais
- Fazer a comunidade escolar conhecer o trabalho dos agricultores familiares



- Considerar a realidade do agricultor familiar e compreender teoria e prática de produto artesanal
- Estabelecer educação sanitária entre Vigilância sanitária e Agricultores Familiares
- Abracar a agricultura familiar na Secretaria de Saúde
- Aliar prática da vigilância sanitária e relatos de experiências com incentivos para publicações acadêmicas
- Compartilhar as informações sobre agricultores familiares com outros atores
- Legislação específica para o produto minimamente processados de origem vegetal e hortifrutigranjeiros
- Consulta pública que dialogue com os agricultores familiares
- Ampliar diálogos e capacitações educativas entre Vigilância Sanitária Estadual, Municipal, EMATER e Secretaria de Educação



## O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORIA DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL E REGIONAL PELO PNAE DE NOVA LIMA

### CURTO PRAZO



Apresentar os resultados da pesquisa aos atores sociais



Planejar as chamadas públicas a partir do diálogo entre todos os atores sociais



Melhorar a comunicação e divulgação das chamadas públicas de aquisição de alimentos



Divulgar em rádios locais e regionais, carros de som nas três regionais, páginas oficiais e outros meios



Encontros periódicos programados entre todos os atores sociais do PNAE

Discutir ideias e estratégias para aumentar a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar local

Embasar a partir do mapa de produção da EMATER

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estabelecer uma relação de maior proximidade entre diretores, servidores escolares, nutricionistas e CAE



Adoção de opções alimentares mais saudáveis na merenda escolar



Incluir gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar no cardápio escolar

### MÉDIO PRAZO



Melhorar a transparência dos dados sobre compras e destinação de verbas do PNAE



Estabelecer um centro de distribuição de alimentos



Esforço conjunto entre equipe de nutrição e setor financeiro para melhoria contínua da divulgação de informações, repasses e chamadas públicas do PNAE

Implementar sistema municipal de controle e estoque de alimentos

Gerir a logística da aquisição e distribuição de alimentos



Criação e manutenção de banco de dados para acompanhamento e desenvolvimento de políticas públicas



Atualizar de forma constante o mapeamento da produção da Agricultura Familiar



Tornar acessível ao produtor local a comercialização e transporte dos alimentos

Manter um sistema integrado de informações compartilhado com outros atores sociais



Distribuir de maneira equilibrada e coerente os alimentos pela rede de ensino municipal



### LONGO PRAZO



Criar uma política pública específica para o fortalecimento da agricultura familiar local



Facilitar o processo de concessão de DAP  
Incentivar o cadastramento dos agricultores locais



Buscar ampliar os canais de comercialização

Incentivar a agregação de valor na cadeia produtiva

Criar um órgão na gestão municipal para gerir, acompanhar e desenvolver a agricultura local



Estabelecer um calendário produtivo no município a partir do mapa de produção e do cardápio escolar



Investir na consolidação de uma agroindústria da agricultura familiar local



Melhorar a organização coletiva dos agricultores familiares de Nova Lima



Incentivar a padronização e certificação da produção  
Incentivar a padronização e segurança da produção através do selo de Inspeção Municipal - SIM



Facilitar a comercialização do excedente produtivo para fora do município



Incentivar e estabelecer associações em cada regional do município regida por uma Central de Associações



VISA estadual capacitar a VISA municipal para inspeções de produtos minimamente processados



Estabelecer diálogos entre gestão municipal, estadual e VISA municipal e estadual para aprimoramento dos processos de certificação e fiscalização



Criar cooperativa que atenda aos critérios de participação no PNAE

## NECESSIDADES DE OUTROS ESTUDOS

Os impactos e consequências da mineração são inevitáveis e prejudiciais ao acesso e participação das famílias ao PNAE de Nova Lima. Sendo assim, se faz necessário estudos mais aprofundado sobre o tema.

Nova Lima ainda deverá discutir o futuro das inspeções de alimentos minimamente processados de origem vegetal pelos agricultores familiares locais, pesquisa apropriada para outro trabalho no futuro, mas importante reflexão para os fiscais locais desde agora. Por isso, a Vigilância Sanitária Estadual, foi convidada para participar da entrevista deste trabalho, e começar uma discussão em conjunto.

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo foi o de analisar a operacionalização do PNAE e a aquisição de alimentos da agricultura familiar, não foi possível aprofundar a análise do Programa do ponto de vista dos beneficiários, neste caso, dos alunos. Desta forma, é fundamental que sejam realizadas novas pesquisas analisando o PNAE em Nova Lima a partir da perspectiva dos alunos, ampliando-se também para comunidade escolar local.



Fonte: autoria própria, 2022

**PESQUISA, ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO FINAL**  
Vanessa Luisa Ferreira Guilherme

**ORIENTAÇÃO**  
Prof. Dr. Eliano de Souza Martins Freitas

**DIAGRAMAÇÃO**  
Lucas Pacheco Heringer Batista

Pesquisa desenvolvida na FaE/PROMESTRE/UFMG  
na linha de pesquisa em Educação no Campo  
Defesa em 24/02/2022



**UFMG**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS

**FaE**  
Faculdade de Educação

**PROMESTRE**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

  
**PREFEITURA  
NOVA LIMA**

## ANEXO A - Documento referente à Execução do PNAE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS  
CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

---

### Documentação Referente à Execução do PNAE do Ano Corrente

**A Secretaria de Educação/ Prefeitura Municipal/Entidade: Executoras – Eex**

1. Processos licitatórios referente ao ano de 2016 e 2017;
2. Processo de chamada pública da agricultura familiar, especialmente documentos que comprovem a formação dos preços, edital e anexos, relação de produtos e escolas, cronograma de entregas e atas 2016 e 2017;
3. Processo dos contratos administrativos e, quando houver, termos aditivos/prorrogações;
4. Processos de empenho, liquidação e pagamento (notas fiscais);
5. Guias de remessa e recebimento (romaneios) dos fornecedores para as unidades escolares;
6. Controle de estoques no depósito central, se existir, e/ou nas escolas do mês da visita ou dos imediatamente anteriores;
7. Controle da distribuição e do número de refeições servidas nos estabelecimentos de ensino;
8. Controle de qualidade, como análises das amostras do(s) licitante(s) vencedor(es) e/ou relatórios de inspeção técnica dos ambientes de produção, armazenamento, preparação e/ou distribuição ou equivalentes expedidos pela vigilância sanitária municipal.

**Ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE**

1. Lei de Criação do CAE;
2. Decreto ou portaria de nomeação dos membros;
3. Livro Ata do CAE;
4. Regimento interno;
5. Plano de ação;
6. Ofícios ou expedientes, notadamente os de encaminhamento de demandas à Entidade Executora (EEx);
7. Relatórios de visitas às escolas.



**Ao Responsável Técnico – Nutricionista(o)**

1. Planos anuais de trabalho (2016 e 2017);
2. Cardápios planejados para cada etapa e modalidade de ensino (2016 e 2017);
3. Fichas Técnicas de Preparação – FTPs, e Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs;
4. Manual de Boas Práticas – MBP;

---

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE IFSULDEMINAS  
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tomas Antônio Corrêa, 305, CEP: 37776-900 – Inconfidentes  
Tel.: +55 (35) 3464-1200 (ramal 9537) E-mail: cecane.ifsulde Minas@gmail.com

Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2017.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS**  
**CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR**

---



5. Relatório de teste de aceitabilidade (último realizado);
6. Ações e projetos de Educação Alimentar e Nutricional – EAN (últimas ações executadas);
7. Relatório de avaliação do estado nutricional dos escolares (último realizado);
8. Documentos e registros de capacitação de merendeiras (última realizado);

---

**CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE IF SUL DE MINAS**  
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tomas Antônio Gonzaga, 309, CEP: 37576-900 – Inconfidentes  
Tel.: +55 (35) 3464-1200 (ramal 9535) E-mail: cecane.ifsuldeminas@gmail.com


Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2017.

## ANEXO B - Ofício N° 62/2018/CECANE - Retificado

|   |   |   |
|---|---|---|
|    | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO<br>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO<br>INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS<br>CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR |  |
| <b>Ofício N° 62 /2018/CECANE - Retificado</b>   |   |   |
| Inconfidentes, 09 de maio de 2018.  |   |   |
| <p><i>Assunto: Assessoria em Alimentação Escolar oferecida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, órgão vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).</i></p>  |   |   |
| <p><i>Ilmo Sr. Prefeito Vitor Penido de Barros<br/>Município de Nova Lima - MG</i></p>  |   |   |
| <p>Vimos comunicar a V.S.<sup>a</sup> que o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (CECANE/IFSULDEMINAS), por determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverá realizar atividade de monitoramento e assessoria aos municípios referentes ao ano de 2018, para a melhoria da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p>  |   |   |
| <p>Nesse sentido, gostaríamos de notificar que o município de Nova Lima foi selecionado pelo FNDE para o monitoramento e assessoria, que será realizado por meio de visita dos monitores do CECANE/IFSULDEMINAS.</p>  |   |   |
| <p><u>O monitoramento e assessoria terá início no dia 21 de maio às 08h:30 e término no dia 24 de maio às 17h</u>, com a apresentação inicial e se estenderá durante a semana, de acordo com a programação (Quadro 1). Durante a estada no município, sem ônus financeiro para o mesmo, os agentes entrevistarão, separadamente: O(a) Secretário(a) de Educação, o(a) Nutricionista Responsável Técnico, o(a) presidente do Conselho de Alimentação Escolar. No quarto e último dia</p> |   |   |
| <small>CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR - CECANE/IFSULDEMINAS<br/>         Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tomas Antônio Gonzaga, 300, CEP: 37576-000 - Inconfidentes<br/>         Tel.: +55 (35) 3464-1200 (ramal 9535) E-mail: cecane.ifsuldeminas@gmail.com</small>  |   |   |

Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2018.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
 INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS  
 CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

---


da assessoria, haverá uma formação para os atores envolvidos com o PNAE de seu município, e também para os atores de municípios próximos.

Enfatizamos a importância do apoio municipal à iniciativa do FNDE, principalmente, no atual contexto de mudança na operacionalização do programa, advinda da promulgação da Lei Nº 11.947 e da Resolução FNDE/CD Nº 26 de 17 de junho de 2013 e da Resolução/CD/FNDE/MEC Nº 4, de 3 de abril de 2015.

A expectativa é que a assessoria venha contribuir na consolidação da Lei e, conseqüentemente, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no ambiente escolar, visando a garantia do DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA).

Certos de podermos contar com este apoio, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,




**Rogério Robs**  
 Coordenador de Gestão  
 CECANE IFSULDEMINAS

C/C para:  
 Nutricionista - Michelle Emily Elias Santana  
 Secretaria de Educação  
 EMATER

---

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR - CECANE IFSULDEMINAS  
 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tenente Assisfeldt Gonzaga, 309, CEP: 37576-900 - Inconfidentes  
 Tel.: +55 (35) 3464-1200 (ramal 9535) E-mail: cecane.ifsuldeminas@gmail.com

Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2018.

| <br>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO<br>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO<br>INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS<br>CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR                             |  |
|--|--|
| <b>QUADRO I - CRONOGRAMA – MONITORAMENTO E ACESSORIA</b>   |  |
| Segunda-feira<br>21/05   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• 08:30 às 10:30: Reunião com atores envolvidos no Programa Nacional de Alimentação do Escolar</li> </ul> <p>Apresentação do projeto de assessoria; Diagnóstico inicial da execução do PNAE no município; Preenchimento de questionário da Entidade Executora.</p> <p><u>OBS: Poderão participar os seguintes atores: Membros do CAE, Nutricionista (s), Secretário de Educação, Representantes do Poder Legislativo, Representantes do Setor de Compras, Secretaria de Agricultura e/ou representante da Agricultura Familiar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e demais interessados ligados à Entidade Executora.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 10:30 às 12:00: Reunião com o/a Nutricionista Responsável Técnico</li> </ul> <p>Preenchimento de questionário e esclarecimento de dúvidas pertinentes ao PNAE.</p> <hr/> <p>- 13:00 às 15:30: Reunião com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE)</p> <p>Formação e atuação do CAE, com foco nas atribuições deste conselho e esclarecimento de dúvidas. Preenchimento de questionário e esclarecimento de dúvidas pertinentes ao PNAE.</p> <hr/> <p>- 15:30 às 17:00: Análise documental pelos agentes do CECANE</p> <p>Preenchimento de questionário e esclarecimento de dúvidas pertinentes ao PNAE.</p>   |
| Terça-feira<br>22/05   | <p>- 08:00 às 12:00: Visita às escolas e, se houver, cozinha central e/ou depósito central, com a presença do CAE, do responsável indicado pelo município e/ou Nutricionista</p> <p>Preenchimento de questionário e esclarecimentos de dúvidas pertinentes ao PNAE. Visitas às Escolas com a presença de um membro do CAE e o(a)s nutricionista(s). Deverão ser visitadas, se possível, uma escola de cada modalidade de ensino, incluindo sempre escolas filantrópicas, indígenas e localizadas em área remanescente de quilombos e escolas que atendam ao Programa Mais Educação, se houver, contemplando escolas da zona urbana e rural.</p> <hr/> <p>- 13:30 às 17:00: Reunião Agricultura Familiar</p> <p>Diagnóstico local com relação ao processo de compra da agricultura familiar, sensibilização com os atores envolvidos, apresentação do passo a passo do processo de compra e venda de gêneros alimentícios, debate sobre as dificuldades encontradas na execução do processo, entraves e superações.</p> <p><u>São convidados a participar desta reunião: Nutricionista Responsável Técnico, Setor de Compras, Vigilância Sanitária, EMATER, da Secretaria de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores e Agricultores na Agricultura Familiar, Organizações da Agricultura Familiar, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, Agricultores Familiares e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.</u></p> |
| CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE /IFRSULDEMINAS<br>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tomas Antônio Gonzaga, 309, CEP: 37576-900 – Inconfidentes<br>Tel.: +55 (35) 3464-1200 (ramal 9535) E-mail: cecane.ifrsuldeminas@gmail.com |  |


Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2018.

| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO<br>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO<br>INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS<br>CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR |   |
|---|---|
| <b>Quarta-feira</b><br><b>23/05</b>   | <p><b>- 08:00 às 12:00: Elaboração de Relatórios de Orientações</b><br/>           Elaboração de relatórios de orientações pelos agentes do CECANE e organização da Reunião Final.</p> <hr/> <p><b>- 13:00 às 17:00: Reunião de orientação e elaboração do Plano de Ações</b><br/>           Encontro com todos os atores do Programa para a elaboração de um Plano de Ações.<br/> <u>São convidados a participar desta reunião: Membros do CAE, Nutricionista Responsável Técnico, Secretário de Educação, Representantes do Poder Legislativo, Setor de Compras, Secretária de Agricultura e/ou representantes da Agricultura Familiar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e demais interessados da Entidade Executora.</u></p>   |
| <b>Quinta-feira</b><br><b>24/05</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>- 08:30 às 17:00: Formação dos atores envolvidos na execução do PNAE</b><br/>           Reunião com atores envolvidos na execução do PNAE do município de Rio Acima e dos municípios próximos convidados pelos FNDE.<br/>           O objetivo desta Formação é construir e alinhar os conhecimentos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e compartilhar experiências práticas entre os diversos municípios presentes.<br/> <u>São convidados a participar deste encontro: Membros do CAE, Nutricionista Responsável Técnico, Secretário de Educação, Representantes do Poder Legislativo, Setor de Compras, Vigilância Sanitária, Mercadarias, Diretores das escolas, equipe pedagógica, EMATER, Secretária de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, Agricultores Familiares e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e demais interessados.</u> </li> <li>• Os conteúdos abordados na formação serão: Diretrizes da Alimentação Escolar; objetivo do PNAE; usuários e participantes do PNAE; formas de Gestão; ações de educação alimentar e nutricional; segurança alimentar e nutricional no âmbito do PNAE; aquisição dos gêneros alimentícios oriundos da AF para a alimentação escolar; controle social no PNAE; execução dos recursos financeiros do PNAE; prestação de contas (SIGPC e SIGECON) e Programa Mais Educação. Ressalta-se que os monitores poderão enfatizar/adaptar os conteúdos de acordo com as demandas dos municípios que participarão da atividade.</li> </ul> |

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE/IFSUDEMINAS  
 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, Rua Tenente Antônio Gonzaga, 309, CEP: 37575-900 – Inconfidentes  
 Tel.: +55 (35) 3464-1200 (paralelo 9535) E-mail: cecane.ifsudefinas@gmail.com

Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS; CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, 2018.

## ANEXO C - Ofício-Circular nº 31/2018/Dapae/Cgpae/Dirae-FNDE



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929  
Telefone: 0600-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

Ofício-Circular nº 31/2018/Dapae/Cgpae/Dirae-FNDE

**Assunto: Monitoramento e assessoria aos municípios do estado de Minas Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23034.048687/2017-29.

Senhor (a) Prefeito (a),

1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), desenvolve o projeto Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) que visa o desenvolvimento de ações de apoio técnico de ensino, pesquisa e extensão, para a melhoria da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
2. Nesse contexto, desde 2016, o CECANE do Instituto Federal do Sul de Minas - IFSULDEMINAS vem atuando nesse estado, realizando cursos de formação e prestando assessoria técnica aos municípios sobre a execução do Programa.
3. Diante do exposto, informa-se que o seu município foi selecionado por este FNDE para receber a visita da equipe do CECANE IFSULDEMINAS. A visita tem por objetivo apoiar tecnicamente a execução do PNAE por meio de reuniões com o Secretário Municipal de Educação, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, agricultores familiares, que já forneçam ou que possam vir a fornecer alimentos para o programa, bem como demais atores sociais envolvidos com a alimentação escolar.
4. A ação de monitoramento, assessoria e formação terá a duração de quatro (4) dias consecutivos. Ela contemplará visitas a escolas e será concluída com uma atividade de formação que contará com a presença de representantes de municípios vizinhos ao seu.
5. Assim, o CECANE IFSULDEMINAS entrará em contato com o seu município para o agendamento da visita, bem como para esclarecimentos sobre o desenvolvimento dos trabalhos.
6. Por fim, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio dos telefones (61) 2022-5550/5669 ou pelo e-mail [dapae@fnde.gov.br](mailto:dapae@fnde.gov.br).

Atenciosamente,

---

Documento assinado eletronicamente por **KARINE SILVA DOS SANTOS**,  
Coordenador(a)-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em  
12/03/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de

Fonte: adaptado de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, 2018

**ANEXO D - CECANE/IFSULDEMINAS e Comunicado de monitoramento do PNAE**

De: CECANE IFSULDEMINAS <[cecane.ifsuldeminas@foma.br](mailto:cecane.ifsuldeminas@foma.br)>  
Data: 9 de maio de 2018 14:22  
Assunto: ACESSORIA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA PELO CECANE/IFSULDEMINAS - Ofício CECANE 62/18 - Retificado  
Para: [pabinet@prefeito.cnj.foma.br](mailto:pabinet@prefeito.cnj.foma.br)

Ilmo Sr. Prefeito Vitor Penido de Barros,

Informamos a V.S.<sup>a</sup> que o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (CECANE/IFSULDEMINAS), por determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deverá realizar a atividade de monitoramento e assessoria aos municípios referentes ao ano de 2018, para a melhoria da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Informamos a V.S.<sup>a</sup> que o município de **Nova Lima** foi selecionado pelo FNDE para o monitoramento e assessoria, por meio de visita dos monitores do CECANE/IFSULDEMINAS.

Enfatizamos a importância do apoio municipal à iniciativa do FNDE, principalmente, no atual contexto de mudança na operacionalização do programa, advinda da promulgação da Lei Nº 11.947 e da Resolução FNDE/CD Nº 26 de 17 de junho de 2013 e da Resolução/CD/FNDE/MEC Nº 4, de 3 de abril de 2015. A expectativa é que a assessoria venha contribuir na consolidação da Lei e, conseqüentemente, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no ambiente escolar, visando a garantia do DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA).

Segue em anexo a lista da documentação necessária referente a execução do PNAE, no qual o município deve separar para que seja possível realizar análise documental da mesma.

Certos de podermos contar com este apoio, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

**Favor acusar recebimento deste e-mail.**

Atenciosamente,

EQUIPE CECANE/IFSULDEMINAS

Fonte: e-mail do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (CECANE/IFSULDEMINAS), 2018.

**ANEXO E - A natureza das ações de Vigilância Sanitária e a sua relação com as escolas****A NATUREZA DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E  
A SUA RELAÇÃO COM AS ESCOLAS**

Como vimos, descreve-se Vigilância Sanitária (VISA) como a configuração mais antiga da saúde pública. No Brasil o desenvolvimento das ações de VISA ganhou organicidade no início do Século XVIII, seguindo modelo e regimentos adotados por Portugal. A organização das ações da VISA tiveram e ainda tem suas ações calçadas no “poder de polícia”<sup>1</sup>, cabendo pontuar que ao longo do século XX deu-se início à intensa produção de leis. Segundo a Constituição Federal de 1988, que afirmou ser a saúde um direito de todos e destacou as atribuições da Vigilância Sanitária como obrigação do Estado, produziu-se intensa atividade regulatória e em 1990, com a Lei 8.080, a qual instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) que definiu Vigilância Sanitária como “o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir os riscos e agravos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”.

Evidencia-se que o marco fundamental da construção da VISA no país, foi a realização da I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária (CONAVISA) em novembro

---

<sup>1</sup> Limita e controla o exercício de alguns direitos individuais, assegurados em lei, em benefício do bem estar da coletividade. No uso regular do poder de polícia, a administração expede regulamentos e demais normas para o exercício dos direitos e atividades que afetam a coletividade (Vigilância em Saúde, TOMO II, COLEÇÃO CONASS/Pro gestores, 2007, p. 70).

de 2001, cujo tema foi “Efetivar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: proteger e promover a saúde, construindo cidadania”. Mas qual o vínculo entre VISA, creches e pré-escolas?

Considerando o conhecimento do surgimento da Vigilância Sanitária, vamos afinar a relação desta com as creches e pré-escolas

Desde a hora que o cidadão acorda e durante todo o dia ele lida com objetos, produtos e serviços que interferem em sua saúde. O creme dental que utiliza, os produtos na mesa do café da manhã, os medicamentos, que porventura consome, o material de limpeza que utiliza em sua casa, as creches e as escolas onde os filhos passam boa parte do dia, a academia de ginástica onde faz os exercícios, tudo isso são exemplos de serviços ou produtos que fazem parte do dia-a-dia e que podem, em maior ou menor grau, trazer risco à sua saúde (Vigilância em Saúde, TOMO II, COLEÇÃO CONASS/Pro gestores, 2007, p. 22).

Podemos, a partir da definição legal da Vigilância Sanitária, rearranjar esse conjunto, nos seguintes grandes grupos, quais sejam:

1. Produtos: alimentos, medicamentos, cosméticos, saneantes e outros de interesse da saúde;
2. Serviços de saúde e de interesse da saúde;
3. Ambientes, incluindo o do trabalho.

O que nos interessa neste momento são os serviços de interesse da saúde, nos quais a Vigilância Sanitária tem como objetivo verificar e promover a adesão às normas e aos regulamentos técnicos vigentes, avaliar as condições de funcionamento e identificar os riscos e os danos. Os serviços de interesse da saúde são estabelecimentos que exerçam

Fonte: Vigilância em Saúde, TOMO II, COLEÇÃO CONASS/Pro gestores, 2007, p. 22

atividades que, direta ou indiretamente, podem provocar benefícios, danos ou agravos à saúde, estando incluso neste grupo as creches e pré-escolas. A responsabilidade por estes serviços pode ser exercida por distintos profissionais, não necessariamente da área de saúde.

Os municípios têm papel de relevância neste segmento, haja vista que devido ao processo de descentralização das ações, serão os Profissionais de VISA municipais os responsáveis pelas fiscalizações, cabendo ao Estado capacitar os recursos humanos e, complementar esta ação, quando necessário. Os profissionais da VISA municipal são os “fiscais da VISA”, são eles quem irá inspecionar os serviços prestados avaliando desde a estrutura ao processo de trabalho, tendo como fator prioritário o gerenciamento do risco entendido como:

um processo que abrange a identificação de pontos críticos de controle, a avaliação de riscos, e a adoção de medidas de controle que objetivam sua prevenção tanto em caráter individual quanto coletivo (Vigilância em Saúde, TOMO II, COLEÇÃO CONASS/pro gestores, 2007, p. 74).

Fonte: Vigilância em Saúde, TOMO II, COLEÇÃO CONASS/Pro gestores, 2007, p. 22



**ANEXO F - Legislações aplicáveis que normatizam funcionamento de creches e escolas****LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS QUE NORMATIZAM FUNCIONAMENTO  
DE CRECHES E ESCOLAS**

**Portaria GM/MS nº 321, de 26 de maio de 1988:** Estabelece padrões mínimos destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional.

**Lei 13.317, de 24 de setembro de 1999:** Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. É relevante, para este Manual, pontuar os seguintes artigos e incisos:

Art. 82 – Para efeitos desta lei, consideram-se estabelecimentos de serviço de interesse da saúde:

V- Os de ensino fundamental, médio e superior, as pré-escolas e creches e os que oferecem cursos não regulares.

Art. 85 – Os estabelecimentos sujeitos ao controle e fiscalização sanitária terão alvará sanitário expedido pela autoridade sanitária (...).

O Alvará Sanitário é o produto da fiscalização, isto quando as normas estabelecidas são cumpridas pelo estabelecimento fiscalizado. Quando não se cumpre as determinações cabe abertura de processo administrativo, pelo qual se apuram as infrações

Fonte: adaptado Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2006)

cometidas e se aplicam as penalidades ao infrator. Em suma você Profissional de VISA realizará os seguintes registros:

Auto/termo; Memorial fotográfico (opcional); Relatório (discussão); Notificação.

**Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004:** Estabelece procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado.

**Resolução nº 443, de 29 de maio de 2001:** Dispõe sobre a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.

**Resolução CEE nº 449, de 1º de agosto de 2002:** Fixa normas para credenciamento e credenciamento de instituições escolares, autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos de educação básica e educação profissional e dá outras providências.

**Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, (...).

**Portaria MS nº 2914, 12 de dezembro de 2011:** Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

Fonte: adaptado Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2006)

**Portaria nº 2.051, de 8 de novembro de 2001:** Norma Brasileira de comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras.

**Resolução RDC nº 221, de 5 de agosto de 2002:** Regulamento Técnico sobre chupetas, bicos, mamadeiras e protetores de mamilo.

**Resolução RDC nº 222, de 5 de agosto de 2002:** Regulamento Técnico para Promoção Comercial dos Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.

**Portaria nº 262, de 31 de agosto de 2011 (alterada pela Portaria nº 411/2012)** Publicada pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. A presente portaria estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche, quer seja da iniciativa de sociedades ou empresários em nome individual, quer de instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas e outras de fins idênticos e de reconhecido interesse público.

**Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde – 2ª Ed. – 1994:** Documento básico de racionalização da escolha e do uso dos produtos e métodos físicos e químicos do processamento de artigos e superfícies e de algumas substâncias em estabelecimentos de saúde. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil - Secretaria de educação Básica – Ministério da Educação – 2006:** preconiza a construção coletiva de políticas públicas para a educação, elaborado em parceria com educadores, arquitetos e engenheiros envolvidos em planejar, refletir e construir/reformar espaços destinados à educação das crianças de 0 a 6 anos.

Fonte: adaptado Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2006)

**ANEXO G - Alguns requisitos técnicos verificados pela fiscalização sanitária nas escolas****ALGUNS REQUISITOS TÉCNICOS VERIFICADOS PELA  
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA NAS ESCOLAS**

Muitas instituições estão construídas e funcionam há décadas, porém não tiveram uma programação física prévia para definir, de acordo com o risco, os ambientes necessários para a realização das atividades. Conforme proposto pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2006), a programação e os estudos de viabilidade devem procurar caracterizar o futuro edifício, estabelecendo o perfil da creche, pré-escola e escola infantil a ser construída, entre outros requisitos deverá prever o programa de necessidades, tais como ambientes pedagógicos, pré-dimensionamento, mobiliário específico, condições de luminosidade, condições de climatização, entre outros. Embasando-se nas normatizações, cabe afirmar que o estabelecimento tem que adequar sua área física, conferindo às instalações fluxos ordenados e salubres e ainda deveriam ser ouvidos os professores, familiares, coletividade (BRASIL, 2006).

É extremamente importante avaliar a situação atual de cada estabelecimento existente, discutir com as pessoas interessadas, apresentar a legislação e comprovar, através da avaliação do gerenciamento do risco que é necessário adequar na área física objetivando alinhar estrutura física e procedimentos. A inspeção sanitária dos **fiscais sanitários** poderá informar importantes subsídios através do **Relatório de Inspeção**, o qual detalhará item por item a ser corrigido, e ainda outro documento será emitido, qual seja, a

Fonte: adaptado da Cartilha da Resolução RDC ANVISA nº 216/04

“**Notificação**”/“**Auto Termo**”, esta por sua vez citará as irregularidades e prazos respectivos para as correções. Ambos serão discutidos entre as partes (**Vigilância Sanitária e Instituição de Ensino**) sendo possível estabelecer prazos para as adequações necessárias. Este prazo deve ser firmado priorizando os riscos em benefício do bem estar dos usuários, contudo será sempre determinado pela autoridade sanitária fiscalizadora.

Os alimentos apresentam características favoráveis ao desenvolvimento dos microrganismos e para prevenir, minimizar ou eliminar os riscos de contaminação, conforme a Cartilha da Resolução RDC ANVISA nº 216/04, práticas de higiene devem ser obedecidas pelos manipuladores desde a escolha e compra de produtos a serem utilizados no preparo do alimento até, neste caso específico, o momento de servir a refeição para as crianças. Para a aplicação das boas práticas vários fatores devem ser monitorados e controlados, pela Vigilância Sanitária, alguns deles são:

- Manipulador de alimentos – deve estar uniformizado, com proteção nos cabelos, não falar ou tossir sobre o alimento, possuir rotina estabelecida para lavagem das mãos, possuir unhas curtas e sem esmaltes, nunca tocar diretamente o alimento pronto para servir. As pessoas que manipulam alimentos devem ter sua saúde monitorada e participar de programa de educação continuada. Os visitantes devem seguir orientações definidas em POP.
- Local de trabalho – área física adequada, com rotinas de limpeza implantada, fluxo linear de forma a evitar a contaminação cruzada.

Fonte: adaptado da Cartilha da Resolução RDC ANVISA nº 216/04

- Origem certificada – No preparo dos alimentos devem ser utilizados produtos de empresas idôneas que possuam licenciamento no órgão competente, outro fator importante é avaliar a embalagem, nela estão descritas informações sobre o alimento. Todas as latas, garrafas e embalagens diversas devem ser pré-higienizadas antes do uso.
- Alimentos cozidos, assados ou fritos – devem ser servidos quando a massa total do alimento tiver sofrido efeito para modificar seu interior, evitando que sejam servidas partes cruas. Depois de modificado termicamente o alimento deve ser servido imediatamente ou mantido por até 6 horas em temperatura mínima de 60° C. Deve evitar a produção em excesso para evitar as sobras que muitas das vezes não são manipuladas adequadamente e representam risco para a saúde daqueles que irão consumi-las. Os alimentos depois de prontos devem ser protegidos contra poeira e outros agentes e conservados sob refrigeração.
- Água – a água é um alimento de extrema importância para o nosso organismo. Tanto a água para ingestão direta, fabricação de gelo para bebidas, para lavar frutas, verduras e as mãos e aquela utilizada no preparo dos alimentos deve ser tratada.
- Alimentos crus X Alimentos prontos – não os misture, nem use os utensílios utilizados para manipular os alimentos crus, sem a devida higienização, em

Fonte: adaptado da Cartilha da Resolução RDC ANVISA nº 216/04

alimentos prontos para servir, essa atitude evita a contaminação cruzada<sup>1</sup>.

Não esqueça que os vegetais utilizados para o enfeite de pratos prontos para servir devem passar por processo de desinfecção.

- Desinfecção de folhosos – Cortar a raiz, lavar folha por folha em água corrente e potável, imergir as folhas em solução clorada<sup>16</sup>, respeitando o tempo recomendado pelo fabricante, retirar da solução, enxaguar em água corrente e potável e deixar escorrer. Utilize apenas utensílios limpos.

Desde o ano 2004, existe a RDC nº 216, publicada pela ANVISA, que trata dos procedimentos que devem ser adotados, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos preparados. Com base nesta legislação, segue lista de verificação dos procedimentos para serviços de alimentação, com o objetivo de nortear a inspeção ou auditoria interna para que nenhum item seja ignorado.

---

<sup>1</sup> Contaminação Cruzada: higienização inadequada dos equipamentos e utensílios, dentre outros fatores, podem ocasionar a transferência indireta de microrganismos, onde bactérias de um alimento contaminam outro podendo ocasionar enfermidades aos consumidores. Ex.: Tábuas utilizadas para cortar carnes, que estavam contaminadas com *Escherichia coli*, utilizadas pós-higienização inadequada, para cortar saladas que serão servidas cruas serão contaminadas com a bactéria, esta por sua vez penetrará no sistema digestivo do consumidor, dependendo da quantidade do agente, susceptibilidade do hospedeiro, poderá desencadear uma enfermidade. (RDC ANVISA nº 216/04)